

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

EDMA JANTORNO

**REGIME DE INFORMAÇÃO EM CONTEXTO ORGANIZACIONAL: A
REPRESENTATIVIDADE DOS ARTEFATOS À LUZ DA SOCIOMATERIALIDADE**

**VITÓRIA (ES)
2022**

EDMA JANTORNO

**REGIME DE INFORMAÇÃO EM CONTEXTO ORGANIZACIONAL: A
REPRESENTATIVIDADE DOS ARTEFATOS À LUZ DA SOCIOMATERIALIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGCI/UFES) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa 2: Memória, Representação e Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Lucileide Andrade de Lima do Nascimento

**VITÓRIA (ES)
2022**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

J33r Jantorno, Edma, 1981-
Regime de informação em contexto organizacional : a representatividade dos artefatos à luz da sociomaterialidade / Edma Jantorno. - 2022.
117 f. : il.

Orientadora: Lucileide Andrade de Lima do Nascimento.
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Ciência da informação. 2. Gerenciamento de recursos de informação. 3. Sociomaterialidade. I. Nascimento, Lucileide Andrade de Lima do. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 001


EDMA JANTORNO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para obtenção do título de mestra em Ciência da Informação.


Linha de pesquisa 2: Memória, Representação e Informação.

Aprovada em 12 de dezembro de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 LUCILEIDE ANDRADE DE LIMA DO NASCIMENTO
Data: 13/12/2022 15:43:32-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof^a. Dr^a. Lucileide Andrade de Lima do Nascimento
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Documento assinado digitalmente
 MAIRA CRISTINA GRIGOLETO
Data: 14/12/2022 11:57:15-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof^a. Dr^a. Maira Cristina Grigoletto
Universidade Federal do Espírito Santo
Examinadora Interna

Rodrigo Moreno Assinado de forma digital
por Rodrigo Moreno
Marques:839001 Marques:83900101604
01604 Dados: 2022.12.14
13:52:34 -03'00'

Prof. Dr. Rodrigo Moreno Marques
Universidade Federal de Minas Gerais
Examinador Externo

AGRADECIMENTOS

Chegou a minha vez. Eu, que fui leitora assídua da seção de agradecimentos das dissertações e teses que percorri, agora estou aqui, lembrando a minha trajetória para registrá-la em forma de agradecimento a todos que me apoiaram nesse percurso marcado por desafios, situações imprevisíveis e emoções afloradas.

Agradeço a Deus por ter me sustentado e preservado a minha fé em meio ao contexto de luto por tantos afetados pela pandemia. Agradeço aos meus pais e irmão, Rosa, Edmo e Leonardo, pelo vínculo de amor que nos une, em especial à minha mãe, minha grande incentivadora, mulher resiliente e que está sempre de prontidão. Agradeço, mãe, por me ensinar todos os dias o caminho do amor.

Ao Jeffrey, meu companheiro de vida, que participou comigo desse propósito me lembrando sempre que todo o esforço valeria a pena. À Alice, filha amada que me presenteia todos os dias com sua ternura.

Aos meus familiares, às cunhadas do coração e aos amigos que torceram pelo meu sucesso, em especial aos que estiveram mais presentes nessa fase, Nathaly e Rodolpho e Vanessa Honorato. Às primas amadas do grupo Meninas fortes. Aos meus amigos intercessores Eliany, Néia, Danielly, Fabiana.

Aos amigos da SUPG e à Rayani: o retorno ao trabalho presencial e o convívio com vocês foram fundamentais para renovar os ânimos para a vida e para a dissertação.

A todos os professores do CCJE que me incentivaram, dentre eles, Dulcinea Rosemberg, Rogério Faleiros, Luciana Itida, Margarete de Moraes, Juliana Simonato, José Arrigoni, José Alimatéia, Luzia Zorzal.

À Priscila Martins e Kaio, pelo apoio no grupo focal.

Aos colegas de turma que, mesmo em convivência virtual, foram parceiros nesse processo de aprendizagem.

Aos profissionais Cynthia Perovani, Leandro Gavi e Josiane Victor Totti, pelas conduções eficientes e ajuda oportuna.

A todos os professores do PPGCI/UFES, em especial à Profa. Rosa da Penha, pelo carinho e acolhimento e à minha orientadora, que hoje posso chamar de amiga, Profa. Lucileide Nascimento, pela profissional exemplar, pela dedicação, afeição, ternura, ensinamentos, resiliência. Agradeço pelo seu exemplo de vida inspirador!

À banca examinadora, Profa. Maira Grigoletto (PPGCI/UFES), pela diligência com a pesquisa, aos Profs. Letícia Fantinel e César Tureta (PPGAdm/UFES), pela atenção e direcionamentos e ao Prof. Rodrigo Moreno, pelo apoio prestado na defesa de dissertação.

A todos, muito obrigada!

RESUMO

Delimita o foco nos fenômenos de natureza informativa que permeiam os contextos organizacionais das universidades federais brasileiras, voltados à necessidade, busca, compartilhamento e uso da informação. Analisa o ambiente de informação da Secretaria Unificada de Pós-Graduação (SUPG/CCJE/UFES) categorizando-o com base nos elementos que compõem um regime de informação (atores, ações, dispositivos e artefatos), modelo teórico-analítico desenvolvido nas duas últimas décadas pela pesquisadora Maria Nélide González de Gómez. Dialoga com a perspectiva do organizar, pois assume uma visão processual das organizações, compreendendo-as como processos ou práticas em constantes fluxos e transformações. Em pesquisa exploratório-descritiva, de abordagem qualitativa da Ciência da Informação e em interdisciplinaridade com a Administração, apresenta aporte teórico-metodológico sobre a sociomaterialidade, caracterizada por evidenciar as dimensões materiais (objetos) das atividades e interações sociais cuja base metodológica fundamenta-se no princípio de simetria da Teoria Ator-Rede (TAR). Emprega, em termos de procedimentos, pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e estudo de caso, utilizando grupo focal como estratégia de coleta de dados para o caso estudado. Os resultados apontaram que no regime de informação dominante da SUPG o social e o técnico estão ontologicamente inseparáveis. Além disso, reconhecemos os artefatos como elementos com capacidade de ação suficiente para evidenciar a materialidade nas organizações e no ambiente da secretaria unificada.

Palavras-chave: regimes de informação; sociomaterialidade; artefatos.

ABSTRACT

It delimits the focus on phenomena of an informative nature that permeate the organizational contexts of Brazilian federal universities, focused on the need, search, sharing and use of information. It analyzes the information environment of the Unified Postgraduate Department (SUPG/CCJE/UFES) categorizing it based on the elements that make up a regimen of information (actors, actions, devices and artifacts), a theoretical-analytical model developed in the last two decades by researcher Maria Nélide González de Gómez. It dialogues with the perspective of organizing, as it assumes a procedural view of organizations, understanding them as processes or practices in constant flux and transformation. In exploratory-descriptive research, with a qualitative approach to Information Science and interdisciplinary with Administration, it presents theoretical-methodological contributions on sociomateriality, characterized by highlighting the material dimensions of social activities and interactions, whose methodological basis is based on the principle of symmetry Actor-Network Theory (ANT). It employs, in terms of procedures, documental, bibliographic and case study research, using a focus group as a data collection strategy for the case studied. The result demonstrates that in the dominant regimen of information of SUPG, the social and the technical are ontologically inseparable, defining material forms and spaces.

Keywords: regimen of information; sociomateriality; artifacts.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	O ambiente de informação sob um regime de informação.....	40
Figura 2	Estratégia metodológica de coleta e análise de dados.....	47
Figura 3	Secretaria Unificada de Pós-Graduação (SUPG).....	53
Figura 4	Secretaria Unificada de Pós-Graduação (SUPG).....	53
Figura 5	Sala de reuniões da SUPG.....	54
Figura 6	Rede de relações de atores da SUPG.....	76
Figura 7	Equipe SUPG representada por turnos de trabalho.....	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Estudos sobre regimes de informação.....	27
Quadro 2	Estudos sobre regimes de informação recuperados na BRAPCI.....	29
Quadro 3	Estudos sobre regimes de informação recuperados na Brapci (2016-2021) utilizando o campo título.....	32
Quadro 4	Características metodológicas da pesquisa.....	48
Quadro 5	Registro de atividades da SUPG.....	55
Quadro 6	Estrutura de macroprocessos da pós-graduação do CCJE.....	57
Quadro 7	Roteiro para grupo focal.....	59
Quadro 8	Regras das práticas do ambiente de informação SUPG à luz do regime de informação.....	61
Quadro 9	Representação das principais rotinas e arranjos identificados junto à SUPG.....	70
Quadro 10	Atores da SUPG na pós-graduação da UFES.....	73
Quadro 11	Resumo dos dados coletados a partir das subcategorias de 'Atores'.....	80
Quadro 12	Classificação de elementos da SUPG de acordo com a teleologia das ações de informação sistematizadas por González de Gómez (2003)...	83
Quadro 13	Perfil das ações de informação da SUPG.....	90
Quadro 14	Principais dispositivos identificados no grupo focal.....	91
Quadro 15	Articulações entre regime de informação e sociomaterialidade.....	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Resultados de busca junto à Brapci com o uso do descritor “regime de informação” no campo palavras-chave.....	32
Tabela 2	Resultados de busca junto à Brapci com o uso do descritor “regime de informação” no campo título.....	33

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Periódicos com maior volume de artigos publicados no período 2016-2021.....	34
-----------	---	----

LISTA DE SIGLAS

AO	Ambientes Organizacionais
BC	Biblioteca Central
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
Brapci	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em CI
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCJE	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
CD	Conselho Departamental
CI	Ciência da Informação
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CUn	Conselho Universitário
Enancib	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em CI
ENEO	Encontro Nacional de Estudos Organizacionais da ANPAD
FAPES	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo
Ibict	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
Minter	Mestrado Interinstitucional em Administração
Oasisbr	Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto
OMS	Organização Mundial de Saúde
PIB	Programa Integrado de Bolsas
PPG	Programa de Pós-Graduação
PPGADM	Programa de Pós-Graduação em Administração
PPGDIR	Programa de Pós-Graduação em Direito
PPGGP	Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública
Prograd	Pró-Reitoria de Graduação
PRPPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
PS	Processo Seletivo
Redalyc	<i>La Red de Revistas Científicas de América Latina y El Caribe, España y Portugal</i>
SAPPG	Sistema Acadêmico da Pós-Graduação
Scielo	<i>Scientific Eletronic Library Online</i>

Spell	<i>La Scientific Periodicals Electronic Library</i>
STI	Superintendência de Tecnologia em Informação/UFES
Supec	Superintendência de Comunicação/UFES
SUPG	Secretaria Unificada de Pós-Graduação
TAE	Técnico-Administrativo em Educação
TAR	Teoria Ator-Rede
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	REGIMES DE INFORMAÇÃO NO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	21
2.1	REGIMES DE INFORMAÇÃO	26
2.1.1	Fundamentos teóricos e conceituais	35
3	CONTEXTUALIZAÇÃO DA SOCIOMATERIALIDADE NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS	42
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	46
4.1	COMPONENTES DA PESQUISA	48
4.2	AMBIENTE DE PESQUISA	49
4.2.1	Breve histórico	49
4.2.2	A pós-graduação na UFES e no CCJE	50
4.2.3	A criação da Secretaria Unificada de Pós-graduação (SUPG)	51
4.2.4	Descrição das atividades da SUPG	55
4.3	COLETA DE DADOS	58
5	O REGIME DE INFORMAÇÃO DOMINANTE DA SUPG: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	60
5.1	AMBIENTE DE INFORMAÇÃO	64
5.2	ATORES	72
5.3	AÇÕES DE INFORMAÇÃO	83
5.4	DISPOSITIVOS	90
5.5	ARTEFATOS	92
5.6	ARTICULAÇÕES ENTRE REGIME DE INFORMAÇÃO E SOCIOMATERIALIDADE	95
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
	REFERÊNCIAS	102
	APENDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	114
	APENDICE B – MATRIZ PARA GRUPO FOCAL	115

1 INTRODUÇÃO

A gestão contemporânea reconhece a informação como um recurso valioso para as organizações, cerne de questões e processos, sendo ao mesmo tempo motivação e resultado de ações cotidianas. Na última década, as pesquisas dirigidas aos estudos organizacionais e informacionais se desenvolveram e se entrelaçaram, cobrindo os constantes desafios das organizações no que tange à gestão da informação e do conhecimento, aos direcionamentos comunicacionais e informacionais e às relações de poder em espaços notadamente habitados pela diversidade de elementos.

Em se tratando das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), existe um consenso na literatura a respeito da complexidade desses ambientes (ETZIONI, 1964; DAFT, 2015; SCOTT, 2002; MEYER JR. 2007) constituídos por múltiplos contextos que compõem a estrutura organizacional, marcados pela pluralidade de atores, públicos e serviços, e pelo dinamismo das ações desenvolvidas. Essa afirmação justifica-se uma vez que a estrutura da universidade se sustenta sobre três pilares distintos - ensino, pesquisa e extensão – que operam para se manterem articulados e, assim, garantir a eficácia social do ensino superior.

Nesse contexto encontram-se instituídos processos de trabalho diversificados, com uma gama de atividades que se estruturam a partir da gestão acadêmica, administrativa, gerencial e estratégica, consolidando um conjunto de práticas gestoras cada vez mais baseada em informação. Muitos são os desafios, as possibilidades de investigação e as contribuições para as pesquisas, ao se analisar os contextos que compõem as instituições de ensino, pois eles refletem a necessidade de reconhecimento da importância das atividades que desempenham (acadêmicas, humanas, sociais, tecnológicas e científicas) para fortalecimento das bases da vida em sociedade (GALLI, 2019).

A sociedade em rede que vem se formando desde a década de 1970 com a modernização tecnológica estimula o crescimento exponencial da informação - matéria prima do paradigma tecnológico – alcançando organizações e instituições diversas que, seguindo o ritmo da sociedade da informação, são qualificadas pelo consumo cada vez maior de tecnologias e pela capacidade de reconfiguração, adaptação e fluidez organizacional (CASTELLS, 2020).

Diante do acúmulo informacional que também atravessa os contextos organizacionais, tornou-se urgente planejar meios de organizar e disponibilizar a informação de modo acessível para o uso cotidiano, para a resolução de demandas internas e para o atendimento às necessidades dos usuários. González de Gómez (1999) caracteriza a gestão da informação como autêntica mediadora, responsável por converter informações em decisões e estratégias, motivo pelo qual consideramos o campo de investigação desta pesquisa cada vez mais útil e promissor.

O principal objetivo da gestão da informação, segundo Tarapanoff (2006, p. 22), é “[...] identificar e potencializar recursos informacionais de uma organização” tratando-se de informações consolidadas, que chamamos fluxos formais. No entanto, os contextos organizacionais compõem-se de fluxos informacionais ou processos e práticas que são “[...] inerentes à própria dinâmica organizacional” (SANTOS; VALENTIM, 2014, p. 21) e que se manifestam não somente a partir de condições formais, procedentes das diretrizes da instituição, mas também de condições informais, que permeiam as vivências dos sujeitos nesses espaços.

Buscando reconhecer e conhecer dados estruturados e não estruturados, fluxos ou ações informacionais do contexto de pesquisa delimitado, utilizamos nesta dissertação o conceito de regime de informação desenvolvido por Maria Nélida González de Gómez, que trata os estudos de gestão da informação sob a influência das políticas de informação e das relações de poder em ambientes de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, 2012, 2019).

A partir da noção de regime de informação é possível identificar o modo dominante de produção, recepção e uso da informação a partir de lógicas sociais mais relacionais, possibilitando retratar o campo de ação da política de informação no cenário analisado. No entanto, as interações sociais entre atores, tecnologias e normas, dentre outros, não garantem um quadro estático, tendo em vista que a política de informação sofre contínuas modificações durante as práticas de interação social (FROHMANN, 1995). Isso implica dizer que reconhecer o regime de informação dominante exige considerar o constante movimento entre os elementos que constituem um ambiente de informação.

O construto teórico proposto por González de Gómez (1999, 2012, 2019) considera quatro (4) elementos essenciais à caracterização de um regime de

informação: atores, ações, dispositivos e artefatos. Esses estudos, bem como as apropriações dele por parte de outros pesquisadores, foram utilizados como base teórica desta pesquisa com o intuito de contribuir para tornar visíveis os recursos informacionais, tecnológicos, humanos e normativos utilizados nas práticas¹ do ambiente de pesquisa. O reconhecimento de um regime de informação, que ocorre a partir da análise das relações entre tais recursos, é importante para auxiliar na definição de micropolíticas que orientam a tomada de decisão nas organizações (NASCIMENTO, 2015).

Durante a elaboração do projeto, etapa inicial desta dissertação, buscamos aproximações com os estudos organizacionais, no campo da Administração, a partir de abordagem denominada organizar ou *organizing*, que se distancia da compreensão das organizações como entidades homogêneas e estáveis e ressalta a natureza processual dos fenômenos organizacionais (DUARTE; ALCADIPANI, 2016). Essa perspectiva leva em conta as complexidades das atividades sociais, pois acolhe os processos de construção social da realidade, especificamente para “[...] os processos emergentes dos padrões das relações entre as pessoas, as organizações e o ambiente social que as cerca” (WATSON, 2005, p. 22).

Ao propormos a análise de um contexto organizacional à luz de regimes de informação assumimos uma visão processual das organizações, compreendendo-as como processos ou práticas em constantes fluxos e transformações (DUARTE; ALCADIPANI, 2016), conforme propõe a perspectiva do *organizing*. Dentro dessa perspectiva destacamos a noção de sociomaterialidade, caracterizada por evidenciar as dimensões materiais das atividades humanas (ROSA, 2016). A sociomaterialidade, sustentada pelo princípio de simetria da Teoria Ator-Rede (TAR), propõe que os fenômenos sociais são formados pela associação de humanos (pessoas) e não humanos (toda a variedade de objetos que não sejam pessoas) com a mesma importância em termos de agenciamento (realização da ação) (LATOUR, 1994, 2005). Uma das premissas da Teoria Ator-Rede de Bruno Latour é que os atores ou sujeitos

¹ O significado de práticas nessa pesquisa corresponde a ações coletivas. Na percepção de González de Gómez (1999) as ações são realizadas por humanos. Sob a ótica da sociomaterialidade, as ações coletivas são realizadas por humanos e não humanos, em uma relação renovada continuamente (SILVA; SILVA, 2019).

nunca estão sozinhos no desenvolvimento de uma ação, pois a agência encontra-se sempre distribuída a partir de um conjunto de materialidades humanas e não humanas.

Compreendemos a viabilidade da interlocução com a sociomaterialidade, uma abordagem que valoriza os aspectos não humanos dentre a diversidade de atores e que permite compreender a vida social em sua dinâmica, contínua e emergente (FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011). Assim, oferecemos aos pesquisadores organizacionais da Ciência da Informação e da Administração contribuições para entender “[...] o caráter complexo, dinâmico, móvel e transitório das organizações contemporâneas” sob um viés informacional e social (MOURA; BISPO, 2021, p. 139).

Utilizamos o regime de informação como aporte teórico da pesquisa e estratégia para levantamento de dados e sua aplicação é feita considerando mais as dinâmicas do que as estruturas das práticas nas organizações. O uso do regime de informação na literatura de González de Gómez (2019, 2003, 2012) é trazido como assimétrico, mas em sua transformação pela Teoria Ator-Rede, evidenciamos uma perspectiva mais simétrica, corroborando para a compreensão dos fenômenos informacionais como práticas sociomateriais. Entendemos que a base teórico-metodológica da Ciência da Informação colabora para a articulação de dois modelos analíticos, tornando possível produzir reflexões que ampliam o escopo de investigação de regimes de informação.

Para essa pesquisa, tomamos como recorte de análise empírica uma secretaria administrativa de pós-graduação, a qual compete, na estrutura formal das universidades federais brasileiras, realizar o apoio operacional aos Programas de Pós-Graduação (PPG), responsáveis pela oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* visando o aprimoramento (em nível de mestrado, doutorado ou pós-doutorado) do discente egresso da graduação. Delimitamos a Secretaria Unificada de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo, criada em 2016 por secretarias administrativas que estabeleceram um novo arranjo organizativo ao unificarem contextos com propósitos institucionais equivalentes, porém com políticas, regulações e identidades distintas.

Com o objetivo de contribuir para aprimorar a gestão da informação e do conhecimento no ambiente delimitado e ressaltar o aspecto da materialidade presente nos ambientes de informação, o problema de pesquisa dirigiu-se à seguinte questão:

como se configura o regime de informação dominante da SUPG na atualidade? Definimos, então, o objetivo geral: Analisar o regime de informação dominante da Secretaria Unificada de Pós-Graduação (SUPG).

Assim, o presente estudo desdobrou-se nos seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever a estrutura organizacional e administrativa da SUPG;
- b) Discutir os fundamentos teórico-metodológicos do conceito de regimes de informação;
- c) Descrever o regime de informação dominante na SUPG;
- d) Discutir as articulações e aproximações teórico-conceituais entre regime de informação e sociomaterialidade;
- e) Descrever como os artefatos, sob a ótica da sociomaterialidade, influenciam no contexto de regimes de informação.

Por pertencer à Administração Pública, os processos e práticas realizados nas universidades federais brasileiras são regidos por princípios e valores específicos, pautados na responsabilidade social, de gestão, prestação de serviços e ética pública. Por meio da observação das ações, é possível definir como a informação circula e também identificar as maneiras como o conhecimento é produzido, materializado, disseminado e assimilado (ARAÚJO, 2018).

Essas práticas devem estar, ainda, em conformidade com as legislações governamentais vigentes, respeitando os princípios da boa governança, estabelecendo medidas que visem o interesse coletivo e alinhando sempre os interesses da instituição e de seus públicos. De igual modo, devem submeter-se à transparência, regulamentada pela Lei de Acesso à Informação (LAI), a fim de contribuir para o acesso democrático e igualitário às informações públicas.

É certo que os estudos sobre Gestão da informação e Gestão das organizações ocupam uma zona interdiscursiva na pesquisa em Ciência da Informação comprovadamente verificada nas práticas organizacionais da Administração, pois incluem como foco os fenômenos de natureza informativa: inerentes às ações, fluxos ou práticas, motivados para alcançar certas finalidades e voltados à necessidade, busca, compartilhamento e uso da informação (BEAL, 2004; CHOO, 2006; DAVENPORT, 1994; MCGEE; PRUSAK; 1994), dentre outros autores regularmente citados nas duas áreas.

Uma vez caracterizado o escopo da pesquisa convém situá-la no campo das atividades do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGCI/CCJE/UFES): está vinculada à linha 2 de pesquisa - Memória, representação e informação - que desenvolve estudos orientados a políticas, perfil de instituições (públicas e privadas), agentes, modos de pensar, em diferentes configurações históricas e sociais, pelo viés da Ciência da Informação.

Por fim, situamos quanto à estrutura da dissertação, organizada em seis (6) seções. Após esta introdução, a segunda seção foi iniciada com um breve histórico sobre a ciência da informação com foco em sua característica interdisciplinar e aproximação com o campo da Administração. Após, o conceito de regime de informação foi apresentado em duas etapas: a primeira apresentando um panorama da literatura recuperada especialmente a partir da base digital da Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) e, a segunda etapa, consolidando o referencial teórico com os principais fundamentos teóricos e conceituais. As próximas etapas correspondem às seções três (3), que se refere à contextualização da sociomaterialidade nos estudos organizacionais e à quatro (4), que trata dos procedimentos metodológicos descritos em três (3) partes: componentes da pesquisa, ambiente de pesquisa e estratégias para coleta de dados. Por fim, a seção cinco (5) desdobrou-se em seis (6) sessões, divididas em ambientes de informação (5.1), atores (5.2), ações de informação (5.3), dispositivos (5.4) e artefatos (5.5), de acordo com as categorias da matriz utilizada durante a coleta de dados. A matriz, por sua vez, foi estruturada visando o reconhecimento do regime de informação dominante do ambiente de pesquisa.

Em cada segmento apresentamos as informações coletadas e realizamos a análise dos dados sob a ótica do princípio de simetria da Teoria Ator-Rede, principal base teórica da sociomaterialidade. E por último, ainda da análise de dados (5.6) apresentamos articulações entre regimes de informação e sociomaterialidade, que culminou no Quadro 15.

Nas considerações finais, na seção seis (6), abordamos a importância da análise teórico-metodológica interdisciplinar entre regimes de informação e sociomaterialidade para os objetivos pretendidos da pesquisa, reiteramos a

materialidade presente no contexto da SUPG a partir da perspectiva simétrica da TAR entre humanos e não humanos nas práticas analisadas. Concluímos sobre a representatividade dos artefatos tecnológicos dada a capacidade de ação que possuem na dinâmica social e organizacional e incentivamos a continuidade das pesquisas que valorizem a materialidade no cotidiano, visto as pesquisas na Ciência da Informação sobre essa temática ainda estão em desenvolvimento.

2 REGIMES DE INFORMAÇÃO NO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A Ciência da Informação (CI) caracteriza-se como uma Ciência Social Aplicada, de natureza interdisciplinar e transdisciplinar, em constante transformação, produzindo zonas interdiscursivas com outros campos de saberes, de natureza semântica, sintática, institucional ou de infraestrutura, explicitando seu caráter poliepistemológico, conforme conceitua González de Gómez (2000). Caracteriza-se também pelo pluralismo metodológico, próprio da área de conhecimento, presente desde a sua constituição e que vem apresentando um diferencial: uma dupla hermenêutica (política e epistemológica) rumo às condições políticas de reconhecimento das questões de informação em múltiplos regimes de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000; 2001).

É comumente designada uma ciência de saberes e fazeres, um campo que alia estudos científicos às práticas profissionais e tecnológicas. Essa condição permite que a Ciência da Informação transite e defina focos de pesquisa sobre questões amplas da atualidade (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000). Nesse sentido, compreender aspectos teórico-epistemológicos da informação, bem como compreender as práticas informacionais no âmbito de processos, fluxos, gestão e tecnologias têm sido os grandes desafios que justificam a existência e atuação da Ciência da Informação como campo do conhecimento científico (CARVALHO SILVA; GOMES, 2015).

Destacamos que o alargamento das fronteiras conceituais, temáticas e metodológicas que estamos presenciando no campo da pesquisa em Ciência da Informação no limiar do século 21 deve-se, em certa medida, à explosão informacional, problemática que emergiu no contexto da ciência e espalhou-se permeando todo e qualquer empreendimento humano. A seguir, dando continuidade à descrição epistemológica, buscamos contextualizar a origem e a institucionalização da Ciência da Informação evidenciando alguns pontos-chave desse processo.

A origem da Ciência da Informação não se define a partir de um único evento ou pesquisador, sendo possível estabelecer vários marcos para a sua construção como atividade científica. O campo dos estudos informacionais vem acolhendo contribuições da Bibliografia, da Biblioteconomia e da Documentação desde datas anteriores ao século 20, mas boa parte das historiografias sobre a CI apontam a sua emergência ao contexto imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial e início

da chamada Guerra Fria (ARAÚJO, 2018; BEZERRA *et al.*, 2019), marcado pela racionalidade positivista da época.

A origem da Ciência da Informação no Brasil apresenta raízes na organização científica, política e estatal, também de influência positivista, característica marcante do início do século 20. Foi impulsionada, segundo Araújo (2018), pela necessidade de aprimorar serviços informacionais considerados insuficientes para atender aos campos científico e tecnológico em desenvolvimento na década de 1950 e, ainda mais, pela carência de formação de profissionais e recursos humanos para lidar com a organização de estoques documentais e com o respectivo tratamento informacional.

A origem e evolução coincidem com os principais marcos de políticas e ações de informação no Brasil. Assim, na década de 1950 registra-se: a criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) em 1951, a criação de um sistema de bibliotecas especializadas em 1952 e do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) em 1954. Com o IBBB, iniciou-se “[...] um processo de institucionalização e intervenção direta do Estado na formulação de uma política de C&T e de ICT no país” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; CANONGIA, 2001, p11).

O incentivo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) na implementação de políticas desenvolvimentistas em apoio aos países subdesenvolvidos no pós-guerra e políticas nacionais para estimular a ciência e a tecnologia foi fundamental para o processo de construção do IBBB. Esse centro nacional de bibliografia esteve inicialmente integrado à estrutura do CNPq, mas em 1976 foi renomeado como Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) (MARTELETO, 2009).

Outros pontos importantes para a consolidação da CI foram: o primeiro mestrado em Ciência da Informação (1970), a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), vinculado ao CNPq (1985), a criação do Comitê Gestor da Internet no Brasil (1995) e do Programa Sociedade da Informação (1999), conforme descrito por Carvalho (2009). Assim, a institucionalização da Ciência da Informação no Brasil ocorreu com o reconhecimento da modernização dos estudos documentários e biblioteconômicos e com a materialização de estruturas que definiram práticas científicas e profissionais.

O incremento do Programa Sociedade da Informação no Brasil (Livro Verde), segundo Carvalho (2009), acarretou ações que configuraram elementos constituintes de uma política de informação direcionada ao setor privado, ao governo e à sociedade civil. Ao setor privado a determinação foi assumir investimentos em tecnologias e se especializar para o desenvolvimento de produtos e serviços com capacidade de inovação; ao governo, assegurar acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e, à sociedade civil, comprometer-se com o interesse público. Notamos, dentre as metas de implantação do programa, a atenção dada às universidades, que foram reconhecidas pelo papel indispensável que assumem na formação profissional e na construção da base científico-tecnológica da sociedade (TAKAHASHI, 2000).

González de Gómez (2003) assinala a passagem de uma concepção setorial das atividades de informação para uma “[...] visão da informação imersa nos contextos múltiplos das atividades sociais [...] sendo que os programas da Sociedade da Informação foram incentivadores e promotores dessas mudanças (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p.68). Essa mudança de enfoque sinaliza a necessidade de articulação de atores, ações e recursos, gerando um novo dilema informacional. Segundo González de Gómez,

A Ciência da Informação, assim, seria aquela que estuda fenômenos, processos, construções, sistemas, redes e artefatos de informação, enquanto ‘informação’ for definida por ações de informação, as quais remetem aos atores que as agenciam, aos contextos e situações em que acontecem e aos regimes de informação em que se inscrevem (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 32)

Existe um certo consenso em definir-se que o objeto da Ciência da Informação é a informação registrada e institucionalizada, no entanto, coexistem outras perspectivas. Há autores que consideram que não é a informação em si que caracteriza a Ciência da Informação, pois defendem que os direcionamentos apontam para a mediação da informação nos espaços em que são postas (ZINS, 2007). Não obstante, a informação é um termo amplo e seu significado apresenta-se vinculado às “[...] associações científico-contextualistas dos estudiosos” (SILVA; GOMES, 2015, p. 146) e moldado na relação com outros termos, tais como conhecimento, documento, comunicação, dado, mensagem, estrutura, texto, revelando, assim, o seu aspecto relacional na produção de sentido.

A constituição histórica e epistemológica da CI pode ser reconhecida por meio dos paradigmas físico, cognitivo e social (CAPURRO, 2003), estruturas teóricas ou abstratas, porém colaborativas para o entendimento da trajetória desse campo científico. Situamos nesta pesquisa o paradigma social da Ciência da Informação e seu principal representante, Bernd Frohmann (MORAES, 2013), que trabalha buscando conciliar os estudos sobre o fenômeno da informação em nosso tempo com estudos das práticas sociais, das realidades políticas, da economia e da cultura (FROHMANN, 2008).

A interdisciplinaridade é uma característica que se desenvolve no campo científico a partir da aproximação com outras áreas do conhecimento, áreas afins ou até mesmo de diferentes abordagens, e que acarreta a convergência de fronteiras disciplinares e conceituais. González de Gómez (2003) explica que tanto o movimento de delimitação de um domínio científico quanto o movimento interdisciplinar são importantes para a formação do escopo da ciência, visto que a ausência de relacionamentos com outros objetos disciplinares incorreria na inércia ou, na expressão da autora, na coisificação do objeto.

Assim, o movimento marcado por “[...] constantes migrações, exportação e importação de conceitos, hibridação de domínios e abordagens, de procedimentos e teorias” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 38) desdobram-se em conteúdos comuns à literatura da Ciência da Informação e da Administração, com destaque para as temáticas relacionadas aos estudos organizacionais que, na perspectiva de Michel Thiollent (2014), tornam-se viáveis academicamente a partir da interdisciplinaridade. O intercâmbio que ocorre entre as ciências prevê “[...] a definição de papéis, a elaboração de estratégias e de instrumentos de análise, a configuração de ambientes, o comportamento, as competências, a cultura, os fluxos” (ALVES; DUARTE, 2015, p. 40).

Assim, essa pesquisa destaca seu posicionamento em uma zona interdiscursiva, estabelecendo elos a partir de fundamentos teórico-conceituais da Ciência da Informação e da Administração, a começar pelo conceito de informação, tratada como um recurso de valor estratégico, matéria prima útil e fundamental para o aumento da produtividade organizacional (UNGER, 2006). Segundo Alves e Duarte (2015), desde a consolidação da Ciência da Informação observa-se a estreita relação

com o campo da Administração, em especial quando envolve a gestão da informação. Os autores afirmam que a aproximação de dois domínios científicos contribui para intensificar os esforços teóricos, experimentais, profissionais e pragmáticos em processos e práticas organizacionais, pois a troca de saberes facilita compreender a aplicação da informação e suas manifestações nos espaços em que se faz presente, colaborando para a informação mais precisa e para a tomada de decisões mais assertivas (ALVES; DUARTE, 2015).

Na próxima seção apresentamos o conceito de regimes de informação, iniciando pela descrição da pesquisa bibliográfica realizada, que consistiu em: a) levantamento bibliográfico de categorias teóricas importantes para o recorte da pesquisa, e; b) levantamento bibliográfico utilizando o descritor regimes de informação, por assunto e por título, na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci). Após, elaboramos os fundamentos teóricos e conceituais a partir da literatura recuperada.

2.1 REGIME DE INFORMAÇÃO

O percurso de construção do conceito de regime de informação nesta pesquisa iniciou-se com o levantamento bibliográfico a partir de buscas em bases de dados científicas utilizando o descritor regime de informação e também os descritores ambiente de informação, fluxo de informação, ambiente organizacional, gestão acadêmica e gestão da informação para reconhecimento do contexto da pesquisa. Para essa finalidade, privilegamos as seguintes bases de dados digitais: Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e *La Red de Revistas Científicas de América Latina y El Caribe, España y Portugal* (Redalyc).

Sequencialmente, para aprofundamento de tendências sobre a pesquisa, consultamos mais um bloco de bases científicas, para os mesmos descritores, dentre eles, o Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto (Oásis/Ibict), anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib), Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e *Scientific Electronic Library Online* (Scielo). Consultamos também livros sobre administração pública, sociologia da ciência e metodologia de pesquisa no acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo (BC/UFES), porém, devido à limitação para acesso à BC/UFES no período de pandemia, alguns livros físicos foram adquiridos por compra.

A partir da literatura recuperada, observamos que nos últimos anos vários autores têm utilizado o conceito ou a noção de regime de informação para produção de pesquisas, sendo inclusive apropriado como um modelo teórico-analítico, conforme demonstramos no Quadro 1, sistematização realizada por Nascimento (2015) tratando das principais abordagens e contextos de aplicação entre os anos de 2006 a 2015. Após, apresentamos os Quadros 2 e 3, tratando de sistematização realizada pela autora a partir de pesquisa bibliográfica realizada na Brapci.

A Brapci é uma importante base de dados digital brasileira que indexa a maioria das publicações periódicas em Ciência da Informação. Lá também estão indexados os anais do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação

(Enancib), principal evento de pesquisa da área de Ciência da Informação no Brasil, registrando-se as principais produções de conhecimento, com temáticas que traduzem as linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação brasileiros. A referida base de dados disponibiliza atualmente referências e resumos de 19.255 textos publicados em 57 periódicos nacionais impressos e eletrônicos da área da CI. Também indexa conteúdo de pesquisa internacional (BRAPCI, 2010-2021).

Quadro 1 – Estudos sobre regimes de informação (2006-2015).

Ano	Título	Autoria (ano)
2006	Regimes de informação na Sociedade da Informação: uma contribuição para a gestão da informação	Unger & Freire (2006)
	Dispositivo de informação contemporâneo: considerações preliminares para uma arqueogenealogia do horizonte informacional em nossa contemporaneidade	Wilke & Jardim (2006)
2008	Subsídios para uma Política de Gestão da Informação da Embrapa Solos – à luz do Regime de Informação	Delaia (2008)
	A mudança de regimes de informação e as variações tecnológicas	González de Gómez & Chicanel (2008)
2009	Novos enfoques no campo da Ciência da Informação: uma discussão sobre a aplicabilidade do conceito de regime de informação em arranjos produtivos locais	Carvalho (2009a)
	Conformação de um regime de informação: a experiência do arranjo produtivo local de eletrônica de Santa Rita do Sapucaí – Minas Gerais	Carvalho (2009b)
	Regime de informação e esfera pública em arranjos produtivos locais	Lima <i>et al.</i> (2009)
2010	Subsídios para uma política de gestão da informação da Embrapa solos: à luz do regime de informação	Delaia & Freire (2010)
2011	Ações de informação e práticas documentárias como políticas difusas de memória	Fernandes (2011)
	“Regime” e “Informação”: a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação	Magnani & Pinheiro (2011)
2012	Regime de informação: contribuições para implementação de políticas institucionais de desenvolvimento da Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> e para atendimento à avaliação da Capes	Zanetti & Silva (2012)
	Regime de informação dos sistemas de arquivos das universidades públicas do Brasil	Feitoza & Silva (2012)

(Continua)

2013	Sobre o regime de informação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais – LTI	Freire (2013)
	O processo de mediação no contexto do regime de informação: a construção de um espaço virtual de comunicação na <i>web</i> para a CPAD/UFPB	Brasileiro (2013a)
	O processo de mediação da informação nas organizações a partir do contexto do regime de informação	Brasileiro; Freire (2013c)
	Rede virtual de comunicação da informação na perspectiva do regime de informação	Leal; Freire; Souza (2013)
	Regime de informação para mapeamento das competências em informação na educação superior	Serafim & Freire (2013)
	Regime de informação: uma perspectiva analítica para a gestão da informação.	Silva; Garcia; Loureiro (2013)
2014	Atores e ações de informação em redes sociais na internet: pensando os regimes de informação em ambientes digitais	Araújo (2014)
	Tecendo uma rede conceitual na Ciência da Informação: tecnologias intelectuais para competências em informação	Freire (2014)
2015	Território e informação: uma breve articulação sob a noção de regime de informação	Nascimento & Suaiden (2015)

Fonte: Nascimento (2015).

As principais informações sobre os trabalhos demonstrados no Quadro 1, tais como ambientes, objetivos, conceitos e resultados, podem ser consultadas em Nascimento (2015), visto que a autora explicou como os contextos de aplicação das pesquisas se relacionaram aos estudos sobre regime de informação. Essa identificação é essencial em pesquisas científicas, pois os conceitos são construídos e consolidados no decorrer de suas aplicações (BEZERRA *et al.*, 2016).

Quadro 2 – Estudos sobre regimes de informação recuperados na Brapci (2016-2021).

Ano	Título	Autoria
2016	Sobre a contribuição conceitual da inteligência coletiva ao regime de informação	BEZERRA, Emy Porto; PINHO NETO, Júlio Afonso Sá
	Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas	BEZERRA, Emy Porto; SILVA, Zayr Cláudio Gomes da; GUIMARÃES, Ítalo José Bastos; SOUZA, Edivanio Duarte
	<i>Do panopticon ao panspectron: uma reflexão sobre as mediações de poder e a materialidade da informação</i>	CIANCONI, Regina de Barros; LOTT, Yuri Monnerat
	Refletindo sobre ações de informação no laboratório de tecnologias intelectuais – LTI	FREIRE, Isa Maria
2017	Rede de comunicação e aprendizagem no Laboratório de Tecnologias Intelectuais	FREIRE, Gustavo Henrique Araújo; FREIRE, Isa Maria; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos.
	Dinâmica das ações de informação no regime de informação do Laboratório de Tecnologias Intelectuais	FREIRE, Isa Maria
	Vigilância e cultura algorítmica no novo regime de mediação da informação	BEZERRA, Arthur Coelho
	Regime de Informação em um Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital	BEZERRA, Emy Porto; FREIRE, Isa Maria.
	Sociedade da informação: a lógica instrumental do acesso à informação e ao conhecimento	GERBASI, Vinicius Aleixo
	Informação a serviço do estado burocrático	GUGLIOTTA, Alexandre Carlos; GÓMEZ, Maria Nélide GONZÁLEZ DE; FONSECA, Vitor
	Controle terminológico da política de prevenção e controle do câncer: desafios da modelagem de políticas públicas	MORAES, Miriam Gontijo; SIMÕES, Kátia de Oliveira
2017	Ações formativas para mediação da informação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais – LTI	NASCIMENTO, Genoveva Batista; FREIRE, Isa Maria; ROCHA, Maria Meriane Vieira; SILVA, Patrícia Maria
	Ambientes de informação na cafeicultura capixaba: uma análise sob a noção de regime de informação	NASCIMENTO, Lucileide Andrade de Lima do; SUAIDEN, Emir José
	A construção de regimes de informação sobre refugiados	NATHANSOHN, Bruno; BEZERRA, Arthur Coelho
	O fluxo e o regime de informação na apreensão de armas de fogo no Estado do Rio de Janeiro	SANTOS, Fabiana Maria da Conceição dos; BEZERRA, Arthur Coelho

(continua)

	O homem e a sua evidência: informação, territórios, direitos	Sá, Alzira Queiroz Gondim Tude de
2018	A mediação editorial, dispositivos e materialidade: algumas impressões Laboratório de Tecnologias Intelectuais como canal para a educação Aplicação teórica do regime informacional no Laboratório de Tecnologias Intelectuais Indícios da inteligência coletiva no regime de informação do Laboratório de Tecnologias Intelectuais – LTI O regime de informação no sistema de refúgio brasileiro: avaliação política sobre as dinâmicas migratórias locais A produção de conhecimento sobre regime de informação nos periódicos em ciência da informação Análise sobre políticas de informação: perspectivas do regime de informação no âmbito da inclusão digital ante os Livros Verde e Branco A dimensão da informação no âmbito de organizações internacionais de direitos humanos: abordagens possíveis Geoinformação para o desenvolvimento sustentável em Rondônia A constituição de um regime de informação - Os acontecimentos "Carta de Temer a Dilma" e Marcela Temer: bela, recatada e "do lar"	ANDRETTA, Pedro Ivo Silveira; PERROTTI, Edmir BRITO, Jayro Pita; FREIRE, Isa Maria; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira FREIRE, Isa Maria FREIRE, Isa Maria NATHANSOHN, Bruno ROCHA, Maria Meriane Vieira; COSTA, João Henrique Lucena da; SILVA, Alzira Karla Araújo. SILVA, Márcio Bezerra da; SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique Araújo BARBOSA NETO, Pedro Alves BATISTA, Israel Xavier; LARA, Marilda Lara Lopes Ginez de BERTI, Ilemar Christina Ianson Wey; ARAÚJO, Carlos Alberto Àvila de
2018	Contribuição da Teoria Crítica aos estudos sobre regime de informação e competência crítica em informação A informação técnico-científica a serviço do estado: configuração de um novo regime de informação Tecnologias digitais e análise do regime de informação para a promoção da saúde coletiva	BEZERRA, Arthur Coelho GUGLIOTTA, Alexandre Carlos; GÓMEZ, Maria Nélide GONZÁLEZ DE; FONSECA, Vitor Manoel Marques da GÓMEZ, Maria Nélide GONZÁLEZ DE

(continua)

2018	Regime de informação e a relação com os canais de comunicação científica: a institucionalização científica da ciência da informação no Brasil	LIMA, Larissa de Mello; CAPRIOLI, Mariana da Silva; MORAES, João Batista Ernesto
	As patentes e o regime de informação global emergente	MARQUES, Rodrigo Moreno; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr
	Tipografia para além da relação instrumental: a mediação cultural manifesta pelo caderno especial "Planeta seca"	MENDONÇA, Ismael Lopes; FEITOSA, Luiz Tadeu; NUNES, Jefferson Veras; CAVALCANTE, Lídia Eugenia
	O conceito de regime de informação aplicado a arquivos nas teses e dissertações brasileiras	MINTEGUI, Evelin; KARPINSKI, Cezar
	De que saúde estamos falando? Um estudo sobre regime de informação, Estado e mulher	VIOLA, Carla Maria Martellote; ROMEIRO, Nathália Lima; VETTER, Silvana Maria de Jesus
	Regime de informação, acesso à informação e direitos das mulheres: um estudo das proposições em tramitação na Câmara dos deputados do Brasil	VIOLA, Carla Maria Martellote; SCHNEIDER, Marco André Feldman
Regime de informação do sistema de governança para melhoria da qualidade da informação contábil	ANDRADE, Liliane Maria Nery; FUJINO, Asa	
2019	Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação	GÓMEZ, Maria Nélide GONZÁLEZ DE
	Regimes de informação, agentes governamentais e tipologias de informação: o monitoramento da implementação da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho	BARBOSA NETO, Pedro Alves; SILVA, Judson Daniel Oliveira da
2020	Espaços de significação e regime de informação: aproximação entre conceitos	BEZERRA, Emy Porto; ALBUQUERQUE, Maria Elisabeth Baltar Carneiro de; FREIRE, Isa Maria
	A perspectiva do valor de informação: aplicação teórica no Laboratório de Tecnologias Intelectuais	FREIRE, Isa Maria
2021	Informação, Misinformação, Desinformação e movimentos antivacina: materialidade de enunciados em regimes de informação	VIGNOLI, Richele Grengé; RABELLO, Rodrigo; ALMEIDA, Carlos Cândido de

Fonte: produzido pela autora durante a pesquisa.

Para elaboração do Quadro 2, utilizamos o descritor “regime de informação”, com o uso de “” (aspas), parametrizado por “palavras-chave” cobrindo o período 2016 a 2021. Dessa busca foram recuperadas quarenta e uma (41) publicações, distribuídas por ano: 2016 (4), 2017 (12), 2018 (20), 2019 (2), 2020 (2) e 2021 (1), conforme representado na Tabela 1. Os pesquisadores mais recorrentes são, considerando autoria e coautoria, listados a seguir por instituição: Maria Nélide González de Gómez (4) e Arthur Coelho Bezerra (4) do Instituto Brasileiro de Informação e Ciência e Tecnologia (Ibict) e Isa Maria Freire (9), Emy Porto Bezerra (4) e Gustavo Henrique Araújo Freire (2) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Tabela 1 – Resultados de busca junto à Brapci com o uso do descritor “regime de informação” no campo palavras-chave.

Descritores	Total de artigos recuperados	Distribuição dos artigos por ano					
		2016	2017	2018	2019	2020	2021
“regime de informação”	41	4	12	20	2	2	1

Fonte: produzido pela autora durante a pesquisa.

Visando a complementação de dados, a mesma pesquisa foi realizada parametrizada por “título”, para o mesmo período, de 2016 a 2021, conforme representado na Tabela 2. Desconsiderando as publicações já recuperadas por “palavras-chave”, foram obtidos sete (7) novos resultados, por ano: 2018 (1), 2019 (3), 2020 (2), 2021 (1), dentre eles publicações de Arthur Bezerra Coelho (2), Isa Maria Freire (2) e Gustavo Henrique Araújo Freire (1), já destacados anteriormente.

Quadro 3 – Estudos sobre regimes de informação recuperados na Brapci (2016-2021) utilizando o campo título.

Ano	Título	Autoria
2018	Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia	SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos; FREIRE, Isa Maria
2019	Informação, política e poder: 20 anos do conceito de "regime de informação" em Maria Nélide González de Gómez	ALVES, Thiara dos Santos; BEZERRA, Arthur Coelho
	Biblioteca escolar e regime de informação: a lei n.º 12.244/2010	OLIVEIRA, Debora Santos de; SOUZA, Elisabete Gonçalves.
	Aplicação teórica do regime de informação em biblioteca multinível	ALMEIDA, Jobson Louis Santos de; FREIRE, Gustavo Henrique Araújo

(continua)

2020	Regime de informação e práticas documentais: os atores sociais e o trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV) Da teoria matemática para uma proposta de teoria crítica da informação: a integração dos conceitos de regime de informação e competência crítica em informação	MORIGI, Valdir Jose; FORNOS, Ana Maria Giovanoni BEZERRA, Arthur Coelho
2021	Os conceitos de informação, documento e regime de informação a partir da perspectiva frohmanniana na ciência da informação: uma revisão sistemática da literatura em periódicos brasileiros	ZAMMATARO, Ana Flávia Dias; ALBUQUERQUE, Ana Cristina

Fonte: produzido pela autora durante a pesquisa.

Tabela 2 – Resultados de busca junto à Brapci com o uso do descritor “regime de informação” no campo título.

Descritores	Total de artigos recuperados	Distribuição dos artigos por ano					
		2016	2017	2018	2019	2020	2021
“regime de informação”	7	0	0	1	3	2	1

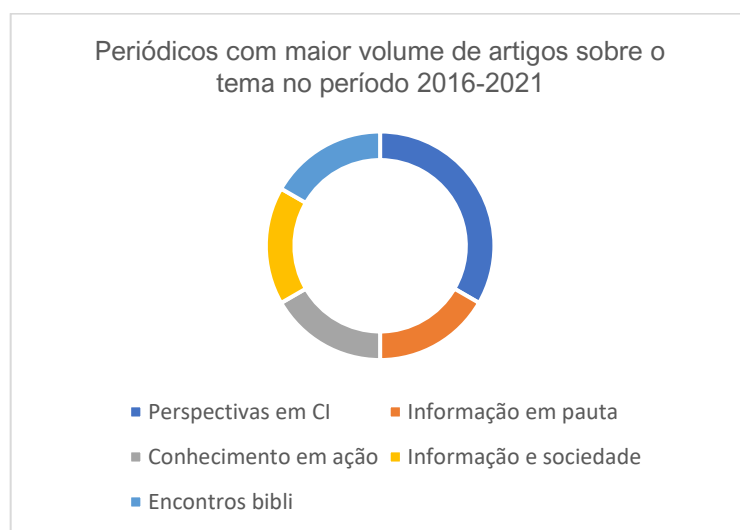
Fonte: produzido pela autora durante a pesquisa.

O levantamento realizado totalizou quarenta e oito (48) artigos, sendo que os anos de 2017 e 2018 foram os mais produtivos para a temática. A pesquisadora Isa Maria Freire, com onze (11) publicações, e a instituição a qual está afiliada, a Universidade Federal da Paraíba, com quatorze (14) pesquisas, são as que apresentaram maior quantidade de trabalhos com a temática regime de informação. Em relação ao tipo de fonte bibliográfica, vinte e seis (26) artigos foram recuperados de anais do Enancib e os outros vinte e dois (22) foram recuperados de doze (12) periódicos diversos.

Dos doze (12) periódicos apontados no levantamento bibliográfico, cinco (5) deles possuem mais de uma (1) publicação (veja Gráfico 1), assim distribuídos: quatro (4) em Perspectivas em Ciência da Informação (publicação trimestral da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais), duas (2) em Revista Informação em Pauta (revista multidisciplinar da área de Ciências Sociais Aplicadas,

de publicação semestral, da Universidade Federal do Ceará), duas (2) em Revista Conhecimento em Ação (periódico semestral da Universidade Federal do Rio de Janeiro), duas (2) em Informação e Sociedade: estudos (Portal de periódicos da Universidade Federal da Paraíba) e duas (2) em Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação (Portal de periódicos semestral da Universidade Federal de Santa Catarina).

Gráfico 1 – Periódicos com maior volume de artigos publicados no período 2016-2021.



Fonte: produzido pela autora durante a pesquisa.

A literatura recuperada no Quadro 2 e no Quadro 3 sobre a categoria regimes de informação foi relevante para o reconhecimento de importantes publicações, dos diferentes contextos de pesquisa e aplicações dentro dos respectivos domínios disciplinares, bem como para o desenvolvimento teórico da dissertação. Verificamos que a discussão sobre regimes vem ocorrendo em ambientes de informação diversos, tais como canais de comunicação científica, organizações nacionais e internacionais, laboratório de tecnologia acadêmico, cafeicultura brasileira, biblioteca escolar, biblioteca multinível, dentre outros.

No panorama apresentado, além de diferentes contextos, há também diferentes assuntos no mesmo campo conceitual ou campos que permitem que o conceito de regime de informação se destaque, demonstrando boa aplicabilidade em aspectos teóricos e práticos, tais como inteligência coletiva, políticas de informação, materialidade da informação, espaços de significação, desinformação, teoria crítica em

informação. A presente dissertação, dentro desse escopo de regimes de informação, aproximou-se da abordagem do *organizing*, no domínio dos estudos organizacionais, permitindo a análise de aspectos da cultura material do ambiente de pesquisa à luz da sociomaterialidade.

2.1.1 Fundamentos teóricos e conceituais

Na década de 1980, alguns pesquisadores, destacando-se Bruno Latour, com o intuito de contribuir com os estudos de ciência, tecnologia e sociedade, desenvolveram a Teoria Ator-Rede (TAR), um aporte teórico-metodológico também chamado sociologia das associações² e caracterizado especialmente pela ideia de simetria entre elementos materiais e imateriais. Para a Teoria Ator-Rede, elementos humanos e elementos não humanos, suas propriedades e relações, competências e agrupamentos (LATOUR, 1994) fazem parte das construções naturais e sociais do nosso mundo e aos estudos científicos atribui-se a sensível tarefa de descrever e explicar como esses elementos se organizam e se relacionam, ora se distanciando, ora se reunindo em múltiplos arranjos e constituindo sistemas em redes.

Por volta da década de 1980, Michel Foucault, a partir de teorias voltadas para a influência da relação entre poder e conhecimento no controle social exercido nas instituições, apresenta a noção de dispositivo, descrita na obra “Microfísica do poder”, como “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 1979, p. 138). Para Foucault, existe um tipo de jogo entre esses elementos, que interagem e assumem estrategicamente, dentro da rede que se manifestam, a posição ou forma que dá sentido à contextualidade.

A literatura sobre regimes de informação encontra-se em fase de maturação na Ciência da Informação. Dentre os estudos, evidenciamos os de Maria Nélide González de Gómez, que foram utilizados como base analítica central desta pesquisa. A professora é argentina radicada no Brasil e atua como docente e pesquisadora na

² A sociologia das associações também se vincula à sociologia das traduções conforme discutido por Latour (1994), Callon (1986) e Fortes (2020).

Universidade Federal Fluminense (UFF) e no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). A abordagem teórica do conceito de regime de informação constituída por González de Gómez decorre de uma rica construção, iniciada na década de 1990, influenciada por teorias filosóficas dos renomados autores Bruno Latour e Michel Foucault e pelos diálogos com Bernd Frohmann e Sandra Braman (ALVES, BEZERRA, 2019).

Segundo González de Gómez (2019), a apropriação do conceito de regime de informação nos estudos sobre informação foi anunciada primeiramente por Bernd Frohmann em 1984 e desenvolveu-se a partir das bases analíticas e metodológicas da Teoria Ator-Rede (TAR) de Latour e da influência de Foucault, em especial sobre a atenção que firmava às relações de poder (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; CHICANEL, 2008). Assim, Frohmann (1995) apoiou seus estudos no trânsito informacional, observando processos e práticas desenvolvidos na relação entre os elementos (humanos e não humanos) de uma rede, conforme explicita a TAR. E na direção de Foucault, evidenciou os artefatos tecnológicos, estruturas que configuram os dispositivos de poder e se efetivam na formação discursiva por meio da materialidade de sujeitos e documentos (BEZERRA *et al.*, 2016).

O regime de informação a partir de Frohmann trata de forma abrangente os estudos sobre políticas de informação, pois contempla as relações existentes na rede (grupos sociais, interesses, discursos, artefatos científicos e tecnológicos) e os processos de estabilização de conflitos entre eles (MAGNANI; PINHEIRO, 2011). Frohmann (1995) também amplia as discussões no âmbito da Ciência da Informação quando retrata o fluxo existente nas redes pela ótica da produção (produtores específicos), disseminação (via estruturas organizacionais específicas) e uso (consumidores específicos) da informação. Assim, definiu regime de informação como:

“[...] um sistema ou rede, mais ou menos estável, no qual informação flui através de determinados canais – dos produtores específicos, via estruturas organizacionais específicas, para consumidores ou usuários específicos. A difusão por rádio e TV, os distribuidores de filmes, as publicações acadêmicas, as bibliotecas, os fluxos de dados transfronteiriços, a emergente infovia: todos são nós de redes de informação ou elementos de um regime de informação específico (FROHMANN, 1995, p. 4).

É certo que o Estado é reconhecido como um importante produtor de informação para os diversos setores da sociedade e que sua autoridade o determina responsável pela elaboração de políticas que apoiam o exercício da governabilidade. No entanto, no desenvolvimento de estudos sobre regimes de informação, Frohmann (1995) criticou a atuação restrita das políticas de informação (que se encontravam substancialmente atreladas às políticas estatais) e defendeu a necessidade de enfatizar outros contextos, pois, segundo ele, a formação de um regime é um processo por meio do qual novas formas políticas emergem fora do domínio político (CARVALHO, 2009).

A abordagem de Frohmann (1995) destaca o regime de informação como uma “[...] rede heterogênea de actantes [...]” composta de humanos e não humanos, um dos princípios da Teoria Ator-Rede que, segundo o autor, funciona como um importante aporte teórico-metodológico. A contribuição da Teoria Ator-Rede para os regimes de informação gira em torno da potencialidade dessa teoria em reconhecer e analisar fatores reais (sociais e discursivos) envolvidos na construção de redes com acesso à informação relevante e de interesse individual e social, bem como contribuir para o processo decisório nesses contextos (LATOURET, 2012).

A construção dos regimes de informação perpassa as análises de Sandra Braman, que deu ênfase à teoria dos regimes, estudo das relações internacionais que desde a sua origem tem dado atenção aos aspectos informais e culturais no desenvolvimento de políticas de gestão governamentais (BRAMAN, 2004). Carvalho (2009) explica que a autora apresentou o conceito de regime global de informação que, motivado pela globalização e pelo desenvolvimento tecnológico, se formou a partir da transformação do valor da informação (pública ou privada), que passou a ser admitida também pelo seu valor econômico, como uma *commodity* (CARVALHO, 2009).

Magnani e Pinheiro (2011) descrevem como Braman (2004) apresentou o conceito de regime global de informação com base nos fundamentos do regime internacional da ciência política, no qual discute: a) o foco na relação entre os atores, b) a necessidade de transparência nos fluxos de informação, instrumento importante para a construção de um sistema de governança democrático e uma sociedade civil expressiva; c) o reconhecimento das redes, visto que os instrumentos tradicionais de

análise não dão conta dos problemas decorrentes das relações entre Estado e sociedade, mediadas pelas novas tecnologias; e d) o reconhecimento da informação enquanto instrumento de poder (BRAMAN, 2004).

Na aplicação do conceito de regimes de informação como recurso analítico, Braman (2004) sinaliza que é possível identificar o modo de produção de informação dominante ou preferencial, pois a) podem coexistir mais de um regime de informação quando se articulam ações, meios e recursos de informação em um mesmo contexto; e b) nas ações de informação, de natureza relacional, ocorrem as escolhas prescritivas daquilo que será reconhecido como dispositivo: as instituições, regras, autoridades, meios, recursos, padrões e arranjos organizacionais em certo contexto, organização ou ordem sociocultural e política (MAGNANI, PINHEIRO, 2011).

Com base nos estudos de Bernd Frohmann e Sandra Braman, a pesquisadora González de Gómez (1999, 2002, 2012, 2019) vem desenvolvendo uma teoria dos regimes de informação que acompanha as transformações da sociedade contemporânea e que busca envolver as complexidades desse cenário, que se modifica constantemente sob influência das inovações trazidas pelo desenvolvimento científico e aperfeiçoamento das tecnologias. Essas, por sua vez, impactam toda a sociedade, pois a velocidade da distribuição da informação molda um estilo de vida típico dessa condição.

Dada a abrangência dos regimes de informação, torna-se capaz de reunir todos os outros regimes: sociais, econômicos, culturais, das comunidades e também do Estado (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003), o que o fortalece como um conceito/modelo propício para refletirmos sobre políticas de gestão da informação nas organizações com base no regime de informação para o qual se pretende empreender (UNGER, 2006). O alinhamento entre regimes de informação, gestão da informação e organizações torna-se possível dada as características das organizações contemporâneas que, de forma independente e autônoma, se instituem responsáveis por formular normas e dar direção aos fluxos de informação geradores de conhecimento (BRASILEIRO; FREIRE, 2013).

Um regime de informação pode ser definido como um produto, gerado a partir do mapeamento de um ambiente de informação, o que o torna um elemento singular e exclusivo. Ao mesmo tempo é um elemento global quanto à abrangência, pois

observa diferentes categorias, em várias direções, com amplo alcance de informações, possibilitando o reconhecimento de processos constituídos por sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, recursos, dispositivos, artefatos e pelas relações que constroem, caracterizando um conjunto de práticas que se estabilizam e mantêm um regime de informação.

A clássica definição apresentada por González de Gómez (2002), reformulou a proposição de Frohmann, apresentando regime de informação como:

[...] um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição. Um regime de informação constituiria, logo, um **conjunto mais ou menos estável de redes sociocomunicacionais formais e informais** nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos [...] (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p.34, grifo nosso).

Em sua trajetória, González de Gómez (1999; 2002; 2003; 2012) propõe um modelo analítico de regimes de informação constituído por quatro (4) elementos: atores, ações de informação, dispositivos e artefatos, conforme representado na Figura 1. Esse modelo foi utilizado para identificar o regime de informação dominante no ambiente de pesquisa estudado e as características dos elementos serão apresentadas no capítulo referente à análise de dados.

Figura 1 – O ambiente de informação sob um regime de informação.



Fonte: a partir de Nascimento (2015).

Com o desenvolvimento dos estudos sobre regimes de informação, González de Gómez (2012) reelaborou o escopo do conceito de regimes de informação considerando as análises de Poster (modo de informação), Frohmann (regime de informação) e Braman (regime global de informação) afirmando a necessidade de pensar a informação de forma mais ampla, englobando outras 'zonas epistemológicas' (ciências humanas, ciências sociais, ciências políticas) e permitindo olhar condições informacionais da cultura e da economia que não eram consideradas nos estudos.

A flexibilização do conceito deu ênfase nas dinâmicas e não nas estruturas, permitindo associações das ações de informação aos contextos de natureza regulatória e tecnológica que agem sobre os diversos domínios, seja de atividades, agências ou organizações (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012).

O regime de informação remete à distribuição do poder formativo e seletivo entre atores e agências organizacionais, setores de atividades, áreas do conhecimento, regiões locais e redes internacionais e globais, seja pela definição e construção de zonas e recursos de visibilidade informacional, seja pela sonegação e/ou substituição de informações de outro modo socialmente disponíveis ou acessíveis, seja por efeitos não totalmente intencionais da agregação de ações e meios, sobre aquilo que se define, propicia e mobiliza como valores de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 28).

González de Gómez (2019), no artigo 'Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação', atualiza as discussões sobre o conceito de regime de informação e apresenta alguns deslocamentos práticos e discursivos que ocorreram nos estudos de informação, com foco para as novas formas de poder informacional, representadas pelas tecnologias computacionais e redes digitais, e mais recente ainda pela 'plataformização das infraestruturas'. Com isso, os regimes de informação abrangem novas categorias de análise envolvendo tecnologias, interações e princípios normativos que possam dar conta do cenário tomado pela inovação tecnológica (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2019).

A maturação do conceito não tem sido obstáculo para a sua recorrente instrumentalização como um recurso interpretativo (BEZERRA *et al.*, 2016). Pelo contrário, a construção de um modelo teórico que acompanha as tendências dos estudos sobre informação nos diferentes campos científicos em todo o mundo (campo social, da pesquisa científica, da comunicação, da política internacional) e que apresenta uma densa produção de literatura com o intuito de reunir os regimes a que estamos cotidianamente sujeitos permite aos pesquisadores uma ampla experiência por meio dos regimes de informação, com foco para a operacionalização de processos investigativos dirigidos às relações entre política, informação e poder.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA SOCIOMATERIALIDADE NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

As transformações sociais, comerciais e tecnológicas decorrentes do capitalismo do fim do século 19, marcadas sobretudo pelo pensamento científico e sistemático do Iluminismo europeu, fomentaram novos modos de produção e de organização da sociedade, pautados no ordenamento técnico-científico, na racionalização e no controle gerencial, buscando meios de administração mais eficientes que os métodos de trabalho vigentes, mais próximos à estrutura do seu tempo (WATSON, 2005; MOTTA, 2015). Nesse cenário desenvolveram-se os estudos organizacionais, que se estabeleceram mais adiante, na década de 1950 do século 20, com base na teoria dos sistemas³, que trouxe a noção de ‘organizações’ ligadas a unidades delimitadas (DUARTE; ALCADIPANI, 2016).

As complexidades do mundo do trabalho conduziram à construção de variados paradigmas sobre as organizações e seus fenômenos no campo da Administração, atrelados de modo geral ao pensamento modernista que serviu de base para construir a noção que temos hoje sobre as organizações e seus fenômenos: “[...] um sistema social limitado, com estruturas e objetivos específicos e que atua de forma mais ou menos racional e coerente” (DUARTE; ALCADIPANI, 2016, p. 58).

Em se tratando de abordagens teóricas contemporâneas, os estudos organizacionais têm se direcionado para uma linha de estudos críticos, com foco no “[...] significado dos fatos e comportamentos que ocorrem no âmbito das práticas organizativas” (THIOLLENT, 2014, p. 3), afastando-se da habitual tendência racionalista e da caracterização de ‘paradigmas múltiplos’ no ensino da Administração (WATSON, 2005). Ocorre, então, um distanciamento da concepção objetiva das organizações, firmadas em análises dicotômicas da realidade (MOURA; BISPO, 2019) e, ao mesmo tempo, a aproximação com lógicas mais relacionais de abordagem e de pesquisa, com foco nos fenômenos da vida cotidiana.

Watson (2005) apresenta duas formas para definir as realidades organizacionais na atualidade: a ‘sistêmico-controladora’ e a ‘processual-relacional’. O autor explica

³ Método desenvolvido pelo cientista alemão Ludwig von Bertalanffy, em 1960, que se baseia no princípio que o desempenho de um sistema depende de como ele se relaciona com o todo. Abarcou várias áreas do conhecimento e tornou-se aplicável também às organizações.

que, apesar de ser definida como um sistema, composto de diferentes elementos, cada um com sua função específica, as organizações coordenadas pelo viés sistêmico-controlador são como um sistema mecanizado, controladas por gestores que conduzem ao cumprimento de metas organizacionais objetivas e programadas para “[...] converter insumos em produtos finais” (WATSON, 2005, p. 15-17).

O modelo processual-relacional, por sua vez, considera as organizações como um fenômeno dinâmico típico das atividades sociais e humanas, construídas pelo encontro entre formas sociais, econômicas, políticas e culturais e considera que os significados nelas produzidos são mais próximos da realidade, pois espelham a sociedade e o Estado. Nesse modelo não existe uma cultura organizacional pré-determinada ou um padrão a ser seguido, visto que as práticas individuais e gerenciais surgem na vivência, permitindo que o indivíduo compreenda o mundo e suas relações por meio da experiência, do diálogo e da negociação com os demais (WATSON, 2005).

O movimento que enfatiza a natureza processual das organizações foi denominado por Karl E. Weick, no ano de 1979, pelo termo *organizing*. Para o autor, faz sentido que as organizações sejam compreendidas enquanto verbos justamente para realçar sua condição “contínua e dinâmica” (DUARTE, ALCADIPANI, 2016). Por isso, distancia-se da compreensão de entidades estáveis e aproxima-se das práticas cotidianas, ressaltando, assim, a complexidade dos processos que se desenvolvem na construção das atividades sociais, que ocorrem sempre relacionando pessoas, organizações e o ambiente social que as cercam (WATSON, 2005).

Dentre as teorias sociais que atravessam as pesquisas nas ciências sociais, apresentamos a teoria das práticas⁴, que se destacou nas décadas de 1970 e 1980 como um tipo específico de teoria cultural (RECKWITZ, 2002). Segundo Reckwitz (2002), a forma como a teoria das práticas busca compreender as ações humanas e a ordem social, diferentemente de outras teorias culturais que priorizam a mente, o discurso ou a interação, por exemplo, está pautada no campo da prática. Um dos

⁴ A menção feita à teoria das práticas nessa pesquisa tem a intenção de informar sobre a virada da prática, dada a representatividade do movimento e a influência que exerce na literatura dos estudos organizacionais contemporâneos, bem como situar, em termos teóricos, a abordagem da sociomaterialidade, apresentada pelos estudiosos organizacionais como uma vertente dessa teoria. Também embasa a análise dos regimes de informação a partir das práticas ou ações de informação.

principais representantes dessa teoria no domínio das organizações, Theodore Schatzki considera que todos os fenômenos sociais estão enraizados nas práticas (SCHATZKI, 2001), inclusive os fenômenos organizacionais, definidos como um conjunto de “[...] atividades humanas centralmente organizadas em torno de uma compreensão prática compartilhada” (SCHATZKI, 2001, tradução nossa).

Seguindo a ontologia do *organizing*, a teoria das práticas influenciou os estudos organizacionais de tal maneira que várias teorias seguiram a tendência dos estudos das práticas, definindo uma corrente cujos autores consideram as práticas como “[...] o elemento constitutivo da vida social” (LOSCHER; SPLITTER, 2019, tradução nossa). Nessa teoria o significado de práticas está relacionado a “[...] ações coletivas, de humanos e não humanos, em uma relação renovada continuamente” (SILVA; SILVA, 2019). Esse movimento ficou conhecido como ‘virada da prática’ ou ‘mudança para um foco na prática’, interessado especialmente no ‘mundo da vida’, palco dos fenômenos sociais coletivos cotidianos, compreendendo as ações como ‘estruturas simbólicas’ que influenciam a forma como o mundo é interpretado (RECKWITZ, 2002) e os agentes como aqueles que (re)produzem ou o (re)constroem o mundo imprimindo nele suas marcas, gestos e mentalidades.

Nessa perspectiva, tratamos da sociomaterialidade, abordagem que os estudiosos organizacionais reconhecem como “[...] emaranhamento constitutivo do social e do material na vida organizacional cotidiana” (ORLIKOWSKI, 2007, p. 1438), onde as práticas sociais são compreendidas também como práticas materiais (ORLIKOWSKI, 2007). Assim, o cotidiano permeado de materialidade e a sua intrínseca relação com o social preconiza a realidade organizacional como práticas sociomateriais, sendo a sociomaterialidade o elemento único, homogêneo, indissociável e estrutural dos processos organizativos (ORLIKOWSKI, 2007).

A premissa que evidencia a materialidade presente nos fenômenos sociais nos leva a entender que a compreensão de práticas específicas necessariamente envolve apreender configurações materiais (SCHATZKI, 2001) e conduziu a presente pesquisa a aproximar-se da sociomaterialidade, vertente dos estudos organizacionais ligada à teoria das práticas, chamando atenção para as práticas (ações) e o papel dos objetos e tecnologias (artefatos) no contexto de pesquisa estudado, devido aos significados expressivos que eles conferem ao meio.

A Teoria Ator-Rede, proveniente da sociologia da pesquisa, é comumente utilizada como aporte teórico-metodológico em várias áreas científicas, inclusive nos estudos organizacionais e, desde 1995, registra-se o uso dessa teoria no mapeamento de fenômenos informacionais na Ciência da Informação (ANDRADE; MARQUES, 2021). Dentre as propostas de estudos da TAR, destacamos as aplicações de Latour e o incentivo para se definir um olhar simétrico na compreensão da ‘relação homem-tecnologia’ (LATOURE, 2009). Assim, utilizamos essa compreensão para enfatizar a influência dos artefatos tecnológicos no regime de informação dominante de um contexto organizacional.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente dissertação consistiu em pesquisa do tipo exploratório-descritiva, de abordagem qualitativa, operacionalizada a partir de pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. Buscamos sistematizar, a seguir, as características e o percurso metodológico para a construção do conhecimento pretendido.

Durante a etapa exploratória, utilizamos a pesquisa bibliográfica para delineamento do estado da arte sobre regimes de informação, percurso detalhado anteriormente na seção 2.1. Após, realizamos uma leitura seletiva, a fim de identificar as referências mais pertinentes para constituição do referencial teórico. A pesquisa bibliográfica compreende um amplo alcance de informações, que devem ser aprimoradas pelo pesquisador a partir de escolhas que o conduzirão à construção dos objetivos pretendidos, bem como, segundo afirma Gil (2002), serão úteis a melhor definição do quadro conceitual sobre o objeto de estudo.

Utilizamos na sequência a pesquisa documental a fim de aprofundar o conhecimento sobre o ambiente de pesquisa explorado, dando base para o conjunto sobre a descrição do ambiente e também para o reconhecimento de ações, dispositivos e artefatos que estão presentes nas práticas organizativas da SUPG. As principais fontes utilizadas foram os *sites* institucionais da universidade, regimentos (da UFES, da PRPPG, dos PPG) e o processo de criação do setor, constituído de atas, memorandos, decisões, despachos, entre outros.

Segundo Creswell (2016), a pesquisa qualitativa inclui os ambientes naturais delimitados e a coleta de dados ocorre por meio de “[...] conversa direta com as pessoas e da observação de como elas se comportam e agem dentro do seu contexto” (CRESWELL, 2016, p. 208). Em concordância com a abordagem qualitativa, a pesquisa também foi operacionalizada por estudo de caso, que propiciou, durante a etapa descritiva, a produção e a análise de dados não obtidos nas etapas anteriores, de modo mais verticalizado.

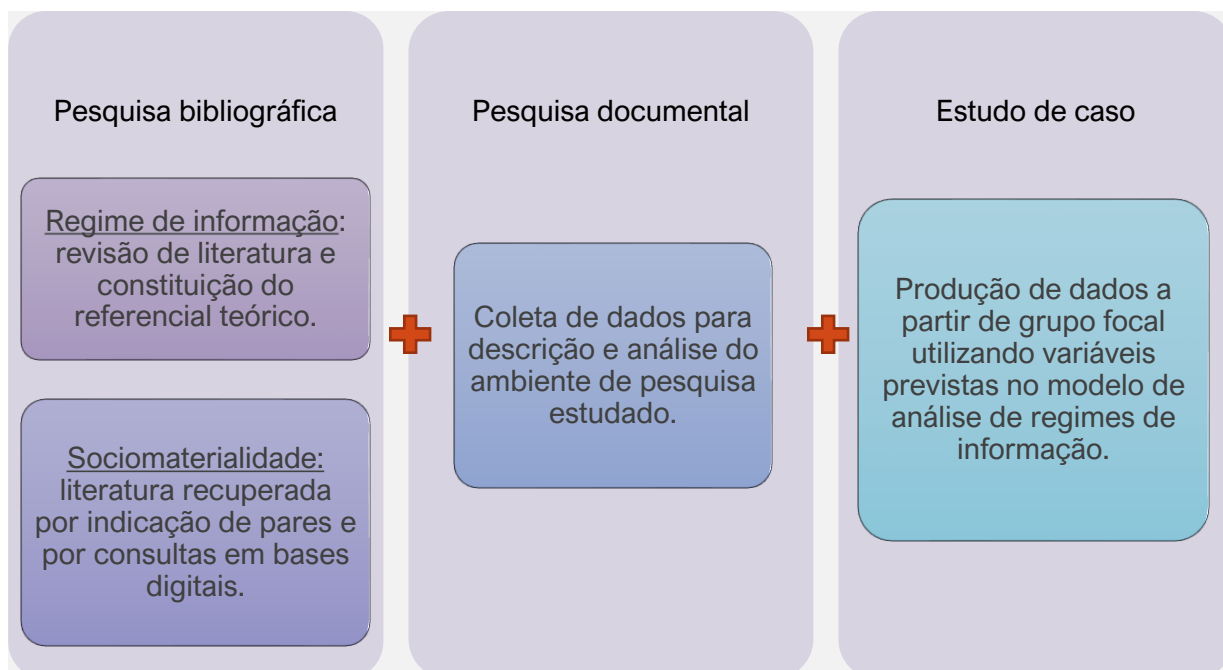
Dentro dessa perspectiva, realizamos um grupo focal, técnica de coleta de dados que busca o reconhecimento de concepções, percepções grupais, a partir de amostra intencional sobre determinado tema, recurso ou processo (BACKES *et al.*, 2011). A proposta de produção de dados a partir de grupo focal foi pensada para estimular processos de interação entre os participantes e reunir informações sobre as

práticas do setor, como um recurso ou fonte de evidências que propicia, segundo Backes *et al.* (2011), tanto o acesso às informações, como também às respectivas análises a partir de novas concepções ou problematizações. Para fins de descrição das falas do grupo focal, os participantes foram numerados de 1 a 5, e foram identificados como Sujeitos.

Na articulação entre as discussões sobre regimes de informação e sociomaterialidade utilizamos uma narrativa híbrida, baseada na Teoria Ator-Rede, ao tratar dos actantes/atuantes (atores) humanos e não humanos, pois entendemos que certos contextos podem demandar abordagens em mais de uma área ou campo, cuidando-se, nesses casos, de observar-se as relações estabelecidas.

Vale destacar que não existe na literatura uma metodologia padrão para identificar e analisar o regime de informação dominante em um ambiente de informação (CARVALHO, 2009). O percurso dessa pesquisa constitui, portanto, uma abordagem própria, conforme as etapas demonstradas na Figura 2.

Figura 2 – Estratégia metodológica de coleta e análise dos de dados.



Fonte: elaborado pela autora durante a pesquisa.

4.1 COMPONENTES DA PESQUISA

Nesta seção descrevemos as características metodológicas gerais que estruturam a presente dissertação, sintetizadas no Quadro 4.

Quadro 4 - Características metodológicas da pesquisa

Tema	Configurações de regimes de informação em uma secretaria unificada de pós-graduação da UFES.	
Problema	Como se configura o regime de informação dominante na Secretaria Unificada de Pós-Graduação do CCJE/UFES?	
Abordagem	Qualitativa.	
Tipologia	Quanto aos objetivos da pesquisa: Exploratório-descritiva.	
	Quanto aos procedimentos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo de caso.	
Estratégia de coleta e produção dos dados	<p>Pesquisa bibliográfica: levantamento bibliográfico para elaboração da revisão de literatura, do referencial teórico e da análise e discussão dos dados produzidos. Foram utilizados livros, publicações periódicas, artigos de eventos, dissertações e teses.</p> <p>Pesquisa documental: levantamento documental a partir de: documentos institucionais tais como regimentos, resoluções, projetos, atos normativos que nortearam a descrição do ambiente de pesquisa.</p> <p>Estudo de caso: Realização de grupo focal.</p>	
Fontes de evidência	Livros e publicações periódicas, documentos institucionais e equipe SUPG.	
Objeto empírico	Ambiente organizacional, ambiente informacional e rede de relações da SUPG.	
Quais desdobramentos fundamentais a questão problema propicia?	Objetivo geral	Analisar o regime de informação dominante da Secretaria Unificada de Pós-Graduação (SUPG)
	Objetivos específicos	<p>Descrever a estrutura organizacional e administrativa da SUPG</p> <p>Discutir os fundamentos teórico-metodológicos do conceito de regimes de informação.</p> <p>Descrever o regime de informação dominante na SUPG.</p> <p>Discutir articulações e aproximações teórico-conceituais entre regimes de informação e sociomaterialidade.</p> <p>Descrever como os artefatos, sob a ótica da sociomaterialidade, influenciam o contexto de regimes de informação.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

4.2 AMBIENTE DE PESQUISA

Na perspectiva da gestão que conduziu o processo de integração das secretarias administrativas dos programas de pós-graduação do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo (CCJE/UFES) a estrutura departamental do modelo universitário brasileiro é passível de críticas. Assim, a unificação configurou-se como uma ação deflagrada para dar início às mudanças de cultura e comportamentos organizacionais, com o intuito de promover a racionalização, a comunicação intersetorial e estimular ações interdisciplinares (FREITAS JÚNIOR *et al.*, 2015).

Nessa sessão descrevemos o ambiente de pesquisa a fim de situar o seu campo de atuação na universidade, trazendo um breve histórico da criação do setor, atual configuração e atividades desenvolvidas.

4.2.1 Breve histórico

O início da construção da Universidade Federal do Espírito Santo deu-se em 1954 na gestão do governador Jones dos Santos Neves, com a criação da Universidade do Espírito Santo, vinculada ao governo estadual e formada a partir da reunião de institutos privados que atuavam isolados na cidade de Vitória, Espírito Santo, tais como Faculdade de Odontologia, Direito e Educação (MORAES, 2012).

Anos após a sua criação, em 1961, o presidente da república Juscelino Kubitschek sancionou a Lei n. 3.868, de 30 de janeiro de 1961, incluindo a entidade no sistema federal de ensino, sendo oficialmente denominada Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). No entanto, apenas em 1968 iniciou-se o processo de estruturação administrativa, com o Decreto n. 63.577, de 08 de novembro de 1968, que determinou a extinção das escolas e institutos - que ainda permaneciam em espaços físicos de origem e com certa autonomia (MORAES, 2012).

Posteriormente, instituiu oito (8) unidades de ensino: Centro de Estudos Gerais, Centro de Artes, Centro Tecnológico, Centro Agropecuário, Centro Bio-Médico, Centro de Educação Física e Desportos, Centro Pedagógico e Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Com a nova estrutura, os centros acadêmicos foram

fisicamente instalados em uma área destinada à construção de um *campus* universitário, a partir da desapropriação, em 1966, do Victoria Golf & Country, situado no bairro Goiabeiras (Vitória/ES) (MORAES, 2012).

Concluído o breve histórico da origem e levando em conta a sua trajetória até a atual configuração, verificamos que a estrutura física, administrativa e acadêmica da Universidade Federal do Espírito Santo vem sendo progressivamente construída para o cumprimento de seu papel institucional, que tem como base o ensino, a pesquisa e a extensão. Segundo o Estatuto da UFES, redação dada pela Resolução n. 10/2001-CUn e Cepe (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2001), a atribuição da universidade é formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento - aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira - e incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica. Tais funções se cumprem por meio da oferta de cursos de graduação e de pós-graduação.

4.2.2 A pós-graduação na UFES e no CCJE

A pós-graduação *stricto sensu* da UFES oferta os cursos de mestrado (acadêmico e profissional), doutorado e estágio pós-doutoral. Ao oferecer aos egressos a continuidade dos estudos após a graduação, a universidade possibilita a formação mais ampla e aprofundada em áreas de conhecimento e a qualificação para atuarem em atividades do magistério superior e no desenvolvimento da pesquisa científica, conforme prevê o Regulamento Geral da Pós-Graduação da UFES, sendo a última versão atualizada expedida por meio da Resolução nº 03/2022/Cepe, de 28 de janeiro de 2022.

Sobre a origem na UFES, o pioneiro foi o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), fundado em 1978. Atualmente a universidade conta com noventa e quatro (94) programas⁵, todos geridos pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), setor responsável pela condução da política institucional dos cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado com base no Regulamento Geral.

⁵ Informação constante na lista de cursos fornecida pela PRPPG/UFES em 2022.

Na estrutura organizacional da UFES, as atividades acadêmicas estão ligadas aos centros de ensino, que agrupam os cursos de acordo com a estrutura curricular. Os centros são formados pelo Conselho Departamental, Diretoria, Departamentos e Secretarias e são responsáveis pela gestão administrativa, financeira, didático-curricular, científica e disciplinar das atividades realizadas nessa instância. Os Programas de Pós-Graduação (PPG), por sua vez, estão vinculados à Diretoria e atuam por meio da Coordenação de Curso e da Secretaria Administrativa (UFES, [1971]).

No Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), onde está localizado o ambiente desta pesquisa, são ofertados atualmente sete (7) cursos de pós-graduação: Administração (mestrado e doutorado), Ciência da Informação (mestrado), Ciências Contábeis (mestrado e doutorado), Direito (mestrado), Economia (mestrado e doutorado), Gestão Pública (mestrado profissional) e Política Social (mestrado e doutorado).

O Centro também já atuou em parceria com dois doutorados interinstitucionais (Dinter-UnB e Dinter FGV-EBAPE) e, recentemente o Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGADM/CCJE) estabeleceu parceria com o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) para oferta do Mestrado Interinstitucional em Administração (Minter), com vagas destinadas para servidores do Ifes e ingresso da primeira turma em 2021.

4.2.3 A criação da Secretaria Unificada de Pós-Graduação (SUPG)

Segundo o Regulamento Geral da Pós-Graduação da UFES, os Programas de Pós-Graduação têm por objetivo coordenar, administrar e executar o ensino de pós-graduação *stricto sensu* e as atividades de pesquisa relacionadas aos mesmos. Cada programa é constituído de uma Secretaria Administrativa (SA), responsável pelo suporte operacional a atividades diversificadas, considerando as diferentes frentes de trabalho em que atuam (UFES, 2022).

No caso específico do CCJE, a configuração das secretarias administrativas passou por mudanças estruturais nos últimos anos. Antes da unificação, cada departamento, colegiado de curso ou programa de pós-graduação possuía uma sala (constituída de mobília de escritório, computador e impressora) destinada às atividades de secretaria, sendo assistidos por um servidor Técnico-Administrativo em

Educação (TAE) e por estudantes de graduação pertencentes ao Programa Integrado de Bolsas (PIB), na época vinculado à Pró-Reitoria de Graduação (Prograd/UFES). Algumas delas também contavam com apoio de funcionários terceirizados.

Com o início da nova gestão no CCJE em 2013, iniciaram-se os trabalhos para implantação de um novo modelo de gestão para as Secretarias Administrativas, incluindo as da pós-graduação, pautado no conceito de secretaria unificada. Para discutir a viabilidade da proposta de unificação, foram articuladas reuniões técnicas entre diretor, coordenadores de curso e servidores técnicos, culminando na elaboração de um projeto para criação da Secretaria Unificada de Pós-Graduação (SUPG/CCJE), conforme documentado no processo n. 23068.09453/2015-15.

Em março de 2016 o Magnífico Reitor assinou a Decisão n. 17/2016, autorizando a criação da secretaria unificada, após aprovação do referido projeto no Conselho Departamental (CD/CCJE) e Conselho Universitário (CUn). Vale destacar que a adesão à nova estrutura foi voluntária por parte da coordenação do programa, e por esse motivo não contemplou o Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGDIR) - contrário à adesão - e o Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública (PPGGP) - que na ocasião ainda não havia se manifestado.

O projeto previa melhorias com a nova estrutura, tais como modernização da gestão da secretaria, padronização de processos e rotinas, espaço físico unificado para a otimização de recursos materiais e humanos, horário de funcionamento do setor ampliado ao período noturno e realizado de modo ininterrupto, compartilhamento de conhecimento entre os técnicos, possibilidade de capacitação e flexibilização de jornada de trabalho.

Com a aprovação, a Direção do CCJE disponibilizou uma sala situada no térreo do Anexo II, entre o ED I e o ED II, para alocar a nova sede administrativa da pós-graduação no Centro. Em 02 de maio de 2016, os servidores, funcionários terceirizados e bolsistas se reuniram para compor o novo setor, formado pelos Programas de Pós-Graduação em Administração, Ciências Contábeis, Economia e Política Social, e assim, dar continuidade aos trabalhos da pós-graduação, com foco nas adequações das atividades ao formato descrito no projeto. Em 2017, com a redução do repasse de recursos do governo federal para as universidades e medidas para diminuir o gasto orçamentário, a secretaria deixou de contar com os funcionários

terceirizados⁶. Nesse mesmo ano o Mestrado Profissional em Gestão Pública aderiu à secretaria unificada.

Em 2018, o CCJE já contava com três secretarias unificadas: de departamentos, de graduação e de pós-graduação. Naquele ano foram disponibilizados novos espaços físicos para alocar as estruturas unificadas, localizados estrategicamente para dar mais visibilidade e facilitar o acesso de seus públicos. A Secretaria Unificada de Pós-Graduação ocupou a sala anteriormente denominada 201, com espaço para oito (8) estações de trabalho e um local destinado para café e pequenas reuniões, conforme pode ser observado nas Figuras 3, 4 e 5.

Figura 3 – Secretaria Unificada de Pós-Graduação



Fonte: acervo da SUPG.

Figura 4 – Secretaria Unificada de Pós-Graduação



Fonte: acervo da SUPG.

⁶ Informações constantes nas atas do Conselho Departamental do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CD/CCJE).

Figura 5 – Sala de reuniões e café da SUPG



Fonte: acervo da SUPG.

As Figuras 3, 4 e 5 representam o espaço físico que denominamos de Secretaria Unificada de Pós-Graduação (SUPG), responsável pelo suporte administrativo e operacional aos programas de pós-graduação do CCJE. Durante a pandemia da Covid-19, em 2020, as instâncias governamentais no Brasil, alinhadas às orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), decretaram o isolamento social como medida de prevenção e combate ao vírus, acarretando a suspensão de atividades presenciais nas universidades, inclusive as de pós-graduação. Com o isolamento social, os servidores da Secretaria Unificada de Pós-Graduação passaram a realizar as atividades em casa, de modo remoto em sua totalidade, guiados por normativas que determinaram a reorganização das atividades e adaptação às novas relações de trabalho.

Em dezembro de 2021 os servidores da SUPG voltaram a trabalhar presencialmente, em escala definida pela Direção de Centro (CCJE) e, em abril de 2022, juntamente com o início do semestre letivo 2022/1, houve o retorno das atividades presenciais em toda a Universidade. Em maio de 2022 a coordenação do Programa de Pós-graduação em Direito (PPGDIR) manifestou interesse em integrar a secretaria unificada, sendo a transferência do servidor viabilizada após a aprovação do pedido pelo Conselho Departamental. Com isso, todas as secretarias dos programas de pós-graduação ofertados pelo CCJE estão integradas à SUPG na atualidade.

4.2.4 Descrição das atividades da SUPG

Apresentamos a seguir o Quadro 5, com o registro das atividades que constam no Processo n. 23068.002927/2018-32 (Concessão de jornada flexibilizada para os TAEs da SUPG/CCJE) e o Quadro 6, Estrutura de macroprocessos da pós-graduação do CCJE, elaborado pela Seção de Gestão de Processos e Projetos em 2019. Esses quadros foram recuperados durante a pesquisa documental e correspondem às atividades institucionalmente registradas sobre o setor.

Quadro 5 – Registro de atividades

1	Receber e atender os candidatos dos processos seletivos quanto aos editais, matrículas, desenvolvimento do curso, bem como aqueles que mesmo não sendo candidatos buscam tais informações.
2	Receber, organizar e distribuir a documentação, solicitada por meio de edital, entregue presencialmente pelos candidatos de processo para a seleção de alunos regulares e especiais.
3	Receber, registrar e distribuir os recursos impetrados presencialmente por candidatos durante os processos seletivos dos programas de pós-graduação.
4	Receber, conferir e efetuar a guarda de solicitação de matrícula e rematrícula entregues presencialmente pelos alunos regulares e especiais dos programas de pós-graduação.
5	Receber, conferir e encaminhar para as unidades cabíveis, internas e externas, a documentação entregue presencialmente pelos discentes contemplados com bolsas disponibilizadas pelas agências de fomento (FAPES e CAPES).
6	Receber e responder às solicitações presenciais e virtuais de várias modalidades de documentação referente à vida acadêmica do corpo discente, como por exemplo: históricos, horários individuais, comprovantes de matrícula, carteiras de estudante, declaração de vínculo com o curso para fins de obtenção e renovação de visto.
7	Receber, conferir e encaminhar para o setor competente a documentação pertinente à solicitação de diploma, sempre entregue presencialmente.
8	Receber e encaminhar para a Biblioteca Central os exemplares de dissertações e teses aprovadas nos programas de pós-graduação, sempre entregues presencialmente.
9	Ouvir e orientar o corpo docente e discente em relação às ações diversas da rotina administrativa e acadêmica dos programas de pós-graduação (realização de eventos, utilização de espaço físico, oferta de disciplinas, vida acadêmica dos alunos etc).
10	Entregar e receber de volta os equipamentos (projektor e notebook) e as chaves das salas de aula e dos laboratórios, ambos disponibilizados em caráter empréstimo para o corpo docente e discente.
11	Receber e direcionar os profissionais terceirizados prestadores de serviços quando da realização de atividades diversas de manutenção, corretiva e

	preventiva, conservação e limpeza dos espaços físicos e equipamentos à disposição dos programas de pós-graduação.
12	Conferir e atestar a realização de serviços realizados por profissionais terceirizados solicitados por meio de expedientes e sistemas internos da UFES.
13	Receber e encaminhar os usuários que chegam à unidade em busca de serviços e pessoas que não estão no âmbito da SUPG, notadamente alunos de graduação e público externo.
14	Identificar, analisar e propor reformulação, a partir da demanda dos usuários, dos fluxos, das rotinas e do leiaute do ambiente de trabalho.
15	Receber e assistir o corpo docente em suas demandas por formalização, execução, fiscalização e prestação de contas de projetos, contratos, convênios e instrumentos correlatos.
16	Receber e assistir o atendimento de diligências internas e externas referentes aos cursos de pós-graduação atendidos pela SUPG.
17	Receber, orientar, organizar e acompanhar os bolsistas do programa PAEPE II em suas atividades.
18	Receber e responder as demandas dos usuários (discentes, docentes e público externo) encaminhadas por meio eletrônico.
19	Receber e responder as demandas dos usuários (discentes, docentes e público externo) encaminhadas por meio telefônico.
20	Editar, distribuir e arquivar a documentação referente à vida acadêmica do corpo discente (declarações, atestados, relatórios etc.), docente (declarações, solicitações, portarias etc.) e do programa (atas, relatorias para reunião etc.).
21	Alimentar os <i>sites</i> dos programas e a agenda da SUPG.

Fonte: Processo administrativo n. 23068.002927/2018-32 (UFES).

Quadro 6 – Estrutura de macroprocessos da pós-graduação do CCJE.

10.110.060.010	Gerenciar vida acadêmica da pós-graduação
10.110.060.010.010	Gerenciar e apoiar ingresso de aluno
10.110.060.010.010.010	Apoiar processo seletivo
10.110.060.010.010.020	Gerenciar e realizar matrícula
10.110.060.010.020	Gerenciar e apoiar desenvolvimento de aluno
10.110.060.010.020.010	Gerenciar e apoiar rematrícula
10.110.060.010.020.020	Gerenciar pedidos de auxílio financeiro
10.110.060.010.020.020.010	Gerenciar bolsas
10.110.060.010.020.020.020	Gerenciar auxílios para participações em eventos
10.110.060.010.020.020.030	Gerenciar auxílios para pesquisas de campo
10.110.060.010.020.020.040	Gerenciar auxílios para publicações
10.110.060.010.020.030	Gerenciar pedidos de qualificação
10.110.060.010.020.040	Gerenciar pedidos de defesa
10.110.060.010.030	Gerenciar desligamento do aluno
10.110.060.010.030.010	Gerenciar e apoiar pedidos de diploma
10.110.060.010.030.020	Auxiliar ações de jubileamento
10.110.060.020	Apoiar a Coordenação do PPG
10.110.060.020.010	Secretariar reuniões de colegiado
10.110.060.020.020	Auxiliar a divulgação e definição de oferta de disciplina
10.110.060.020.030	Gerenciar pedidos de auxílio financeiro para docentes
10.110.060.020.030.010	Organizar e encaminhar pedidos de passagens e diárias
10.110.060.020.040	Gerenciar pagamentos a docentes
10.110.060.020.050	Auxiliar alimentação de plataformas de controle acadêmico
10.110.060.020.060	Auxiliar na seleção de pós-doutorados
10.110.060.020.070	Auxiliar o ingresso de docentes
10.110.060.020.080	Auxiliar a participação do programa em editais de fomento
10.110.060.020.090	Auxiliar a formação de parcerias

Fonte: Estrutura de Macroprocessos da UFES – Seção de Gestão de Processos e Projetos (2019).

4.3 COLETA DE DADOS

Para compreensão do fenômeno social que caracteriza o ambiente desta pesquisa buscamos identificar o regime de informação dominante considerando o ambiente de informação, os atores, as ações de informação, os artefatos e os dispositivos. Para a produção de dados reunimos os servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAE) que compõem a SUPG para participarem de um grupo focal - instrumento de coleta e registro das verbalizações espontâneas durante a interação entre pessoas (selecionadas pelo pesquisador de acordo com o envolvimento delas com o fenômeno estudado). Nessa estratégia, a coleta de dados caracteriza-se como um processo dinâmico junto aos atores (humanos), que relatam as experiências, opiniões e percepções sobre o tema a eles apresentado.

Definida a estratégia da coleta de dados, a equipe SUPG foi consultada sobre a disponibilidade de participação na pesquisa. Dos nove (9) integrantes (incluindo a pesquisadora), seis (6) integrantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) atestando a participação; um (1) não foi convidado para a pesquisa, pois estava previsto o afastamento dele no período da realização do grupo focal e um (1) não participou, pois foi integrado à equipe recentemente, em maio de 2022, sendo que, na ocasião, o TCLE já havia sido assinado pelos demais e enviado ao comitê de ética para apreciação.

Após aprovação da pesquisa por parte do comitê de ética⁷, planejamos a dinâmica definindo local, apresentação, roteiro, equipamentos, dentre outros. Nesse momento, realizamos a revisão da matriz (Apêndice B) que havia sido elaborada durante o projeto de pesquisa. Esse material contém as questões norteadoras do grupo focal e foi elaborado a partir de categorias previamente definidas, a fim de provocar interlocuções reguladas por essas categorias. Destacamos que a matriz foi formulada em conformidade com o referencial teórico, que trata do modo de produção informacional numa formação social, campo de ação que relaciona sujeitos, tecnologias, representações, recursos, normas, padrões, dispositivos.

⁷ Certificado de Apresentação de Apreciação Ética: CAAE n. 58850422.8.0000.5059.

O grupo focal foi realizado em 09 de agosto de 2022, com início às 08h30, na sala 801 (ED 8), no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE/UFES) e contou a participação da pesquisadora, orientadora, um (1) psicólogo, cinco (5) entrevistados (um convidado faltou) e um (1) apoio operacional. O grupo foi mediado pela pesquisadora e orientadora, seguindo o roteiro descrito no Quadro 7.

Quadro 7 – Roteiro para grupo focal.

	Atividades
1	Boas vindas e convite para o café da manhã
2	Apresentação do objetivo da pesquisa e a motivação para utilizar a SUPG como ambiente de pesquisa
4	Apresentação do Quadro 6
5	Construção do Quadro 8
6	Início das discussões pelas categorias definidas na matriz
6.1	Ambiente de informação
6.2	Atores
6.3	Ações
6.4	Dispositivos
6.5	Artefatos
7	Encerramento e agradecimentos

Fonte: elaborado pela autora durante a pesquisa.

A pesquisadora preparou um café da manhã para receber os participantes e, à medida que chegavam na sala, foram direcionados para o café. Após, todos foram convidados a sentarem nas carteiras organizadas em semicírculo, para início dos trabalhos.

5 O REGIME DE INFORMAÇÃO DOMINANTE DA SUPG: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção apresentamos as sínteses e análises dos dados obtidos durante as etapas de pesquisa documental e de grupo focal a fim de dar continuidade à caracterização e descrição do caso estudado. Cumprimos, assim, o objetivo específico de descrever o regime de informação dominante na SUPG.

Durante a pesquisa documental foram localizadas duas (2) fontes contendo o registro das regras e rotinas de atividades explícitas do setor, representadas nos Quadros 5 e 6, utilizados também para a caracterização do ambiente de pesquisa. Selecionamos o Quadro 6 (estrutura de macroprocessos) para ser apresentado durante o grupo focal e propusemos o desdobramento desse em um quadro analítico à luz do regime de informação, originando, assim, o Quadro 8. As colunas 2, 3 e 4 do Quadro 8 foram preenchidas com base em Ações (coluna 1), levando-se em conta os seguintes questionamentos: todos desempenham as ações descritas ou existem ações específicas para algum servidor? Quais artefatos (meios) vocês utilizam para realizar a ação pretendida? Quais dispositivos (conteúdos) regulam as ações?

Para a coluna 1 Ações a equipe sugeriram complementar com outras ações não contempladas, para melhor detalhamento das atividades realizadas no setor, estando destacadas (sublinhadas) no referido quadro. Para a coluna 2 Atores, os respondentes afirmaram que todos realizam as ações da secretaria, exceto quando se trata de especificidade do programa ao qual o servidor está diretamente vinculado. Por exemplo, apenas um (1) dos integrantes da equipe (e seu eventual substituto) realiza a ação 'Gerenciar pagamento a docentes' e não realiza a ação 'Gerenciar bolsas'. Para as colunas Artefatos e Dispositivos, a equipe listou os principais instrumentos que possibilitam a realização das referidas práticas.

A sistematização do Quadro 8 apoiou-se nos regimes de informação, que caracterizam os ambientes de informação a partir de ações que são institucionalizadas com base em documentos ou discursos que regulam as regras de como fazer (dispositivos) e que condicionam a informação sob certas estruturas (NASCIMENTO, 2015). Percebe-se que a identificação dessas estruturas ou conteúdos regulatórios (dispositivos) e dos instrumentos de trabalho (artefatos) tornou visível a materialidade (não humana) presente nos regimes de informação e na SUPG. Além de funcionarem

como direcionamento ou mediação para as ações de informação, esses elementos apontam para a percepção da materialidade como um aspecto integral à atividade organizacional (FROHMANN, 2008; ORLIKOWSKI, 2010), pois não é possível conceber a ideia de ação isolada dos outros componentes apresentados no referido Quadro.

Quadro 8 - Regras das práticas do ambiente de informação SUPG à luz do regime de informação

Coluna 1	Coluna 2	Coluna 3	Coluna 4
Ações	Atores	Artefatos	Dispositivos
Gerenciar e apoiar ingresso de aluno			
Apoiar processo seletivo <u>de aluno regular e aluno especial</u>	todos	Site Webform	Edital Comissão do PS
Gerenciar e realizar matrícula	todos	E-mail Formulário SUPG Webform SAPPG	Regimento do PPG Edital Oferta de disciplinas
<u>Gerenciar e realizar matrícula de aluno de outro PPG</u>	todos	E-mail Formulário SUPG SAPPG	Regimento do PPG Práticas do PPG
Gerenciar e apoiar desenvolvimento de aluno			
Gerenciar e apoiar rematrícula	todos	E-mail Formulário SUPG Webform SAPPG	Regimento do PPG Oferta de disciplinas Calendário
<u>Gerenciar e apoiar aproveitamento de créditos</u>	todos	E-mail Sistema de atas	Regimento do PPG Ata de reunião de colegiado
<u>Gerenciar e apoiar estágio docência</u>	*exceto PPGGP	E-mail Sistema de atas Protocolo Web Relatório de estágio docência	Regimento do PPG Ata de reunião de colegiado
<u>Gerenciar e apoiar coorientação</u>	todos	E-mail Sistema de atas Protocolo Web	Regimento do PPG Ata de reunião de colegiado

Quadro 8 - Regras das práticas do ambiente de informação SUPG à luz do regime de informação

Coluna 1	Coluna 2	Coluna 3	Coluna 4
Ações	Atores	Artefatos	Dispositivos
Gerenciar pedidos de auxílio financeiro			
Gerenciar bolsas	*exceto PPGGP	E-mail Protocolo <i>Web</i> SIGFAPES	Resoluções CAPES/FAPES Comissão de bolsas Resolução do PPG
Gerenciar auxílios para participações em eventos (docentes e discentes)	todos	E-mail Formulários PRPPG (solicitação de diárias/passagens, reembolso) Protocolo <i>Web</i>	Normativa PRPPG Ata de reunião de colegiado Resolução do PPG
Gerenciar auxílios para pesquisas de campo	todos	E-mail Formulário PRPPG Protocolo <i>Web</i>	Normativa PRPPG Ata de reunião de colegiado
Gerenciar auxílios para publicações	todos	E-mail Formulário PRPPG	Normativa PRPPG Ata de reunião de colegiado
Gerenciar etapas de bancas examinadoras			
Gerenciar pedidos de qualificação	todos	E-mail Formulário SUPG <i>Webform</i> Protocolo <i>Web</i> Sistema de atas Agenda <i>google</i>	Regimento do PPG Ata de reunião de colegiado
Gerenciar pedidos de defesa	todos	E-mail Formulário SUPG <i>Webform</i> Protocolo <i>Web</i> SAPP Sistema de atas Agenda <i>google</i>	Regimento do PPG Ata de reunião de colegiado
<u>Gerenciar prorrogação de prazos de qualificação e defesa</u>	todos	E-mail Formulário SUPG <i>Webform</i> Protocolo <i>Web</i> SAPP Sistema de atas	Regimento do PPG Ata de reunião de colegiado

Quadro 8 - Regras das práticas do ambiente de informação SUPG à luz do regime de informação

Coluna 1	Coluna 2	Coluna 3	Coluna 4
Ações	Atores	Artefatos	Dispositivos
Gerenciar desligamento do aluno			
Gerenciar e apoiar pedidos de diploma	todos	E-mail Protocolo <i>Web</i> SAPPG	Normativa do PPG Normativa PRPPG
Auxiliar ações de jubramento	todos	E-mail Ofício PPG Sistema de atas	Parecer PF/UFES Ata do colegiado
Apoiar a Coordenação do PPG			
Secretariar reuniões de colegiado	todos	E-mail Convocação Formato da reunião (por e-mail, videochamada ou presencial) Sistema de atas Agenda <i>google</i>	Resolução do PPG Práticas do PPG Formato da reunião (e-mail, videochamada ou presencial)
Auxiliar a divulgação e definição de oferta de disciplina	todos	E-mail <i>Site</i> SAPPG	Calendário Ata de reunião de colegiado
Organizar e encaminhar pedidos de passagens e diárias	todos	E-mail Formulário PRPPG Protocolo <i>Web</i>	Normativa PRPPG/UFES Ata de reunião de colegiado
Gerenciar pagamentos a docentes	Somente PPGGP	Protocolo <i>Web</i>	Normativa DDP/UFES
Auxiliar alimentação de plataformas de controle acadêmico	todos	SAPPG Plataforma Sucupira Plataforma <i>Lattes</i> ORCID	Normativa CAPES Regimento PRPPG
Auxiliar o ingresso de docentes	todos	E-mail SAPPG Sistema de atas	Edital Ata de reunião do colegiado Prática do PPG
Auxiliar a participação do programa em editais de fomento	todos	E-mail <i>Site</i>	Edital Ata de reunião do colegiado
Auxiliar a formação de parcerias	todos	E-mail <i>Site</i>	Ata de reunião do colegiado

Fonte: sistematizado pela autora e participantes durante o grupo focal.

Na sequência iniciamos as perguntas direcionadas pela matriz (Apêndice B), cujas categorias e desdobramentos em um conjunto de subcategorias que têm como base teórica proposições de González de Gómez (1999; 2003; 2012) sobre os elementos que constituem um regime de informação.

5.1 AMBIENTE DE INFORMAÇÃO

A primeira categoria analisada durante o grupo focal refere-se ao ‘Ambiente de informação’, pois é ele que delimita o contexto de reconhecimento dos quatro (4) elementos constituintes de regimes de informação: os atores (sujeitos), os dispositivos de informação (conteúdo), os artefatos de informação (meios) e as ações de informação (práticas). Para González de Gómez; Chicanel (2008) e Nascimento (2015), a informação é relacional, mas também situacional, considerando que o regime de informação é identificado pela maneira como os elementos estão determinados num dado momento e em certo ‘espaço’.

Os ambientes de informação resultam dos ambientes organizacionais cuja estrutura é essencial ao estabelecimento de relações funcionais ligadas a responsabilidade, autoridade, comando, função e a divisão de trabalho instituída. Do ponto de vista da informação, a estrutura física também é essencial para a definição de canais de comunicação e de seus respectivos fluxos de informação (VALENTIM, 2013). Na caracterização desse ambiente de informação é possível observar que a atividade fim se relaciona a uma cartografia heterogênea de disciplinas ou áreas disciplinares com fronteiras bem definidas, com linguagem própria, estabelecidas por técnicas que produzem ou instrumentalizam e por conceitos ou teorias que representam uma diversidade de domínios, de modos de comunicar, registrar e transmitir. O regime de informação dominante da SUPG estaria, assim, orientado ao manejo de certos domínios de referência com os quais o setor precisa articular-se para viabilizar a gestão da informação (geração e uso) e estruturação das práticas demandadas pelos programas de pós-graduação.

Para análise da categoria ‘Ambientes de informação’, utilizamos ‘Rotinas’ e ‘Arranjos’, duas (2) subcategorias referentes à literatura dos estudos organizacionais

(teoria das práticas) utilizadas como recurso para ampliar a análise de dados dando ênfase aos agentes não humanos, conforme pode ser verificado a seguir.

a) Rotinas

Iniciamos a discussão no grupo focal sobre o uso e a interação com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), elemento fundamental para o desenvolvimento das rotinas organizacionais. Primeiramente, as respostas foram relacionadas aos problemas enfrentados em relação à mediação tecnológica, sendo que a falta de oferta de treinamentos práticos por parte da instituição foi o primeiro ponto destacado, conforme afirmam os Sujeitos 3 e 5.

[...] As tecnologias, elas nos são apresentadas e de certa forma imposta: “Olha, vocês podem usar isso”, só que, tipo assim, se vira para aprender e para usar [S5].

[...] E muitas vezes eu acho que, assim, falta esse suporte, esse apoio, porque a gente não consegue de fato dominar toda a tecnologia [S3].

Os outros dois pontos citados foram a falta de visibilidade da política interna referente às tecnologias, de competência da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI/UFES) e a falta de assistência aos alunos, professores e técnicos que cotidianamente apresentam demandas relacionadas à tecnologia. Entendemos que essas duas questões estão interligadas, pois o desconhecimento em relação às políticas de TIC dificulta os direcionamentos quando surgem dúvidas em relação ao manuseio de tecnologias.

[...] Qual é o nosso limite? Então, cabe a nós da secretaria, por exemplo, monitorar e acompanhar o trabalho de uma sala de videoconferência? Cabe a nós responder pergunta de aluno: “ah eu não estou conseguindo acessar meu *login* único”? [S1].

[...] as ferramentas existem, mas elas não são assim: “ah, você trabalha na pós-graduação, você tem que saber essa e essa e essa”, entendeu? “Você tem que participar do treinamento para você fazer esse trabalho”. Não tem essa padronização [S2].

Em relação ao questionamento se o trabalho remoto trouxe mais vantagens ou desvantagens, todos concordam que o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) foi fundamental para que os serviços da secretaria fossem mantidos durante o período de suspensão das aulas presenciais, em decorrência da

pandemia de Covid-19. Segundo o Sujeito 1, o trabalho remoto emergencial realizado no período de março de 2020 a abril de 2022 contribuiu para realçar, dar visibilidade a essa modalidade de trabalho que tem sido adotada em instituições públicas (incluindo as de ensino) no Brasil e no Espírito Santo, como é o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Espírito Santo (IFES), para citar um exemplo.

De acordo com os respondentes, o teletrabalho é um modelo promissor, que se mostrou eficiente, mas pode trazer inseguranças, pois a exemplo do que ocorreu na pandemia não é possível prever quando haverá alguma instabilidade nos sistemas ou mesmo algum problema no do computador (*hardware*) e se será disponibilizado um suporte de TI para essas situações.

[...] O *home office* é uma outra preocupação. É o seguinte assim: é se a tecnologia vai deixar a gente na mão, né? Se o sistema vai sair do ar, se *meet* vai cair, se a conexão vai cair. Se na hora que eu for fazer a coisa o serviço vai estar funcionando. Então é assim, a preocupação é a seguinte: a tecnologia vai me dar segurança, tranquilidade que eu preciso para fazer o trabalho sem ter que responder por algum problema que aconteça? Ah...caiu a conexão [S1].

b) Arranjos

Sobre os ‘Arranjos”, a equipe considerou que, em comparação ao modelo de secretarias individuais (estrutura anterior à criação da SUPG), a infraestrutura e o *layout* atual estimulam a troca de informações, pois os servidores estão localizados em um espaço único, podendo apoiarem-se mutuamente na resolução das tarefas cotidianas. Entretanto, é consenso que a estrutura pode ser melhorada, pois a área tornou-se pequena, já que inicialmente foi destinada à gestão de quatro (4) programas de pós-graduação e, depois disso, houve a integração de mais três (3) programas. Nesse período dois (2) programas de pós-graduação ampliaram a oferta de curso para doutorado, o que naturalmente aumentou o fluxo de serviços e circulação de pessoas.

[...] É, também não foi projetado para ficar tantas pessoas, depois foram vindo mais, mais servidores, e a gente vai se ajustando no que dá. Temos problemas estruturais, sim [S4].

A equipe também concordou que o setor apresenta alguns obstáculos em relação ao *layout*, já que era uma sala de aula que foi adaptada para um setor

administrativo. Por exemplo, não há banheiro interno e há uma sala (considerada pequena) destinada para café e reuniões.

[...] Porque o que acontece é que cada um antes ficava na sua salinha. Então ali foi o que [...] poderia nos oferecer na época, né? Uma sala de aula reformada para nos atender. Então ali a gente não tem uma cozinha, a gente não tem um banheiro... [S5].

[...] Sai na chuva para ir no banheiro...[S4].

Em relação às barreiras materiais que dificultam a comunicação e integração do setor, citaram a) a divisão de PPG por servidor, situação que predomina mesmo após a unificação e que, na opinião do Sujeito 1, é a principal barreira para o fluxo de informação no setor e b) a ausência de uma proposta de inovação que atenda ao modelo de secretarias integradas, conforme expõe o Sujeito 2. Ou seja, apesar da divisão não ser um fator favorável ao fluxo comunicacional no setor, a equipe ainda não chegou a um consenso sobre um modelo de trabalho mais eficiente.

[...] Então, talvez essa divisão por programas, cada programa ainda tem o seu secretário mais dedicado ... geralmente é um desafio... É claro que, quando você está tratando de regimentos, vai ter programa que tem mais de uma qualificação, tem o programa que precisa usar o sistema de protocolo para poder fazer as solicitações de defesa [...]. Mas eu acho que quanto mais integrado possível, eu acho que é melhor para as duas partes (servidor e coordenador). Você precisa ter tarefas que são feitas. Não é a pessoa, é a tarefa [S1].

[...] É... e mesmo se a gente dividir – ah, é um servidor – um vai ficar com o financeiro, outro vai ficar com bolsas e o outro vai ficar com o diploma. Então... mesmo assim vai chegar uma hora que vai ter naquela pessoa, aquela informação e que as outras também não vão saber. Então a gente não chegou a essa conclusão ainda. Se é melhor cada programa ter seu secretário [S2].

E as barreiras que dificultam a integração, por sua vez, são a falta de um calendário unificado da pós-graduação, conforme explica o Sujeito 2, bem como o volume de trabalho e as especificidades que existem em cada programa, conforme destaca o Sujeito 4. O grupo também destacou a ausência de normativas internas para as rotinas e padronização de processos.

[...] Por exemplo, na graduação a PROGRAD é o guarda-chuva, né? Eles têm um manual de rotinas lá que tem ABCD... tem o que você que fazer, tem o calendário dentro daquele prazo que vai ser feito aquilo, e é uma coisa que a gente não tem na pós-graduação. Então, assim, como a gente vai unificar nossas rotinas se não tem um calendário

único na universidade? Se cada programa funciona em tempos diferentes? Então isso complica muito... [S2].

[...] Porque são, você imagina, agora são 7 programas. Dos 7 programas, 4 tem doutorado também. Então imagina uma pessoa conhecer as rotinas de cada um desses programas, porque, querendo ou não querendo, tem a sua especificidade [S3].

Além dessas, o Sujeito 2 aponta que a escala de trabalho pode representar uma barreira para a comunicação caso os servidores não estejam atentos em compartilhar as informações que necessitam de acompanhamento coletivo. Com a unificação das secretarias o horário de trabalho foi ampliado, com funcionamento interrupto, contemplando três (3) turnos de trabalho, inclusive o noturno. E para facilitar a comunicação, o *WhatsApp* tem sido a ferramenta mais utilizada para a troca de informações entre a equipe.

[...] Eu acho que, por exemplo, os horários, tem gente que não se encontra. Então, é por causa das escalas, né? É... Aí por exemplo, a gente está acostumado 7 da manhã às 9 da noite. Então quem trabalha hoje 3 da tarde às 9 não se encontra com o pessoal que trabalha de manhã, de 7 a 13h. Então, às vezes, assim, a gente tem que ficar o tempo todo se policiando dentro do nosso grupo pra poder as informações circularem [S2].

[...] A gente tem um grupo aqui dentro do *WhatsApp*, onde a gente usa toda vez que tem uma tarefa pendente. E aí a gente fica procurando disseminar isso dentro do grupo [S3].

Identificamos nas falas ora descritas três aspectos que foram salientados pelos participantes relacionados às rotinas: dificuldades quanto ao uso e a interação com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), vantagens e desvantagens do trabalho remoto e barreiras materiais que dificultam a comunicação. À luz da sociomaterialidade e observando a influência de agentes não humanos (TIC e *layout* dos materiais e equipamentos), podemos destacar que a configuração do espaço, a disposição dos materiais e os sistemas de informação utilizados alimentam e retroalimentam a rotina de trabalho, influenciam e dão forma às práticas e à tomada de decisão, ou seja, os arranjos socioespaciais são mobilizados para a organização do cotidiano (TURETA; ALCADIPANI, 2009).

Consideramos a subcategoria 'Arranjos' (*layout* e infraestrutura) como parte da estrutura material que compõe o referido ambiente de informação, bem como valorizamos o aspecto que deu início à integração das secretarias, que ocorreu

primeiramente por meio da unificação de áreas físicas, uma estratégia do novo arranjo que resultou em novas rotinas. Admitimos que o ambiente de pesquisa estudado se configura a partir da abordagem processual do organizar, ultrapassando sobremaneira o conceito de entidade fixa e física. Segundo Duarte e Alcadipani (2016):

Falar de organizar, assim, é considerar que as organizações estão sempre em curso ativo de ações, como um contínuo resultado de processos precários e parciais; é entendê-las enquanto fenômenos heterogêneos emergentes, ressaltando que o nome 'organização' existe somente como um resultado contínuo do organizar ou *organizing*, entendido como ordenamentos locais de práticas de organizar que coletivamente formam a realidade social (COOPER, LAW, 1995 *apud* DUARTE, ALCADIPANI, 2016, p. 60).

A equipe SUPG e a sua infraestrutura organiza-se como uma rede processual constituída de elementos heterogêneos que se relacionam e se estabilizam, num processo contínuo de relações e estabilizações. Destacamos que, durante a experiência do trabalho remoto emergencial da equipe, devido à pandemia de Covid-19, foram as práticas e os processos de trabalho, por meio de relações virtuais, que permitiram que o setor continuasse o exercício de suas atividades mesmo desvinculado do contexto presencial da UFES e da estrutura física que demonstramos nas Figuras 3, 4 e 5. Sob essa ótica, a noção de ambiente de informação apresentada nos regimes de informação pode ser questionada em seu sentido estrito referente à demarcação de limites.

Consideramos que 'Rotinas' e 'Arranjos' destacaram os aspectos não humanos do ambiente de pesquisa, resultando na identificação de elementos que fazem parte da estrutura e dinâmica do setor como: uso de tecnologias, instalação física, modelo de trabalho vigente e teletrabalho. As respostas foram direcionadas para sugestões de melhoria: treinamentos, calendário, manual de rotinas, sala mais ampla, liderança institucional, políticas de tecnologias de informação e estratégias de trabalho voltadas ao modelo de secretaria unificada.

Os elementos identificados, reunidos no Quadro 9, realçam a materialidade presente na secretaria unificada, enfatizando elementos não humanos que são inerentes aos processos de trabalho e que possibilitam ao setor cumprir o papel para o qual foi designado no contexto da instituição, ou seja, contribuir para a oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Justificamos essa afirmação, pois os não

humanos são tratados, na perspectiva da sociomaterialidade, como “[...] a condição para a possibilidade da sociedade humana” (SAYES, 2014, *apud* TURETA; ANJO, 2022, p.3), ou seja, a SUPG existe e acontece porque existem processos que se unem e são realizados através de elementos de materialização tais como agência e estrutura, palavras, coisas e ações (ORLIKOWSKI; SCOTT, 2015).

Observamos que as sugestões de melhoria expressam necessariamente a participação de elementos não humanos: políticas de TI, treinamentos, inovação, calendário, manual de rotinas, entretanto, só podem ser executadas por meio de sujeitos (ações humanas) que, nesse caso, estão institucionalmente representados (Diretoria, PRPPG, DDP/PROGEP, Equipe SUPG), o que afirma a configuração de humanos e não humanos como atores emaranhados (ORLIKOWSKI, 2007). Essa análise corrobora para a compreensão dos fenômenos informacionais como práticas sociomateriais, conforme propõe o princípio de simetria da Teoria Ator-Rede.

Quadro 9 – Representação das principais rotinas e arranjos identificados junto à SUPG.

Subcategorias	Aspectos	Elementos não humanos abordados (artefatos e dispositivos)	Ações para suprir as necessidades apontadas	Sujeitos institucionais com competência para intervir nas necessidades apontadas
Rotinas	Uso e interação com TIC	As TIC são fundamentais para o desempenho das rotinas organizacionais	Oferecer treinamentos especializados em TI para os TAEs Ampliar a visibilidade das políticas de TI	STI (Superintendente) DDP (Diretor) PRPPG (Pró-reitor) STI SUPEC (Superintendente)

(continua)

Subcategorias	Aspectos	Elementos não humanos abordados (artefatos e dispositivos)	Ações para suprir as necessidades apontadas	Sujeitos institucionais com competência para intervir nas necessidades apontadas
		O intenso uso de TIC permitiu a continuidade dos trabalhos durante a pandemia O teletrabalho é um modelo promissor	Garantir o apoio e funcionamento dos sistemas da UFES frente à possibilidade de institucionalização do teletrabalho	STI (Superintendente)
Arranjos	Layout	Estrutura e <i>layout</i> atuais estimulam a troca de informação	Disponibilizar local mais amplo, com banheiro, copa e sala de reuniões mais privativa Estudar proposta de inovação para o modelo de secretarias integradas	Direção do CCJE (Diretor)
		Divisão de servidor por PPG		Administração Central (Reitor) Equipe SUPG
	Barreiras burocráticas e administrativas	Regimentos com características próprias	Elaborar um calendário unificado para a pós-graduação	PRPPG (Pró-reitor)
Ausência de normativas internas		Elaborar um manual de rotinas e padronização de processos Instituir liderança formal na SUPG para estabelecer designação de responsabilidades e comunicação mais assertiva com os turnos de trabalho	Equipe SUPG Direção do CCJE (Diretor)	
		Escala de trabalho com jornada estendida e ininterrupta		PROPLAN (Pró-reitor) Direção do CCJE (Diretor)

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados coletados durante grupo focal.

As rotinas e arranjos representados no Quadro 9 refletem as práticas e as atividades sociais de informação mobilizadas pela equipe SUPG resultantes de ações e combinações híbridas. A infraestrutura, os arranjos, os sistemas, as redes e os

artefatos são articulados para equacionar uma condição tecnológica, operacional e comportamental tendentes à padronização, à modelização e à normalização, de modo mais genérico e menos singular, oriundas das ações instituintes e instituídas, como recurso de organização da heterogeneidade das disciplinas e domínios que contextualizam as demandas dos programas de pós-graduação.

Tratamos assim, no ambiente de informação, de certas escolhas ou definições preferenciais relacionadas às condições institucionais e de certas relações socioculturais entre os sujeitos, neste caso estudado, a equipe SUPG, que fixa significados (um tipo de discurso) na base material, articulando a infraestrutura do ambiente e os respectivos artefatos em regimes de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003).

5.2 ATORES

Nessa seção tratamos da categoria 'Atores' e das subcategorias 'Perfil', 'Necessidade de informação' e 'Liderança'. Segundo González de Gómez (2003), observando os regimes de informação nos contextos organizacionais, os atores são percebidos como sujeitos sociais⁸ reconhecidos por suas formas de vidas⁹ e que constroem identidades através de ações de informação. As informações (ou ações de informação) mobilizam os atores a executarem as ações, e ao executá-las, definem o seu papel nas práticas cotidianas. A autora categorizou três (3) perfis de atores: sujeitos experimentadores (ações formativas), sujeitos articuladores e reflexivos (ações relacionais) e sujeitos funcionais (ações de mediação ou tecnoeconômicas), de acordo com a função que desempenham (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003).

⁸ Sujeitos sociais se situam como sujeitos coletivos que produzem regras com certo grau de institucionalização e estruturação das ações de informação que agenciam (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 4).

⁹ González de Gómez (1999) denomina 'formas de vida' como um complexo de sujeitos (sujeitos sociais determinados) e práticas informacionais e não informacionais (regras produzidas pelas pessoas em seus contextos de ação) (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.22).

a) Perfil

Apresentamos algumas informações sobre o vínculo dos participantes do grupo focal com a universidade, reunidas no Quadro 10.

Quadro 10 – Atores da SUPG na Pós-Graduação da UFES¹⁰

Sujeito	Formação	Data de admissão na UFES	Você atuava na pós-graduação do CCJE antes da secretaria unificada?	Início das atividades na pós-graduação
1	Administração	06/02/2006	Não	01/06/2017
2	Letras	18/01/2010	Sim	01/04/2014
3	Economia	01/11/1994	Sim	01/10/1995
4	Arquitetura	23/08/2012	Não	05/05/2016
5	Economia	01/08/2012	Sim	01/08/2012

Fonte: Sistematizado pela autora durante o grupo focal.

Observamos que todos os servidores TAEs mencionados no Quadro 10 atuam na UFES há mais de dez (10) anos, portanto, com experiência quanto ao funcionamento da administração pública nas universidades federais. Além disso, possuem experiência significativa na administração de rotinas para a gestão de programas de pós-graduação, visto que a média de período de tempo que exercem trabalhos para a pós-graduação é aproximadamente onze (11) anos.

Sobre as atividades desenvolvidas pelos atores da SUPG, todos concordaram que estão bem representadas na coluna 'Ações' do Quadro 8 (Regras das práticas do ambiente de informação SUPG à luz do regime de informação) elaborado durante o grupo focal. O referido Quadro apresenta os principais grupos de ações: Gerenciar e apoiar ingresso de aluno; gerenciar e apoiar desenvolvimento de aluno, gerenciar pedidos de auxílio financeiro; gerenciar etapas de bancas examinadoras; gerenciar desligamento de aluno e apoiar coordenação do PPG.

Seguindo com as perguntas da matriz a fim de coletar dados sobre o que os atores fazem na secretaria, todos afirmaram que nas situações diárias de trabalho utilizam o saber prático ou as informações que têm fácil acesso para responder e agir

¹⁰ No Quadro 10 constam apenas os servidores que participaram do grupo focal, o que não corresponde ao número total. Até a finalização da pesquisa havia nove (9) integrantes lotados no setor, incluindo a pesquisadora.

frente às demandas, buscando anotações próprias ou ajuda mútua consultando a prática do colega. Também utilizam com muita frequência o *site* da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), no qual apontam constituir a maior fonte de informação do setor, pois é dessa Pró-Reitoria que partem as diretrizes e as orientações que dão suporte à autuação dos diversos processos.

[...] Na minha visão no caso é o saber prático [S3].

[...] Os cadernos. Porque, por exemplo, eu sempre reviso as minhas práticas. É tudo anotado na minha agenda. Então eu vou na agenda do ano passado e passo tudo para a agenda deste ano e agora estou montando um caderninho... [S2].

Sobre a característica peculiar da secretaria, na opinião da equipe, é sem dúvida a unificação, que significou para a universidade a otimização de espaços e recursos materiais e humanos. Também significou suporte para a criação de novos cursos de doutorado e novo programa, pois entendem que o espaço único favoreceu o aumento de capacidade da equipe de absorver demandas.

[...] A SUPG, de uma forma geral, sempre quando ela foi demandada, ela conseguiu absorver essa demanda, mesmo que a equipe tivesse que se desdobrar aí internamente [S3].

Em relação aos fatores críticos para o desenvolvimento do setor, citaram o número reduzido de servidores, setor informal (a mudança ainda não foi contemplada no organograma da instituição), instabilidade em relação à jornada flexibilizada, cultura docente, ausência da participação da equipe nos processos administrativos para definição de estratégias para os programas, rotatividade da coordenação e falta de uma Função Gratificada (FG) para gestão da equipe, conforme podemos verificar nas falas descritas a seguir:

[...] É o número de servidores. Porque então, vamos lá! Vamos fazer uma conta, me ajudem aqui Quantos servidores deveriam ter? [S5]

[...] Oh, se são 4 doutorados e 7 mestrados são 11, por aí deveria ter 11, mas sempre tem que ter um de sobra para cobrir férias, licenças, capacitação [S3].

[...] Gente, a realidade de um doutorado, mesmo que ele seja pequeno, ela é grande. O aluno vai ficar conosco 4 anos. Não é igual a mestrado. É como se eu tivesse 2 mestrados ... o aluno tem que publicar, tem evento, tem estágio docência, tem sanduíche ... o número de bolsas é maior [S5].

[...] A gente já funciona há 6 anos, desde 2016 e estamos na informalidade [S3].

[...] Vocês alguma vez foram convidados para decidir a respeito do programa? Mas o aluno que fica 1 ano, 2 anos, ele é membro do colegiado. Ele vota! O secretário não faz parte, mas tá lá, tem 15, 10, 8 anos [...] [S1].

[...] institucionalmente eu sou uma figura não reconhecida [S1].

Continuando com a construção da variável 'Perfil', o grupo entende que a cultura e os valores de informação¹¹ desenvolvidos pela equipe SUPG nos últimos seis (6) anos apresentaram impacto positivo no CCJE, mas que essa influência e os respectivos impactos ainda estão em construção. Da mesma forma, é uma referência de processo de unificação bem-sucedido para a UFES, pois relataram que servidores de outros centros de ensino e até de outra universidade já os procuraram para conhecer a dinâmica do setor e utilizá-la como base para o projeto de unificação de outras secretarias de pós-graduação.

[...] Eu acho que tem influência sim, não só no CCJE, mas eu acho que dentro da UFES também [S2].

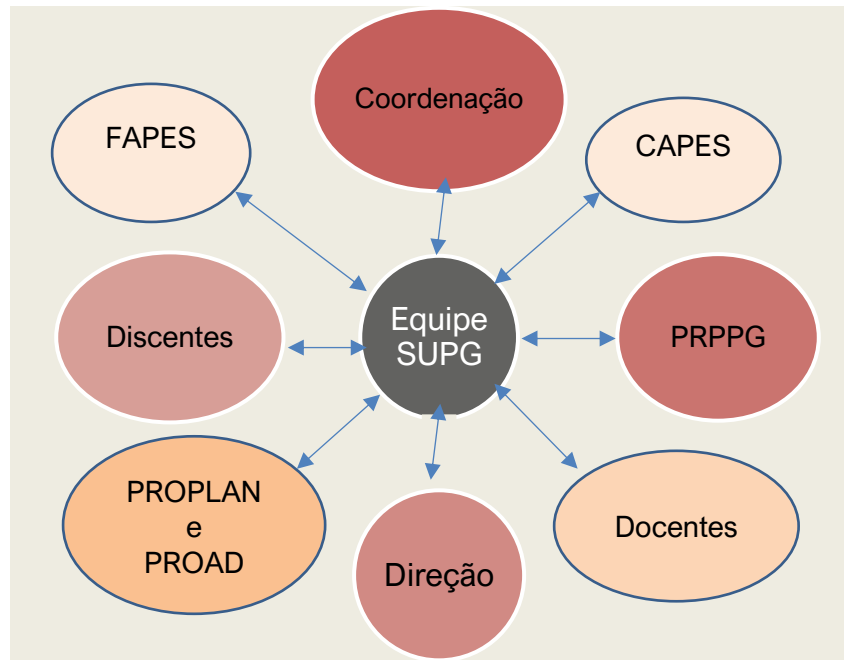
[...] É... com relação a eficiência, comprometimento e maturidade também [S5].

[...] A questão também da unificada trouxe assim a presença... Porque de 7 às 21 estaremos lá, portinha aberta, ali é a SUPG [S4].

Sobre relacionamento e interação, a equipe respondeu que se relaciona com as seguintes pessoas e/ou setores, conforme demonstrado na Figura 6: coordenadores de PPG, diretor do CCJE, docentes, discentes, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN), Pró-Reitoria de Administração (PROAD), Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPES), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), dentre outros.

¹¹ Valor de informação: segundo González de Gómez (1999) um valor de informação se constitui por regras, na maioria das vezes implícitas e habituais, desenvolvidas por sujeitos coletivos.

Figura 6 – Rede de relações de atores da SUPG.



Fonte: produzido pela autora.

A SUPG mantém uma rede de interlocutores e de interação que permite uma rápida operacionalização das demandas no ambiente interno da instituição como um todo (no âmbito do Centro onde atua, na PRPPG e em setores da Administração Central) e também com alguns agentes e organizações no ambiente externo à UFES (FAPES, IFES, CAPES, instituições parceiras dos programas etc.). Dentro do setor, afirmam que as relações e parcerias acontecem com mais frequência entre os colegas que estão no mesmo turno de trabalho, conforme relatou o Sujeito 3 e conforme representado na Figura 7.

[...] normalmente o relacionamento maior se dá exatamente naqueles horários em que as pessoas estão... no turno, isso! ” [S3]

Figura 7 – Equipe SUPG representada por turnos de trabalho.



Fonte: produzido pela autora.

Existem ações desenvolvidas pelos atores da SUPG que são consideradas informais: o uso do *WhatsApp* como ferramenta de comunicação, conforme já relatado, é constantemente utilizado para a troca de mensagens entre os participantes do grupo. Alguns comunicados urgentes que envolvem prazos ou outras decisões importantes (enviado aos programas geralmente por e-mail) são logo replicadas pelo *WhatsApp*, para que a equipe esteja coesa quanto às informações e prazos:

[...] oh, prazo para o PROAP hein, atenção! Porque às vezes o cara tá lá mexendo no Sucupira, tá preparando uma banca, passou despercebido. Aí esses e-mails, e-mails gatilhos, a gente costuma também trocar essa informação... [S5].

Outras práticas informais se referem à manutenção da organização do ambiente, tais como limpeza do bebedouro e do refrigerador, organização dos armários, dentre outros.

[...] É uma coisa que eu já fiz várias vezes assim, é... abrir um armário e falar: olha isso aqui não vai usar, esse aqui tá estragado, isso aqui pode devolver, alguém quer isso aqui leve embora! Então abri o armário e fiz isso. De caneta à mobília [S1].

b) Necessidade de informação

Para essa subcategoria discute-se o acesso, compartilhamento e uso da informação, ou seja, os meios necessários para suprir necessidades informacionais. De acordo com a equipe, as principais informações (demandas e orientações diversas)

são recebidas por e-mail e pelo Protocolo *Web* da UFES (que desde 2018 vem substituindo os processos em suporte de papel para a versão digital). Nos últimos anos, o *WhatsApp* se tornou uma forma de comunicação usual não só entre a equipe, mas também dessa com os coordenadores, que passaram a encaminhar demandas por essa ferramenta. Isso torna o aplicativo de troca de mensagens parte do fluxo de informação do setor, afastando-se do caráter de prática informal. Outras demandas, no entanto, ocorrem presencialmente pela interlocução direta com os interessados atendidos (discentes, docentes, coordenadores de programas, servidores e comunidade externa).

A maioria das informações para o funcionamento dos cursos estão disponibilizadas nos *sites* dos respectivos programas, para acesso de todos os interessados (técnicos, discentes, docentes, comunidade em geral). Outras costumam ser afixadas no quadro de avisos do setor, tais como a oferta de disciplina, os prazos para implementação de bolsas da CAPES e o calendário de reuniões do colegiado. Para compartilhamento de informações, foi disponibilizado a todos os servidores o acesso aos sistemas (sistema acadêmico, sistema de protocolo e sistema de atas) e acesso aos arquivos digitais (na Rede UFES, em pastas separadas por programas e com um *layout* padrão para todos os cursos, organizados por atividade).

No entanto, durante o trabalho remoto, a equipe relatou que não houve acesso à Rede UFES e a solução foi armazenar os arquivos no *drive* dos respectivos e-mails. Essa situação continua após o retorno presencial e até o momento da pesquisa a rede não havia sido atualizada para uso. A equipe demonstrou o descontentamento com a situação, visto que o *drive* do Gmail (de uso da maioria) possui limitações de armazenamento e não facilita a troca de informações.

[...] As demandas vêm por e-mail, vem em alguns casos pelo *Whatsapp*, porque agora é útil pra coordenação, vem pelo *lepisma*¹² [S4].

[...] O e-mail na verdade é mais protocolar do que o próprio *lepisma*. Porque tem coisa que fica registrado no e-mail, mas não está registrado no *lepisma* [S1].

¹² *Lepisma* é um nome informal dado ao Protocolo *Web* da UFES, plataforma digital via *web* utilizada pela comunidade universitária para produção, tramitação e consulta de documentos avulsos e processos administrativos.

[...] Quando a gente trabalhava em rede a gente tinha uma pasta SUPG. Além das pastas individuais de cada programa tinha uma pasta SUPG que a gente colocava algumas informações gerais ali. Só que a gente não tem mais essa ferramenta. A gente tá usando mais o drive [S4].

[...] Uma coisa que a gente faz questão, todos os secretários têm acesso ao sistema acadêmico de todos os programas, isso daí é superimportante... como o aluno não tem portal, ele tem que ficar pedindo histórico, pedindo informação, pedindo comprovante. Se ele chegar lá e pedir um histórico, por exemplo, a gente consegue mandar pra ele [S2].

[...] A gente enxerga a caixa de todo mundo [S4].

Sobre prejuízos à comunicação, ainda em discussão o acesso, compartilhamento e uso da informação, a equipe apontou que o ponto crítico é a falta de um Portal do aluno para o pós-graduando. Até então, a secretaria faz a mediação e disponibiliza informações e documentos que os alunos poderiam ter acesso direto pelo portal, tais como comprovante de matrícula, horário individual, histórico parcial, o que facilitaria o acesso às informações referentes ao seu vínculo com o curso. Outro ponto que a equipe destacou é a falta de interoperabilidade entre o sistema acadêmico da pós-graduação e outros sistemas da UFES, indicando a importância da atuação desses componentes em conjunto na execução das atividades.

[...] O aluno, bolsista nosso da graduação, falou assim: “Como é que é? O cara tem que vir aqui fazer a matrícula? [S1].

[...] O portal do aluno é o seguinte, o aluno entra lá, faz a matrícula dele e tem acesso às documentações que ele precisa, é isso [S3].

Quanto às principais fontes de informação, foram listadas e sintetizadas pelo Sujeito 3:

[...] sistema de atas, PRPPG, o *site* do nosso programa, que a gente fala que é o *user*, que é o usuário que a gente mexe no *site*. É... FAPES já falou, né? O sistema de administrativo da UFES, que é consulta de patrimônio, sistema de atendimento, o protocolo *web*, que é o *lepisma*, o *site* dos outros programas, que a gente tá sempre entrando, consultando [...] SAPPG [...] E o Lattes [S3].

Verificamos que as principais fontes de informação são o sistema acadêmico (SAPPG) e os *sites* institucionais. Para acesso às informações de outros setores da UFES, relatou-se que a principal dificuldade é identificar as competências e

responsabilidades dos departamentos e divisões, pois às vezes alguns procedimentos não estão definidos ou não há consenso sobre o que de fato deve ser feito.

[...] Eu particularmente vejo sempre uma dificuldade de competência. Quem é responsável pelo quê? [S1].

[...] Pergunta que eu mandei pro setor, duas pessoas responderam coisas totalmente diferentes e eu compartilhei com os colegas [S4].

c) Liderança

A equipe relatou que desde o início da SUPG um dos integrantes foi designado como líder, com a função de ser a ponte para a comunicação entre a equipe e a Direção de Centro. No entanto, explicou que essa liderança é informal, pois não há designação de cargo de chefia, até mesmo porque o setor ainda não está contemplado no organograma da universidade. Segundo o Sujeito 2, esse é um fator crítico para o desenvolvimento da SUPG, visto que certas decisões e ações devem ser legitimadas por quem está habilitado hierarquicamente a exercê-las.

[...] É..., eu acho que um ponto crítico que melhoraria o desempenho é uma FG, uma função de gestão que a gente não tem [...]. Porque seria a cola, a liga que faria com todos os 3 turnos” [S2].

A seguir apresentamos o Quadro 11, contendo os principais dados coletados durante o grupo focal para a categoria ‘Atores’.

Quadro 11 – Resumo dos dados coletados a partir de subcategorias de ‘Atores’

PERFIL	
Fontes de informação	Saber prático, <i>site</i> da PRPPG, sistema acadêmico, <i>sites</i> institucionais
Característica peculiar	Unificação
Fatores críticos	Número reduzido de servidores Setor informal (a unificação não está bem formalizada no âmbito institucional) Instabilidade em relação à jornada flexibilizada Cultura docente Ausência da participação da equipe nos processos administrativos para definição de estratégias e tomada de decisão Rotatividade das coordenações dos programas

(continua)

Influência da cultura da SUPG no CCJE	Positiva, crescente e em construção
Práticas informais	Uso do <i>WhatsApp</i> , organização do ambiente e outras responsabilidades designadas de modo informal no cotidiano
NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO	
De onde surgem as principais demandas	E-mail, Protocolo <i>Web</i>
Principais fontes de informação para resolução de demandas	SAPPG, Plataforma Sucupira, <i>sites</i> (PRPPG e outros institucionais)
Ferramenta de comunicação usual	<i>WhatsApp</i> para comunicação interna da equipe SUPG e e-mail para a comunidade externa ao setor e à UFES
Disponibilização de informações	<i>Sites</i> dos PPG e quadro de avisos (na própria SUPG)
Compartilhamento de informações	Sistemas (SAPPG, Protocolo <i>Web</i> , Sistema de atas)
Armazenamento de documentos	Drive do Gmail dos PPG
Prejuízos a comunicação	Falta do portal do aluno; falta de interoperabilidade
LIDERANÇA	
Situação	Liderança informal
Sugestão	Formalização do setor e instituição de Função Gratificada para gestor

Fonte: produzido pela autora durante a pesquisa.

Os servidores Técnico-administrativos em Educação (TAEs) da SUPG executam ações para atender as necessidades informacionais dos atores que fazem parte de sua rede de relacionamentos (Figura 6). Segundo González de Gómez (2003), são os atores humanos que executam ações cotidianas e o fazem com base em uma lógica informacional que admite um fluxo de produção, organização, comunicação e transferência de informações, em um espaço social específico (BEZERRA *et al.*, 2016).

No Quadro 11, em 'Necessidade de informação', observamos que o acesso, compartilhamento, uso e armazenamento das informações são realizados pelos atores (humanos) necessariamente por meio de artefatos tecnológicos (E-mail, Protocolo *Web*, SAPPG, Plataforma Sucupira, *sites*, *Whatsapp*, Sistema de atas), ou seja, os artefatos são imprescindíveis às práticas cotidianas do setor. Essa experiência atesta

a intrínseca relação entre atores humanos, ações de informação e artefatos (em especial, os tecnológicos) presentes nas organizações contemporâneas e em toda atividade humana e social. É por esse motivo que na Teoria Ator-Rede, base metodológica da sociomaterialidade, os atores são chamados de actantes, nomenclatura que indica que tanto humanos quanto não humanos possuem capacidade de ação.

A dependência humana dos não humanos (nesse caso, por meio das tecnologias) fica mais visível quando a equipe indica que as principais barreiras para o acesso às informações estão relacionadas justamente às rotinas e atividades em que a automação ainda não existe ou está inoperante (rede, portal do aluno e alguns componentes que ainda não foram migrados para o digital), demonstrando que as organizações contemporâneas estão “[...] cada vez mais constituídas por tecnologias múltiplas, emergentes, mutáveis e interdependentes” (ORLIKOWSKI, 2007, p. 1435).

A partir das observações relatadas nos parágrafos anteriores ficou perceptível que a divisão em categorias (como foi estruturado esse capítulo) se trata exatamente de uma representação didática do modelo de regimes de informação. Isso porque a análise implica no reconhecimento de características que ultrapassam a noção do individual (e até mesmo do relacional), indicando a interdependência nas relações, ou seja, a ideia de uma ontologia relacional, no qual a existência humana se constitui de emaranhados com as coisas que as cercam, sendo impraticável delimitar as distinções com clareza e precisão (ORLIKOWSKI, 2010).

Sem ações e instrumentos, o ator não exerce o seu papel social ou institucional e esse conjunto não se estrutura sem um direcionamento regulado por um dispositivo de informação. Esse ator “[...] combina ao mesmo tempo autonomia e condicionamentos sociais e materiais, em seus modos de processar e intervir em seu ambiente semiótico” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 38).

5.3 AÇÕES DE INFORMAÇÃO

González de Gómez (2012) aponta dois caminhos para a descrição das ações de informação. O primeiro, analisando-as em estratos, caracterizados pelo desempenho autônomo, mas ao mesmo tempo convergente e articulado, sendo: estrato semântico-pragmático, estrato ou dispositivo operacional e tecnológico e estrato regulatório, e o segundo caminho associando-as a modos de integração social. Nesse último, a classificação foi apresentada por González de Gómez (2003) com base nas categorias de Collins e Kush, no qual propõem que uma ação de informação se manifesta por meio de três (3) modalidades: mediadoras, formativas e relacionais.

As ações de informação da SUPG estão descritas no Quadro 5 (registro de atividades) e no Quadro 6 (estrutura de macroprocessos). Além disso, durante o grupo focal foram compartilhadas experiências cotidianas do setor que sintetizamos e distribuímos de acordo com o perfil e finalidades das atividades, conforme Quadro 12 (a seguir). Realizamos a sistematização pelo caminho das modalidades, 'Ações de mediação', 'Ações formativas' e 'Ações relacionais', e adicionamos ao Quadro 12 duas (2) outras modalidades, 'Práticas' e 'Condições de produção e enunciação da informação', articulando-as também a uma finalidade, a fim de complementar a coleta e análise de dados nessa categoria. Os textos destacados em negrito foram extraídos da sistematização de González de Gómez (2003) e as demais informações foram adicionadas pela autora.

Quadro 12 – Classificação de elementos da SUPG de acordo com a teleologia das ações de informação sistematizadas por González de Gómez (2003).

Ações de informação	Perfil	Atividades	Experiências cotidianas apontadas pela SUPG	Finalidades
Ação de mediação	Ocorre quando as ações estão vinculadas aos fins ou à orientação de uma outra ação.	Atividades sociais múltiplas	Atividades e serviços são mediados por artefatos tecnológicos ou por atendimentos presenciais	Transformar o mundo social ou natural

(continua)

Ação formativa	É orientada à informação não como meio, mas como sua finalização, iniciando, assim, um novo domínio informacional.	Atividades heurísticas e de inovação	Interesse em conhecer vivências de secretarias de pós-graduação no Brasil e em países de primeiro mundo	Transformar o conhecimento para transformar o mundo
Ação relacional	Ocorre quando uma ação de informação tem como finalidade intervir numa outra ação, dela obtendo direção e fins.	Atividades sociais de monitorament o controle e coordenação	Compartilhamento de experiências e práticas entre si	Transformar a informação e a comunicação que orientam o agir coletivo
Práticas	As práticas são ações de informação (González de Gómez, 1999) ou ações coletivas realizadas por humanos ou não humanos (Silva; Silva, 2019).	Atividades de aprendizado de práticas cotidianas	Consolidação do conhecimento a partir da experiência profissional	Converter informação em conhecimento
		Atividades ou ações de melhorias	Manual de rotinas <i>Homepage</i> para o setor Formalização do setor para garantir investimentos em infraestrutura	
Condições de produção e enunciação da informação	Correspondem aos fluxos de informação.	Atividades de produção (registro e difusão) de informação	Política de integração: A SUPG é produtora de informação e trabalha para fazer a rede de informação circular e gerar resultados	Converter informação em resultados

Fonte: Elaborado pela autora a partir da sistematização de González de Gómez (2003, p.17).

A seguir apresentamos os dados coletados na categoria 'Ações de informação' que contribuíram para a construção do Quadro 12.

a) Ações de mediação

Na variável ‘Ações de mediação’ a discussão inicial referiu-se aos sujeitos e setores com os quais a secretaria se relaciona: coordenadores, professores, alunos, candidatos aos processos seletivos, setores administrativos da UFES, agências de fomento. A comunicação entre eles ocorre por e-mail, por telefone ou presencialmente. Especificamente para os alunos, os servidores disponibilizam no *site* do PPG um campo denominado ‘secretaria *online*’ destinado para orientações gerais sobre o curso.

Com o frequente uso do *WhatsApp* incentivado pelo período de Ensino Aprendizagem Remoto Temporário Emergencial (EARTE), modalidade de ensino ofertada durante a pandemia de Covid-19, a equipe passou a utilizar habitualmente essa ferramenta, conforme já citado anteriormente. O grupo relatou que mesmo após o retorno presencial as práticas de comunicação virtuais estão sendo privilegiadas pelos usuários do setor, o que é possível demonstrar pela queda significativa no número de atendimentos presenciais.

[...] Presencial a gente observou que caiu bastante assim depois da pandemia [S1].

[...] Caiu bastante! [S5].

[...] a gente tem a secretaria on-line [...] aí tem: agendamento de banca, formulários, orientações pós-defesa [S2].

Em relação a investimentos (computador, *notebook*, reformas, formação) do CCJE para a Secretaria Unificada, a equipe relatou que a Direção sempre supriu com o necessário e acredita que o recém-diretor¹³ pretende investir em infraestrutura. A equipe entende que os investimentos seriam melhor incentivados pelos gestores se o setor já estivesse regulamentado, conforme afirma o Sujeito 3.

[...] É aquilo que eu falei com você desde o começo. São 6 anos de funcionamento de modo informal [...] se o negócio não é formal, como é que eu vou investir? Como é que eu vou desenvolver? Como é que eu vou comprar aquela ideia que esse modelo é o modelo ideal? Não dá! [S3].

¹³ O Diretor do CCJE eleito para o quadriênio 2022-2026 tomou posse em julho de 2022 e o grupo focal foi realizado em agosto de 2022.

b) Ações formativas

Nessa modalidade a equipe destacou que considera importante investimentos em formação profissional e sugeriu que a Universidade viabilize visitas técnicas para a equipe conhecer e dialogar com outras realidades de secretarias e setores da pós-graduação no Brasil e em países de primeiro mundo. Para a equipe, conhecer bons exemplos certamente é uma prática favorável ao processo de desenvolvimento organizacional.

[...] a gente acompanha a luta dos coordenadores, dos professores pra poder responder às intermináveis demandas da CAPES [...] como é que é a pós lá na USP? Como é que funciona isso lá? Como é que é a secretaria lá? Como é que é a PRPPG lá? [S1].

[...] Como é que funciona as coisas lá ou fora do país? Como e o que esse pessoal faz lá? Então, provavelmente dali vai sair uma experiência enriquecedora [S1].

[...] Então, eu sinto essa falta, assim, da instituição nos incentivar a ampliar nossos horizontes [S2].

c) Ações relacionais

No contexto da variável 'Ações relacionais', o grupo relatou que quando as secretarias foram unificadas, manteve-se o vínculo do servidor com o programa de pós-graduação para o qual ele já exercia as atividades, pois essa foi uma condição inicial das coordenações para adesão ao novo modelo. Relataram também que é habitual o compartilhamento de experiências entre a equipe sobre as tarefas cotidianas e que o *modus operandi* compartilhado tornou-se um elemento integrador, contribuindo para driblar a barreira da condição servidor-programa.

[...] Dentro do programa o secretário tem a liberdade, ele faz, ele organiza e tal. Compartilha aquilo que tem que ser compartilhado. E busca aquilo que necessita: "Como é que é feito isso? Como é que você resolveu esta questão? Gente, já tiveram essa situação? Como é que faz? Eu acho que esse é um elemento de sustentação dessa questão do bom relacionamento [S1].

Assim, manter o respeito em relação à concepção original do setor é um dos elementos para a boa sociabilidade.

d) Práticas

Na variável 'Práticas' o grupo discutiu a importância da experiência profissional para lidar com as tarefas e consolidar o conhecimento das práticas cotidianas, tendo em vista a variedade de atividades que são desempenhadas em uma secretaria de pós-graduação e a ausência de suportes para facilitar o aprendizado das tarefas, por exemplo, um manual de rotinas. Alguns integrantes concordam que uma *homepage* específica do setor seria interessante para auxiliar a padronização de rotinas, dar mais visibilidade à secretaria e facilitar a comunicação com o público, pois seria um local convergente de informações sobre os serviços da SUPG e da pós-graduação, como um todo, no âmbito do CCJE.

Consideram o setor unificado um cenário complexo, pois mesmo havendo dispositivos norteadores, como os regimentos dos cursos, esses possuem especificidades próprias da cultura de cada área de conhecimento e do respectivo programa. Nesse cenário, na opinião da equipe, a adaptação de um servidor novo não é rápida e exige esforço.

[...] Uma *homepage* ajudaria também na padronização das rotinas [S4].

[...] Acho que a experiência. A experiência ajuda dar agilidade [...]. A pessoa que chega nova lá, ela chega perdidinha, perdidinha! [S4].

Observamos que a SUPG necessita estruturar um canal de comunicação (o *site*) mais autônomo e de maior interlocução com a comunidade atendida, dirigido aos diversos públicos: discentes, coordenações de pós-graduação, docentes e público externo que potencialmente poderiam acessar o *site* como uma via de conhecimento e comunicação com a pós-graduação no âmbito do CCJE. Esse movimento seletivo significaria uma expansão coletiva das experiências, práticas e regras da equipe SUPG para viabilizar a estabilização e o registro das práticas e fazeres. A SUPG possui um conjunto sistematizado de informações, mas demanda algum meio socialmente instituído de locução e transmissão (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003) voltados à institucionalidade e confiabilidade nos canais de compartilhamento de informações, permitindo usos e reusos.

e) Condições de produção e enunciação da informação

Nessa última etapa da categoria 'Ações', a discussão girou em torno dos modos preferenciais de produção, comunicação e registro de informações. A equipe relatou que considera o setor como produtor de conhecimento devido à reordenação de rotinas que se deu com a unificação de secretarias. Além disso, são procurados com certa frequência por outros setores, como já relataram, o que confirma que o conhecimento está sendo produzido e chegando até outros, apesar da questão da visibilidade ser um fator que precisa ser explorado.

[...] Nós criamos o projeto, mudamos a rotina, elaboramos formulários, padronizamos determinados tipos de atendimento. Então, de uma forma geral a gente tá [...] produzindo conhecimento [S3].

Em sequência responderam que a principal estratégia de fortalecimento e eficiência da equipe é a política de integração. Explicaram que quando se fala em integração não quer dizer que não haja divergências, até porque existem ideias e perfis muito diferentes no grupo, mas estão se referindo a uma rede de comunicação bem estruturada. A equipe concorda que todos colaboram para manter a rede de informação funcionando adequadamente, com intuito de fazer a informação circular e gerar resultados.

[...] Uma rede de informação de comunicação muito bem estruturada, de fazer circular, né? [...] Porque qualquer detalhe que você deixar passar vai te influenciar em alguma outra rotina ou alguma outra coisa lá na frente que vai.... pode dar errado, porque faltou a informação aqui atrás [S2].

Por último, relataram que já criaram algumas estratégias para mapeamento das informações, tais como cartilhas para orientar o aluno em requisitos que precisam realizar durante o curso (agendamento de defesa, pós-defesa, percurso de aprendizagem). Mas admitiram que são iniciativas isoladas ou incipientes, e que esse é um aspecto a ser desenvolvido na SUPG.

[...] A gente já sabe porque decorou, mas o aluno ele tem aquele norte, então talvez documentos como esses assim também seria interessante de ter [S5].

As ações de informação se iniciam e se desenvolvem em um regime de informação a partir de atores sociais¹⁴, que agem sempre na intenção de alcançar algo (FREIRE, 2018), ou seja, atores realizam ações de acordo com a finalidade pretendida. Entretanto, para que uma ação seja concretizada, é inevitável que atores não humanos (dispositivos e artefatos) atravessem a relação ator social-ação, inclusive outras ações de informação podem mediar essa relação, o que demonstra a dependência existente entre os elementos de um regime de informação.

Observamos que nas subcategorias 'Ações formativas' e 'Práticas' a equipe deu ênfase a elementos/entidades que não fazem parte do setor, mas que, na opinião deles, somariam às políticas existentes, consolidando um setor mais eficaz em termos de gestão informacional. São eles: oferecer formação profissional especializada para a equipe de TAEs que atua na gestão da pós-graduação, incluindo conhecer vivências de secretarias de pós-graduação no Brasil e em países de primeiro mundo, criar uma *homepage* para o setor, elaborar um manual de gestão de processos e incentivar a formalização do setor perante à Administração Central da UFES. Sob a ótica de regimes de informação, González de Gómez (2003) afirma a importância das políticas de intervenção em um dado regime de informação, mediante o desenvolvimento de ações de informação que podem resultar em um novo cenário informacional.

Chamamos atenção para a ação 'compartilhamento de informações entre a equipe', uma prática implícita que faz parte da cultura de integração do setor, não menos utilizada ou menos complexa. Isso porque essa ação é adaptável e abrangente a ponto de se encaixar nas finalidades relacionados às 'Práticas', 'Ação mediadora', 'Ação formativa', 'Ação relacional' e 'Condições de produção e enunciação da informação' constituindo vários perfis que convergem para um único campo de ação estratégica (FREIRE, 2018). Outra com características semelhantes é a proposta de ação formativa 'conhecer práticas de outras secretarias de pós-graduação'. As duas ações foram detalhadas no Quadro 13.

¹⁴Atores sociais: São aqueles que podem ser reconhecidos por suas formas de vida e constroem suas identidades através de ações formativas. A "forma de vida" e as "ações formativas" são as que vinculam de um modo social e epistêmico saberes, informações, práticas e experiências (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 23)

Quadro 13 – Perfil das ações de informação da SUPG.

Perfil	Compartilhar informações entre a equipe	Conhecer práticas de outras secretarias de pós-graduação
Ação de mediação	A necessidade individual ou coletiva de agir (cumprir uma demanda ou resolver um problema) é mediada pela ação compartilhar informações.	A necessidade individual ou coletiva de agir é mediada pela ação conhecer novas práticas.
Ação formativa	A ação compartilhar traz informações que podem ser incorporadas e convertidas em conhecimento organizacional.	Práticas positivas de outros setores podem ser incorporadas e convertidas em conhecimento organizacional.
Ação relacional	A ação compartilhar traz informações que podem intervir e direcionar para outras estratégias de ações, diferentes da intenção inicial.	A apropriação de informações a partir do contato com outras formas de vida podem influenciar decisões e ações estratégicas
Práticas	Prática implícita que promove a integração do setor.	As práticas representam a centralidade da análise.
Condição de produção e enunciação	A ação compartilhar enfatiza a comunicação no processo informacional.	A ação conhecer as práticas implica conhecer as etapas que constituem essas práticas: produção, comunicação e registro de informações.

Fonte: produzido pela autora durante a análise de dados.

A presença de uma ação em vários perfis colabora para o entendimento da característica dinâmica das ações de informação, indicando a condição que Feldman & Orlikowski (2011) defendem sobre o emaranhamento da rede informacional.

5.4 DISPOSITIVOS

A quarta categoria refere-se aos ‘Dispositivos’ e as variáveis

‘Dispositivos de Informação’ (narrativos), de ‘Metainformação’ (regulatórios) e de ‘Infraestrutura de informação’ (tecnoeconômicos). Dispositivo é tudo aquilo que condiciona e limita uma ação de informação.

Dispositivos podem ser considerados um mecanismo operacional ou um conjunto de meios composto de regras de formação e de transformação desde o seu início (FREIRE, 2018, p. 51); um conjunto de produtos e serviços de informação e das ações de transferência de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.63).

Para preenchimento do Quadro 8, feito no início do grupo focal, os principais dispositivos utilizados na secretaria foram identificados pela equipe e relacionados às respectivas ações de informação. Nessa seção, categorizamos esses dispositivos de acordo com as respectivas variáveis, conforme o Quadro 14.

Quadro 14 – Principais dispositivos levantados durante grupo focal e pesquisa documental, categorizados por subcategorias

Dispositivos de informação ou narrativos (regras e usos)	Dispositivos de metainformação ou regulatórios (enquadramento, controle e monitoramento)	Dispositivos de infraestrutura de informação ou tecnoeconômicos (modelos e normas técnicas)
<p>Orientações nos <i>sites</i> da PRPPG, dos PPG do CCJE e da Direção do CCJE</p> <p>Comunicações (por e-mail) e notas técnicas (<i>site</i>) da PRPPG, dos PPG e da Diretoria do CCJE</p> <p><i>Whatsapp</i> do grupo SUPG</p> <p>Anotações pessoais da equipe (cadernos)</p> <p>Informações observadas e oriundas das interações ocorridas durante os atendimentos (com as coordenações, docentes e pós-graduandos)</p>	<p>Normativas da PRPPG</p> <p>Regimento da PRPPG</p> <p>Regimento e resoluções dos cursos</p> <p>Edital de Processo Seletivo</p> <p>Resoluções CAPES e FAPES</p>	<p>Formulários da PRPPG</p> <p>Oferta de disciplinas</p> <p>Calendário do curso</p> <p>Pareceres da Procuradoria Federal (PF/UFES)</p> <p>Ata de reunião do colegiado</p> <p>Manual da FAPES</p> <p>SAPPG, Protocolo <i>Web</i></p> <p>Plataforma Sucupira</p>

Fonte: produzido pela autora durante a pesquisa.

A análise dos dispositivos de informação dirige-se à memória de ações de informação nos produtos materiais ou documentais, uma memória documental, a partir de artefatos (meios) utilizados para mediar as relações e os processos, pois “[...] o dispositivo coloca ao dispor certos documentos e informações para reutilização no processo produtivo, num circuito de agentes que abarca e condiciona o sistema” (FERNANDES, 2011, p. 220).

Esses dispositivos, enquanto objetos relacionais, determinam as informações produzidas no próprio ambiente ou em contextos externos, pois são constituídos por regras de formação e de transformação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999). A autora

explica que os dispositivos são condicionados pelas ações de informação, pois é algo que acontece na sua operacionalização (assim como a ideia de dispositivo em Foucault), sendo que no processo de comunicação da informação em ambientes de informação e em instâncias organizacionais os dispositivos são transportados de uma a outra tecnologia conforme a influência dos múltiplos atores que os planejam, os executam e os administram, considerando os interesses e os efeitos que esses agentes pretendem obter por meio desses mesmos dispositivos (GONZÁLEZ DE GÓMEZ 1999; 2004).

Os dispositivos identificados pela equipe SUPG - utilizados durante a produção, uso, comunicação e registro de informações - não só potencializam ou restringem as ações da equipe, enquanto atores humanos, como também estão emaranhados com eles (SCOTT & ORLIKOWSKI, 2014), ilustrando que os dispositivos (como materialidade ou não humanos) estão presentes e dão forma às atividades no cotidiano organizacional (TURETA; ALCADIPANI, 2009) de forma entrelaçada aos demais elementos do regime de informação: os dispositivos (regras) condicionam as ações de atores (humanos e não humanos) durante uma ação de informação (prática organizativa), sendo conduzidos ou armazenados pelas tecnologias (artefatos) durante o processo.

5.5 ARTEFATOS

Finalizando o grupo focal com a categoria 'Artefatos' e as subcategorias 'Infraestrutura tecnológica', 'Infraestrutura de serviços', 'Infraestrutura de comunicação' e 'Infraestrutura de informação' muito já havia sido discutido sobre a mediação dos artefatos, com comprovada predominância e influência dos artefatos tecnológicos no cotidiano organizacional da SUPG. Ainda assim, o grupo apresentou três (3) fatos relacionados a dificuldades e facilidades envolvendo as tecnologias: dificuldade de utilização de e-mails institucionais, dificuldade de acesso às licenças *office* e o uso de *Whatsapp Business*. Na primeira situação, a equipe relatou que quando a Universidade disponibiliza um e-mail institucional para o PPG, necessariamente o vincula ao e-mail institucional de algum servidor (geralmente o coordenador ou servidor responsável imediato do programa). Dessa forma, o

compartilhamento do e-mail com a equipe é prejudicado, justificando a opção pelo uso do Gmail.

[...] uma coisa que a gente tem discutido é a questão da institucionalização do e-mail. Os e-mails na maior parte são Gmail. Isso tem uma limitação. É... e tem uma dificuldade, assim, a universidade ela não oferece ainda uma resposta pra isso. Não oferece, né? [S1].

[...] O e-mail institucional fica vinculado ao servidor, esse é o problema [S3].

Situação semelhante ocorre com a licença *Office*. O Sujeito 1 relatou que a licença não é disponibilizada a todos na Universidade e costuma ser direcionada à pessoa que está exercendo algum cargo de gestão. Como o registro fica vinculado ao usuário, concluído o período de exercício do cargo, por exemplo, deverá ser solicitado um pedido de transferência do registro para o novo usuário.

[...] Por exemplo, dificuldade com licença *Office*. Alguns aqui usam, mas eu não uso, porque alguém tem que ceder essa licença pra mim e essa licença vai ficar acumulada no nome de outra pessoa... [S1].

[...] Assim, eu acho que esse é um ponto, um nó... Os softwares estão ligados a pessoas e não à instituição [...] Então, a licença *Office* está vinculada a Maria e ao Luiz, por exemplo. Maria e Luiz vão sair, vai entrar o professor “x” e o professor “y” [S1].

Em relação à utilização do *Whatsapp Business*, foi uma iniciativa individual do servidor durante o trabalho remoto na pandemia, buscando estabelecer uma comunicação mais rápida com os alunos para divulgação de informações de interesse do curso.

[...] eu descobri que eu podia instalar um *Whatsapp Business* com um número fixo e aí eu criei. Aí eu tenho um grupo [...] um mural digital, porque eu vi [...] no TJ eles fazem isso. É um mural de avisos digital [S2].

[...] Desse mural digital só o administrador posta [S2].

Em contraponto ao uso de tecnologias, alguns disseram que ainda escrevem bilhetes e deixam em cima da mesa do colega quando se trata de uma informação pontual. Disseram que quando essa prática ocorre, costuma apresentar uma carga de afeto, relacionado a um pedido ou agradecimento. Outra ação que não envolve tecnologias, conforme relato do Sujeito 3, é prestar informações de forma presencial (sobre ingresso e o funcionamento do curso de pós-graduação, por exemplo). Nesse

caso basta apenas orientar o interessado por meio da ‘velha’ conversa, utilizando para isso a linguagem verbal, o ‘sistema tecnológico’ mais perfeito, humano e universal.

[...] Eu deixo um bilhetinho! [S2].

[...] Oh, o bilhetinho funciona muito. Funciona! [S5].

[...] Dependendo, por exemplo, a gente é um setor de informação. Às vezes, a pessoa que vem de fora, que não sabe nada. “Ah, eu quero saber sobre o mestrado”. Isso aí não precisa de nenhuma tecnologia. Você vai lá... isso... [S3].

[...] O *Whatsapp* ele é uma ferramenta interessante, mas às vezes a gente vai na velha comunicação: falar mesmo com a pessoa [S3].

Por fim, os trabalhos foram concluídos com êxito e encerrados com agradecimentos aos participantes:

[...] Então pessoas, oh conseguimos bater a meta! [Dirigente do grupo focal].

O olhar atento para o papel dos artefatos durante a análise das ações e práticas cotidianas da SUPG, de ambientes de informação a artefatos, revela o processo de reelaboração da estrutura mediadora do setor nos últimos anos, buscando acompanhar as diretrizes para a transformação digital proposta pelo governo federal e culminando com a experiência emergente do trabalho remoto durante a pandemia de Covid-19: de uma lógica presencial para a virtual, pois a experiência das TIC e do *home office* demonstrou a evidência dos aportes materiais e tecnológicos e como eles atuaram reproduzindo o modelo presencial.

Essas mudanças nas práticas e nos processos vêm explicitando “[...] a mutabilidade dos contextos das ações sociais informacionais” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2020, p. 3) re-visando ou re-significando os espaços e os tempos das ações, caminhando-se para ações de informação cada vez mais virtuais, mediadas por múltiplos agentes e fisicamente localizados em múltiplos contextos. Assim, a agência dos atores da SUPG ou do conjunto de atores (equipe) gerenciam artefatos e dispositivos de informação distribuídos nesses contextos (o espaço da secretaria e os espaços do *home office*) e se tornam capazes de alcançar outras realidades por meio das virtualidades possibilitadas pelos artefatos tecnológicos.

Nessa perspectiva, citamos Frohmann (2006), que segundo Magnani e Pinheiro (2011), privilegia o caráter material da informação e de seus usos enfatizando também o caráter social e discursivo das tecnologias. Assim, para esses autores, “[...] as tecnologias incorporam relações sociais, e não são apenas soluções para problemas científicos e técnicos, mas são também processos sociais negociados [...] as tecnologias teriam, portanto, um caráter inerentemente social” (MAGNANI; PINHEIRO, 2011).

5.6 ARTICULAÇÕES ENTRE REGIMES DE INFORMAÇÃO E SOCIOMATERIALIDADE

O regime de informação se expressa na morfologia da rede (WILKE; JARDIM, 2006). No ambiente de informação ou rede informacional da SUPG, elementos heterogêneos, derivados tanto de ações humanas quanto não humanas, se expressam de tal modo que o conjunto formado pelas características individuais desses elementos passam a representar um sistema híbrido, muitas vezes complexo e difuso, um completo emaranhado, mas que caracteriza um regime de informação. Esses agrupamentos são possíveis devido à característica peculiar da informação, que se situa naturalmente em todas as atividades e contextos, e está sempre sujeita a variações, podendo modificar o ambiente em que se insere.

Conhecer a realidade organizacional da SUPG por meio das ações que configuram as regras explícitas do setor e por meio de práticas identificadas a partir da perspectiva de regimes de informação e de elementos que os caracterizam foi possível, pois, de acordo com a perspectiva do organizar, “[...] as diferentes realidades organizacionais não precedem as práticas, mas sim são moldadas, performadas por elas” (DUARTE; ALCADIPANI, 2016) ou porque, conforme explica González de Gómez (1999) “[...] essas práticas intervêm na própria constituição de algo a ser designado como informação ou domínio da informação, *ex-ante*” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.3).

No regime de informação dominante da SUPG verificamos que as ações de informação se iniciam e desenvolvem a partir de atores sociais mediante dispositivos semântico-pragmáticos e estruturas organizacionais apoiadas em tecnologias de informação e comunicação (FREIRE, 2018, p. 21). Sob a lente do princípio de simetria

da TAR, complementamos a narrativa do processo de desenvolvimento das ações de informação da SUPG ao afirmar que esse processo é articulado tanto por ações humanas quanto não humanas, não limitado a iniciativa de sujeitos ou pessoas, como propõe o modelo de regimes.

A afirmação acima está em conformidade com a abordagem de Frohmann (1995), que apresenta a peculiaridade de tratar o regime de informação como uma rede regulamentada, heterogênea, entre atores humanos (individuais e coletivos) e não humanos (dispositivos, artefatos tecnológicos e os mais variados objetos) considerando, ainda, as relações de poder coexistentes. Ou seja, considera que a sociomaterialidade integra os regimes de informação.

Assim, reiteramos que o processo de desenvolvimento da SUPG está sob influência de uma ‘dinâmica sociotécnica’ que é própria do seu meio (pessoas, ações coletivas, normas, objetos) e que pode ser analisada a partir de uma abordagem embasada na Teoria Ator-Rede (ARAÚJO, 2014), manifestando os interesses dos estudos de informação e dos estudos organizacionais para a materialidade ou para uma sociomaterialidade explícita e implícita que se apresenta como aspecto integrante da atividade organizacional (ORLIKOWSKI, 2010; FROHMANN, 2008).

No Quadro 15 apresentamos informações sobre o modelo de regimes de informação e a abordagem da sociomaterialidade identificadas durante a pesquisa.

Quadro 15 – Articulações entre regimes de informação e sociomaterialidade

	Regime de informação	Sociomaterialidade
Campo científico	Ciência da informação	Administração
Natureza	Processual	Processual
Área temática	Gestão da informação	Estudos organizacionais
Perspectiva	Ambiente de informação	<i>Organizing</i>
Elementos	Atores, ações, dispositivos, artefatos	Atores humanos e não humanos
Característica dos elementos	Heterogêneos	Heterogêneos e híbridos
Fundamento	Assimetria	Simetria
Atores	Agentes humanos	Agentes humanos e não humanos
Capacidade de ação	Informação (ou ações de informação) movem os atores a executarem ações	Humanos e não humanos têm poder de agência
Relações	Ocorrem por meio das ações e estratégias de informação	Emaranhamento de práticas sociais e materiais
Foco de análise	Relações e conflitos que ocorrem entre os elementos até uma situação mais ou menos estabilizada	Práticas sociomateriais continuamente renovadas
Resultado do levantamento de dados	Regime de informação dominante	Arranjos e Práticas organizativas reconhecidas
Processo	Contínuo e dinâmico	Contínuo e dinâmico

Fonte: produzido pela autora durante a pesquisa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As organizações vêm se constituindo como foco privilegiado para a aplicação de modelos teóricos tanto no campo da Ciência da Informação quanto no da Administração, sendo os estudos organizacionais um grande representante interdisciplinar desses ramos de pesquisa. A questão problema nesta dissertação viabilizou a aplicação de um modelo teórico maduro e viável à análise de regimes de informação em um contexto organizacional que dá suporte a processos formativos e de gestão de ambientes orientados e à pesquisa científica e tecnológica, constituída por ações, fluxos de informação, políticas, normas, pessoas, necessidades, interesses, objetos, tecnologias e pelos resultados das relações entre esses elementos (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012).

No desenvolvimento metodológico da pesquisa pretendida o esforço de manutenção da base epistemológica no campo da Ciência da Informação e de expandir-se a discussão a partir da sociomaterialidade permitiu uma leitura focalizada e mais aprofundada em um dos componentes analisados no conceito de regimes de informação, os artefatos. Realizamos um esforço de desenvolver um olhar mais simétrico entre os objetos e as pessoas, enfatizando a materialidade e o papel dos não humanos influenciando a configuração dos espaços, a disposição dos materiais e os sistemas utilizados (*software e hardware*) como atores que dão forma às práticas e ao cotidiano, conforme salientado por Tureta e Alcadipani (2009). Entendemos os limites dessa análise porque sinalizam para processos dinâmicos e em transformação, tanto dos arranjos e práticas quanto desses objetos, visto que as pesquisas carecem de métodos analíticos mais consolidados no campo dos estudos organizacionais, incluindo a abordagem da sociomaterialidade.

Na perspectiva das organizações como matriz de processos informacionais, a pesquisa apresentou um panorama do ambiente estudado, buscando reconhecer os espaços de organização e gerenciamento dos fluxos de informação por meio de práticas relacionais cotidianas, bem como compreender como se manifesta o regime de informação dominante e suas implicações na dinâmica do setor. Todas as informações desse contexto exercem uma função essencial no processo decisório: propicia aumento da qualidade dessa informação e a diminuição das incertezas

(VITAL; FLORIANI; VARVAKIS, 2010), pois resultam em um cenário que dá visibilidade às políticas de informação vigentes, inclusive as que necessitam de direcionamentos mais eficientes a favor de serviços públicos satisfatórios.

A elaboração da matriz fundamentada nos princípios do regime de informação segundo a abordagem de González de Gómez foi determinante para o resultado satisfatório da coleta e análise de dados durante o grupo focal. Além dessa, a descrição do ambiente de pesquisa, desde a narrativa sobre a criação do setor até as configurações atuais, o detalhamento dos processos comunicativos-informativos nas práticas organizativas, a identificação dos artefatos e dispositivos (salientando a sociomaterialidade) e a transcrição dos relatos durante o grupo focal foram fundamentais à análise pretendida e ao reconhecimento da identidade do setor, visto que trazemos à tona a cultura e os códigos de comunicação desse ambiente a partir da configuração de “[...] suas formas específicas de compartilhamento de informação e conhecimento, principalmente o conhecimento tácito e a efetivação dos mecanismos de cooperação (CARVALHO, 2009, p. 215).

A noção de regimes de informação como um modelo analítico desta pesquisa nos permitiu conhecer o ambiente de informação da SUPG (atores, artefatos, dispositivos e ações de informação) e as complexas configurações sociomateriais que constituem esse contexto organizacional, pois exercem influência significativa e estrutural, enquanto artefatos, tecnologias e técnicas no espaço informativo da SUPG (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2020).

A compreensão do objeto de análise por uma via interdisciplinar também foi importante para ressaltar o aspecto da materialidade presente nesse ambiente de informação e confirmar os pressupostos da pesquisa, comprovando a relevância da materialidade por meio da análise de um regime de informação dominante e da sociomaterialidade desse contexto organizacional. A ciência sabe pouco sobre os entrelaçamentos entre o material e o social e potenciais consequências (ROSA, 2016). Como dar voz aos objetos, artefatos e tecnologias que compõem o contexto e o cotidiano das organizações? (ROSA, 2016).

No campo da Ciência da Informação esse aspecto também tem sido pouco analisado, pois as pesquisas tendem considerar a materialidade em si, circunscrita às práticas, aos documentos e aos ambientes de informação como agentes passivos. Sob

a ótica dessa materialidade como um agente não humano, um actante, conforme proposto por Latour (1992), essa perspectiva evidencia a denominada ‘virada material’ que incorporou, no âmbito dos estudos organizacionais “[...] a relevância das dimensões materiais das atividades e interações humanas” (ROSA, 2016, não paginado).

A análise do regime dominante de informação e da sociomaterialidade que envolve o ambiente da SUPG têm em comum as práticas e os processos organizativos – o organizar da SUPG. Nessa direção apresentamos as estratégias ou práticas organizativas da SUPG que constituem o regime dominante e como, nessas mesmas práticas, a materialidade (em seu emaranhamento podemos tratar de uma sociomaterialidade) representada pelos não humanos contribui para a construção da realidade organizacional do setor.

A SUPG como um híbrido representando a participação de não humanos nas práticas organizacionais propicia a gestão de um significativo coletivo. A sua conformação desde a criação como um híbrido é o “[...] efeito de uma rede de relações heterogêneas produzidas na organização” (TURETA; ALCADIPANI, 2009, p. 60) que vem configurando o processo organizativo e as práticas organizacionais.

Como salientado por Bezerra e Pinho (2016) nossa atividade na dinâmica social é resultante de complexas relações com a materialidade que nos cerca, sejam objetos ou espaços à nossa volta e que constituem as subjetividades. As inovações tecnológicas redefinem dinamicamente a cultura material das organizações e as respectivas relações de sociabilidade, um emaranhamento de difícil distinção de influências, próteses materiais e tecnológicas que expandem ou estendem mentes, corpos e percepções de mundo. Como Morin (2001) e Latour (1994) esclarecem, somos definidos através das mediações que tecemos, das trocas que produzimos, das conjunções que compomos entre objetos, cultura, natureza, técnica e sociedade.

A análise do regime de informação dominante junto à SUPG envolve a observação do fenômeno informação de forma plural, respeitando-se a contextualidade que define em que caso a informação é o caso (para reconhecimento do valor da informação e onde a informação constitui-se como valor) e também o reconhecimento das experiências, das relações e da própria condição situacional que

define a cultura material, a condição de geração e de uso de informação desenvolvido pela equipe da SUPG.

REFERÊNCIAS

ALCADIPANI, R. Contribuições do organizar (*organizing*) para os Estudos Organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 76, p. 057-072, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-9230763>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/xygPMmD7Fmp3VjcBJCtpVDy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 abr. 2021.

ALVES, C. A.; DUARTE, E. M. A relação entre a Ciência da Informação e a Ciência da Administração. **Transinformação**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 37-46, jan./abr. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-37862015000100004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/r4Sj5pJ7pYdz5N6YDGh9BTb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 dez. 2020.

ALVES, T. D. S.; BEZERRA, A. C. Informação, política e poder: 20 anos do conceito de “regime de informação” em Maria Nélida González de Gómez. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, n. XX ENANCIB, 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Ancib, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/122938>. Acesso em: 25 jul. 2021.

ANDRADE, E. A. de; MARQUES, R. M. Teoria Ator-Rede (TAR) como alternativa à superação das dualidades presentes nos estudos de comportamento informacional. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 19, n. 00, p. e021028, 2021. DOI: 10.20396/rdbci.v19i00.8664905. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8664905>. Acesso em: 2 dez. 2022.

ANJO, J. E. S.; TURETA, C. The Sociomateriality of the Creative Process: Script Roles in Film Production. **The Journal of Creative Behavior**, v. 0, n. 0, p. 1–18, 2022. DOI: 10.1002/jocb.552. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/jocb.552>. Acesso em: 3 nov. 2022.

ARAÚJO, R. F. de. Atores e ações de informação em redes sociais na internet: pensando os regimes de informação em ambientes digitais. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v.15, n.3, jun. 2014. Disponível em: http://www.dgz.org.br/jun14/Art_04.htm. Acesso em: 25 jul. 2021.

ARAÚJO, C. A. A. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

BACKES, D. S. *et al.* Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O mundo da saúde**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 438-442, 2011. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/artigos/grupo_focal_como_tecnica_coleta_analise_da_pesquisa_qualitativa.pdf. Acesso em: 27 abr. 2022.

BEAL, A. **Gestão estratégica da informação**: como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e de alto desempenho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2004.

BEZERRA, E. P.; PINHO, J. A. S. Sobre a contribuição conceitual da inteligência coletiva ao regime de informação. **Encontros Bibli**: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da informação, v. 21, n. 46, p. 154-164, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n46p154>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BEZERRA, E. P. *et. al.* Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em Questão**, v. 22, n. 2, p. 60-86, 2016. DOI: <https://doi.org/10.19132/1808-5245222.60-86>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/57935/0>. Acesso em: 9 jul. 2021.

BEZERRA, E. P. **Ações de informação no laboratório de aplicações de vídeo digital da Universidade Federal da Paraíba**: uma visão a partir do conceito de regime de informação. Orientador: Isa Maria Freire. 2018. Tese. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12401>. Acesso em: 23 dez. 2020.

BEZERRA, A. C. Contribuição da teoria crítica aos estudos sobre regime de informação e competência crítica em informação. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103164>.

BEZERRA, A. C. *et. al.* **iKritika**: estudos críticos em informação. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

BEZERRA, E. P.; FREIRE, I. M. Regime de informação em um laboratório de aplicações de vídeo digital *. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/104700>.

BEZERRA, A. C. Da teoria matemática para uma proposta de teoria crítica da informação: a integração dos conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 25, n. 3, p. 164-181, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/146801>.

BRASILEIRO, F. S. **O processo de mediação no contexto do regime de informação**: a construção de um espaço virtual de comunicação na web para a CPAD/UFPB. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2013.

BRASILEIRO, F. S.; FREIRE, G. H. de A. O processo de mediação da informação nas organizações a partir do contexto do regime de informação. **Anales de documentación**, Murcia, v. 16, n. 1, p. 1-18, 2013. DOI:

<https://doi.org/10.6018/analesdoc.16.1.163711>. Disponível em:
<http://revistas.um.es/analesdoc/article/view/163711>. Acesso em: 27 abr. 2022.

CALLON, M. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. In: CALLON, M. (ed.). *Action and belief: a new sociology of knowledge?* London: Routledge, 1986 p. 196 – 233.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Ancib, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 25 jul. 2021.

CARVALHO, A. M. A. de. Novos enfoques no Campo da Ciência da Informação: uma discussão sobre a aplicabilidade do conceito de regime de informação em arranjos produtivos locais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. especial, p. 213-227, 2009a. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362009000400015>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pci/a/4v7MNdVYhf6gFdfhKTxkT6x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2021.

CARVALHO, J. M. **Universidade de Brasília - UnB e Universidade de Lavras - Ufla pesquisam estratégias para a competitividade do café brasileiro**. Entrevistado por: Flávia Bessa. 21 ago. 2014. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1986517/universidade-de-brasilia---unb-e-universidade-de-lavras---ufla-pesquisam-estrategias-para-a-competitividade-do-cafe-brasileiro>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 22 ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Paz e Terra, 2020. v. 1.

CAVALCANTE, R. C. Os Estudos Organizacionais e a sua contribuição para a comunicação de organizações. *In: CONGRESSO CIENTÍFICO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES PÚBLICAS*, 1., 2016. **Anais** [...] Local: Editora:, 2016. Acesso em: 28 ago. 2021.

CAVALCANTI, M. F.; ALCADIPANI, R. Organizações como processos e Teoria Ator-Rede: a contribuição de Law para os estudos organizacionais. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 11, n. 4, p. 556-558, 2013.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. Trad. Eliana Rocha. 2. ed. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2006.

COSTA, G. dos S. Grupos focais: um novo olhar sobre o processo de análise das interações verbais. **Revista intercâmbio**, São Paulo, v. 25, p. 153-172, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Home/Downloads/10138-Texto%20do%20artigo-25219-1-10-20120702.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2022.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Trad. Magna Lopes. 3. ed. reimpr. Porto Alegre: Artmed, 2016.

DAFT, R. L. **Organization theory and design**. 12. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

DAVENPORT, T. H. **Reengenharia de processos**: como inovar na empresa através da tecnologia da informação. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

DELAIA, C. R. **Subsídios para uma política de gestão da informação da Embrapa Solos**: à luz do regime de informação. Orientadora: Isa Maria Freire. 2008. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

DELAIA, C. R.; FREIRE, I. M. Subsídios para uma política de gestão da informação da Embrapa Solos: à luz do regime de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.15, n.3, p. 107-130, set./dez. 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/38428>. Acesso em: 16 abr. 2021.

DUARTE, M. F.; ALCADIPANI, R. Contribuições do organizar (*organizing*) para os estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 76, p. 057-072, Jan./Mar. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-9230763>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/xygPMmD7Fmp3VjcBJCtpVDy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 abr. 2021.

ETZIONI, A. **Modern organizations**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1964.

FEITOZA, L. A.; SILVA, T. E. da. Regime de informação dos sistemas de arquivos das universidades públicas do Brasil. **Inf. Prof.**, Londrina, v.1, n.1/2, p. 40-55, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/14587>. Acesso em: 16 abr. 2021.

FELDMAN, M. S.; ORLIKOWSKI, W. J. Theorizing Practice and Practicing Theory. **Organization Science**, v. 22, n. 5, p. 1240-1253, 2011. DOI: 10.2307/41303116. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/261963134_Theorizing_Practice_and_Practicing_Theory. Acesso em: 25 jul. 2021.

FERNANDES, G. C. Ações de informação e práticas documentárias como políticas difusas de memória. **InCID: R. Ci. Inf. E Doc.**, Ribeirão Preto, v.2, n. 1, p. 208-226, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42342>. Acesso em: 25 jul. 2021.

FORTES, P. J. de O. C. A não representação na Teoria Ator-Rede e o silenciamento como prática social nas organizações: um estudo etnográfico em uma oficina mecânica. 2020. 179 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - Centro

Universitário FEI, São Paulo, 2020. Disponível em:
<https://doi.org/10.31414/ADM.2020.T.131119>.

FREIRE, I. M. Sobre o regime de informação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais – Lti. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v.4, n. 1, p. 70-86, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/59102>. Acesso em: 25 jul. 2021.

FREIRE, I. M. Tecendo uma rede conceitual na Ciência da Informação: tecnologias intelectuais para competências em informação. **Informação & Tecnologia (ITEC)**: Marília/João Pessoa, v.1, n.1, p.130-144, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/itec/article/view/19840>. Acesso em: 25 jul. 2021.

FREIRE, I. M. Refletindo sobre ações de informação no laboratório de tecnologias intelectuais - LTI. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, n. 4, p. 78-96, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/32101>. Acesso em: 9 jul. 2021.

FREIRE, I. M. Uma inteligência coletiva no regime de informação do laboratório de tecnologias intelectuais - lti. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 9, n. 1, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119615>

FREIRE, I. M. Relações entre os elementos do regime de informação no laboratório de tecnologias intelectuais - lti. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 12, n. 2, 2017. DOI: [10.22478/ufpb.1981-0695.2017v12n2.37545](https://doi.org/10.22478/ufpb.1981-0695.2017v12n2.37545)

FREIRE, I. M. Dinâmica das ações de informação no regime de informação do laboratório de tecnologias intelectuais *. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/104732>.

FREIRE, I. M. Aplicação teórica do regime informacional no laboratório de tecnologias intelectuais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, XIX ENANCIB, 2018. **Anais [...]**. Londrina: Ancib, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102308>. Acesso em: 29 ago. 2021.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying actor network theory. *In*: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE / ASSOCIATION CANADIENNE DES SCIENCES DE L'INFORMATION, 23, 1995, Edmonton. **Electronic proceedings [...]** 5 p. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.517.5320&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 29 ago. 2021.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, M. S. L.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. de (org.). **A dimensão epistemológica da**

Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação. São Paulo, Fundepe Editora, 2008. p. 19-34.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GALLI, C. G. As universidades e as transformações na Educação Superior: um estudo sobre a Teoria da Complexidade. **Revista Gestão & Conexões**, Vitória (ES), v. 8, n. 2, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/22013>. Acesso em: 28 ago. 2021.

GAULEJAC, V. de. Crítica dos fundamentos da ideologia de gestão. *In*: CHANLAT, J.; FACHIN, R.; FISCHER, T. M. D. **Análises de organizações: perspectivas latinas.** Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 413-438.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas. 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro v. 5, n. 2, p. 7-31, jul./dez. 1999.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramaZero** – Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, p. 1-11, dez. 2000. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/127/1/GomesDataGramaZero2000.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2021.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Para uma reflexão epistemológica acerca da ciência da informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2001. Disponível em: https://brapci.inf.br/repositorio/2010/03/pdf_2c033801a8_0008317.pdf. Acesso em: 14 jun. 2021.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. de. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 1, 2002. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/975>. Acesso em: 5 jun. 2020.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a pós-graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, v. 15, n. 1, p. 31-43, 2003. DOI: [10.1590/S0103-37862003000100002](https://doi.org/10.1590/S0103-37862003000100002). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/FwJWGzhN77SSYWNqwHHyYgw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2020.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; CHICANEL, M. A mudança de regimes de informação e as variações tecnológicas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO ENANCIB, 9., 2008, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/180486>. Acesso em: 01 nov. 2022

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; CANONGIA, C. (Orgs.). Contribuição para políticas de ICT. Brasília, DF: IBICT, 2001.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, 1 dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/14376>. Acesso em: 14 jun. 2021.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. As ciências sociais e as questões da Informação. **Revista Morpheus - Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, [S. l.], v. 8, n. 14, 2015. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/morpheus/article/view/4832>. Acesso em: 20 ago. 2021.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 29, n.1, p. 137-158, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/44357/22383>. Acesso em: 20 ago. 2021.

JÚLIO, A. C.; TURETA, C. 'Transformando Lixo em Luxo': A Materialidade nas Práticas da Produção Carnavalesca. *Brazilian Business Review*, v. 15, n. 5, p. 427-443, 2018.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34. 1994.

LATOUR, B. *Reassembling the Social – An Introduction to Actor-Network-Theory*. USA: Oxford University Press. 2005.

LEAL, L. A. D. *et al.* Rede virtual de comunicação da informação na perspectiva do regime de informação. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 18, n. 37, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n37p1>. Acesso em: 25 jul. 2021.

LIMA, C. R. M. *et al.* Regime de informação e esfera pública em arranjos produtivos locais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPb, 2009. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/317>. Acesso em: 25 jul. 2021.

MAGNANI, M. C. B.; PINHEIRO, M. K. “Regime” e “Informação”: a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 593-610, set. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/392>. Acesso em: 25 jul. 2021.

MARTELETO, R. M. A pesquisa em Ciência da Informação no Brasil: marcos institucionais, cenários e perspectivas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. esp., p. 19-40, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362009000400003>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pci/a/YRPbkTdHBSkTwyfL4TnRstk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jun. 2021.

McGEE, J; PRUSAK, L. **Gerenciamento estratégico da informação**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MEYER JR., V. A escola como organização complexa. *In*: EYING, A.; GHISI, M. L. (ed.). **Políticas e gestão da educação superior**. Curitiba: Champagnat, 2007. p. 231-261.

MOTTA A. C. G. D. Estudos organizacionais frente aos paradigmas contemporâneos. **Revista Eletrônica de Administração da Universidade Santa Úrsula**, v. 1, n. 2, 2015. Acesso em: 28 ago. 2021. Disponível em: <http://revistas.icesp.br/index.php/REASU/article/view/247>. Acesso em: 28 ago. 2021.

MORAES, M. B. de. A Ciência da Informação nos caminhos do contemporâneo. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 7, n. 2, p. 2-24, ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/5199>. Acesso em: 28 ago. 2021.

MORAES, M. F. Visibilidade do patrimônio documental do ensino superior no Espírito Santo. XV Encontro Regional de História da ANPUH. Rio de Janeiro, 2012. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338903643_ARQUIVO_MargareteMoraes_VisibilidadedopatrimoniocumentaldodoensinosuperiornnoEspiritoSanto.pdf. Acesso em: 28 ago. 2021.

MOURA, E. O.; BISPO, M. de S. Compreendendo a prática da gestão escolar pela perspectiva da Sociomaterialidade. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 28, n. 96, p. 135-163, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/8YHy9c45cdG4TGPPDHZ3yJp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 ago. 2021.

NASCIMENTO, L. A. L. do. **Ambientes e fluxos de informação sobre café no Incaper**: uma análise sob a noção de regime de informação. Orientador: Emir José Suaiden. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19757/1/2015_LucileideAndradedeLimadoNascimento.pdf. Acesso em: 15 out. 2020.

NASCIMENTO, L. A. de L. do; SUAIDEN, E. J. Território e informação: uma breve articulação sob a noção de regime de informação. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS EM LÍNGUA PORTUGUESA (1., 2015, Lisboa). **Livro de Atas [...]** Lisboa: AILPcsh, 2015. v. 1. p. 9970-9981.

NASCIMENTO, L. A. de L. do; SUAIDEN, E. J. Ambientes de informação na cafeicultura capixaba: uma análise sob a noção de regime de informação. *In: ENANCIB*, 2017, Marília (SP). **Anais [...]**. Marília: ANCIB, 2017. Acesso em: 14 jun. 2021.

NASCIMENTO, G. B.; FREIRE, I. M.; ROCHA, M. M. V.; SILVA, P. M. Ações formativas para mediação da informação no laboratório de tecnologias intelectuais - Iti. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 2, n. 1, p. 35-52, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71086>.

NASCIMENTO, G. B.; FREIRE, I. M.; ROCHA, M. M. V.; SILVA, P. M. Ações formativas para mediação da informação no laboratório de tecnologias intelectuais - Iti. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 2, n. 1, p. 35-52, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71086>.

ORLIKOWSKI, W. J. Exploring Technology at Work. **Organization Studies**, v. 28, n. 9, p. 1435–1448, 2007.

ORLIKOWSKI, W. J. The sociomateriality of organisational life: considering technology in management research. **Cambridge Journal of Economics**, v. 34, n. 1, p. 125-141, jan. 2010. Disponível em: <https://doi-org.ez43.periodicos.capes.gov.br/10.1093/cje/bep058>. Acesso em: 28 ago. 2021.

ORLIKOWSKI, W. J.; SCOTT, S. V. The Entangling of Technology and Work in Organizations. **Working Paper Series**, London, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/51025882> The entangling of technology and work in organizations. Acesso em: 28 ago. 2021.

RECKWITZ, A. Toward a Theory of Social Practices: a development in culturalist theorizing. **European Journal of Social Theory**, v. 5, n. 2, p. 243-263, 2002.

ROSA, R. A. Dando voz ao Material: Sociomaterialidade e suas possibilidades no campo da Administração. *In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS*, 4., 2016, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/view/189>. Acesso em: 28 ago. 2021.

SANTOS, C. D.; VALENTIM, M. L. P. As interconexões entre a gestão da informação e a gestão do conhecimento para o gerenciamento dos fluxos informacionais. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 19–33, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/17897>. Acesso em: 28 jun. 2022.

SANTOS, L. da SILVEIRA & Rafael Alcadipani da Silveira. Por uma Epistemologia das Práticas Organizacionais: a Contribuição de Theodore Schatzki. **O&S**, Salvador, v. 22, n. 72, p. 79-98, jan./mar. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/osoc/a/nJcFhqpFmvJHvcZtr9mQghK/?lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2021.

SCHATZKI, T. R. Introduction: practice theory. *In*: SCHATZKI, T. R.; KNORR CETINA, K.; SAVIGNY, E. V. (Org.). **The practice turn in contemporary**. London: Routledge, 2001. p. 10-23.

SCOTT, R. W. **Organizations: rational, natural, and open systems**. 5nd. ed. Prentice Hall, 2002.

SERAFIM, L. A.; FREIRE, G. H. de A. Regime de informação para mapeamento das competências em informação na educação superior. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 43-60, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n37p43>. Acesso em: 25 jul. 2021.

SILVA, E. M. da; GARCIA, J. C. R.; LOUREIRO, J. M. M. Regime de informação: uma perspectiva analítica para a gestão da informação. *In*: ENANCIB, 14., 2013, Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis: ANCIB, 2013. Disponível em: <http://enancib2013.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/25/166>. Acesso em: 25 jul. 2021.

SILVA, J. C.; GOMES, H. F. Conceitos de informação na Ciência da Informação: percepções analíticas, proposições e categorizações. **Informação & Sociedade: Estudos**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 157, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/145>. Acesso em: 14 jun. 2021.

SILVA, C. L. R.; SILVA, A. R. L. Sociomaterialidade, Poder e Conexões em Redes de Ação no Organizar do Artesanato. **Revista de Administração Contemporânea [online]**, v. 23, n. 4, p. 454-475, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2019180042>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/86HL8zx9v4Bb37C99m5HJMm/?lang=pt#>. Acesso em: 14 jun. 2021.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil: livro verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TARAPANOFF, K. (Org.). **Inteligência, informação e conhecimento [em corporações]**. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia: Ibict; UNESCO, 2006, 453p.

THIOLLENT, M. Estudos Organizacionais: possível quadro referencial e interfaces. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v.1, n.1, jan./jul. 2014. DOI: <https://doi.org/10.21583/2447-4851.rbeo.2014.v1n1.28>. Disponível em: <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/28>. Acesso em: 20 ago. 2021.

TURETA, C.; ALCADIPANI, R. O objeto na análise organizacional: a teoria ator-rede como método de análise da participação dos não-humanos no processo organizativo. **Cadernos Ebape. br**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, mar. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/tCNQ4Hp3vy8v4FBmYZ3fFYf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 ago. 2021

TURETA, C. Teoria Ator-Rede e análise organizacional: contribuições e possibilidades de pesquisa no Brasil. *Organizações & Sociedade*, v. 16, n. 51, p.647-664, 2009.

UNGER, R. J. G. Regimes de informação na Sociedade da Informação: uma contribuição para a gestão da informação. Rio de Janeiro, 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PPGCI/UFF/IBICT), Rio de Janeiro, 2006.

UNGER, R. J. G.; FREIRE, I. M. F. A. Regimes de informação na sociedade da informação: uma contribuição para a gestão da informação. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 87–114, 2008. DOI: 10.20396/rdbci.v5i2.2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2014>. Acesso em: 3 nov. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho Universitário. **Regimento Geral**. Vitória, 1971. Disponível em: <https://daocs.ufes.br/sites/daocs.ufes.br/files/field/anexo/Regimento%20Geral%20da%20UFES.pdf> . Acesso em: 10 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Estatuto**. Vitória, 2001. Disponível em: https://daocs.ufes.br/sites/daocs.ufes.br/files/field/anexo/estatuto_ufes_alterado.pdf#overlay-context=estatuto-da-ufes. Acesso em: 11 jan. 2021.

UFES. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 11/2010**. [Aprova o Regulamento Geral da Pós-graduação da Universidade Federal do Espírito Santo]. 13 abr. 2010. Disponível em: https://daocs.ufes.br/sites/daocs.ufes.br/files/field/anexo/resolucao_no_11.2010_-_regulamento_geral_da_pos-graduacao_alterada.pdf . Acesso em: 5 jul. 2021.

VALENTIM, M. L. P. Ambientes e fluxos de informação em contextos empresariais: o caso do setor cárnico de Salamanca/Espanha. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, Marília, v. 7, n. especial, p. 299-323, 1º sem. 2013. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/3130>. Acesso em: 19 nov. 2022.

WATSON, T. J. Organização e trabalho em transição: da lógica “sistêmico-controladora” à lógica “processual-relacional”. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, p. 14 -23, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034->

75902005000100003. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rae/a/hv6mz8wkr3vtGsmNS6J5w8t/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 14 jun. 2014.

WILKE, V. C. L.; JARDIM, J. M. Dispositivo de informação contemporâneo: considerações preliminares para uma arqueo-genealogia do horizonte informacional em nossa contemporaneidade. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 7., 2006, Marília. **Anais [...]** Marília, SP, Ancib, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/177106>. Acesso em: 14 jun. 2021.

ZANETTI, R. R.; SILVA, T. E. da. Regime de informação: contribuições para implementação de políticas institucionais de desenvolvimento da Pós-Graduação stricto sensu e para atendimento à avaliação da Capes. **Inf. Prof.**, Londrina, v.1, n.1/2, p. 20-39, jul./dez. 2012. Disponível em:
<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/14586>. Acesso em: 14 jun. 2021.

ZINS, C. Conceptions of Information Science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 58, n. 3, p. 335-350, 1 Feb. 2007. DOI:
<https://doi.org/10.1002/asi.20507>. Disponível em:
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/asi.20507>. Acesso em: 16 abr. 2021.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TÍTULO DA PESQUISA: ARTICULAÇÕES ENTRE REGIMES DE INFORMAÇÃO E SOCIOMATERIALIDADE DAS PRÁTICAS

PESQUISADORA: Edma Jantorno – edma.jantorno@ufes.br

ORIENTADORA: Profa. Dra. Lucileide Andrade de Lima do Nascimento – lucileide.nascimento@ufes.br

COMITÊ DE ÉTICA: Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro Universitário Espírito-Santense/FAESA (CEP/FAESA)

Srs.(as) Servidores(as) Técnico-Administrativos em Educação (TAE) da UFES

Você foi convidado(a) para participar de pesquisa intitulada ARTICULAÇÕES ENTRE REGIMES DE INFORMAÇÃO E SOCIOMATERIALIDADE DAS PRÁTICAS: Percepções a partir da análise de práticas organizativas de uma secretaria de pós-graduação, que tem como objetivo geral analisar como as práticas organizativas constituem o regime de informação dominante da Secretaria Unificada de Pós-Graduação (SUPG/CCJE/UFES).

A sua contribuição ocorrerá durante aplicação do método Grupo Focal e consistirá em fornecer informações sobre a formação da estrutura administrativa da secretaria unificada e sobre os principais processos e práticas que ocorrem nesse contexto organizacional. Ou seja, será um relato voluntário verbal de percepções com base nas práticas, experiências e procedimentos cotidianos.

Destacamos que não haverá nenhuma despesa e/ou pagamento por sua participação.

Solicitamos permissão para gravar a entrevista que será realizada durante o Grupo Focal, com a garantia de anonimato. As informações serão analisadas de forma a garantir o sigilo, a privacidade e a confiabilidade dos resultados obtidos, que serão utilizados exclusivamente para fins de pesquisa científica.

Após essa explicação, solicitamos o seu consentimento de forma livre e esclarecida para a participação nesta pesquisa.

CIÊNCIA DO PARTICIPANTE

Tendo em vista as informações acima apresentadas pela pesquisadora Edma Jantorno, manifesto meu consentimento em participar, de forma livre e esclarecida, da referida pesquisa.

ASSINATURA:

Matriz para formulação do roteiro de entrevistas semiestruturadas e de grupo focal

APÊNDICE B

1 Caracterização da pesquisa

Título da pesquisa: Regime de informação em contexto organizacional: a representatividade dos artefatos à luz da sociomaterialidade.

Pesquisadora: Edma Jantorno

Contexto da pesquisa: Pesquisa do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGCI/UFES).

2 Caracterização do entrevistado e vínculo institucional

Os entrevistados são servidores Técnicos-Administrativos em Educação (TAE) que desempenham atividades para os cursos de pós-graduação do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE/UFES).

3 Categorias de análise

3.1 O ambiente de informação (à luz do conceito de regime de informação)

Aspectos	Questões
AMBIENTE DE INFORMAÇÃO	
ROTINAS	
Usos de TIC	Como você se relaciona com as Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC)?
Interação entre TIC e atores	Que problemas enfrenta relacionados à mediação tecnológica?
Aspecto performativo (a função, atuação de cada um)	A preocupação com as TIC na atualidade é a mesma que existia antes da pandemia? O trabalho em <i>home office</i> (durante a pandemia) produziu mais vantagens ou desvantagens?
ARRANJOS	
Layout	A infraestrutura e o layout da SUPG estimulam a troca de informações? Por que? O que poderia ser melhorado? As estações de trabalho e o arranjo físico favorecem as interações da equipe? Existem barreiras materiais ou físicas que dificultam essa interação?
ATORES	
PERFIL	
Quem são?	Formação.

	<p>Data de admissão na universidade. Você atuava na pós-graduação do CCJE antes da secretaria unificada? Período que desempenha atividades na pós-graduação.</p>
O que fazem?	<p>Indique suas principais atribuições na SUPG. Nas situações diárias de trabalho você utiliza mais o saber prático, as informações que recebe ou as informações que tem fácil acesso? A equipe desenvolve rotinas ou processos em conjunto? Existe alguma atividade dessa natureza sendo desenvolvida atualmente? Que tipo de informação/atividade somente é produzida neste ambiente? Citar exemplos. Existe alguma singularidade nas atividades que você desenvolve? Que fatores você considera críticos ou comprometedores ao desempenho da SUPG? Em sua opinião, a cultura e os valores de informação desenvolvidos pela equipe SUPG exercem que tipo de influência no CCJE?</p>
Com quem se relacionam?	<p>Que setores e pessoas (do CCJE e da UFES) você considera imprescindíveis para desenvolver as atividades cotidianas? Na atividade profissional cotidiana com quem (da equipe SUPG) você se relaciona de modo mais frequente? Quais são os colegas de equipe com os quais você mais interage? Que ações informais realizadas na SUPG você considera importante para a manutenção das rotinas e redes de interação?</p>
NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO	
Acesso e uso	<p>Você considera a informação como um recurso importante para suas atividades cotidianas? Quando (ou em que situações) você necessita de informações? Quais são os assuntos de maior interesse?</p>
Meios para obter informação	<p>Na atividade cotidiana você acompanha e busca regularmente informações em outros setores ou utiliza mais os <i>sites</i>? Onde você consulta com mais frequência?</p>
Compartilhamento	<p>Com que frequência você realiza buscas e pesquisas para tomar conhecimento de novidades e/ou informações relativas às atividades cotidianas? Que canais, meios de comunicação ou fontes de informação você utiliza para obtenção de informação? (<i>sites</i> da UFES, colegas de equipe, demais setores internos)</p>

	<p>Indique fontes de informação externas à SUPG que você considera mais importantes e úteis para subsidiar sua atividade cotidiana.</p> <p>Em geral, você encontra dificuldades no acesso a informações necessárias para sua prática profissional?</p> <p>Há barreiras internas que impedem a troca de informações com os demais colegas da SUPG? Quais?</p> <p>Como você registra ou sistematiza as informações nas atividades cotidianas?</p> <p>Como você costuma repassar informação/procedimentos para os demais membros da equipe?</p> <p>Você costuma receber informações de seus colegas?</p>
LIDERANÇA	
<p>Sujeitos sociais funcionais</p> <p>Sujeitos sociais experimentadores</p> <p>Sujeitos sociais articuladores e reflexivos</p>	<p>Você gerencia seu próprio ambiente de informação criando relatórios próprios e bancos de dados necessários às funções que desempenham?</p> <p>Existem barreiras para o aprendizado organizacional e transferência de conhecimento através de vivências e práticas?</p> <p>Quem toma decisão sobre mudança de processos ou rotinas?</p>
AÇÕES DE INFORMAÇÃO	
PRÁTICAS	
<p>Entendimentos (saber fazer, saber como)</p> <p>Regras</p> <p>Estruturas</p>	<p>O que organiza as práticas?</p> <p>O que organiza as rotinas?</p> <p>Que ações específicas só você desempenha/realiza na SUPG?</p>
AÇÕES DE MEDIAÇÃO	
<p>Pós-graduandos</p> <p>Coordenação dos PPG</p> <p>Direção do CCJE</p> <p>PRPPG</p>	<p>Quem é o público atendido pela SUPG?</p> <p>Como acontece o contato e a comunicação com o público atendido?</p> <p>A SUPG possui canais específicos de comunicação com a comunidade externa e interna?</p> <p>O CCJE investe tempo, equipamentos e valor financeiro para desenvolvimento de sistemas de informação e serviços disponibilizados pela SUPG?</p> <p>Quais são os membros da equipe que atuam em contato direto com o público atendido?</p> <p>Quais são os públicos mais atendidos pela SUPG?</p>
AÇÕES FORMATIVAS	

Internas	Que estratégias são mobilizadas por você ou pela secretaria para viabilizar a aprendizagem de novas rotinas ou tarefas?
Externas	Em sua opinião quais são as estratégias desenvolvidas pela equipe para incentivo ao aprendizado na SUPG? Que fatores você considera como facilitadores e restritivos em relação ao incentivo ao aprendizado?
AÇÕES RELACIONAIS	
Vínculos de sociabilidade	Quais estratégias de relacionamento você considera imprescindíveis para manter vínculos de sociabilidade com os colegas da equipe SUPG? Nas ações são estimuladas/valorizadas as trocas de informação através de processos informais, como diálogos e reuniões de equipe? A Direção do CCJE se reúne com a equipe SUPG para discutir sobre as necessidades de informação da equipe?
Redes de interação (internas e externas)	A equipe SUPG cria condições de interação e comunicação entre os participantes (internos)? Quais? Em sua opinião quais são as estratégias mais eficientes desenvolvidas pela equipe para geração de conhecimento junto à SUPG? Quais são as estratégias mais eficientes desenvolvidas pela equipe para integração e formação de redes de cooperação entre a equipe e/ou setores?
CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E ENUNCIÇÃO DE INFORMAÇÃO	
Lugar de produção	Quais são os modos preferenciais de comunicação? Em sua opinião os canais de comunicação (as formas e os meios) utilizados pela equipe SUPG para interagir internamente e com o público atendido são os mais apropriados?
Condição de enunciação	Quais são os modos preferenciais de transmissão ou difusão da informação?
Condição de produção	Quais são os modos preferenciais de registro da informação produzida? Que tipos de documentos são produzidos pela SUPG para uso interno e externo?
Registros e documentos produzidos	Na SUPG preserva-se a informação transferindo-a das pessoas para o papel ou o computador, de forma a mapeá-la em manuais que descrevem os procedimentos das atividades de rotina?
DISPOSITIVOS DE INFORMAÇÃO	
Narrativos	Que tipos de documentos de ordem informativa (técnicos e/ou científicos, regras, orientações,

	classificações, terminologias) são utilizados na atividade cotidiana?
DE META-INFORMAÇÃO	
Regulatórios	Que tipos de documentos de ordem legal (leis, resoluções, portarias) são utilizados na atividade cotidiana?
DE INFRAESTRUTURA DE INFORMAÇÃO	
Tecnicoeconômicos	E que tipos de documentos de ordem tecnológica e econômica (normas técnicas, cartilhas, modelos, manuais)?
ARTEFATOS	
RECURSOS DE INFORMAÇÃO	
Infraestrutura tecnológica (problemáticas e oportunidades)	As TIC que você utiliza são adequadas e suficientes para buscar e acessar informação? Quais tecnologias de comunicação e informação (ferramentas de software, hardware e Internet) são utilizadas no cotidiano? Para quais funções utilizam TI? Que atividades não demandam a mediação de TI? Utilizam nuvem e redes internas?
Infraestrutura de serviços	Vocês têm domínio das TIC que utilizam para gerenciar os serviços ou rotinas? Que artefatos são utilizados de modo coletivo? Que artefatos são utilizados individualmente?
Infraestrutura de comunicação	Vocês mantêm grupo de <i>WhatsApp</i> como um recurso de otimização de rotinas? O que facilitaria a comunicação entre a equipe?
Infraestrutura de informação	Como os dispositivos são consultados/utilizados? Acompanham os <i>sites</i> para se manterem atualizados? Quais informações poderiam ser consideradas estratégicas para o gerenciamento da SUPG?

Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa, a partir de Nascimento (2015).

1 INTRODUÇÃO

A gestão contemporânea reconhece a informação como um recurso valioso para as organizações, cerne de questões e processos, sendo ao mesmo tempo motivação e resultado de ações cotidianas. Na última década, as pesquisas dirigidas aos estudos organizacionais e informacionais se desenvolveram e se entrelaçaram, cobrindo os constantes desafios das organizações no que tange à gestão da informação e do conhecimento, aos direcionamentos comunicacionais e informacionais e às relações de poder em espaços notadamente habitados pela diversidade de elementos.

Em se tratando das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), existe um consenso na literatura a respeito da complexidade desses ambientes (ETZIONI, 1964; DAFT, 2015; SCOTT, 2002; MEYER JR. 2007) constituídos por múltiplos contextos que compõem a estrutura organizacional, marcados pela pluralidade de atores, públicos e serviços, e pelo dinamismo das ações desenvolvidas. Essa afirmação justifica-se uma vez que a estrutura da universidade se sustenta sobre três pilares distintos - ensino, pesquisa e extensão – que operam para se manterem articulados e, assim, garantir a eficácia social do ensino superior.

Nesse contexto encontram-se instituídos processos de trabalho diversificados, com uma gama de atividades que se estruturam a partir da gestão acadêmica, administrativa, gerencial e estratégica, consolidando um conjunto de práticas gestoras cada vez mais baseada em informação. Muitos são os desafios, as possibilidades de investigação e as contribuições para as pesquisas, ao se analisar os contextos que compõem as instituições de ensino, pois eles refletem a necessidade de reconhecimento da importância das atividades que desempenham (acadêmicas, humanas, sociais, tecnológicas e científicas) para fortalecimento das bases da vida em sociedade (GALLI, 2019).

A sociedade em rede que vem se formando desde a década de 1970 com a modernização tecnológica estimula o crescimento exponencial da informação - matéria prima do paradigma tecnológico – alcançando organizações e instituições diversas que, seguindo o ritmo da sociedade da informação, são qualificadas pelo consumo cada vez maior de tecnologias e pela capacidade de reconfiguração, adaptação e fluidez organizacional (CASTELLS, 2020).

Diante do acúmulo informacional que também atravessa os contextos organizacionais, tornou-se urgente planejar meios de organizar e disponibilizar a informação de modo acessível para o uso cotidiano, para a resolução de demandas internas e para o atendimento às necessidades dos usuários. González de Gómez (1999) caracteriza a gestão da informação como autêntica mediadora, responsável por converter informações em decisões e estratégias, motivo pelo qual consideramos o campo de investigação desta pesquisa cada vez mais útil e promissor.

O principal objetivo da gestão da informação, segundo Tarapanoff (2006, p. 22), é “[...] identificar e potencializar recursos informacionais de uma organização” tratando-se de informações consolidadas, que chamamos fluxos formais. No entanto, os contextos organizacionais compõem-se de fluxos informacionais ou processos e práticas que são “[...] inerentes à própria dinâmica organizacional” (SANTOS; VALENTIM, 2014, p. 21) e que se manifestam não somente a partir de condições formais, procedentes das diretrizes da instituição, mas também de condições informais, que permeiam as vivências dos sujeitos nesses espaços.

Buscando reconhecer e conhecer dados estruturados e não estruturados, fluxos ou ações informacionais do contexto de pesquisa delimitado, utilizamos nesta dissertação o conceito de regime de informação desenvolvido por Maria Nélida González de Gómez, que trata os estudos de gestão da informação sob a influência das políticas de informação e das relações de poder em ambientes de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, 2012, 2019).

A partir da noção de regime de informação é possível identificar o modo dominante de produção, recepção e uso da informação a partir de lógicas sociais mais relacionais, possibilitando retratar o campo de ação da política de informação no cenário analisado. No entanto, as interações sociais entre atores, tecnologias e normas, dentre outros, não garantem um quadro estático, tendo em vista que a política de informação sofre contínuas modificações durante as práticas de interação social (FROHMANN, 1995). Isso implica dizer que reconhecer o regime de informação dominante exige considerar o constante movimento entre os elementos que constituem um ambiente de informação.

O construto teórico proposto por González de Gómez (1999, 2012, 2019) considera quatro (4) elementos essenciais à caracterização de um regime de

informação: atores, ações, dispositivos e artefatos. Esses estudos, bem como as apropriações dele por parte de outros pesquisadores, foram utilizados como base teórica desta pesquisa com o intuito de contribuir para tornar visíveis os recursos informacionais, tecnológicos, humanos e normativos utilizados nas práticas¹ do ambiente de pesquisa. O reconhecimento de um regime de informação, que ocorre a partir da análise das relações entre tais recursos, é importante para auxiliar na definição de micropolíticas que orientam a tomada de decisão nas organizações (NASCIMENTO, 2015).

Durante a elaboração do projeto, etapa inicial desta dissertação, buscamos aproximações com os estudos organizacionais, no campo da Administração, a partir de abordagem denominada organizar ou *organizing*, que se distancia da compreensão das organizações como entidades homogêneas e estáveis e ressalta a natureza processual dos fenômenos organizacionais (DUARTE; ALCADIPANI, 2016). Essa perspectiva leva em conta as complexidades das atividades sociais, pois acolhe os processos de construção social da realidade, especificamente para “[...] os processos emergentes dos padrões das relações entre as pessoas, as organizações e o ambiente social que as cerca” (WATSON, 2005, p. 22).

Ao propormos a análise de um contexto organizacional à luz de regimes de informação assumimos uma visão processual das organizações, compreendendo-as como processos ou práticas em constantes fluxos e transformações (DUARTE; ALCADIPANI, 2016), conforme propõe a perspectiva do *organizing*. Dentro dessa perspectiva destacamos a noção de sociomaterialidade, caracterizada por evidenciar as dimensões materiais das atividades humanas (ROSA, 2016). A sociomaterialidade, sustentada pelo princípio de simetria da Teoria Ator-Rede (TAR), propõe que os fenômenos sociais são formados pela associação de humanos (pessoas) e não humanos (toda a variedade de objetos que não sejam pessoas) com a mesma importância em termos de agenciamento (realização da ação) (LATOUR, 1994, 2005). Uma das premissas da Teoria Ator-Rede de Bruno Latour é que os atores ou sujeitos

¹ O significado de práticas nessa pesquisa corresponde a ações coletivas. Na percepção de González de Gómez (1999) as ações são realizadas por humanos. Sob a ótica da sociomaterialidade, as ações coletivas são realizadas por humanos e não humanos, em uma relação renovada continuamente (SILVA; SILVA, 2019).

nunca estão sozinhos no desenvolvimento de uma ação, pois a agência encontra-se sempre distribuída a partir de um conjunto de materialidades humanas e não humanas.

Compreendemos a viabilidade da interlocução com a sociomaterialidade, uma abordagem que valoriza os aspectos não humanos dentre a diversidade de atores e que permite compreender a vida social em sua dinâmica, contínua e emergente (FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011). Assim, oferecemos aos pesquisadores organizacionais da Ciência da Informação e da Administração contribuições para entender “[...] o caráter complexo, dinâmico, móvel e transitório das organizações contemporâneas” sob um viés informacional e social (MOURA; BISPO, 2021, p. 139).

Utilizamos o regime de informação como aporte teórico da pesquisa e estratégia para levantamento de dados e sua aplicação é feita considerando mais as dinâmicas do que as estruturas das práticas nas organizações. O uso do regime de informação na literatura de González de Gómez (2019, 2003, 2012) é trazido como assimétrico, mas em sua transformação pela Teoria Ator-Rede, evidenciamos uma perspectiva mais simétrica, corroborando para a compreensão dos fenômenos informacionais como práticas sociomateriais. Entendemos que a base teórico-metodológica da Ciência da Informação colabora para a articulação de dois modelos analíticos, tornando possível produzir reflexões que ampliam o escopo de investigação de regimes de informação.

Para essa pesquisa, tomamos como recorte de análise empírica uma secretaria administrativa de pós-graduação, a qual compete, na estrutura formal das universidades federais brasileiras, realizar o apoio operacional aos Programas de Pós-Graduação (PPG), responsáveis pela oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* visando o aprimoramento (em nível de mestrado, doutorado ou pós-doutorado) do discente egresso da graduação. Delimitamos a Secretaria Unificada de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo, criada em 2016 por secretarias administrativas que estabeleceram um novo arranjo organizativo ao unificarem contextos com propósitos institucionais equivalentes, porém com políticas, regulações e identidades distintas.

Com o objetivo de contribuir para aprimorar a gestão da informação e do conhecimento no ambiente delimitado e ressaltar o aspecto da materialidade presente nos ambientes de informação, o problema de pesquisa dirigiu-se à seguinte questão:

como se configura o regime de informação dominante da SUPG na atualidade? Definimos, então, o objetivo geral: Analisar o regime de informação dominante da Secretaria Unificada de Pós-Graduação (SUPG).

Assim, o presente estudo desdobrou-se nos seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever a estrutura organizacional e administrativa da SUPG;
- b) Discutir os fundamentos teórico-metodológicos do conceito de regimes de informação;
- c) Descrever o regime de informação dominante na SUPG;
- d) Discutir as articulações e aproximações teórico-conceituais entre regime de informação e sociomaterialidade;
- e) Descrever como os artefatos, sob a ótica da sociomaterialidade, influenciam no contexto de regimes de informação.

Por pertencer à Administração Pública, os processos e práticas realizados nas universidades federais brasileiras são regidos por princípios e valores específicos, pautados na responsabilidade social, de gestão, prestação de serviços e ética pública. Por meio da observação das ações, é possível definir como a informação circula e também identificar as maneiras como o conhecimento é produzido, materializado, disseminado e assimilado (ARAÚJO, 2018).

Essas práticas devem estar, ainda, em conformidade com as legislações governamentais vigentes, respeitando os princípios da boa governança, estabelecendo medidas que visem o interesse coletivo e alinhando sempre os interesses da instituição e de seus públicos. De igual modo, devem submeter-se à transparência, regulamentada pela Lei de Acesso à Informação (LAI), a fim de contribuir para o acesso democrático e igualitário às informações públicas.

É certo que os estudos sobre Gestão da informação e Gestão das organizações ocupam uma zona interdiscursiva na pesquisa em Ciência da Informação comprovadamente verificada nas práticas organizacionais da Administração, pois incluem como foco os fenômenos de natureza informativa: inerentes às ações, fluxos ou práticas, motivados para alcançar certas finalidades e voltados à necessidade, busca, compartilhamento e uso da informação (BEAL, 2004; CHOO, 2006; DAVENPORT, 1994; MCGEE; PRUSAK; 1994), dentre outros autores regularmente citados nas duas áreas.

Uma vez caracterizado o escopo da pesquisa convém situá-la no campo das atividades do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGCI/CCJE/UFES): está vinculada à linha 2 de pesquisa - Memória, representação e informação - que desenvolve estudos orientados a políticas, perfil de instituições (públicas e privadas), agentes, modos de pensar, em diferentes configurações históricas e sociais, pelo viés da Ciência da Informação.

Por fim, situamos quanto à estrutura da dissertação, organizada em seis (6) seções. Após esta introdução, a segunda seção foi iniciada com um breve histórico sobre a ciência da informação com foco em sua característica interdisciplinar e aproximação com o campo da Administração. Após, o conceito de regime de informação foi apresentado em duas etapas: a primeira apresentando um panorama da literatura recuperada especialmente a partir da base digital da Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) e, a segunda etapa, consolidando o referencial teórico com os principais fundamentos teóricos e conceituais. As próximas etapas correspondem às seções três (3), que se refere à contextualização da sociomaterialidade nos estudos organizacionais e à quatro (4), que trata dos procedimentos metodológicos descritos em três (3) partes: componentes da pesquisa, ambiente de pesquisa e estratégias para coleta de dados. Por fim, a seção cinco (5) desdobrou-se em seis (6) sessões, divididas em ambientes de informação (5.1), atores (5.2), ações de informação (5.3), dispositivos (5.4) e artefatos (5.5), de acordo com as categorias da matriz utilizada durante a coleta de dados. A matriz, por sua vez, foi estruturada visando o reconhecimento do regime de informação dominante do ambiente de pesquisa.

Em cada segmento apresentamos as informações coletadas e realizamos a análise dos dados sob a ótica do princípio de simetria da Teoria Ator-Rede, principal base teórica da sociomaterialidade. E por último, ainda da análise de dados (5.6) apresentamos articulações entre regimes de informação e sociomaterialidade, que culminou no Quadro 15.

Nas considerações finais, na seção seis (6), abordamos a importância da análise teórico-metodológica interdisciplinar entre regimes de informação e sociomaterialidade para os objetivos pretendidos da pesquisa, reiteramos a

materialidade presente no contexto da SUPG a partir da perspectiva simétrica da TAR entre humanos e não humanos nas práticas analisadas. Concluimos sobre a representatividade dos artefatos tecnológicos dada a capacidade de ação que possuem na dinâmica social e organizacional e incentivamos a continuidade das pesquisas que valorizem a materialidade no cotidiano, visto as pesquisas na Ciência da Informação sobre essa temática ainda estão em desenvolvimento.

2 REGIMES DE INFORMAÇÃO NO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A Ciência da Informação (CI) caracteriza-se como uma Ciência Social Aplicada, de natureza interdisciplinar e transdisciplinar, em constante transformação, produzindo zonas interdiscursivas com outros campos de saberes, de natureza semântica, sintática, institucional ou de infraestrutura, explicitando seu caráter poliepistemológico, conforme conceitua González de Gómez (2000). Caracteriza-se também pelo pluralismo metodológico, próprio da área de conhecimento, presente desde a sua constituição e que vem apresentando um diferencial: uma dupla hermenêutica (política e epistemológica) rumo às condições políticas de reconhecimento das questões de informação em múltiplos regimes de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000; 2001).

É comumente designada uma ciência de saberes e fazeres, um campo que alia estudos científicos às práticas profissionais e tecnológicas. Essa condição permite que a Ciência da Informação transite e defina focos de pesquisa sobre questões amplas da atualidade (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000). Nesse sentido, compreender aspectos teórico-epistemológicos da informação, bem como compreender as práticas informacionais no âmbito de processos, fluxos, gestão e tecnologias têm sido os grandes desafios que justificam a existência e atuação da Ciência da Informação como campo do conhecimento científico (CARVALHO SILVA; GOMES, 2015).

Destacamos que o alargamento das fronteiras conceituais, temáticas e metodológicas que estamos presenciando no campo da pesquisa em Ciência da Informação no limiar do século 21 deve-se, em certa medida, à explosão informacional, problemática que emergiu no contexto da ciência e espalhou-se permeando todo e qualquer empreendimento humano. A seguir, dando continuidade à descrição epistemológica, buscamos contextualizar a origem e a institucionalização da Ciência da Informação evidenciando alguns pontos-chave desse processo.

A origem da Ciência da Informação não se define a partir de um único evento ou pesquisador, sendo possível estabelecer vários marcos para a sua construção como atividade científica. O campo dos estudos informacionais vem acolhendo contribuições da Bibliografia, da Biblioteconomia e da Documentação desde datas anteriores ao século 20, mas boa parte das historiografias sobre a CI apontam a sua emergência ao contexto imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial e início

da chamada Guerra Fria (ARAÚJO, 2018; BEZERRA *et al.*, 2019), marcado pela racionalidade positivista da época.

A origem da Ciência da Informação no Brasil apresenta raízes na organização científica, política e estatal, também de influência positivista, característica marcante do início do século 20. Foi impulsionada, segundo Araújo (2018), pela necessidade de aprimorar serviços informacionais considerados insuficientes para atender aos campos científico e tecnológico em desenvolvimento na década de 1950 e, ainda mais, pela carência de formação de profissionais e recursos humanos para lidar com a organização de estoques documentais e com o respectivo tratamento informacional.

A origem e evolução coincidem com os principais marcos de políticas e ações de informação no Brasil. Assim, na década de 1950 registra-se: a criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) em 1951, a criação de um sistema de bibliotecas especializadas em 1952 e do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) em 1954. Com o IBBB, iniciou-se “[...] um processo de institucionalização e intervenção direta do Estado na formulação de uma política de C&T e de ICT no país” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; CANONGIA, 2001, p11).

O incentivo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) na implementação de políticas desenvolvimentistas em apoio aos países subdesenvolvidos no pós-guerra e políticas nacionais para estimular a ciência e a tecnologia foi fundamental para o processo de construção do IBBB. Esse centro nacional de bibliografia esteve inicialmente integrado à estrutura do CNPq, mas em 1976 foi renomeado como Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) (MARTELETO, 2009).

Outros pontos importantes para a consolidação da CI foram: o primeiro mestrado em Ciência da Informação (1970), a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), vinculado ao CNPq (1985), a criação do Comitê Gestor da Internet no Brasil (1995) e do Programa Sociedade da Informação (1999), conforme descrito por Carvalho (2009). Assim, a institucionalização da Ciência da Informação no Brasil ocorreu com o reconhecimento da modernização dos estudos documentários e biblioteconômicos e com a materialização de estruturas que definiram práticas científicas e profissionais.

O incremento do Programa Sociedade da Informação no Brasil (Livro Verde), segundo Carvalho (2009), acarretou ações que configuraram elementos constituintes de uma política de informação direcionada ao setor privado, ao governo e à sociedade civil. Ao setor privado a determinação foi assumir investimentos em tecnologias e se especializar para o desenvolvimento de produtos e serviços com capacidade de inovação; ao governo, assegurar acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e, à sociedade civil, comprometer-se com o interesse público. Notamos, dentre as metas de implantação do programa, a atenção dada às universidades, que foram reconhecidas pelo papel indispensável que assumem na formação profissional e na construção da base científico-tecnológica da sociedade (TAKAHASHI, 2000).

González de Gómez (2003) assinala a passagem de uma concepção setorial das atividades de informação para uma “[...] visão da informação imersa nos contextos múltiplos das atividades sociais [...] sendo que os programas da Sociedade da Informação foram incentivadores e promotores dessas mudanças (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p.68). Essa mudança de enfoque sinaliza a necessidade de articulação de atores, ações e recursos, gerando um novo dilema informacional. Segundo González de Gómez,

A Ciência da Informação, assim, seria aquela que estuda fenômenos, processos, construções, sistemas, redes e artefatos de informação, enquanto ‘informação’ for definida por ações de informação, as quais remetem aos atores que as agenciam, aos contextos e situações em que acontecem e aos regimes de informação em que se inscrevem (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 32)

Existe um certo consenso em definir-se que o objeto da Ciência da Informação é a informação registrada e institucionalizada, no entanto, coexistem outras perspectivas. Há autores que consideram que não é a informação em si que caracteriza a Ciência da Informação, pois defendem que os direcionamentos apontam para a mediação da informação nos espaços em que são postas (ZINS, 2007). Não obstante, a informação é um termo amplo e seu significado apresenta-se vinculado às “[...] associações científico-contextualistas dos estudiosos” (SILVA; GOMES, 2015, p. 146) e moldado na relação com outros termos, tais como conhecimento, documento, comunicação, dado, mensagem, estrutura, texto, revelando, assim, o seu aspecto relacional na produção de sentido.

A constituição histórica e epistemológica da CI pode ser reconhecida por meio dos paradigmas físico, cognitivo e social (CAPURRO, 2003), estruturas teóricas ou abstratas, porém colaborativas para o entendimento da trajetória desse campo científico. Situamos nesta pesquisa o paradigma social da Ciência da Informação e seu principal representante, Bernd Frohmann (MORAES, 2013), que trabalha buscando conciliar os estudos sobre o fenômeno da informação em nosso tempo com estudos das práticas sociais, das realidades políticas, da economia e da cultura (FROHMANN, 2008).

A interdisciplinaridade é uma característica que se desenvolve no campo científico a partir da aproximação com outras áreas do conhecimento, áreas afins ou até mesmo de diferentes abordagens, e que acarreta a convergência de fronteiras disciplinares e conceituais. González de Gómez (2003) explica que tanto o movimento de delimitação de um domínio científico quanto o movimento interdisciplinar são importantes para a formação do escopo da ciência, visto que a ausência de relacionamentos com outros objetos disciplinares incorreria na inércia ou, na expressão da autora, na coisificação do objeto.

Assim, o movimento marcado por “[...] constantes migrações, exportação e importação de conceitos, hibridação de domínios e abordagens, de procedimentos e teorias” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 38) desdobram-se em conteúdos comuns à literatura da Ciência da Informação e da Administração, com destaque para as temáticas relacionadas aos estudos organizacionais que, na perspectiva de Michel Thiollent (2014), tornam-se viáveis academicamente a partir da interdisciplinaridade. O intercâmbio que ocorre entre as ciências prevê “[...] a definição de papéis, a elaboração de estratégias e de instrumentos de análise, a configuração de ambientes, o comportamento, as competências, a cultura, os fluxos” (ALVES; DUARTE, 2015, p. 40).

Assim, essa pesquisa destaca seu posicionamento em uma zona interdiscursiva, estabelecendo elos a partir de fundamentos teórico-conceituais da Ciência da Informação e da Administração, a começar pelo conceito de informação, tratada como um recurso de valor estratégico, matéria prima útil e fundamental para o aumento da produtividade organizacional (UNGER, 2006). Segundo Alves e Duarte (2015), desde a consolidação da Ciência da Informação observa-se a estreita relação

com o campo da Administração, em especial quando envolve a gestão da informação. Os autores afirmam que a aproximação de dois domínios científicos contribui para intensificar os esforços teóricos, experimentais, profissionais e pragmáticos em processos e práticas organizacionais, pois a troca de saberes facilita compreender a aplicação da informação e suas manifestações nos espaços em que se faz presente, colaborando para a informação mais precisa e para a tomada de decisões mais assertivas (ALVES; DUARTE, 2015).

Na próxima seção apresentamos o conceito de regimes de informação, iniciando pela descrição da pesquisa bibliográfica realizada, que consistiu em: a) levantamento bibliográfico de categorias teóricas importantes para o recorte da pesquisa, e; b) levantamento bibliográfico utilizando o descritor regimes de informação, por assunto e por título, na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci). Após, elaboramos os fundamentos teóricos e conceituais a partir da literatura recuperada.

2.1 REGIME DE INFORMAÇÃO

O percurso de construção do conceito de regime de informação nesta pesquisa iniciou-se com o levantamento bibliográfico a partir de buscas em bases de dados científicas utilizando o descritor regime de informação e também os descritores ambiente de informação, fluxo de informação, ambiente organizacional, gestão acadêmica e gestão da informação para reconhecimento do contexto da pesquisa. Para essa finalidade, privilegamos as seguintes bases de dados digitais: Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e *La Red de Revistas Científicas de América Latina y El Caribe, España y Portugal* (Redalyc).

Sequencialmente, para aprofundamento de tendências sobre a pesquisa, consultamos mais um bloco de bases científicas, para os mesmos descritores, dentre eles, o Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto (Oásis/Ibict), anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib), Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e *Scientific Electronic Library Online* (Scielo). Consultamos também livros sobre administração pública, sociologia da ciência e metodologia de pesquisa no acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo (BC/UFES), porém, devido à limitação para acesso à BC/UFES no período de pandemia, alguns livros físicos foram adquiridos por compra.

A partir da literatura recuperada, observamos que nos últimos anos vários autores têm utilizado o conceito ou a noção de regime de informação para produção de pesquisas, sendo inclusive apropriado como um modelo teórico-analítico, conforme demonstramos no Quadro 1, sistematização realizada por Nascimento (2015) tratando das principais abordagens e contextos de aplicação entre os anos de 2006 a 2015. Após, apresentamos os Quadros 2 e 3, tratando de sistematização realizada pela autora a partir de pesquisa bibliográfica realizada na Brapci.

A Brapci é uma importante base de dados digital brasileira que indexa a maioria das publicações periódicas em Ciência da Informação. Lá também estão indexados os anais do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação

(Enancib), principal evento de pesquisa da área de Ciência da Informação no Brasil, registrando-se as principais produções de conhecimento, com temáticas que traduzem as linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação brasileiros. A referida base de dados disponibiliza atualmente referências e resumos de 19.255 textos publicados em 57 periódicos nacionais impressos e eletrônicos da área da CI. Também indexa conteúdo de pesquisa internacional (BRAPCI, 2010-2021).

Quadro 1 – Estudos sobre regimes de informação (2006-2015).

Ano	Título	Autoria (ano)
2006	Regimes de informação na Sociedade da Informação: uma contribuição para a gestão da informação	Unger & Freire (2006)
	Dispositivo de informação contemporâneo: considerações preliminares para uma arqueogenealogia do horizonte informacional em nossa contemporaneidade	Wilke & Jardim (2006)
2008	Subsídios para uma Política de Gestão da Informação da Embrapa Solos – à luz do Regime de Informação	Delaia (2008)
	A mudança de regimes de informação e as variações tecnológicas	González de Gómez & Chicanel (2008)
2009	Novos enfoques no campo da Ciência da Informação: uma discussão sobre a aplicabilidade do conceito de regime de informação em arranjos produtivos locais	Carvalho (2009a)
	Conformação de um regime de informação: a experiência do arranjo produtivo local de eletrônica de Santa Rita do Sapucaí – Minas Gerais	Carvalho (2009b)
	Regime de informação e esfera pública em arranjos produtivos locais	Lima <i>et al.</i> (2009)
2010	Subsídios para uma política de gestão da informação da Embrapa solos: à luz do regime de informação	Delaia & Freire (2010)
2011	Ações de informação e práticas documentárias como políticas difusas de memória	Fernandes (2011)
	“Regime” e “Informação”: a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação	Magnani & Pinheiro (2011)
2012	Regime de informação: contribuições para implementação de políticas institucionais de desenvolvimento da Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> e para atendimento à avaliação da Capes	Zanetti & Silva (2012)
	Regime de informação dos sistemas de arquivos das universidades públicas do Brasil	Feitoza & Silva (2012)

(Continua)

2013	Sobre o regime de informação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais – LTI	Freire (2013)
	O processo de mediação no contexto do regime de informação: a construção de um espaço virtual de comunicação na <i>web</i> para a CPAD/UFPB	Brasileiro (2013a)
	O processo de mediação da informação nas organizações a partir do contexto do regime de informação	Brasileiro; Freire (2013c)
	Rede virtual de comunicação da informação na perspectiva do regime de informação	Leal; Freire; Souza (2013)
	Regime de informação para mapeamento das competências em informação na educação superior	Serafim & Freire (2013)
	Regime de informação: uma perspectiva analítica para a gestão da informação.	Silva; Garcia; Loureiro (2013)
2014	Atores e ações de informação em redes sociais na internet: pensando os regimes de informação em ambientes digitais	Araújo (2014)
	Tecendo uma rede conceitual na Ciência da Informação: tecnologias intelectuais para competências em informação	Freire (2014)
2015	Território e informação: uma breve articulação sob a noção de regime de informação	Nascimento & Suaiden (2015)

Fonte: Nascimento (2015).

As principais informações sobre os trabalhos demonstrados no Quadro 1, tais como ambientes, objetivos, conceitos e resultados, podem ser consultadas em Nascimento (2015), visto que a autora explicou como os contextos de aplicação das pesquisas se relacionaram aos estudos sobre regime de informação. Essa identificação é essencial em pesquisas científicas, pois os conceitos são construídos e consolidados no decorrer de suas aplicações (BEZERRA *et al.*, 2016).

Quadro 2 – Estudos sobre regimes de informação recuperados na Brapci (2016-2021).

Ano	Título	Autoria
2016	Sobre a contribuição conceitual da inteligência coletiva ao regime de informação	BEZERRA, Emy Porto; PINHO NETO, Júlio Afonso Sá
	Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas	BEZERRA, Emy Porto; SILVA, Zayr Cláudio Gomes da; GUIMARÃES, Ítalo José Bastos; SOUZA, Edivanio Duarte
	<i>Do panopticon ao panspectron: uma reflexão sobre as mediações de poder e a materialidade da informação</i>	CIANCONI, Regina de Barros; LOTT, Yuri Monnerat
	Refletindo sobre ações de informação no laboratório de tecnologias intelectuais – LTI	FREIRE, Isa Maria
2017	Rede de comunicação e aprendizagem no Laboratório de Tecnologias Intelectuais	FREIRE, Gustavo Henrique Araújo; FREIRE, Isa Maria; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos.
	Dinâmica das ações de informação no regime de informação do Laboratório de Tecnologias Intelectuais	FREIRE, Isa Maria
	Vigilância e cultura algorítmica no novo regime de mediação da informação	BEZERRA, Arthur Coelho
	Regime de Informação em um Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital	BEZERRA, Emy Porto; FREIRE, Isa Maria.
	Sociedade da informação: a lógica instrumental do acesso à informação e ao conhecimento	GERBASI, Vinicius Aleixo
	Informação a serviço do estado burocrático	GUGLIOTTA, Alexandre Carlos; GÓMEZ, Maria Nélide GONZÁLEZ DE; FONSECA, Vitor
	Controle terminológico da política de prevenção e controle do câncer: desafios da modelagem de políticas públicas	MORAES, Miriam Gontijo; SIMÕES, Kátia de Oliveira
Ações formativas para mediação da informação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais – LTI	NASCIMENTO, Genoveva Batista; FREIRE, Isa Maria; ROCHA, Maria Meriane Vieira; SILVA, Patrícia Maria	
2017	Ambientes de informação na cafeicultura capixaba: uma análise sob a noção de regime de informação	NASCIMENTO, Lucileide Andrade de Lima do; SUAIDEN, Emir José
	A construção de regimes de informação sobre refugiados	NATHANSOHN, Bruno; BEZERRA, Arthur Coelho

	<p>O fluxo e o regime de informação na apreensão de armas de fogo no Estado do Rio de Janeiro</p> <p>O homem e a sua evidência: informação, territórios, direitos</p>	<p>SANTOS, Fabiana Maria da Conceição dos; BEZERRA, Arthur Coelho</p> <p>Sá, Alzira Queiroz Gondim Tude de</p>
2018	<p>A mediação editorial, dispositivos e materialidade: algumas impressões</p> <p>Laboratório de Tecnologias Intelectuais como canal para a educação</p> <p>Aplicação teórica do regime informacional no Laboratório de Tecnologias Intelectuais</p> <p>Indícios da inteligência coletiva no regime de informação do Laboratório de Tecnologias Intelectuais – LTI</p> <p>O regime de informação no sistema de refúgio brasileiro: avaliação política sobre as dinâmicas migratórias locais</p> <p>A produção de conhecimento sobre regime de informação nos periódicos em ciência da informação</p> <p>Análise sobre políticas de informação: perspectivas do regime de informação no âmbito da inclusão digital ante os Livros Verde e Branco</p> <p>A dimensão da informação no âmbito de organizações internacionais de direitos humanos: abordagens possíveis</p> <p>Geoinformação para o desenvolvimento sustentável em Rondônia</p> <p>A constituição de um regime de informação - Os acontecimentos "Carta de Temer a Dilma" e Marcela Temer: bela, recatada e "do lar"</p>	<p>ANDRETTA, Pedro Ivo Silveira; PERROTTI, Edmir</p> <p>BRITO, Jayro Pita; FREIRE, Isa Maria; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira</p> <p>FREIRE, Isa Maria</p> <p>FREIRE, Isa Maria</p> <p>NATHANSOHN, Bruno</p> <p>ROCHA, Maria Meriane Vieira; COSTA, João Henrique Lucena da; SILVA, Alzira Karla Araújo.</p> <p>SILVA, Márcio Bezerra da; SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique Araújo</p> <p>BARBOSA NETO, Pedro Alves</p> <p>BATISTA, Israel Xavier; LARA, Marilda Lara Lopes Ginez de</p> <p>BERTI, Ilemar Christina Ianson Wey; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila de</p>
2018	<p>Contribuição da Teoria Crítica aos estudos sobre regime de informação e competência crítica em informação</p> <p>A informação técnico-científica a serviço do estado: configuração de um novo regime de informação</p> <p>Tecnologias digitais e análise do regime de informação para a promoção da saúde coletiva</p>	<p>BEZERRA, Arthur Coelho</p> <p>GUGLIOTTA, Alexandre Carlos; GÓMEZ, Maria Nélida GONZÁLEZ DE; FONSECA, Vitor Manoel Marques da</p> <p>GÓMEZ, Maria Nélida GONZÁLEZ DE</p>

2018	Regime de informação e a relação com os canais de comunicação científica: a institucionalização científica da ciência da informação no Brasil	LIMA, Larissa de Mello; CAPRIOLI, Mariana da Silva; MORAES, João Batista Ernesto
	As patentes e o regime de informação global emergente	MARQUES, Rodrigo Moreno; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr
	Tipografia para além da relação instrumental: a mediação cultural manifesta pelo caderno especial "Planeta seca"	MENDONÇA, Ismael Lopes; FEITOSA, Luiz Tadeu; NUNES, Jefferson Veras; CAVALCANTE, Lídia Eugenia
	O conceito de regime de informação aplicado a arquivos nas teses e dissertações brasileiras	MINTEGUI, Evelin; KARPINSKI, Cezar
	De que saúde estamos falando? Um estudo sobre regime de informação, Estado e mulher	VIOLA, Carla Maria Martellote; ROMEIRO, Nathália Lima; VETTER, Silvana Maria de Jesus
	Regime de informação, acesso à informação e direitos das mulheres: um estudo das proposições em tramitação na Câmara dos deputados do Brasil	VIOLA, Carla Maria Martellote; SCHNEIDER, Marco André Feldman
2018	Regime de informação do sistema de governança para melhoria da qualidade da informação contábil	ANDRADE, Liliane Maria Nery; FUJINO, Asa
2019	Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação	GÓMEZ, Maria Nélide GONZÁLEZ DE
	Regimes de informação, agentes governamentais e tipologias de informação: o monitoramento da implementação da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho	BARBOSA NETO, Pedro Alves; SILVA, Judson Daniel Oliveira da
2020	Espaços de significação e regime de informação: aproximação entre conceitos	BEZERRA, Emy Porto; ALBUQUERQUE, Maria Elisabeth Baltar Carneiro de; FREIRE, Isa Maria
	A perspectiva do valor de informação: aplicação teórica no Laboratório de Tecnologias Intelectuais	FREIRE, Isa Maria
2021	Informação, Misinformação, Desinformação e movimentos antivacina: materialidade de enunciados em regimes de informação	VIGNOLI, Richele Grengre; RABELLO, Rodrigo; ALMEIDA, Carlos Cândido de

Fonte: produzido pela autora durante a pesquisa.

Para elaboração do Quadro 2, utilizamos o descritor “regime de informação”, com o uso de “” (aspas), parametrizado por “palavras-chave” cobrindo o período 2016 a 2021. Dessa busca foram recuperadas quarenta e uma (41) publicações, distribuídas por ano: 2016 (4), 2017 (12), 2018 (20), 2019 (2), 2020 (2) e 2021 (1), conforme

representado na Tabela 1. Os pesquisadores mais recorrentes são, considerando autoria e coautoria, listados a seguir por instituição: Maria Nélide González de Gómez (4) e Arthur Coelho Bezerra (4) do Instituto Brasileiro de Informação e Ciência e Tecnologia (Ibict) e Isa Maria Freire (9), Emy Porto Bezerra (4) e Gustavo Henrique Araújo Freire (2) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Tabela 1 – Resultados de busca junto à Brapci com o uso do descritor “regime de informação” no campo palavras-chave.

Descritores	Total de artigos recuperados	Distribuição dos artigos por ano					
		2016	2017	2018	2019	2020	2021
“regime de informação”	41	4	12	20	2	2	1

Fonte: produzido pela autora durante a pesquisa.

Visando a complementação de dados, a mesma pesquisa foi realizada parametrizada por “título”, para o mesmo período, de 2016 a 2021, conforme representado na Tabela 2. Desconsiderando as publicações já recuperadas por “palavras-chave”, foram obtidos sete (7) novos resultados, por ano: 2018 (1), 2019 (3), 2020 (2), 2021 (1), dentre eles publicações de Arthur Bezerra Coelho (2), Isa Maria Freire (2) e Gustavo Henrique Araújo Freire (1), já destacados anteriormente.

Quadro 3 – Estudos sobre regimes de informação recuperados na Brapci (2016-2021) utilizando o campo título.

Ano	Título	Autoria
2018	Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia	SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos; FREIRE, Isa Maria
2019	Informação, política e poder: 20 anos do conceito de "regime de informação" em Maria Nélide González de Gómez	ALVES, Thiara dos Santos; BEZERRA, Arthur Coelho
	Biblioteca escolar e regime de informação: a lei n.º 12.244/2010	OLIVEIRA, Debora Santos de; SOUZA, Elisabete Gonçalves.
2020	Aplicação teórica do regime de informação em biblioteca multinível	ALMEIDA, Jobson Louis Santos de; FREIRE, Gustavo Henrique Araújo
	Regime de informação e práticas documentais: os atores sociais e o trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV)	MORIGI, Valdir Jose; FORNOS, Ana Maria Giovanoni
2021	Da teoria matemática para uma proposta de teoria crítica da informação: a integração dos conceitos de regime de informação e competência crítica em informação	BEZERRA, Arthur Coelho

2021	Os conceitos de informação, documento e regime de informação a partir da perspectiva frohmanniana na ciência da informação: uma revisão sistemática da literatura em periódicos brasileiros	ZAMMATARO, Ana Flávia Dias; ALBUQUERQUE, Ana Cristina
------	---	---

Fonte: produzido pela autora durante a pesquisa.

Tabela 2 – Resultados de busca junto à Brapci com o uso do descritor “regime de informação” no campo título.

Descritores	Total de artigos recuperados	Distribuição dos artigos por ano					
		2016	2017	2018	2019	2020	2021
“regime de informação”	7	0	0	1	3	2	1

Fonte: produzido pela autora durante a pesquisa.

O levantamento realizado totalizou quarenta e oito (48) artigos, sendo que os anos de 2017 e 2018 foram os mais produtivos para a temática. A pesquisadora Isa Maria Freire, com onze (11) publicações, e a instituição a qual está afiliada, a Universidade Federal da Paraíba, com quatorze (14) pesquisas, são as que apresentaram maior quantidade de trabalhos com a temática regime de informação. Em relação ao tipo de fonte bibliográfica, vinte e seis (26) artigos foram recuperados de anais do Enancib e os outros vinte e dois (22) foram recuperados de doze (12) periódicos diversos.

Dos doze (12) periódicos apontados no levantamento bibliográfico, cinco (5) deles possuem mais de uma (1) publicação (veja Gráfico 1), assim distribuídos: quatro (4) em Perspectivas em Ciência da Informação (publicação trimestral da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais), duas (2) em Revista Informação em Pauta (revista multidisciplinar da área de Ciências Sociais Aplicadas, de publicação semestral, da Universidade Federal do Ceará), duas (2) em Revista Conhecimento em Ação (periódico semestral da Universidade Federal do Rio de Janeiro), duas (2) em Informação e Sociedade: estudos (Portal de periódicos da Universidade Federal da Paraíba) e duas (2) em Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação (Portal de periódicos semestral da Universidade Federal de Santa Catarina).

Gráfico 1 – Periódicos com maior volume de artigos publicados no período 2016-2021.



Fonte: produzido pela autora durante a pesquisa.

A literatura recuperada no Quadro 2 e no Quadro 3 sobre a categoria regimes de informação foi relevante para o reconhecimento de importantes publicações, dos diferentes contextos de pesquisa e aplicações dentro dos respectivos domínios disciplinares, bem como para o desenvolvimento teórico da dissertação. Verificamos que a discussão sobre regimes vem ocorrendo em ambientes de informação diversos, tais como canais de comunicação científica, organizações nacionais e internacionais, laboratório de tecnologia acadêmico, cafeicultura brasileira, biblioteca escolar, biblioteca multinível, dentre outros.

No panorama apresentado, além de diferentes contextos, há também diferentes assuntos no mesmo campo conceitual ou campos que permitem que o conceito de regime de informação se destaque, demonstrando boa aplicabilidade em aspectos teóricos e práticos, tais como inteligência coletiva, políticas de informação, materialidade da informação, espaços de significação, desinformação, teoria crítica em informação. A presente dissertação, dentro desse escopo de regimes de informação, aproximou-se da abordagem do *organizing*, no domínio dos estudos organizacionais, permitindo a análise de aspectos da cultura material do ambiente de pesquisa à luz da sociomaterialidade.

2.1.1 Fundamentos teóricos e conceituais

Na década de 1980, alguns pesquisadores, destacando-se Bruno Latour, com o intuito de contribuir com os estudos de ciência, tecnologia e sociedade, desenvolveram a Teoria Ator-Rede (TAR), um aporte teórico-metodológico também chamado sociologia das associações² e caracterizado especialmente pela ideia de simetria entre elementos materiais e imateriais. Para a Teoria Ator-Rede, elementos humanos e elementos não humanos, suas propriedades e relações, competências e agrupamentos (LATOURE, 1994) fazem parte das construções naturais e sociais do nosso mundo e aos estudos científicos atribui-se a sensível tarefa de descrever e explicar como esses elementos se organizam e se relacionam, ora se distanciando, ora se reunindo em múltiplos arranjos e constituindo sistemas em redes.

Por volta da década de 1980, Michel Foucault, a partir de teorias voltadas para a influência da relação entre poder e conhecimento no controle social exercido nas instituições, apresenta a noção de dispositivo, descrita na obra “Microfísica do poder”, como “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 1979, p. 138). Para Foucault, existe um tipo de jogo entre esses elementos, que interagem e assumem estrategicamente, dentro da rede que se manifestam, a posição ou forma que dá sentido à contextualidade.

A literatura sobre regimes de informação encontra-se em fase de maturação na Ciência da Informação. Dentre os estudos, evidenciamos os de Maria Nélide González de Gómez, que foram utilizados como base analítica central desta pesquisa. A professora é argentina radicada no Brasil e atua como docente e pesquisadora na Universidade Federal Fluminense (UFF) e no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). A abordagem teórica do conceito de regime de informação constituída por González de Gómez decorre de uma rica construção, iniciada na década de 1990, influenciada por teorias filosóficas dos renomados autores

² A sociologia das associações também se vincula à sociologia das traduções conforme discutido por Latour (1994), Callon (1986) e Fortes (2020).

Bruno Latour e Michel Foucault e pelos diálogos com Bernd Frohmann e Sandra Braman (ALVES, BEZERRA, 2019).

Segundo González de Gómez (2019), a apropriação do conceito de regime de informação nos estudos sobre informação foi anunciada primeiramente por Bernd Frohmann em 1984 e desenvolveu-se a partir das bases analíticas e metodológicas da Teoria Ator-Rede (TAR) de Latour e da influência de Foucault, em especial sobre a atenção que firmava às relações de poder (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; CHICANEL, 2008). Assim, Frohmann (1995) apoiou seus estudos no trânsito informacional, observando processos e práticas desenvolvidos na relação entre os elementos (humanos e não humanos) de uma rede, conforme explicita a TAR. E na direção de Foucault, evidenciou os artefatos tecnológicos, estruturas que configuram os dispositivos de poder e se efetivam na formação discursiva por meio da materialidade de sujeitos e documentos (BEZERRA *et al.*, 2016).

O regime de informação a partir de Frohmann trata de forma abrangente os estudos sobre políticas de informação, pois contempla as relações existentes na rede (grupos sociais, interesses, discursos, artefatos científicos e tecnológicos) e os processos de estabilização de conflitos entre eles (MAGNANI; PINHEIRO, 2011). Frohmann (1995) também amplia as discussões no âmbito da Ciência da Informação quando retrata o fluxo existente nas redes pela ótica da produção (produtores específicos), disseminação (via estruturas organizacionais específicas) e uso (consumidores específicos) da informação. Assim, definiu regime de informação como:

“[...] um sistema ou rede, mais ou menos estável, no qual informação flui através de determinados canais – dos produtores específicos, via estruturas organizacionais específicas, para consumidores ou usuários específicos. A difusão por rádio e TV, os distribuidores de filmes, as publicações acadêmicas, as bibliotecas, os fluxos de dados transfronteiriços, a emergente infovia: todos são nós de redes de informação ou elementos de um regime de informação específico (FROHMANN, 1995, p. 4).

É certo que o Estado é reconhecido como um importante produtor de informação para os diversos setores da sociedade e que sua autoridade o determina responsável pela elaboração de políticas que apoiam o exercício da governabilidade. No entanto, no desenvolvimento de estudos sobre regimes de informação, Frohmann (1995) criticou a atuação restrita das políticas de informação (que se encontravam

substancialmente atreladas às políticas estatais) e defendeu a necessidade de enfatizar outros contextos, pois, segundo ele, a formação de um regime é um processo por meio do qual novas formas políticas emergem fora do domínio político (CARVALHO, 2009).

A abordagem de Frohmann (1995) destaca o regime de informação como uma “[...] rede heterogênea de actantes [...]” composta de humanos e não humanos, um dos princípios da Teoria Ator-Rede que, segundo o autor, funciona como um importante aporte teórico-metodológico. A contribuição da Teoria Ator-Rede para os regimes de informação gira em torno da potencialidade dessa teoria em reconhecer e analisar fatores reais (sociais e discursivos) envolvidos na construção de redes com acesso à informação relevante e de interesse individual e social, bem como contribuir para o processo decisório nesses contextos (LATOURET, 2012).

A construção dos regimes de informação perpassa as análises de Sandra Braman, que deu ênfase à teoria dos regimes, estudo das relações internacionais que desde a sua origem tem dado atenção aos aspectos informais e culturais no desenvolvimento de políticas de gestão governamentais (BRAMAN, 2004). Carvalho (2009) explica que a autora apresentou o conceito de regime global de informação que, motivado pela globalização e pelo desenvolvimento tecnológico, se formou a partir da transformação do valor da informação (pública ou privada), que passou a ser admitida também pelo seu valor econômico, como uma *commodity* (CARVALHO, 2009).

Magnani e Pinheiro (2011) descrevem como Braman (2004) apresentou o conceito de regime global de informação com base nos fundamentos do regime internacional da ciência política, no qual discute: a) o foco na relação entre os atores, b) a necessidade de transparência nos fluxos de informação, instrumento importante para a construção de um sistema de governança democrático e uma sociedade civil expressiva; c) o reconhecimento das redes, visto que os instrumentos tradicionais de análise não dão conta dos problemas decorrentes das relações entre Estado e sociedade, mediadas pelas novas tecnologias; e d) o reconhecimento da informação enquanto instrumento de poder (BRAMAN, 2004).

Na aplicação do conceito de regimes de informação como recurso analítico, Braman (2004) sinaliza que é possível identificar o modo de produção de informação

dominante ou preferencial, pois a) podem coexistir mais de um regime de informação quando se articulam ações, meios e recursos de informação em um mesmo contexto; e b) nas ações de informação, de natureza relacional, ocorrem as escolhas prescritivas daquilo que será reconhecido como dispositivo: as instituições, regras, autoridades, meios, recursos, padrões e arranjos organizacionais em certo contexto, organização ou ordem sociocultural e política (MAGNANI, PINHEIRO, 2011).

Com base nos estudos de Bernd Frohmann e Sandra Braman, a pesquisadora González de Gómez (1999, 2002, 2012, 2019) vem desenvolvendo uma teoria dos regimes de informação que acompanha as transformações da sociedade contemporânea e que busca envolver as complexidades desse cenário, que se modifica constantemente sob influência das inovações trazidas pelo desenvolvimento científico e aperfeiçoamento das tecnologias. Essas, por sua vez, impactam toda a sociedade, pois a velocidade da distribuição da informação molda um estilo de vida típico dessa condição.

Dada a abrangência dos regimes de informação, torna-se capaz de reunir todos os outros regimes: sociais, econômicos, culturais, das comunidades e também do Estado (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003), o que o fortalece como um conceito/modelo propício para refletirmos sobre políticas de gestão da informação nas organizações com base no regime de informação para o qual se pretende empreender (UNGER, 2006). O alinhamento entre regimes de informação, gestão da informação e organizações torna-se possível dada as características das organizações contemporâneas que, de forma independente e autônoma, se instituem responsáveis por formular normas e dar direção aos fluxos de informação geradores de conhecimento (BRASILEIRO; FREIRE, 2013).

Um regime de informação pode ser definido como um produto, gerado a partir do mapeamento de um ambiente de informação, o que o torna um elemento singular e exclusivo. Ao mesmo tempo é um elemento global quanto à abrangência, pois observa diferentes categorias, em várias direções, com amplo alcance de informações, possibilitando o reconhecimento de processos constituídos por sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, recursos, dispositivos, artefatos e pelas relações que constroem, caracterizando um conjunto de práticas que se estabilizam e mantêm um regime de informação.

A clássica definição apresentada por González de Gómez (2002), reformulou a proposição de Frohmann, apresentando regime de informação como:

[...] um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição. Um regime de informação constituiria, logo, um **conjunto mais ou menos estável de redes sociocomunicacionais formais e informais** nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos [...] (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p.34, grifo nosso).

Em sua trajetória, González de Gómez (1999; 2002; 2003; 2012) propõe um modelo analítico de regimes de informação constituído por quatro (4) elementos: atores, ações de informação, dispositivos e artefatos, conforme representado na Figura 1. Esse modelo foi utilizado para identificar o regime de informação dominante no ambiente de pesquisa estudado e as características dos elementos serão apresentadas no capítulo referente à análise de dados.

Figura 1 – O ambiente de informação sob um regime de informação.



Fonte: a partir de Nascimento (2015).

Com o desenvolvimento dos estudos sobre regimes de informação, González de Gómez (2012) reelaborou o escopo do conceito de regimes de informação considerando as análises de Poster (modo de informação), Frohmann (regime de

informação) e Braman (regime global de informação) afirmando a necessidade de pensar a informação de forma mais ampla, englobando outras 'zonas epistemológicas' (ciências humanas, ciências sociais, ciências políticas) e permitindo olhar condições informacionais da cultura e da economia que não eram consideradas nos estudos.

A flexibilização do conceito deu ênfase nas dinâmicas e não nas estruturas, permitindo associações das ações de informação aos contextos de natureza regulatória e tecnológica que agem sobre os diversos domínios, seja de atividades, agências ou organizações (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012).

O regime de informação remete à distribuição do poder formativo e seletivo entre atores e agências organizacionais, setores de atividades, áreas do conhecimento, regiões locais e redes internacionais e globais, seja pela definição e construção de zonas e recursos de visibilidade informacional, seja pela sonegação e/ou substituição de informações de outro modo socialmente disponíveis ou acessíveis, seja por efeitos não totalmente intencionais da agregação de ações e meios, sobre aquilo que se define, propicia e mobiliza como valores de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 28).

González de Gómez (2019), no artigo 'Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação', atualiza as discussões sobre o conceito de regime de informação e apresenta alguns deslocamentos práticos e discursivos que ocorreram nos estudos de informação, com foco para as novas formas de poder informacional, representadas pelas tecnologias computacionais e redes digitais, e mais recente ainda pela 'plataformização das infraestruturas'. Com isso, os regimes de informação abrangem novas categorias de análise envolvendo tecnologias, interações e princípios normativos que possam dar conta do cenário tomado pela inovação tecnológica (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2019).

A maturação do conceito não tem sido obstáculo para a sua recorrente instrumentalização como um recurso interpretativo (BEZERRA *et al.*, 2016). Pelo contrário, a construção de um modelo teórico que acompanha as tendências dos estudos sobre informação nos diferentes campos científicos em todo o mundo (campo social, da pesquisa científica, da comunicação, da política internacional) e que apresenta uma densa produção de literatura com o intuito de reunir os regimes a que estamos cotidianamente sujeitos permite aos pesquisadores uma ampla experiência

por meio dos regimes de informação, com foco para a operacionalização de processos investigativos dirigidos às relações entre política, informação e poder.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA SOCIOMATERIALIDADE NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

As transformações sociais, comerciais e tecnológicas decorrentes do capitalismo do fim do século 19, marcadas sobretudo pelo pensamento científico e sistemático do Iluminismo europeu, fomentaram novos modos de produção e de organização da sociedade, pautados no ordenamento técnico-científico, na racionalização e no controle gerencial, buscando meios de administração mais eficientes que os métodos de trabalho vigentes, mais próximos à estrutura do seu tempo (WATSON, 2005; MOTTA, 2015). Nesse cenário desenvolveram-se os estudos organizacionais, que se estabeleceram mais adiante, na década de 1950 do século 20, com base na teoria dos sistemas³, que trouxe a noção de ‘organizações’ ligadas a unidades delimitadas (DUARTE; ALCADIPANI, 2016).

As complexidades do mundo do trabalho conduziram à construção de variados paradigmas sobre as organizações e seus fenômenos no campo da Administração, atrelados de modo geral ao pensamento modernista que serviu de base para construir a noção que temos hoje sobre as organizações e seus fenômenos: “[...] um sistema social limitado, com estruturas e objetivos específicos e que atua de forma mais ou menos racional e coerente” (DUARTE; ALCADIPANI, 2016, p. 58).

Em se tratando de abordagens teóricas contemporâneas, os estudos organizacionais têm se direcionado para uma linha de estudos críticos, com foco no “[...] significado dos fatos e comportamentos que ocorrem no âmbito das práticas organizativas” (THIOLLENT, 2014, p. 3), afastando-se da habitual tendência racionalista e da caracterização de ‘paradigmas múltiplos’ no ensino da Administração (WATSON, 2005). Ocorre, então, um distanciamento da concepção objetiva das organizações, firmadas em análises dicotômicas da realidade (MOURA; BISPO, 2019) e, ao mesmo tempo, a aproximação com lógicas mais relacionais de abordagem e de pesquisa, com foco nos fenômenos da vida cotidiana.

Watson (2005) apresenta duas formas para definir as realidades organizacionais na atualidade: a ‘sistêmico-controladora’ e a ‘processual-relacional’. O autor explica

³ Método desenvolvido pelo cientista alemão Ludwig von Bertalanffy, em 1960, que se baseia no princípio que o desempenho de um sistema depende de como ele se relaciona com o todo. Abarcou várias áreas do conhecimento e tornou-se aplicável também às organizações.

que, apesar de ser definida como um sistema, composto de diferentes elementos, cada um com sua função específica, as organizações coordenadas pelo viés sistêmico-controlador são como um sistema mecanizado, controladas por gestores que conduzem ao cumprimento de metas organizacionais objetivas e programadas para “[...] converter insumos em produtos finais” (WATSON, 2005, p. 15-17).

O modelo processual-relacional, por sua vez, considera as organizações como um fenômeno dinâmico típico das atividades sociais e humanas, construídas pelo encontro entre formas sociais, econômicas, políticas e culturais e considera que os significados nelas produzidos são mais próximos da realidade, pois espelham a sociedade e o Estado. Nesse modelo não existe uma cultura organizacional pré-determinada ou um padrão a ser seguido, visto que as práticas individuais e gerenciais surgem na vivência, permitindo que o indivíduo compreenda o mundo e suas relações por meio da experiência, do diálogo e da negociação com os demais (WATSON, 2005).

O movimento que enfatiza a natureza processual das organizações foi denominado por Karl E. Weick, no ano de 1979, pelo termo *organizing*. Para o autor, faz sentido que as organizações sejam compreendidas enquanto verbos justamente para realçar sua condição “contínua e dinâmica” (DUARTE, ALCADIPANI, 2016). Por isso, distancia-se da compreensão de entidades estáveis e aproxima-se das práticas cotidianas, ressaltando, assim, a complexidade dos processos que se desenvolvem na construção das atividades sociais, que ocorrem sempre relacionando pessoas, organizações e o ambiente social que as cercam (WATSON, 2005).

Dentre as teorias sociais que atravessam as pesquisas nas ciências sociais, apresentamos a teoria das práticas⁴, que se destacou nas décadas de 1970 e 1980 como um tipo específico de teoria cultural (RECKWITZ, 2002). Segundo Reckwitz (2002), a forma como a teoria das práticas busca compreender as ações humanas e a ordem social, diferentemente de outras teorias culturais que priorizam a mente, o discurso ou a interação, por exemplo, está pautada no campo da prática. Um dos

⁴ A menção feita à teoria das práticas nessa pesquisa tem a intenção de informar sobre a virada da prática, dada a representatividade do movimento e a influência que exerce na literatura dos estudos organizacionais contemporâneos, bem como situar, em termos teóricos, a abordagem da sociomaterialidade, apresentada pelos estudiosos organizacionais como uma vertente dessa teoria. Também embasa a análise dos regimes de informação a partir das práticas ou ações de informação.

principais representantes dessa teoria no domínio das organizações, Theodore Schatzki considera que todos os fenômenos sociais estão enraizados nas práticas (SCHATZKI, 2001), inclusive os fenômenos organizacionais, definidos como um conjunto de “[...] atividades humanas centralmente organizadas em torno de uma compreensão prática compartilhada” (SCHATZKI, 2001, tradução nossa).

Seguindo a ontologia do *organizing*, a teoria das práticas influenciou os estudos organizacionais de tal maneira que várias teorias seguiram a tendência dos estudos das práticas, definindo uma corrente cujos autores consideram as práticas como “[...] o elemento constitutivo da vida social” (LOSCHER; SPLITTER, 2019, tradução nossa). Nessa teoria o significado de práticas está relacionado a “[...] ações coletivas, de humanos e não humanos, em uma relação renovada continuamente” (SILVA; SILVA, 2019). Esse movimento ficou conhecido como ‘virada da prática’ ou ‘mudança para um foco na prática’, interessado especialmente no ‘mundo da vida’, palco dos fenômenos sociais coletivos cotidianos, compreendendo as ações como ‘estruturas simbólicas’ que influenciam a forma como o mundo é interpretado (RECKWITZ, 2002) e os agentes como aqueles que (re)produzem ou o (re)constroem o mundo imprimindo nele suas marcas, gestos e mentalidades.

Nessa perspectiva, tratamos da sociomaterialidade, abordagem que os estudiosos organizacionais reconhecem como “[...] emaranhamento constitutivo do social e do material na vida organizacional cotidiana” (ORLIKOWSKI, 2007, p. 1438), onde as práticas sociais são compreendidas também como práticas materiais (ORLIKOWSKI, 2007). Assim, o cotidiano permeado de materialidade e a sua intrínseca relação com o social preconiza a realidade organizacional como práticas sociomateriais, sendo a sociomaterialidade o elemento único, homogêneo, indissociável e estrutural dos processos organizativos (ORLIKOWSKI, 2007).

A premissa que evidencia a materialidade presente nos fenômenos sociais nos leva a entender que a compreensão de práticas específicas necessariamente envolve apreender configurações materiais (SCHATZKI, 2001) e conduziu a presente pesquisa a aproximar-se da sociomaterialidade, vertente dos estudos organizacionais ligada à teoria das práticas, chamando atenção para as práticas (ações) e o papel dos objetos e tecnologias (artefatos) no contexto de pesquisa estudado, devido aos significados expressivos que eles conferem ao meio.

A Teoria Ator-Rede, proveniente da sociologia da pesquisa, é comumente utilizada como aporte teórico-metodológico em várias áreas científicas, inclusive nos estudos organizacionais e, desde 1995, registra-se o uso dessa teoria no mapeamento de fenômenos informacionais na Ciência da Informação (ANDRADE; MARQUES, 2021). Dentre as propostas de estudos da TAR, destacamos as aplicações de Latour e o incentivo para se definir um olhar simétrico na compreensão da 'relação homem-tecnologia' (LATOURE, 2009). Assim, utilizamos essa compreensão para enfatizar a influência dos artefatos tecnológicos no regime de informação dominante de um contexto organizacional.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente dissertação consistiu em pesquisa do tipo exploratório-descritiva, de abordagem qualitativa, operacionalizada a partir de pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. Buscamos sistematizar, a seguir, as características e o percurso metodológico para a construção do conhecimento pretendido.

Durante a etapa exploratória, utilizamos a pesquisa bibliográfica para delineamento do estado da arte sobre regimes de informação, percurso detalhado anteriormente na seção 2.1. Após, realizamos uma leitura seletiva, a fim de identificar as referências mais pertinentes para constituição do referencial teórico. A pesquisa bibliográfica compreende um amplo alcance de informações, que devem ser aprimoradas pelo pesquisador a partir de escolhas que o conduzirão à construção dos objetivos pretendidos, bem como, segundo afirma Gil (2002), serão úteis a melhor definição do quadro conceitual sobre o objeto de estudo.

Utilizamos na sequência a pesquisa documental a fim de aprofundar o conhecimento sobre o ambiente de pesquisa explorado, dando base para o conjunto sobre a descrição do ambiente e também para o reconhecimento de ações, dispositivos e artefatos que estão presentes nas práticas organizativas da SUPG. As principais fontes utilizadas foram os *sites* institucionais da universidade, regimentos (da UFES, da PRPPG, dos PPG) e o processo de criação do setor, constituído de atas, memorandos, decisões, despachos, entre outros.

Segundo Creswell (2016), a pesquisa qualitativa inclui os ambientes naturais delimitados e a coleta de dados ocorre por meio de “[...] conversa direta com as pessoas e da observação de como elas se comportam e agem dentro do seu contexto” (CRESWELL, 2016, p. 208). Em concordância com a abordagem qualitativa, a pesquisa também foi operacionalizada por estudo de caso, que propiciou, durante a etapa descritiva, a produção e a análise de dados não obtidos nas etapas anteriores, de modo mais verticalizado.

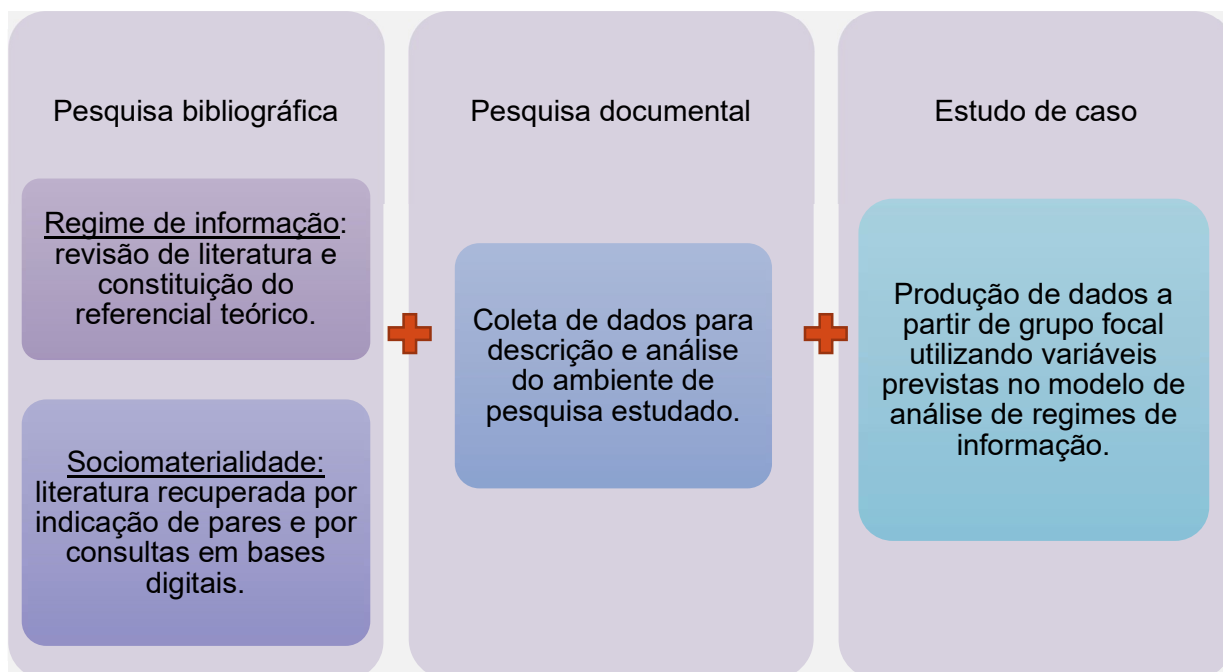
Dentro dessa perspectiva, realizamos um grupo focal, técnica de coleta de dados que busca o reconhecimento de concepções, percepções grupais, a partir de amostra intencional sobre determinado tema, recurso ou processo (BACKES *et al.*, 2011). A proposta de produção de dados a partir de grupo focal foi pensada para estimular processos de interação entre os participantes e reunir informações sobre as

práticas do setor, como um recurso ou fonte de evidências que propicia, segundo Backes *et al.* (2011), tanto o acesso às informações, como também às respectivas análises a partir de novas concepções ou problematizações. Para fins de descrição das falas do grupo focal, os participantes foram numerados de 1 a 5, e foram identificados como Sujeitos.

Na articulação entre as discussões sobre regimes de informação e sociomaterialidade utilizamos uma narrativa híbrida, baseada na Teoria Ator-Rede, ao tratar dos actantes/atuentes (atores) humanos e não humanos, pois entendemos que certos contextos podem demandar abordagens em mais de uma área ou campo, cuidando-se, nesses casos, de observar-se as relações estabelecidas.

Vale destacar que não existe na literatura uma metodologia padrão para identificar e analisar o regime de informação dominante em um ambiente de informação (CARVALHO, 2009). O percurso dessa pesquisa constitui, portanto, uma abordagem própria, conforme as etapas demonstradas na Figura 2.

Figura 2 – Estratégia metodológica de coleta e análise dos de dados.



Fonte: elaborado pela autora durante a pesquisa.

4.1 COMPONENTES DA PESQUISA

Nesta seção descrevemos as características metodológicas gerais que estruturam a presente dissertação, sintetizadas no Quadro 4.

Quadro 4 - Características metodológicas da pesquisa

Tema	Configurações de regimes de informação em uma secretaria unificada de pós-graduação da UFES.	
Problema	Como se configura o regime de informação dominante na Secretaria Unificada de Pós-Graduação do CCJE/UFES?	
Abordagem	Qualitativa.	
Tipologia	Quanto aos objetivos da pesquisa: Exploratório-descritiva.	
	Quanto aos procedimentos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo de caso.	
Estratégia de coleta e produção dos dados	Pesquisa bibliográfica: levantamento bibliográfico para elaboração da revisão de literatura, do referencial teórico e da análise e discussão dos dados produzidos. Foram utilizados livros, publicações periódicas, artigos de eventos, dissertações e teses.	
	Pesquisa documental: levantamento documental a partir de: documentos institucionais tais como regimentos, resoluções, projetos, atos normativos que nortearam a descrição do ambiente de pesquisa.	
	Estudo de caso: Realização de grupo focal.	
Fontes de evidência	Livros e publicações periódicas, documentos institucionais e equipe SUPG.	
Objeto empírico	Ambiente organizacional, ambiente informacional e rede de relações da SUPG.	
Quais desdobramentos fundamentais a questão problema propicia?	Objetivo geral	Analisar o regime de informação dominante da Secretaria Unificada de Pós-Graduação (SUPG)
	Objetivos específicos	Descrever a estrutura organizacional e administrativa da SUPG. Discutir os fundamentos teórico-metodológicos do conceito de regimes de informação. Descrever o regime de informação dominante na SUPG. Discutir articulações e aproximações teórico-conceituais entre regimes de informação e sociomaterialidade. Descrever como os artefatos, sob a ótica da sociomaterialidade, influenciam o contexto de regimes de informação.

Fonte: Elaborado pela autora.

4.2 AMBIENTE DE PESQUISA

Na perspectiva da gestão que conduziu o processo de integração das secretarias administrativas dos programas de pós-graduação do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo (CCJE/UFES) a estrutura departamental do modelo universitário brasileiro é passível de críticas. Assim, a unificação de secretarias de cursos configurou-se como uma ação deflagrada para dar início às mudanças de cultura e comportamentos organizacionais, com o intuito de promover a racionalização, a comunicação intersetorial e estimular ações interdisciplinares (FREITAS JÚNIOR *et al.*, 2015).

Nessa seção descrevemos o ambiente de pesquisa a fim de situar o seu campo de atuação na universidade, trazendo um breve histórico da criação do setor, atual configuração e atividades desenvolvidas.

4.2.1 Breve histórico

O início da construção da Universidade Federal do Espírito Santo deu-se em 1954 na gestão do governador Jones dos Santos Neves, com a criação da Universidade do Espírito Santo, vinculada ao governo estadual e formada a partir da reunião de institutos privados que atuavam isolados na cidade de Vitória, Espírito Santo, tais como Faculdade de Odontologia, Direito e Educação (MORAES, 2012).

Anos após a sua criação, em 1961, o presidente da república Juscelino Kubitschek sancionou a Lei n. 3.868, de 30 de janeiro de 1961, incluindo a entidade no sistema federal de ensino, sendo oficialmente denominada Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). No entanto, apenas em 1968 iniciou-se o processo de estruturação administrativa, com o Decreto n. 63.577, de 08 de novembro de 1968, que determinou a extinção das escolas e institutos - que ainda permaneciam em espaços físicos de origem e com certa autonomia (MORAES, 2012).

Posteriormente, instituiu oito (8) unidades de ensino: Centro de Estudos Gerais, Centro de Artes, Centro Tecnológico, Centro Agropecuário, Centro Bio-Médico, Centro de Educação Física e Desportos, Centro Pedagógico e Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Com a nova estrutura, os centros acadêmicos foram fisicamente instalados em uma área destinada à construção de um *campus*

universitário, a partir da desapropriação, em 1966, do Victoria Golf & Country, situado no bairro Goiabeiras (Vitória/ES) (MORAES, 2012).

Concluído o breve histórico da origem e levando em conta a sua trajetória até a atual configuração, verificamos que a estrutura física, administrativa e acadêmica da Universidade Federal do Espírito Santo vem sendo progressivamente construída para o cumprimento de seu papel institucional, que tem como base o ensino, a pesquisa e a extensão. Segundo o Estatuto da UFES, redação dada pela Resolução n. 10/2001-CUn e Cepe (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2001), a atribuição da universidade é formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento - aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira - e incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica. Tais funções se cumprem por meio da oferta de cursos de graduação e de pós-graduação.

4.2.2 A pós-graduação na UFES e no CCJE

A pós-graduação *stricto sensu* da UFES oferta os cursos de mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado, e estágio pós-doutoral. Ao oferecer aos egressos a continuidade dos estudos após a graduação, a universidade possibilita a formação mais ampla e aprofundada em áreas de conhecimento e a qualificação para atuarem em atividades do magistério superior e no desenvolvimento da pesquisa científica, conforme prevê o Regulamento Geral da Pós-Graduação da UFES, sendo a última versão atualizada expedida por meio da Resolução n. 03/2022/Cepe, de 28 de janeiro de 2022.

Sobre a origem na UFES, o pioneiro foi o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), fundado em 1978. Atualmente a universidade conta com noventa e quatro (94) programas⁵, todos geridos pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), setor responsável pela condução da política institucional dos cursos de mestrado, doutorado com base no Regulamento Geral.

Na estrutura organizacional da UFES, as atividades acadêmicas estão ligadas aos centros de ensino, que agrupam os cursos de acordo com a estrutura curricular.

⁵ Informação constante na lista de cursos fornecida pela PRPPG/UFES em 2022.

Os centros são formados pelo Conselho Departamental, Diretoria, Departamentos e Secretarias e são responsáveis pela gestão administrativa, financeira, didático-curricular, científica e disciplinar das atividades realizadas nessa instância. Os Programas de Pós-Graduação (PPG), por sua vez, estão vinculados à Diretoria e atuam por meio da Coordenação de Curso e da Secretaria Administrativa (UFES, [1971]).

No Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), onde está localizado o ambiente desta pesquisa, são ofertados atualmente sete (7) cursos de pós-graduação: Administração (mestrado e doutorado), Ciência da Informação (mestrado), Ciências Contábeis (mestrado e doutorado), Direito (mestrado), Economia (mestrado e doutorado), Gestão Pública (mestrado profissional) e Política Social (mestrado e doutorado).

O Centro também já atuou em parceria com dois doutorados interinstitucionais (Dinter-UnB e Dinter FGV-EBAPE) e, recentemente o Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGADM/CCJE) estabeleceu parceria com o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) para oferta do Mestrado Interinstitucional em Administração (Minter), com vagas destinadas para servidores do Ifes e ingresso da primeira turma em 2021.

4.2.3 A criação da Secretaria Unificada de Pós-Graduação (SUPG)

Segundo o Regulamento Geral da Pós-Graduação da UFES, os Programas de Pós-Graduação têm por objetivo coordenar, administrar e executar o ensino de pós-graduação *stricto sensu* e as atividades de pesquisa relacionadas aos mesmos. Cada programa é constituído de uma Secretaria Administrativa (SA), responsável pelo suporte operacional a atividades diversificadas, considerando as diferentes frentes de trabalho em que atuam (UFES, 2022).

No caso específico do CCJE, a configuração das secretarias administrativas passou por mudanças estruturais nos últimos anos. Antes da unificação, cada departamento, colegiado de curso ou programa de pós-graduação possuía uma sala (constituída de mobília de escritório, computador e impressora) destinada às atividades de secretaria, sendo assistidos por um servidor Técnico-Administrativo em Educação (TAE) e por estudantes de graduação pertencentes ao Programa Integrado

de Bolsas (PIB), na época vinculado à Pró-Reitoria de Graduação (Prograd/UFES). Algumas delas também contavam com apoio de funcionários terceirizados.

Com o início da nova gestão no CCJE em 2013, iniciaram-se os trabalhos para implantação de um novo modelo de gestão para as Secretarias Administrativas, incluindo as da pós-graduação, pautado no conceito de secretaria unificada. Para discutir a viabilidade da proposta de unificação, foram articuladas reuniões técnicas entre diretor, coordenadores de curso e servidores técnicos, culminando na elaboração de um projeto para criação da Secretaria Unificada de Pós-Graduação (SUPG/CCJE), conforme documentado no processo n. 23068.09453/2015-15.

Em março de 2016 o Magnífico Reitor assinou a Decisão n. 17/2016, autorizando a criação da secretaria unificada, após aprovação do referido projeto no Conselho Departamental (CD/CCJE) e Conselho Universitário (CUn). Vale destacar que a adesão à nova estrutura foi voluntária por parte da coordenação do programa, e por esse motivo não contemplou o Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGDIR) - contrário à adesão - e o Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública (PPGGP) - que na ocasião ainda não havia se manifestado.

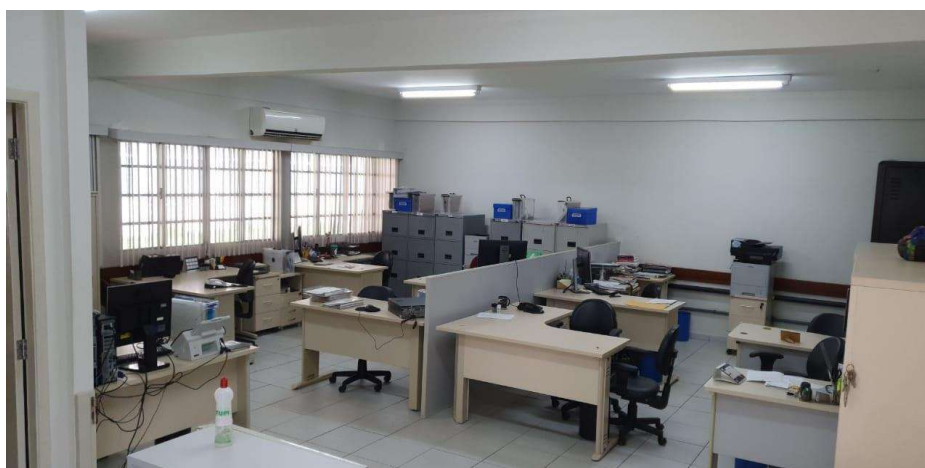
O projeto previa melhorias com a nova estrutura, tais como modernização da gestão da secretaria, padronização de processos e rotinas, espaço físico unificado para a otimização de recursos materiais e humanos, horário de funcionamento do setor ampliado ao período noturno e realizado de modo ininterrupto, compartilhamento de conhecimento entre os técnicos, possibilidade de capacitação e flexibilização de jornada de trabalho.

Com a aprovação, a Direção do CCJE disponibilizou uma sala situada no térreo do Anexo II, entre o ED I e o ED II, para alocar a nova sede administrativa da pós-graduação no Centro. Em 02 de maio de 2016, os servidores, funcionários terceirizados e bolsistas se reuniram para compor o novo setor, formado pelos Programas de Pós-Graduação em Administração, Ciências Contábeis, Economia e Política Social, e assim, dar continuidade aos trabalhos da pós-graduação, com foco nas adequações das atividades ao formato descrito no projeto. Em 2017, com a redução do repasse de recursos do governo federal para as universidades e medidas para diminuir o gasto orçamentário, a secretaria deixou de contar com os funcionários

terceirizados⁶. Nesse mesmo ano o Mestrado Profissional em Gestão Pública aderiu à secretaria unificada.

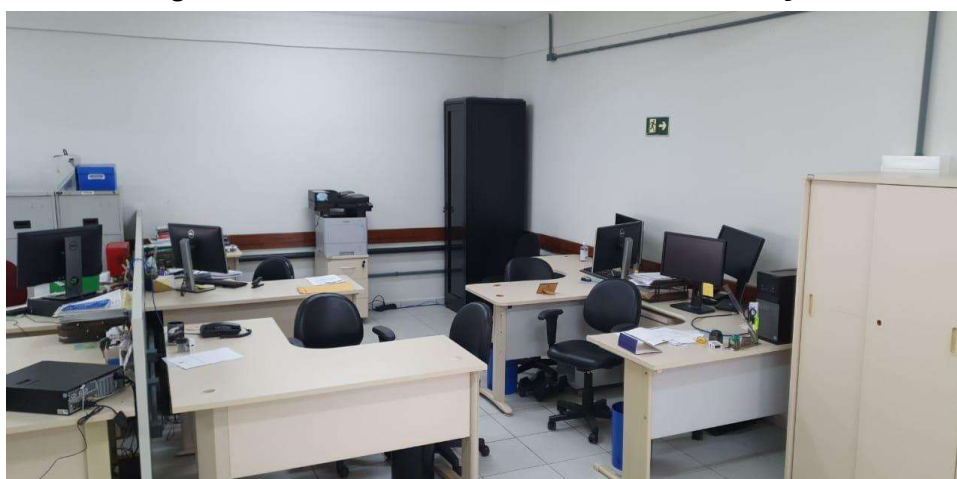
Em 2018, o CCJE já contava com três secretarias unificadas: de departamentos, de graduação e de pós-graduação. Naquele ano foram disponibilizados novos espaços físicos para alocar as estruturas unificadas, localizados estrategicamente para dar mais visibilidade e facilitar o acesso de seus públicos. A Secretaria Unificada de Pós-Graduação ocupou a sala anteriormente denominada 201, com espaço para oito (8) estações de trabalho e um local destinado para café e pequenas reuniões, conforme pode ser observado nas Figuras 3, 4 e 5.

Figura 3 – Secretaria Unificada de Pós-Graduação



Fonte: acervo da SUPG.

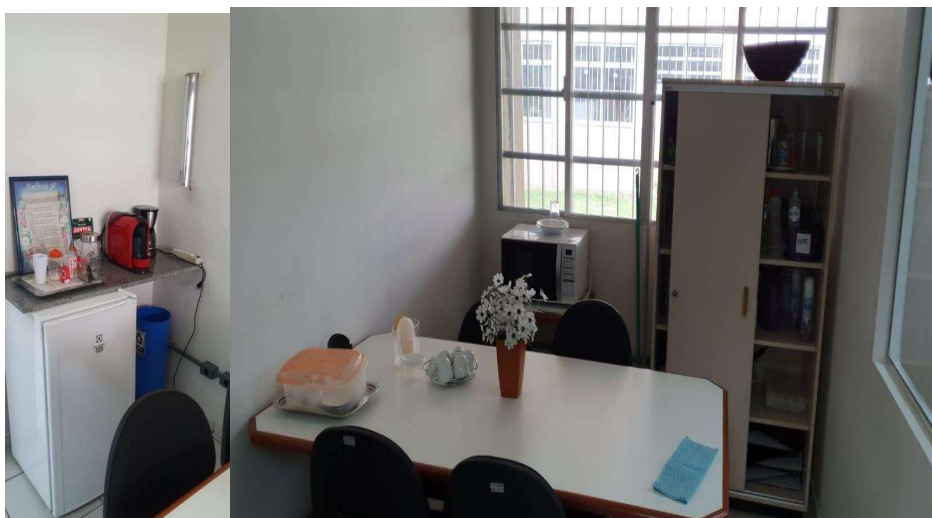
Figura 4 – Secretaria Unificada de Pós-Graduação



Fonte: acervo da SUPG.

⁶ Informações constantes nas atas do Conselho Departamental do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CD/CCJE).

Figura 5 – Sala de reuniões e café da SUPG



Fonte: acervo da SUPG.

As Figuras 3, 4 e 5 representam o espaço físico que denominamos de Secretaria Unificada de Pós-Graduação (SUPG), responsável pelo suporte administrativo e operacional aos programas de pós-graduação do CCJE. Durante a pandemia da Covid-19, em 2020, as instâncias governamentais no Brasil, alinhadas às orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), decretaram o isolamento social como medida de prevenção e combate ao vírus, acarretando a suspensão de atividades presenciais nas universidades, inclusive as de pós-graduação. Com o isolamento social, os servidores da Secretaria Unificada de Pós-Graduação passaram a realizar as atividades em casa, de modo remoto em sua totalidade, guiados por normativas que determinaram a reorganização das atividades e adaptação às novas relações de trabalho.

Em dezembro de 2021 os servidores da SUPG voltaram a trabalhar presencialmente, em escala definida pela Direção de Centro (CCJE) e, em abril de 2022, juntamente com o início do semestre letivo 2022/1, houve o retorno das atividades presenciais em toda a Universidade. Em maio de 2022 a coordenação do Programa de Pós-graduação em Direito (PPGDIR) manifestou interesse em integrar a secretaria unificada, sendo a transferência do servidor viabilizada após a aprovação do pedido pelo Conselho Departamental. Com isso, todas as secretarias dos programas de pós-graduação ofertados pelo CCJE estão integradas à SUPG na atualidade.

4.2.4 Descrição das atividades da SUPG

Apresentamos a seguir o Quadro 5, com o registro das atividades que constam no Processo n. 23068.002927/2018-32 (Concessão de jornada flexibilizada para os TAEs da SUPG/CCJE) e o Quadro 6, Estrutura de macroprocessos da pós-graduação do CCJE, elaborado pela Seção de Gestão de Processos e Projetos em 2019. Esses quadros foram recuperados durante a pesquisa documental e correspondem às atividades institucionalmente registradas sobre o setor.

Quadro 5 – Registro de atividades

1	Receber e atender os candidatos dos processos seletivos quanto aos editais, matrículas, desenvolvimento do curso, bem como aqueles que mesmo não sendo candidatos buscam tais informações.
2	Receber, organizar e distribuir a documentação, solicitada por meio de edital, entregue presencialmente pelos candidatos de processo para a seleção de alunos regulares e especiais.
3	Receber, registrar e distribuir os recursos impetrados presencialmente por candidatos durante os processos seletivos dos programas de pós-graduação.
4	Receber, conferir e efetuar a guarda de solicitação de matrícula e rematrícula entregues presencialmente pelos alunos regulares e especiais dos programas de pós-graduação.
5	Receber, conferir e encaminhar para as unidades cabíveis, internas e externas, a documentação entregue presencialmente pelos discentes contemplados com bolsas disponibilizadas pelas agências de fomento (FAPES e CAPES).
6	Receber e responder às solicitações presenciais e virtuais de várias modalidades de documentação referente à vida acadêmica do corpo discente, como por exemplo: históricos, horários individuais, comprovantes de matrícula, carteiras de estudante, declaração de vínculo com o curso para fins de obtenção e renovação de visto.
7	Receber, conferir e encaminhar para o setor competente a documentação pertinente à solicitação de diploma, sempre entregue presencialmente.
8	Receber e encaminhar para a Biblioteca Central os exemplares de dissertações e teses aprovadas nos programas de pós-graduação, sempre entregues presencialmente.
9	Ouvir e orientar o corpo docente e discente em relação às ações diversas da rotina administrativa e acadêmica dos programas de pós-graduação (realização de eventos, utilização de espaço físico, oferta de disciplinas, vida acadêmica dos alunos etc).
10	Entregar e receber de volta os equipamentos (projektor e notebook) e as chaves das salas de aula e dos laboratórios, ambos disponibilizados em caráter empréstimo para o corpo docente e discente.

(continua)

11	Receber e direcionar os profissionais terceirizados prestadores de serviços quando da realização de atividades diversas de manutenção, corretiva e preventiva, conservação e limpeza dos espaços físicos e equipamentos à disposição dos programas de pós-graduação.
12	Conferir e atestar a realização de serviços realizados por profissionais terceirizados solicitados por meio de expedientes e sistemas internos da UFES.
13	Receber e encaminhar os usuários que chegam à unidade em busca de serviços e pessoas que não estão no âmbito da SUPG, notadamente alunos de graduação e público externo.
14	Identificar, analisar e propor reformulação, a partir da demanda dos usuários, dos fluxos, das rotinas e do leiaute do ambiente de trabalho.
15	Receber e assistir o corpo docente em suas demandas por formalização, execução, fiscalização e prestação de contas de projetos, contratos, convênios e instrumentos correlatos.
16	Receber e assistir o atendimento de diligências internas e externas referentes aos cursos de pós-graduação atendidos pela SUPG.
17	Receber, orientar, organizar e acompanhar os bolsistas do programa PAEPE II em suas atividades.
18	Receber e responder as demandas dos usuários (discentes, docentes e público externo) encaminhadas por meio eletrônico.
19	Receber e responder as demandas dos usuários (discentes, docentes e público externo) encaminhadas por meio telefônico.
20	Editar, distribuir e arquivar a documentação referente à vida acadêmica do corpo discente (declarações, atestados, relatórios etc.), docente (declarações, solicitações, portarias etc.) e do programa (atas, relatorias para reunião etc.).
21	Alimentar os <i>sites</i> dos programas e a agenda da SUPG.

Fonte: Processo administrativo n. 23068.002927/2018-32 (UFES).

Quadro 6 – Estrutura de macroprocessos da pós-graduação do CCJE.

10.110.060.010	Gerenciar vida acadêmica da pós-graduação
10.110.060.010.010	Gerenciar e apoiar ingresso de aluno
10.110.060.010.010.010	Apoiar processo seletivo
10.110.060.010.010.020	Gerenciar e realizar matrícula
10.110.060.010.020	Gerenciar e apoiar desenvolvimento de aluno
10.110.060.010.020.010	Gerenciar e apoiar rematrícula
10.110.060.010.020.020	Gerenciar pedidos de auxílio financeiro
10.110.060.010.020.020.010	Gerenciar bolsas
10.110.060.010.020.020.020	Gerenciar auxílios para participações em eventos
10.110.060.010.020.020.030	Gerenciar auxílios para pesquisas de campo
10.110.060.010.020.020.040	Gerenciar auxílios para publicações
10.110.060.010.020.030	Gerenciar pedidos de qualificação
10.110.060.010.020.040	Gerenciar pedidos de defesa
10.110.060.010.030	Gerenciar desligamento do aluno
10.110.060.010.030.010	Gerenciar e apoiar pedidos de diploma
10.110.060.010.030.020	Auxiliar ações de jubramento
10.110.060.020	Apoiar a Coordenação do PPG
10.110.060.020.010	Secretariar reuniões de colegiado
10.110.060.020.020	Auxiliar a divulgação e definição de oferta de disciplina
10.110.060.020.030	Gerenciar pedidos de auxílio financeiro para docentes
10.110.060.020.030.010	Organizar e encaminhar pedidos de passagens e diárias
10.110.060.020.040	Gerenciar pagamentos a docentes
10.110.060.020.050	Auxiliar alimentação de plataformas de controle acadêmico
10.110.060.020.060	Auxiliar na seleção de pós-doutorados
10.110.060.020.070	Auxiliar o ingresso de docentes
10.110.060.020.080	Auxiliar a participação do programa em editais de fomento
10.110.060.020.090	Auxiliar a formação de parcerias

Fonte: Estrutura de Macroprocessos da UFES – Seção de Gestão de Processos e Projetos (2019).

4.3 COLETA DE DADOS

Para compreensão do fenômeno social que caracteriza o ambiente desta pesquisa buscamos identificar o regime de informação dominante considerando o ambiente de informação, os atores, as ações de informação, os artefatos e os dispositivos. Para a produção de dados reunimos os servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAE) que compõem a SUPG para participarem de um grupo focal - instrumento de coleta e registro das verbalizações espontâneas durante a interação entre pessoas (selecionadas pelo pesquisador de acordo com o envolvimento delas com o fenômeno estudado). Nessa estratégia, a coleta de dados caracteriza-se como um processo dinâmico junto aos atores (humanos), que relatam as experiências, opiniões e percepções sobre o tema a eles apresentado.

Definida a estratégia da coleta de dados, a equipe SUPG foi consultada sobre a disponibilidade de participação na pesquisa. Dos nove (9) integrantes (incluindo a pesquisadora), seis (6) integrantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) atestando a participação; um (1) não foi convidado para a pesquisa, pois estava previsto o afastamento dele no período da realização do grupo focal e um (1) não participou, pois foi integrado à equipe recentemente, em maio de 2022, sendo que, na ocasião, o TCLE já havia sido assinado pelos demais e enviado ao comitê de ética para apreciação.

Após aprovação da pesquisa por parte do comitê de ética⁷, planejamos a dinâmica definindo local, apresentação, roteiro, equipamentos, dentre outros. Nesse momento, realizamos a revisão da matriz (Apêndice B) que havia sido elaborada durante o projeto de pesquisa. Esse material contém as questões norteadoras do grupo focal e foi elaborado a partir de categorias previamente definidas, a fim de provocar interlocuções reguladas por essas categorias. Destacamos que a matriz foi formulada em conformidade com o referencial teórico, que trata do modo de produção informacional numa formação social, campo de ação que relaciona sujeitos, tecnologias, representações, recursos, normas, padrões, dispositivos.

⁷ Certificado de Apresentação de Apreciação Ética: CAAE n. 58850422.8.0000.5059.

O grupo focal foi realizado em 09 de agosto de 2022, com início às 08h30, na sala 801 (ED 8), no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE/UFES) e contou a participação da pesquisadora, orientadora, um (1) psicólogo, cinco (5) entrevistados (um convidado faltou) e um (1) apoio operacional. O grupo foi mediado pela pesquisadora e orientadora, seguindo o roteiro descrito no Quadro 7.

Quadro 7 – Roteiro para grupo focal.

	Atividades
1	Boas vindas e convite para o café da manhã
2	Apresentação do objetivo da pesquisa e a motivação para utilizar a SUPG como ambiente de pesquisa
4	Apresentação do Quadro 6
5	Construção do Quadro 8
6	Início das discussões pelas categorias definidas na matriz
6.1	Ambiente de informação
6.2	Atores
6.3	Ações
6.4	Dispositivos
6.5	Artefatos
7	Encerramento e agradecimentos

Fonte: elaborado pela autora durante a pesquisa.

A pesquisadora preparou um café da manhã para receber os participantes e, à medida que chegavam na sala, foram direcionados para o café. Após, todos foram convidados a sentarem nas carteiras organizadas em semicírculo, para início dos trabalhos.

5 O REGIME DE INFORMAÇÃO DOMINANTE DA SUPG: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção apresentamos as sínteses e análises dos dados obtidos durante as etapas de pesquisa documental e de grupo focal a fim de dar continuidade à caracterização e descrição do caso estudado. Cumprimos, assim, o objetivo específico de descrever o regime de informação dominante na SUPG.

Durante a pesquisa documental foram localizadas duas (2) fontes contendo o registro das regras e rotinas de atividades explícitas do setor, representadas nos Quadros 5 e 6, utilizados também para a caracterização do ambiente de pesquisa. Selecionamos o Quadro 6 (estrutura de macroprocessos) para ser apresentado durante o grupo focal e propusemos o desdobramento desse em um quadro analítico à luz do regime de informação, originando, assim, o Quadro 8. As colunas 2, 3 e 4 do Quadro 8 foram preenchidas com base em Ações (coluna 1), levando-se em conta os seguintes questionamentos: todos desempenham as ações descritas ou existem ações específicas para algum servidor? Quais artefatos (meios) vocês utilizam para realizar a ação pretendida? Quais dispositivos (conteúdos) regulam as ações?

Para a coluna 1 Ações a equipe sugeriu complementar com outras ações não contempladas, para melhor detalhamento das atividades realizadas no setor, estando destacadas (sublinhadas) no referido quadro. Para a coluna 2 Atores, os respondentes afirmaram que todos realizam as ações da secretaria, exceto quando se trata de especificidade do programa ao qual o servidor está diretamente vinculado. Por exemplo, apenas um (1) dos integrantes da equipe (e seu eventual substituto) realiza a ação 'Gerenciar pagamento a docentes' e não realiza a ação 'Gerenciar bolsas'. Para as colunas Artefatos e Dispositivos, a equipe listou os principais instrumentos que possibilitam a realização das referidas práticas.

A sistematização do Quadro 8 apoiou-se nos regimes de informação, que caracterizam os ambientes de informação a partir de ações que são institucionalizadas com base em documentos ou discursos que regulam as regras de como fazer (dispositivos) e que condicionam a informação sob certas estruturas (NASCIMENTO, 2015). Percebe-se que a identificação dessas estruturas ou conteúdos regulatórios (dispositivos) e dos instrumentos de trabalho (artefatos) tornou visível a materialidade (não humana) presente nos regimes de informação e na SUPG. Além de funcionarem

como direcionamento ou mediação para as ações de informação, esses elementos apontam para a percepção da materialidade como um aspecto integral à atividade organizacional (FROHMANN, 2008; ORLIKOWSKI, 2010), pois não é possível conceber a ideia de ação isolada dos outros componentes apresentados no referido Quadro.

Quadro 8 - Regras das práticas do ambiente de informação SUPG à luz do regime de informação

Coluna 1	Coluna 2	Coluna 3	Coluna 4
Ações	Atores	Artefatos	Dispositivos
Gerenciar e apoiar ingresso de aluno			
Apoiar processo seletivo <u>de aluno regular e aluno especial</u>	todos	Site Webform	Edital Comissão do PS
Gerenciar e realizar matrícula	todos	E-mail Formulário SUPG Webform SAPPG	Regimento do PPG Edital Oferta de disciplinas
<u>Gerenciar e realizar matrícula de aluno de outro PPG</u>	todos	E-mail Formulário SUPG SAPPG	Regimento do PPG Práticas do PPG
Gerenciar e apoiar desenvolvimento de aluno			
Gerenciar e apoiar rematrícula	todos	E-mail Formulário SUPG Webform SAPPG	Regimento do PPG Oferta de disciplinas Calendário
<u>Gerenciar e apoiar aproveitamento de créditos</u>	todos	E-mail Sistema de atas	Regimento do PPG Ata de reunião de colegiado
<u>Gerenciar e apoiar estágio docência</u>	*exceto PPGGP	E-mail Sistema de atas Protocolo Web Relatório de estágio docência	Regimento do PPG Ata de reunião de colegiado
<u>Gerenciar e apoiar coorientação</u>	todos	E-mail Sistema de atas Protocolo Web	Regimento do PPG Ata de reunião de colegiado

Quadro 8 - Regras das práticas do ambiente de informação SUPG à luz do regime de informação

Coluna 1	Coluna 2	Coluna 3	Coluna 4
Ações	Atores	Artefatos	Dispositivos
Gerenciar pedidos de auxílio financeiro			
Gerenciar bolsas	*exceto PPGGP	E-mail Protocolo <i>Web</i> SIGFAPES	Resoluções CAPES/FAPES Comissão de bolsas Resolução do PPG
Gerenciar auxílios para participações em eventos (docentes e discentes)	todos	E-mail Formulários PRPPG (solicitação de diárias/passagens , reembolso) Protocolo <i>Web</i>	Normativa PRPPG Ata de reunião de colegiado Resolução do PPG
Gerenciar auxílios para pesquisas de campo	todos	E-mail Formulário PRPPG Protocolo <i>Web</i>	Normativa PRPPG Ata de reunião de colegiado
Gerenciar auxílios para publicações	todos	E-mail Formulário PRPPG	Normativa PRPPG Ata de reunião de colegiado
Gerenciar etapas de bancas examinadoras			
Gerenciar pedidos de qualificação	todos	E-mail Formulário SUPG <i>Webform</i> Protocolo <i>Web</i> Sistema de atas Agenda <i>google</i>	Regimento do PPG Ata de reunião de colegiado
Gerenciar pedidos de defesa	todos	E-mail Formulário SUPG <i>Webform</i> Protocolo <i>Web</i> SAPPG Sistema de atas Agenda <i>google</i>	Regimento do PPG Ata de reunião de colegiado
<u>Gerenciar prorrogação de prazos de qualificação e defesa</u>	todos	E-mail Formulário SUPG <i>Webform</i> Protocolo <i>Web</i> SAPPG Sistema de atas	Regimento do PPG Ata de reunião de colegiado

Quadro 8 - Regras das práticas do ambiente de informação SUPG à luz do regime de informação

Coluna 1	Coluna 2	Coluna 3	Coluna 4
Ações	Atores	Artefatos	Dispositivos
Gerenciar desligamento do aluno			
Gerenciar e apoiar pedidos de diploma	todos	E-mail Protocolo <i>Web</i> SAPPG	Normativa do PPG Normativa PRPPG
Auxiliar ações de jubramento	todos	E-mail Ofício PPG Sistema de atas	Parecer PF/UFES Ata do colegiado
Apoiar a Coordenação do PPG			
Secretariar reuniões de colegiado	todos	E-mail Convocação Formato da reunião (por e-mail, videochamada ou presencial) Sistema de atas Agenda <i>google</i>	Resolução do PPG Práticas do PPG Formato da reunião (e-mail, videochamada ou presencial)
Auxiliar a divulgação e definição de oferta de disciplina	todos	E-mail <i>Site</i> SAPPG	Calendário Ata de reunião de colegiado
Organizar e encaminhar pedidos de passagens e diárias	todos	E-mail Formulário PRPPG Protocolo <i>Web</i>	Normativa PRPPG/UFES Ata de reunião de colegiado
Gerenciar pagamentos a docentes	Somente PPGGP	Protocolo <i>Web</i>	Normativa DDP/UFES
Auxiliar alimentação de plataformas de controle acadêmico	todos	SAPPG Plataforma Sucupira Plataforma <i>Lattes</i> ORCID	Normativa CAPES Regimento PRPPG
Auxiliar o ingresso de docentes	todos	E-mail SAPPG Sistema de atas	Edital Ata de reunião do colegiado Prática do PPG
Auxiliar a participação do programa em editais de fomento	todos	E-mail <i>Site</i>	Edital Ata de reunião do colegiado
Auxiliar a formação de parcerias	todos	E-mail <i>Site</i>	Ata de reunião do colegiado

Fonte: sistematizado pela autora e participantes durante o grupo focal.

Na sequência iniciamos as perguntas direcionadas pela matriz (Apêndice B), cujas categorias e desdobramentos em um conjunto de subcategorias que têm como base teórica proposições de González de Gómez (1999; 2003; 2012) sobre os elementos que constituem um regime de informação.

5.1 AMBIENTE DE INFORMAÇÃO

A primeira categoria analisada durante o grupo focal refere-se ao 'Ambiente de informação', pois é ele que delimita o contexto de reconhecimento dos quatro (4) elementos constituintes de regimes de informação: os atores (sujeitos), os dispositivos de informação (conteúdo), os artefatos de informação (meios) e as ações de informação (práticas). Para González de Gómez; Chicanel (2008) e Nascimento (2015), a informação é relacional, mas também situacional, considerando que o regime de informação é identificado pela maneira como os elementos estão determinados num dado momento e em certo 'espaço'.

Os ambientes de informação resultam dos ambientes organizacionais cuja estrutura é essencial ao estabelecimento de relações funcionais ligadas a responsabilidade, autoridade, comando, função e a divisão de trabalho instituída. Do ponto de vista da informação, a estrutura física também é essencial para a definição de canais de comunicação e de seus respectivos fluxos de informação (VALENTIM, 2013). Na caracterização desse ambiente de informação é possível observar que a atividade fim se relaciona a uma cartografia heterogênea de disciplinas ou áreas disciplinares com fronteiras bem definidas, com linguagem própria, estabelecidas por técnicas que produzem ou instrumentalizam e por conceitos ou teorias que representam uma diversidade de domínios, de modos de comunicar, registrar e transmitir. O regime de informação dominante da SUPG estaria, assim, orientado ao manejo de certos domínios de referência com os quais o setor precisa articular-se para viabilizar a gestão da informação (geração e uso) e estruturação das práticas demandadas pelos programas de pós-graduação.

Para análise da categoria 'Ambientes de informação', utilizamos 'Rotinas' e 'Arranjos', duas (2) subcategorias referentes à literatura dos estudos organizacionais

(teoria das práticas) utilizadas como recurso para ampliar a análise de dados dando ênfase aos agentes não humanos, conforme pode ser verificado a seguir.

a) Rotinas

Iniciamos a discussão no grupo focal sobre o uso e a interação com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), elemento fundamental para o desenvolvimento das rotinas organizacionais. Primeiramente, as respostas foram relacionadas aos problemas enfrentados em relação à mediação tecnológica, sendo que a falta de oferta de treinamentos práticos por parte da instituição foi o primeiro ponto destacado, conforme afirmam os Sujeitos 3 e 5.

[...] As tecnologias, elas nos são apresentadas e de certa forma imposta: “Olha, vocês podem usar isso”, só que, tipo assim, se vira para aprender e para usar [S5].

[...] E muitas vezes eu acho que, assim, falta esse suporte, esse apoio, porque a gente não consegue de fato dominar toda a tecnologia [S3].

Os outros dois pontos citados foram a falta de visibilidade da política interna referente às tecnologias, de competência da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI/UFES) e a falta de assistência aos alunos, professores e técnicos que cotidianamente apresentam demandas relacionadas à tecnologia. Entendemos que essas duas questões estão interligadas, pois o desconhecimento em relação às políticas de TIC dificulta os direcionamentos quando surgem dúvidas em relação ao manuseio de tecnologias.

[...] Qual é o nosso limite? Então, cabe a nós da secretaria, por exemplo, monitorar e acompanhar o trabalho de uma sala de videoconferência? Cabe a nós responder pergunta de aluno: “ah eu não estou conseguindo acessar meu *login* único”? [S1].

[...] as ferramentas existem, mas elas não são assim: “ah, você trabalha na pós-graduação, você tem que saber essa e essa e essa”, entendeu? “Você tem que participar do treinamento para você fazer esse trabalho”. Não tem essa padronização [S2].

Em relação ao questionamento se o trabalho remoto trouxe mais vantagens ou desvantagens, todos concordam que o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) foi fundamental para que os serviços da secretaria fossem mantidos durante o período de suspensão das aulas presenciais, em decorrência da

pandemia de Covid-19. Segundo o Sujeito 1, o trabalho remoto emergencial realizado no período de março de 2020 a abril de 2022 contribuiu para realçar, dar visibilidade a essa modalidade de trabalho que tem sido adotada em instituições públicas (incluindo as de ensino) no Brasil e no Espírito Santo, como é o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Espírito Santo (IFES), para citar um exemplo.

De acordo com os respondentes, o teletrabalho é um modelo promissor, que se mostrou eficiente, mas pode trazer inseguranças, pois a exemplo do que ocorreu na pandemia não é possível prever quando haverá alguma instabilidade nos sistemas ou mesmo algum problema no computador (*hardware*) e se será disponibilizado um suporte de TI para essas situações.

[...] O *home office* é uma outra preocupação. É o seguinte assim: é se a tecnologia vai deixar a gente na mão, né? Se o sistema vai sair do ar, se *meet* vai cair, se a conexão vai cair. Se na hora que eu for fazer a coisa o serviço vai estar funcionando. Então é assim, a preocupação é a seguinte: a tecnologia vai me dar segurança, tranquilidade que eu preciso para fazer o trabalho sem ter que responder por algum problema que aconteça? Ah...caiu a conexão [S1].

b) Arranjos

Sobre os ‘Arranjos’, a equipe considerou que, em comparação ao modelo de secretarias individuais (estrutura anterior à criação da SUPG), a infraestrutura e o *layout* atual estimulam a troca de informações, pois os servidores estão localizados em um espaço único, podendo apoiarem-se mutuamente na resolução das tarefas cotidianas. Entretanto, é consenso que a estrutura pode ser melhorada, pois a área tornou-se pequena, já que inicialmente foi destinada à gestão de quatro (4) programas de pós-graduação e, depois disso, houve a integração de mais três (3) programas. Nesse período dois (2) programas de pós-graduação ampliaram a oferta de curso para doutorado, o que naturalmente aumentou o fluxo de serviços e circulação de pessoas.

[...] É, também não foi projetado para ficar tantas pessoas, depois foram vindo mais servidores, e a gente vai se ajustando no que dá. Temos problemas estruturais, sim [S4].

A equipe também concordou que o setor apresenta alguns obstáculos em relação ao *layout*, já que era uma sala de aula que foi adaptada para um setor

administrativo. Por exemplo, não há banheiro interno e há uma sala (considerada pequena) destinada para café e reuniões.

[...] Porque o que acontece é que cada um antes ficava na sua salinha. Então ali foi o que [...] poderia nos oferecer na época, né? Uma sala de aula reformada para nos atender. Então ali a gente não tem uma cozinha, a gente não tem um banheiro... [S5].

[...] Sai na chuva para ir no banheiro...[S4].

Em relação às barreiras materiais que dificultam a comunicação e integração do setor, citaram a) a divisão de PPG por servidor, situação que predomina mesmo após a unificação e que, na opinião do Sujeito 1, é a principal barreira para o fluxo de informação no setor e b) a ausência de uma proposta de inovação que atenda ao modelo de secretarias integradas, conforme expõe o Sujeito 2. Ou seja, apesar da divisão não ser um fator totalmente favorável ao fluxo comunicacional no setor, a equipe ainda não chegou a um consenso sobre um modelo de trabalho mais eficiente.

[...] Então, talvez essa divisão por programas, cada programa ainda tem o seu secretário mais dedicado ... geralmente é um desafio... É claro que, quando você está tratando de regimentos, vai ter programa que tem mais de uma qualificação, tem o programa que precisa usar o sistema de protocolo para poder fazer as solicitações de defesa [...]. Mas eu acho que quanto mais integrado possível, eu acho que é melhor para as duas partes (servidor e coordenador). Você precisa ter tarefas que são feitas. Não é a pessoa, é a tarefa [S1].

[...] É... e mesmo se a gente dividir – ah, é um servidor – um vai ficar com o financeiro, outro vai ficar com bolsas e o outro vai ficar com o diploma. Então... mesmo assim vai chegar uma hora que vai ter naquela pessoa, aquela informação e que as outras também não vão saber. Então a gente não chegou a essa conclusão ainda. Se é melhor cada programa ter seu secretário [S2].

E as barreiras que dificultam a integração, por sua vez, são a falta de um calendário unificado da pós-graduação, conforme explica o Sujeito 2, bem como o volume de trabalho e as especificidades que existem em cada programa, conforme destaca o Sujeito 4. O grupo também destacou a ausência de normativas internas para as rotinas e padronização de processos.

[...] Por exemplo, na graduação a PROGRAD é o guarda-chuva, né? Eles têm um manual de rotinas lá que tem ABCD... tem o que você tem que fazer, tem o calendário dentro daquele prazo que vai ser feito aquilo, e é uma coisa que a gente não tem na pós-graduação. Então, assim, como a gente vai unificar nossas rotinas se não tem um

calendário único na universidade? Se cada programa funciona em tempos diferentes? Então isso complica muito... [S2].

[...] Porque são, você imagina, agora são 7 programas. Dos 7 programas, 4 tem doutorado também. Então imagina uma pessoa conhecer as rotinas de cada um desses programas, porque, querendo ou não querendo, tem a sua especificidade [S3].

Além dessas, o Sujeito 2 aponta que a escala de trabalho pode representar uma barreira para a comunicação caso os servidores não estejam atentos em compartilhar as informações que necessitam de acompanhamento coletivo. Com a unificação das secretarias o horário de trabalho foi ampliado, com funcionamento interrupto, contemplando três (3) turnos de trabalho, inclusive o noturno. E para facilitar a comunicação, o *WhatsApp* tem sido a ferramenta mais utilizada para a troca de informações entre a equipe.

[...] Eu acho que, por exemplo, os horários, tem gente que não se encontra. Então, é por causa das escalas, né? É... Aí por exemplo, a gente está acostumado 7 da manhã às 9 da noite. Então quem trabalha hoje 3 da tarde às 9 não se encontra com o pessoal que trabalha de manhã, de 7 às 13. Então, às vezes, assim, a gente tem que ficar o tempo todo se policiando dentro do nosso grupo pra poder as informações circularem [S2].

[...] A gente tem um grupo aqui dentro do *WhatsApp*, onde a gente usa toda vez que tem uma tarefa pendente. E aí a gente fica procurando disseminar isso dentro do grupo [S3].

Identificamos nas falas ora descritas três aspectos que foram salientados pelos participantes relacionados às rotinas: dificuldades quanto ao uso e a interação com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), vantagens e desvantagens do trabalho remoto e barreiras materiais que dificultam a comunicação. À luz da sociomaterialidade e observando a influência de agentes não humanos (TIC e *layout* dos materiais e equipamentos), podemos destacar que a configuração do espaço, a disposição dos materiais e os sistemas de informação utilizados alimentam e retroalimentam a rotina de trabalho, influenciam e dão forma às práticas e à tomada de decisão, ou seja, os arranjos socioespaciais são mobilizados para a organização do cotidiano (TURETA; ALCADIPANI, 2009).

Consideramos a subcategoria 'Arranjos' (*layout* e infraestrutura) como parte da estrutura material que compõe o referido ambiente de informação, bem como valorizamos o aspecto que deu início à integração das secretarias, que ocorreu

primeiramente por meio da unificação de áreas físicas, uma estratégia do novo arranjo que resultou em novas rotinas. Admitimos que o ambiente de pesquisa estudado se configura a partir da abordagem processual do organizar, ultrapassando sobremaneira o conceito de entidade fixa e física. Segundo Duarte e Alcadipani (2016):

Falar de organizar, assim, é considerar que as organizações estão sempre em curso ativo de ações, como um contínuo resultado de processos precários e parciais; é entendê-las enquanto fenômenos heterogêneos emergentes, ressaltando que o nome 'organização' existe somente como um resultado contínuo do organizar ou *organizing*, entendido como ordenamentos locais de práticas de organizar que coletivamente formam a realidade social (COOPER, LAW, 1995 *apud* DUARTE, ALCADIPANI, 2016, p. 60).

A equipe SUPG e sua infraestrutura organizam-se como uma rede processual constituída de elementos heterogêneos que se relacionam e se estabilizam, num processo contínuo de relações e estabilizações. Destacamos que, durante a experiência do trabalho remoto emergencial da equipe, devido à pandemia de Covid-19, foram as práticas e os processos de trabalho, por meio de relações virtuais, que permitiram que o setor continuasse o exercício de suas atividades mesmo desvinculado do contexto presencial da UFES e da estrutura física que demonstramos nas Figuras 3, 4 e 5. Sob essa ótica, a noção de ambiente de informação apresentada nos regimes de informação pode ser questionada em seu sentido estrito referente à demarcação de limites.

Consideramos que 'Rotinas' e 'Arranjos' destacaram os aspectos não humanos do ambiente de pesquisa, resultando na identificação de elementos que fazem parte da estrutura e dinâmica do setor como: uso de tecnologias, instalação física, modelo de trabalho vigente e teletrabalho. As respostas foram direcionadas para sugestões de melhoria: treinamentos, calendário, manual de rotinas, sala mais ampla, liderança institucional, políticas de tecnologias de informação e estratégias de trabalho voltadas ao modelo de secretaria unificada.

Os elementos identificados, reunidos no Quadro 9, realçam a materialidade presente na secretaria unificada, enfatizando elementos não humanos que são inerentes aos processos de trabalho e que possibilitam ao setor cumprir o papel para o qual foi designado no contexto da instituição, ou seja, contribuir para a oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Justificamos essa afirmação, pois os não

humanos são tratados, na perspectiva da sociomaterialidade, como “[...] a condição para a possibilidade da sociedade humana” (SAYES, 2014, *apud* TURETA; ANJO, 2022, p.3), ou seja, a SUPG existe e acontece porque existem processos que se unem e são realizados através de elementos de materialização tais como agência e estrutura, palavras, coisas e ações (ORLIKOWSKI; SCOTT, 2015).

Observamos que as sugestões de melhoria expressam necessariamente a participação de elementos não humanos: políticas de TI, treinamentos, inovação, calendário, manual de rotinas, entretanto, só podem ser executadas por meio de sujeitos (ações humanas) que, nesse caso, estão institucionalmente representados (Diretoria, PRPPG, DDP/PROGEP, Equipe SUPG), o que afirma a configuração de humanos e não humanos como atores emaranhados (ORLIKOWSKI, 2007). Essa análise corrobora para a compreensão dos fenômenos informacionais como práticas sociomateriais, conforme propõe o princípio de simetria da Teoria Ator-Rede.

Quadro 9 – Representação das principais rotinas e arranjos identificados junto à SUPG.

Subcategorias	Aspectos	Elementos não humanos abordados (artefatos e dispositivos)	Ações para suprir as necessidades apontadas	Sujeitos institucionais com competência para intervir nas necessidades apontadas
Rotinas	Uso e interação com TIC	As TIC são fundamentais para o desempenho das rotinas organizacionais	Oferecer treinamentos especializados em TI para os TAEs Ampliar a visibilidade das políticas de TI	STI (Superintendente) DDP (Diretor) PRPPG (Pró-reitor) STI SUPEC (Superintendente)

(continua)

Subcategorias	Aspectos	Elementos não humanos abordados (artefatos e dispositivos)	Ações para suprir as necessidades apontadas	Sujeitos institucionais com competência para intervir nas necessidades apontadas
		O intenso uso de TIC permitiu a continuidade dos trabalhos durante a pandemia O teletrabalho é um modelo promissor	Garantir o apoio e funcionamento dos sistemas da UFES frente à possibilidade de institucionalização do teletrabalho	STI (Superintendente)
Arranjos	Layout	Estrutura e <i>layout</i> atuais estimulam a troca de informação	Disponibilizar local mais amplo, com banheiro, copa e sala de reuniões mais privativa Estudar proposta de inovação para o modelo de secretarias integradas	Direção do CCJE (Diretor) Administração Central (Reitor) Equipe SUPG (servidores técnicos)
		Divisão de servidor por PPG		
	Barreiras burocráticas e administrativas	Regimentos com características próprias	Elaborar um calendário unificado para a pós-graduação	PRPPG (Pró-reitor)
Ausência de normativas internas		Elaborar um manual de rotinas e padronização de processos Instituir liderança formal na SUPG para estabelecer designação de responsabilidades e comunicação mais assertiva com os turnos de trabalho	Equipe SUPG Direção do CCJE (Diretor)	
		Escala de trabalho com jornada estendida e ininterrupta		PROPLAN (Pró-reitor) Direção do CCJE (Diretor)

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados coletados durante grupo focal.

As rotinas e arranjos representados no Quadro 9 refletem as práticas e atividades sociais de informação mobilizadas pela equipe SUPG resultantes de ações e combinações híbridas. A infraestrutura, os arranjos, os sistemas, as redes e os

artefatos são articulados para equacionar uma condição tecnológica, operacional e comportamental tendentes à padronização, à modelização e à normalização, de modo mais genérico e menos singular, oriundas das ações instituintes e instituídas, como recurso de organização da heterogeneidade das disciplinas e domínios que contextualizam as demandas dos programas de pós-graduação.

Tratamos assim, no ambiente de informação, de certas escolhas ou definições preferenciais relacionadas às condições institucionais (institucionalidade) e às relações socioculturais entre os sujeitos (a equipe SUPG) que fixa significados (um tipo de discurso) na base material, articulando a infraestrutura do ambiente e os respectivos artefatos em regimes de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003).

5.2 ATORES

Nessa seção tratamos da categoria 'Atores' e das subcategorias 'Perfil', 'Necessidade de informação' e 'Liderança'. Segundo González de Gómez (2003), observando os regimes de informação nos contextos organizacionais, os atores são percebidos como sujeitos sociais⁸ reconhecidos por suas formas de vidas⁹ e que constroem identidades através de ações de informação. As informações (ou ações de informação) mobilizam os atores a executarem as ações, e ao executá-las, definem o seu papel nas práticas cotidianas. A autora categorizou três (3) perfis de atores: sujeitos experimentadores (ações formativas), sujeitos articuladores e reflexivos (ações relacionais) e sujeitos funcionais (ações de mediação ou tecnoeconômicas), de acordo com a função que desempenham (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003).

a) Perfil

Apresentamos algumas informações sobre o vínculo dos participantes do grupo focal com a universidade, reunidas no Quadro 10.

⁸ Sujeitos sociais se situam como sujeitos coletivos que produzem regras com certo grau de institucionalização e estruturação das ações de informação que agenciam (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 4).

⁹ González de Gómez (1999) denomina 'formas de vida' como um complexo de sujeitos (sujeitos sociais determinados) e práticas informacionais e não informacionais (regras produzidas pelas pessoas em seus contextos de ação) (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.22).

Quadro 10 – Atores da SUPG na Pós-Graduação da UFES¹⁰

Sujeito	Graduação	Data de admissão na UFES	Você atuava na pós-graduação do CCJE antes da secretaria unificada?	Início das atividades na pós-graduação
1	Administração	06/02/2006	Não	01/06/2017
2	Letras	18/01/2010	Sim	01/04/2014
3	Economia	01/11/1994	Sim	01/10/1995
4	Arquitetura	23/08/2012	Não	05/05/2016
5	Economia	01/08/2012	Sim	01/08/2012

Fonte: Sistematizado pela autora durante o grupo focal.

Observamos que todos os servidores TAEs mencionados no Quadro 10 atuam na UFES há mais de dez (10) anos, portanto, com experiência quanto ao funcionamento da administração pública nas universidades federais. Além disso, possuem experiência significativa na administração de rotinas para a gestão de programas de pós-graduação, visto que a média de período de tempo que exercem trabalhos para a pós-graduação é aproximadamente onze (11) anos.

Sobre as atividades desenvolvidas pelos atores da SUPG, todos concordaram que estão bem representadas na coluna 'Ações' do Quadro 8 (Regras das práticas do ambiente de informação SUPG à luz do regime de informação) elaborado durante o grupo focal. O referido quadro apresenta os principais grupos de ações: Gerenciar e apoiar ingresso de aluno; gerenciar e apoiar desenvolvimento de aluno, gerenciar pedidos de auxílio financeiro; gerenciar etapas de bancas examinadoras; gerenciar desligamento de aluno e apoiar coordenação do PPG.

Seguindo com as perguntas da matriz a fim de coletar dados sobre o que os atores fazem na secretaria, todos afirmaram que nas situações diárias de trabalho utilizam o saber prático ou as informações que têm fácil acesso para responder e agir frente às demandas, buscando anotações próprias ou ajuda mútua consultando a prática do colega. Também utilizam com muita frequência o *site* da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), no qual apontam constituir a maior fonte de

¹⁰ No Quadro 10 constam apenas os servidores que participaram do grupo focal, o que não corresponde ao número total. Até a finalização da pesquisa havia nove (9) integrantes lotados no setor, incluindo a pesquisadora.

informação do setor, pois é dessa Pró-Reitoria que partem as diretrizes e as orientações que dão suporte à autuação dos diversos processos.

[...] Na minha visão no caso é o saber prático [S3].

[...] Os cadernos. Porque, por exemplo, eu sempre reviso as minhas práticas. É tudo anotado na minha agenda. Então eu vou na agenda do ano passado e passo tudo para a agenda deste ano e agora estou montando um caderninho... [S2].

Sobre a característica peculiar da secretaria, na opinião da equipe, é sem dúvida a unificação, que significou para a universidade a otimização de espaços e recursos materiais e humanos. Também significou suporte para a criação de novos cursos de doutorado e novo programa, pois entendem que o espaço único favoreceu o aumento de capacidade da equipe de absorver demandas.

[...] A SUPG, de uma forma geral, sempre quando ela foi demandada, ela conseguiu absorver essa demanda, mesmo que a equipe tivesse que se desdobrar aí internamente [S3].

Em relação aos fatores críticos para o desenvolvimento do setor, citaram o número reduzido de servidores atualmente, setor informal (a mudança ainda não foi contemplada no organograma da instituição), instabilidade em relação à jornada flexibilizada, cultura docente, ausência da participação da equipe nos processos administrativos para definição de estratégias para os programas, rotatividade da coordenação e falta de uma Função Gratificada (FG) para gestão da equipe, conforme podemos verificar nas falas descritas a seguir:

[...] É o número de servidores. Porque então, vamos lá! Vamos fazer uma conta, me ajudem aqui Quantos servidores deveriam ter? [S5]

[...] Oh, se são 4 doutrados e 7 mestrados são 11, por aí deveria ter 11, mas sempre tem que ter um de sobra para cobrir férias, licenças, capacitação [S3].

[...] Gente, a realidade de um doutorado, mesmo que ele seja pequeno, ela é grande. O aluno vai ficar conosco 4 anos. Não é igual a mestrado. É como se eu tivesse 2 mestrados ... o aluno tem que publicar, tem evento, tem estágio docência, tem sanduíche ... o número de bolsas é maior [S5].

[...] A gente já funciona há 6 anos, desde 2016 e estamos na informalidade [S3].

[...] Vocês alguma vez foram convidados para decidir a respeito do programa? Mas o aluno que fica 1 ano, 2 anos, ele é membro do colegiado. Ele vota! O secretário não faz parte, mas tá lá, tem 15, 10, 8 anos [...] [S1].

[...] institucionalmente eu sou uma figura não reconhecida [S1].

Continuando com a construção da subcategoria 'Perfil', o grupo entende que a cultura e os valores de informação¹¹ desenvolvidos pela equipe SUPG nos últimos seis (6) anos apresentaram impacto positivo no CCJE, mas que essa influência e os respectivos impactos ainda estão em construção. Da mesma forma, é uma referência de processo de unificação (em construção) para a UFES, pois relataram que servidores de outros centros de ensino e até de outra universidade já os procuraram para conhecer a dinâmica do setor e auxiliá-los como base para o projeto de unificação de outras secretarias de pós-graduação.

[...] Eu acho que tem influência sim, não só no CCJE, mas eu acho que dentro da UFES também [S2].

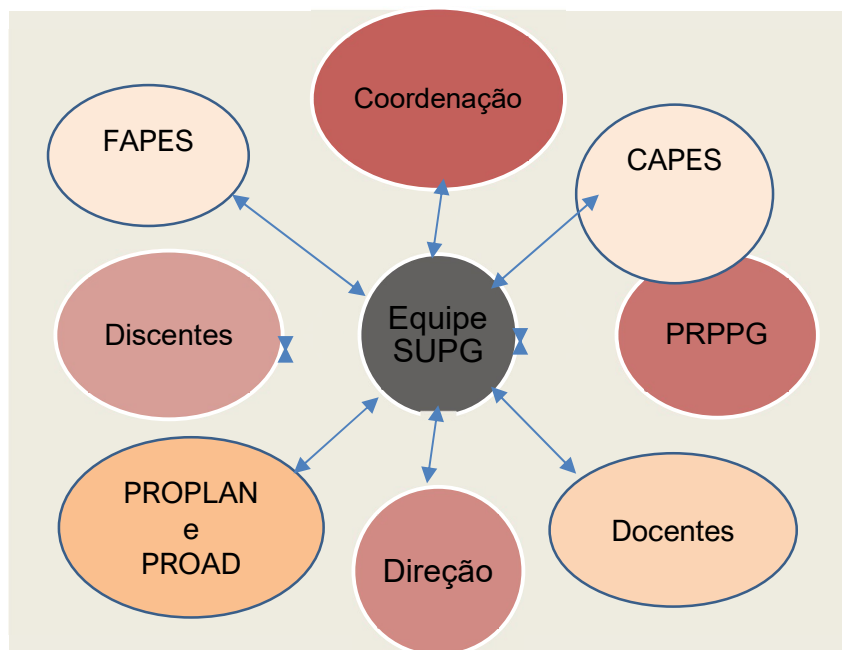
[...] É... com relação a eficiência, comprometimento e maturidade também [S5].

[...] A questão também da unificada trouxe assim a presença... Porque de 7 às 21 estaremos lá, portinha aberta, ali é a SUPG [S4].

Sobre relacionamento e interação, a equipe respondeu que se relaciona com as seguintes pessoas e/ou setores, conforme demonstrado na Figura 6: coordenadores de PPG, diretor do CCJE, docentes, discentes, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN), Pró-Reitoria de Administração (PROAD), Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPES), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), dentre outros.

¹¹ Valor de informação: segundo González de Gómez (1999) um valor de informação se constitui por regras, na maioria das vezes implícitas e habituais, desenvolvidas por sujeitos coletivos.

Figura 6 – Rede de relações de atores da SUPG.



Fonte: produzido pela autora.

A SUPG mantém uma rede de interlocutores e de interação que permite uma rápida operacionalização das demandas no ambiente interno da instituição como um todo (no âmbito do Centro onde atua, na PRPPG e em setores da Administração Central) e também com alguns agentes e organizações no ambiente externo à UFES (FAPES, IFES, CAPES, instituições parceiras dos programas etc.). Dentro do setor, afirmam que as relações e parcerias acontecem com mais frequência entre os colegas que estão no mesmo turno de trabalho, conforme relatou o Sujeito 3 e conforme representado na Figura 7.

[...] normalmente o relacionamento maior se dá exatamente naqueles horários em que as pessoas estão... no turno, isso! ” [S3]

Figura 7 – Equipe SUPG representada por turnos de trabalho.



Fonte: produzido pela autora.

Existem ações desenvolvidas pelos atores da SUPG que são consideradas informais: o uso do *WhatsApp* como ferramenta de comunicação, conforme já relatado, é constantemente utilizado para a troca de mensagens entre os participantes do grupo. Alguns comunicados urgentes que envolvem prazos ou outras decisões importantes (enviado aos programas geralmente por e-mail) são logo replicadas pelo *WhatsApp*, para que a equipe esteja coesa quanto às informações e prazos:

[...] oh, prazo para o PROAP hein, atenção! Porque às vezes o cara tá lá mexendo no Sucupira, tá preparando uma banca, passou despercebido. Aí esses e-mails, e-mails gatilhos, a gente costuma também trocar essa informação... [S5].

Outra prática informal se refere à organização do ambiente, tais como limpeza do bebedouro e do refrigerador, organização dos armários, dentre outros.

[...] É uma coisa que eu já fiz várias vezes assim, é... abrir um armário e falar: olha isso aqui não vai usar, esse aqui tá estragado, isso aqui pode devolver, alguém quer isso aqui leve embora! Então abri o armário e fiz isso. De caneta à mobília [S1].

b) Necessidade de informação

Nessa subcategoria discutimos o acesso, compartilhamento e uso da informação, ou seja, os meios necessários para suprir necessidades informacionais. De acordo com a equipe, as principais informações (demandas e orientações diversas) são recebidas por e-mail e pelo Protocolo *Web* da UFES (que desde 2018 vem

substituindo os processos em suporte de papel para a versão digital). Nos últimos anos, o *WhatsApp* se tornou uma forma de comunicação usual não só entre a equipe, mas também dessa com os coordenadores, que passaram a encaminhar demandas por essa ferramenta. Isso torna o aplicativo de troca de mensagens parte do fluxo de informação do setor, afastando-se do caráter de prática informal. Outras demandas, no entanto, ocorrem presencialmente pela interlocução direta com os interessados atendidos (discentes, docentes, coordenadores de programas, servidores e comunidade externa).

A maioria das informações para o funcionamento dos cursos estão disponibilizadas nos *sites* dos respectivos programas, para acesso de todos os interessados (discentes, servidores docentes e técnicos, comunidade em geral). Algumas também são afixadas no quadro de avisos do setor, tais como a oferta de disciplina, os prazos para implementação de bolsas e o calendário de reuniões do colegiado. Para facilitar o acesso às informações e demandas dos programas pela equipe, foi disponibilizado a todos os servidores o acesso aos sistemas (sistema acadêmico, sistema de protocolo e sistema de atas) e acesso aos arquivos digitais (na Rede UFES, em pastas separadas por programas e com um *layout* padrão para todos os cursos, organizados por atividade).

No entanto, durante o trabalho remoto, a equipe relatou que não houve acesso à Rede UFES e a solução foi armazenar os arquivos no *drive* dos respectivos e-mails. Essa situação continua após o retorno presencial e até o momento da pesquisa a rede não havia sido atualizada para uso. A equipe demonstrou o descontentamento com a situação, visto que o *drive* do Gmail (de uso da maioria) possui limitações de armazenamento e não facilita a troca de informações.

[...] As demandas vêm por e-mail, vem em alguns casos pelo *Whatsapp*, porque agora é útil pra coordenação, vem pelo *lepisma*¹² [S4].

[...] O e-mail na verdade é mais protocolar do que o próprio *lepisma*. Porque tem coisa que fica registrado no e-mail, mas não está registrado no *lepisma* [S1].

¹² *Lepisma* é um apelido dado ao Protocolo *Web* da UFES, plataforma digital via *web* utilizada pela comunidade universitária para produção, tramitação e consulta de documentos avulsos e processos administrativos.

[...] Quando a gente trabalhava em rede a gente tinha uma pasta SUPG. Além das pastas individuais de cada programa tinha uma pasta SUPG que a gente colocava algumas informações gerais ali. Só que a gente não tem mais essa ferramenta. A gente tá usando mais o drive [S4].

[...] Uma coisa que a gente faz questão, todos os secretários têm acesso ao sistema acadêmico de todos os programas, isso daí é superimportante... como o aluno não tem portal, ele tem que ficar pedindo histórico, pedindo informação, pedindo comprovante. Se ele chegar lá e pedir um histórico, por exemplo, a gente consegue mandar pra ele [S2].

[...] A gente enxerga a caixa de todo mundo [S4].

Sobre prejuízos à comunicação, ainda em discussão o acesso, compartilhamento e uso da informação, a equipe apontou que o ponto crítico é a falta de um Portal do aluno para o pós-graduando. Até então, a secretaria faz a mediação e disponibiliza informações e documentos que os alunos poderiam ter acesso direto pelo portal, tais como comprovante de matrícula, horário individual, histórico parcial, o que facilitaria o acesso às informações referentes ao seu vínculo com o curso. Outro ponto que a equipe destacou é a falta de interoperabilidade entre o sistema acadêmico da pós-graduação e outros sistemas da UFES, o que prejudica o registro e a recuperação de processos e documentos de alunos registrados no Protocolo *Web*, por exemplo.

[...] O aluno, bolsista nosso da graduação, falou assim: “Como é que é? O cara tem que vir aqui fazer a matrícula? [S1].

[...] O portal do aluno é o seguinte, o aluno entra lá, faz a matrícula dele e tem acesso às documentações que ele precisa, é isso [S3].

Quanto às principais fontes de informação, foram listadas e sintetizadas pelo Sujeito 3:

[...] sistema de atas, PRPPG, o *site* do nosso programa, que a gente fala que é o *user*, que é o usuário que a gente mexe no *site*. É... FAPES já falou, né? O sistema de administrativo da UFES, que é consulta de patrimônio, sistema de atendimento, o protocolo *web*, que é o *lepisma*, o *site* dos outros programas, que a gente tá sempre entrando, consultando [...] SAPPG [...] E o Lattes [S3].

Verificamos que as principais fontes de informação são o sistema acadêmico (SAPPG) e os *sites* institucionais. Para acesso às informações de outros setores da UFES, relatou-se que a principal dificuldade é identificar as competências e

responsabilidades dos departamentos e divisões, pois às vezes alguns procedimentos não estão definidos ou não há consenso sobre o que de fato deve ser feito.

[...] Eu particularmente vejo sempre uma dificuldade de competência. Quem é responsável pelo quê? [S1].

[...] Pergunta que eu mandei pro setor, duas pessoas responderam coisas totalmente diferentes e eu compartilhei com os colegas [S4].

c) Liderança

A equipe relatou que desde o início da SUPG um dos integrantes foi designado como líder, com a função de ser a ponte para a comunicação entre a equipe e a Direção de Centro. No entanto, explicou que essa liderança é informal, pois não há designação de cargo de chefia, até mesmo porque o setor ainda não está contemplado no organograma da universidade. Segundo o Sujeito 2, esse é um fator crítico para o desenvolvimento da SUPG, visto que certas decisões e ações devem ser legitimadas por quem está habilitado hierarquicamente a exercê-las.

[...] É..., eu acho que um ponto crítico que melhoraria o desempenho é uma FG, uma função de gestão que a gente não tem [...]. Porque seria a cola, a liga que faria com todos os 3 turnos” [S2].

A seguir apresentamos o Quadro 11, contendo os principais dados coletados durante o grupo focal para a categoria ‘Atores’.

Quadro 11 – Resumo dos dados coletados a partir de subcategorias de ‘Atores’

PERFIL	
Fontes de informação	Saber prático, <i>site</i> da PRPPG, sistema acadêmico, <i>sites</i> institucionais
Característica peculiar	Unificação
Fatores críticos	Número reduzido de servidores considerando os cursos (mestrado e doutorado) e o horário de funcionamento do setor (07 às 21h) Setor informal (a unificação não está bem formalizada no âmbito institucional) Instabilidade em relação à jornada flexibilizada Cultura docente Ausência da participação da equipe nos processos administrativos para definição de estratégias e tomada de decisão

	Rotatividade das coordenações dos programas
Influência da cultura da SUPG no CCJE	Positiva, em construção
Práticas informais	Uso do <i>WhatsApp</i> , organização do ambiente e outras responsabilidades designadas de modo informal no cotidiano
NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO	
De onde surgem as principais demandas	E-mail, Protocolo <i>Web</i>
Principais fontes de informação para resolução de demandas	SAPPG, Plataforma Sucupira, <i>sites</i> (PRPPG e outros institucionais)
Ferramenta de comunicação usual	<i>WhatsApp</i> para comunicação interna da equipe SUPG e e-mail para a comunidade externa ao setor e à UFES
Disponibilização de informações	<i>Sites</i> dos PPG e quadro de avisos (na própria SUPG)
Compartilhamento de informações	Sistemas (SAPPG, Protocolo <i>Web</i> , Sistema de atas)
Armazenamento de documentos	<i>Drive</i> do Gmail dos PPG
Prejuízos a comunicação	Falta do portal do aluno; falta de interoperabilidade
LIDERANÇA	
Situação	Liderança informal
Sugestão	Formalização do setor e instituição de Função Gratificada (FG) para gestor do setor

Fonte: produzido pela autora durante a pesquisa.

Os servidores Técnico-administrativos em Educação (TAEs) da SUPG executam ações para atender as necessidades informacionais dos atores que fazem parte de sua rede de relacionamentos (Figura 6). Segundo González de Gómez (2003), são os atores humanos que executam ações cotidianas e o fazem com base em uma lógica informacional que admite um fluxo de produção, organização, comunicação e transferência de informações, em um espaço social específico (BEZERRA *et al.*, 2016).

No Quadro 11, em ‘Necessidade de informação’, observamos que o acesso, compartilhamento, uso e armazenamento das informações são realizados pelos atores (humanos) necessariamente por meio de artefatos tecnológicos (*E-mail*, Protocolo *Web*, SAPPG, Plataforma Sucupira, *sites*, *Whatsapp*, Sistema de atas), o que expressa que a presença dos artefatos é imprescindíveis às práticas cotidianas do setor. Essa

experiência atesta a intrínseca relação entre atores humanos, ações de informação e artefatos (em especial, os tecnológicos) presentes nas organizações contemporâneas e em toda atividade humana e social. É por esse motivo que na Teoria Ator-Rede, base metodológica da sociomaterialidade, os atores são chamados de actantes, nomenclatura que indica que tanto humanos quanto não humanos possuem capacidade de ação.

A dependência humana dos não humanos (artefatos tecnológicos) é destacada quando a equipe indica que as principais barreiras para o acesso às informações estão relacionadas justamente às rotinas e atividades em que a automação ainda não existe ou está inoperante (rede, portal do aluno e alguns componentes que ainda não foram migrados para o digital), demonstrando que as organizações contemporâneas estão “[...] cada vez mais constituídas por tecnologias múltiplas, emergentes, mutáveis e interdependentes” (ORLIKOWSKI, 2007, p. 1435).

A análise dos dados realizada até este ponto da pesquisa, nas categorias ‘Ambiente de informação’ e ‘Atores’ nos indica que a divisão em categorias (como foi estruturado esse capítulo) se trata exatamente de uma representação didática do modelo de regimes de informação. Isso porque a análise implica no reconhecimento de características que ultrapassam a noção do individual (e até mesmo do relacional), indicando a interdependência nas relações, ou seja, a ideia de uma ontologia relacional, no qual a existência humana se constitui de emaranhados com as coisas que as cercam, sendo impraticável delimitar as distinções com clareza e precisão (ORLIKOWSKI, 2010).

Sem ações e instrumentos, o ator não exerce o seu papel social ou institucional e esse conjunto não se estrutura sem um direcionamento regulado por um dispositivo de informação. Esse ator “[...] combina ao mesmo tempo autonomia e condicionamentos sociais e materiais, em seus modos de processar e intervir em seu ambiente semiótico” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 38). Terminaria aqui com os dispositivos, questão da institucionalidade. Existência material da secretaria no organograma de instituição. Base da materialidade e institucionalidade.

5.3 AÇÕES DE INFORMAÇÃO

González de Gómez (2012) aponta dois caminhos para a descrição das ações de informação. O primeiro, analisando-as em estratos, caracterizados pelo desempenho autônomo, mas ao mesmo tempo convergente e articulado, sendo: estrato semântico-pragmático, estrato ou dispositivo operacional e tecnológico e estrato regulatório, e o segundo caminho associando-as a modos de integração social. Nesse último, a classificação foi apresentada por González de Gómez (2003) com base nas categorias de Collins e Kush, no qual propõem que uma ação de informação se manifesta por meio de três (3) modalidades: mediadoras, formativas e relacionais.

As ações de informação da SUPG estão descritas no Quadro 5 (registro de atividades) e no Quadro 6 (estrutura de macroprocessos). Além disso, durante o grupo focal foram compartilhadas experiências cotidianas do setor que sintetizamos e organizamos no Quadro 12 (a seguir). Optamos por realizar a sistematização pelo caminho das três (3) modalidades apresentadas por González de Gómez em sua literatura sobre regimes de informação ('Ações de mediação', 'Ações formativas' e 'Ações relacionais') e acrescentamos mais duas (2) outras modalidades, 'Práticas' e 'Condições de produção e enunciação da informação'.

O texto destacado em negrito no Quadro 12 foram extraídos da sistematização de González de Gómez (2003) e as demais informações foram adicionadas pela autora.

Quadro 12 – Classificação de elementos da SUPG de acordo com a teleologia das ações de informação sistematizadas por González de Gómez (2003).

Ações de informação	Perfil	Atividades	Experiências cotidianas apontadas pela SUPG	Finalidades
Ação de mediação	Ocorre quando as ações estão vinculadas aos fins ou à orientação de uma outra ação.	Atividades sociais múltiplas	Atividades e serviços são mediados por artefatos tecnológicos ou por atendimentos presenciais	Transformar o mundo social ou natural

Ação formativa	É orientada à informação não como meio, mas como sua finalização, iniciando, assim, um novo domínio informacional.	Atividades heurísticas e de inovação	Interesse em conhecer vivências de secretarias de pós-graduação no Brasil e em países de primeiro mundo	Transformar o conhecimento para transformar o mundo
Ação relacional	Ocorre quando uma ação de informação tem como finalidade intervir numa outra ação, dela obtendo direção e fins.	Atividades sociais de monitoramento e coordenação	Compartilhamento de experiências e práticas entre si	Transformar a informação e a comunicação que orientam o agir coletivo
Práticas	As práticas são ações de informação (González de Gómez, 1999) ou ações coletivas realizadas por humanos ou não humanos (Silva; Silva, 2019).	Atividades de aprendizado de práticas cotidianas	Consolidação do conhecimento a partir da experiência profissional	Converter informação em conhecimento
		Atividades ou ações de melhorias	Manual de rotinas <i>Homepage</i> para o setor Formalização do setor para garantir investimentos em infraestrutura	
Condições de produção e enunciação da informação	Correspondem aos fluxos de informação.	Atividades de produção (registro e difusão) de informação	Política de integração: A SUPG é produtora de informação e trabalha para fazer a rede de informação circular e gerar resultados	Converter informação em resultados

Fonte: Elaborado pela autora a partir da sistematização de González de Gómez (2003, p.17).

a) Ações de mediação

Na variável ‘Ações de mediação’ a discussão inicial referiu-se aos sujeitos e setores com os quais a secretaria se relaciona: coordenadores, professores, alunos, candidatos aos processos seletivos, setores administrativos da UFES, agências de fomento. A comunicação entre eles ocorre por e-mail, por telefone ou presencialmente. Especificamente para os alunos, os servidores disponibilizam no *site* do PPG um campo denominado ‘secretaria *online*’ destinado para orientações gerais sobre o curso.

Com o frequente uso do *WhatsApp* incentivado pelo período de Ensino Aprendizagem Remoto Temporário Emergencial (EARTE), modalidade de ensino ofertada durante a pandemia de Covid-19, a equipe passou a utilizar habitualmente essa ferramenta, conforme já citado anteriormente. O grupo relatou que mesmo após o retorno presencial as práticas de comunicação virtuais estão sendo privilegiadas pelos usuários do setor, o que é possível demonstrar pela queda significativa no número de atendimentos presenciais.

[...] Presencial a gente observou que caiu bastante assim depois da pandemia [S1].

[...] Caiu bastante! [S5].

[...] a gente tem a secretaria on-line [...] aí tem: agendamento de banca, formulários, orientações pós-defesa [S2].

Em relação a investimentos (computador, *notebook*, reformas, formação) do CCJE para a Secretaria Unificada, a equipe relatou que a Direção sempre supriu com o necessário e acredita que o recém-diretor¹³ pretende investir em infraestrutura. A equipe entende que os investimentos seriam melhor incentivados pelos gestores se o setor já estivesse regulamentado, conforme afirma o Sujeito 3.

[...] É aquilo que eu falei com você desde o começo. São 6 anos de funcionamento de modo informal [...] se o negócio não é formal, como é que eu vou investir? Como é que eu vou desenvolver? Como é que eu vou comprar aquela ideia que esse modelo é o modelo ideal? Não dá! [S3].

¹³ O Diretor do CCJE eleito para o quadriênio 2022-2026 tomou posse em julho de 2022 e o grupo focal foi realizado em agosto de 2022.

b) Ações formativas

Nessa modalidade a equipe destacou que considera importante investimentos em formação profissional e sugeriu que a Universidade viabilize visitas técnicas para a equipe conhecer e dialogar com outras realidades de secretarias e setores da pós-graduação no Brasil e em países de primeiro mundo. Para a equipe, conhecer bons exemplos certamente é uma prática favorável ao processo de desenvolvimento organizacional.

[...] a gente acompanha a luta dos coordenadores, dos professores pra poder responder às intermináveis demandas da CAPES [...] como é que é a pós lá na USP? Como é que funciona isso lá? Como é que é a secretaria lá? Como é que é a PRPPG lá? [S1].

[...] Como é que funciona as coisas lá ou fora do país? Como e o que esse pessoal faz lá? Então, provavelmente dali vai sair uma experiência enriquecedora [S1].

[...] Então, eu sinto essa falta, assim, da instituição nos incentivar a ampliar nossos horizontes [S2].

c) Ações relacionais

No contexto da variável 'Ações relacionais', o grupo relatou que quando as secretarias foram unificadas, manteve-se o vínculo do servidor com o programa de pós-graduação para o qual ele já exercia as atividades, pois essa foi uma condição inicial das coordenações para adesão ao novo modelo. Relataram também que é habitual o compartilhamento de experiências entre a equipe sobre as tarefas cotidianas e que o *modus operandi* compartilhado tornou-se um elemento integrador, contribuindo para driblar a barreira da condição servidor-programa.

[...] Dentro do programa o secretário tem a liberdade, ele faz, ele organiza e tal. Compartilha aquilo que tem que ser compartilhado. E busca aquilo que necessita: "Como é que é feito isso? Como é que você resolveu esta questão? Gente, já tiveram essa situação? Como é que faz? Eu acho que esse é um elemento de sustentação dessa questão do bom relacionamento [S1].

Assim, manter o respeito em relação à concepção original do setor é um dos elementos para a boa sociabilidade.

d) Práticas

Na variável 'Práticas' o grupo discutiu a importância da experiência profissional para lidar com as tarefas e consolidar o conhecimento das práticas cotidianas, tendo em vista a variedade de atividades que são desempenhadas em uma secretaria de pós-graduação e a ausência de suportes para facilitar o aprendizado das tarefas, por exemplo, um manual de rotinas. Alguns integrantes concordam que uma *homepage* específica do setor seria interessante para auxiliar a padronização de rotinas, dar mais visibilidade à secretaria e facilitar a comunicação com o público, pois seria um local convergente de informações sobre os serviços da SUPG e da pós-graduação, como um todo, no âmbito do CCJE.

Consideram o setor unificado um cenário complexo, pois mesmo havendo dispositivos norteadores, como os regimentos dos cursos, esses possuem especificidades próprias da cultura de cada área de conhecimento e do respectivo programa. Nesse cenário, na opinião da equipe, a adaptação de um servidor novo não é rápida e exige esforço.

[...] Uma *homepage* ajudaria também na padronização das rotinas [S4].

[...] Acho que a experiência. A experiência ajuda dar agilidade [...]. A pessoa que chega nova lá, ela chega perdidinha, perdidinha! [S4].

Observamos que a SUPG necessita estruturar um canal de comunicação (o *site*) mais autônomo e de maior interlocução com a comunidade atendida, dirigido aos diversos públicos: discentes, coordenações de pós-graduação, docentes e público externo que potencialmente poderiam acessar o *site* como uma via de conhecimento e comunicação com a pós-graduação no âmbito do CCJE. Esse movimento seletivo significaria uma expansão coletiva das experiências, práticas e regras da equipe SUPG para viabilizar a estabilização e o registro das práticas e fazeres. A SUPG possui um conjunto sistematizado de informações, mas demanda algum meio socialmente instituído de locução e transmissão (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003) voltados à institucionalidade e confiabilidade nos canais de compartilhamento de informações, permitindo usos e reusos.

e) Condições de produção e enunciação da informação

Nessa última etapa da categoria 'Ações', a discussão girou em torno dos modos preferenciais de produção, comunicação e registro de informações. A equipe relatou que considera o setor como produtor de conhecimento devido à reordenação de rotinas que se deu com a unificação de secretarias. Além disso, são procurados com certa frequência por outros setores, como já relataram, o que confirma que o conhecimento está sendo produzido e chegando até outros, apesar da questão da visibilidade ser um fator que precisa ser explorado.

[...] Nós criamos o projeto, mudamos a rotina, elaboramos formulários, padronizamos determinados tipos de atendimento. Então, de uma forma geral a gente tá [...] produzindo conhecimento [S3].

Em sequência responderam que a principal estratégia de fortalecimento e eficiência da equipe é a política de integração. Explicaram que quando se fala em integração não quer dizer que não haja divergências, até porque existem ideias e perfis muito diferentes no grupo, mas estão se referindo a uma rede de comunicação bem estruturada. A equipe concorda que todos colaboram para manter a rede de informação funcionando adequadamente, com intuito de fazer a informação circular e gerar resultados.

[...] Uma rede de informação de comunicação muito bem estruturada, de fazer circular, né? [...] Porque qualquer detalhe que você deixar passar vai te influenciar em alguma outra rotina ou alguma outra coisa lá na frente que vai.... pode dar errado, porque faltou a informação aqui atrás [S2].

Por último, relataram que já criaram algumas estratégias para mapeamento das informações, tais como cartilhas para orientar o aluno em requisitos que precisam realizar durante o curso (agendamento de defesa, pós-defesa, percurso de aprendizagem). Mas admitiram que são iniciativas isoladas ou incipientes, e que esse é um aspecto a ser desenvolvido na SUPG.

[...] A gente já sabe porque decorou, mas o aluno ele tem aquele norte, então talvez documentos como esses assim também seria interessante de ter [S5].

As ações de informação se iniciam e se desenvolvem em um regime de informação a partir de atores sociais¹⁴, que agem sempre na intenção de alcançar algo (FREIRE, 2018), ou seja, atores realizam ações de acordo com a finalidade pretendida. Entretanto, para que uma ação seja concretizada, é inevitável que atores não humanos (dispositivos e artefatos) atravessem a relação ator social-ação, inclusive outras ações de informação podem mediar essa relação, o que demonstra a dependência existente entre os elementos de um regime de informação.

Observamos que nas subcategorias 'Ações formativas' e 'Práticas' a equipe deu ênfase a elementos/entidades que não fazem parte do setor, mas que, na opinião deles, somariam às políticas existentes, consolidando um setor mais eficaz em termos de gestão informacional. São eles: oferecer formação profissional especializada para a equipe de TAEs que atua na gestão da pós-graduação, incluindo conhecer vivências de secretarias de pós-graduação no Brasil e em países de primeiro mundo, criar uma *homepage* para o setor, elaborar um manual de gestão de processos e incentivar a formalização do setor perante à Administração Central da UFES. Sob a ótica de regimes de informação, González de Gómez (2003) afirma a importância das políticas de intervenção em um dado regime de informação, mediante o desenvolvimento de ações de informação que podem resultar em um novo cenário informacional.

Chamamos atenção para a ação 'compartilhamento de informações entre a equipe', uma prática implícita que faz parte da cultura de integração do setor, não menos utilizada ou menos complexa pelo fato de ser implícita. Isso porque essa ação é adaptável e abrangente a ponto de se encaixar nas finalidades relacionados às 'Práticas', 'Ação mediadora', 'Ação formativa', 'Ação relacional' e 'Condições de produção e enunciação da informação' constituindo vários perfis que convergem para um único campo de ação estratégica (FREIRE, 2018). Outra com características semelhantes é a proposta de ação formativa 'conhecer práticas de outras secretarias de pós-graduação'. As duas ações foram detalhadas no Quadro 13.

¹⁴Atores sociais: São aqueles que podem ser reconhecidos por suas formas de vida e constroem suas identidades através de ações formativas. A "forma de vida" e as "ações formativas" são as que vinculam de um modo social e epistêmico saberes, informações, práticas e experiências (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 23)

Quadro 13 – Perfil das ações de informação da SUPG.

Perfil	Compartilhar informações entre a equipe	Conhecer práticas de outras secretarias de pós-graduação
Ação de mediação	A necessidade individual ou coletiva de agir (cumprir uma demanda ou resolver um problema) é mediada pela ação compartilhar informações.	A necessidade individual ou coletiva de agir é mediada pela ação conhecer novas práticas.
Ação formativa	A ação compartilhar traz informações que podem ser incorporadas e convertidas em conhecimento organizacional.	Práticas positivas de outros setores podem ser incorporadas e convertidas em conhecimento organizacional.
Ação relacional	A ação compartilhar traz informações que podem intervir e direcionar para outras estratégias de ações, diferentes da intenção inicial.	A apropriação de informações a partir do contato com outras formas de vida podem influenciar decisões e ações estratégicas
Práticas	Prática implícita que promove a integração do setor.	As práticas representam a centralidade da análise.
Condição de produção e enunciação	A ação compartilhar enfatiza a comunicação no processo informacional.	A ação conhecer as práticas implica conhecer as etapas que constituem essas práticas: produção, comunicação e registro de informações.

Fonte: produzido pela autora durante a análise de dados.

A presença de uma ação em vários perfis colabora para o entendimento da característica dinâmica das ações de informação, indicando a condição que Feldman & Orlikowski (2011) defendem sobre o emaranhamento da rede informacional.

5.4 DISPOSITIVOS

A quarta categoria refere-se aos ‘Dispositivos’ e as subcategorias ‘Dispositivos de Informação’ (narrativos), de ‘Metainformação’ (regulatórios) e de ‘Infraestrutura de informação’ (tecnoeconômicos). Dispositivo é tudo aquilo que condiciona e limita uma ação de informação.

Dispositivos podem ser considerados um mecanismo operacional ou um conjunto de meios composto de regras de formação e de transformação desde o seu início (FREIRE, 2018, p. 51); um conjunto de produtos e serviços de informação e das ações de transferência de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.63).

Para preenchimento do Quadro 8, feito no início do grupo focal, os principais dispositivos utilizados na secretaria foram identificados pela equipe e relacionados às respectivas ações de informação. Nessa seção, categorizamos esses dispositivos de acordo com as respectivas variáveis, conforme o Quadro 14.

Quadro 14 – Principais dispositivos levantados durante grupo focal e pesquisa documental, categorizados por subcategorias

Dispositivos de informação ou narrativos (regras e usos)	Dispositivos de metainformação ou regulatórios (enquadramento, controle e monitoramento)	Dispositivos de infraestrutura de informação ou tecnoeconômicos (modelos e normas técnicas)
<p>Orientações nos <i>sites</i> da PRPPG, dos PPG do CCJE e da Direção do CCJE</p> <p>Comunicações (por e-mail) e notas técnicas (<i>site</i>) da PRPPG, dos PPG e da Diretoria do CCJE</p> <p><i>Whatsapp</i> do grupo SUPG</p> <p>Anotações pessoais da equipe (cadernos)</p> <p>Informações observadas e oriundas das interações ocorridas durante os atendimentos (com as coordenações, docentes e pós-graduandos)</p>	<p>Normativas da PRPPG</p> <p>Regimento da PRPPG</p> <p>Regimento e resoluções dos cursos</p> <p>Edital de Processo Seletivo</p> <p>Resoluções CAPES e FAPES</p>	<p>Formulários da PRPPG</p> <p>Oferta de disciplinas</p> <p>Calendário do curso</p> <p>Pareceres da Procuradoria Federal (PF/UFES)</p> <p>Ata de reunião do colegiado</p> <p>Manual da FAPES</p> <p>SAPPG, Protocolo <i>Web</i></p> <p>Plataforma Sucupira</p>

Fonte: produzido pela autora durante a pesquisa.

A análise dos dispositivos de informação dirige-se à memória de ações de informação nos produtos materiais ou documentais, uma memória documental, a partir de artefatos (meios) utilizados para mediar as relações e os processos, pois “[...] o dispositivo coloca ao dispor certos documentos e informações para reutilização no processo produtivo, num circuito de agentes que abarca e condiciona o sistema” (FERNANDES, 2011, p. 220).

Esses dispositivos, enquanto objetos relacionais, determinam as informações produzidas no próprio ambiente ou em contextos externos, pois são constituídos por regras de formação e de transformação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999). A autora

explica que os dispositivos são condicionados pelas ações de informação, pois é algo que acontece na sua operacionalização (assim como a ideia de dispositivo em Foucault), sendo que no processo de comunicação da informação em ambientes de informação e em instâncias organizacionais os dispositivos são transportados de uma a outra tecnologia conforme a influência dos múltiplos atores que os planejam, os executam e os administram, considerando os interesses e os efeitos que esses agentes pretendem obter por meio desses mesmos dispositivos (GONZÁLEZ DE GÓMEZ 1999; 2004).

Os dispositivos identificados pela equipe SUPG - utilizados durante a produção, uso, comunicação e registro de informações - não só potencializam ou restringem as ações da equipe, enquanto atores humanos, como também estão emaranhados com eles (SCOTT & ORLIKOWSKI, 2014), ilustrando que os dispositivos (como materialidade ou não humanos) estão presentes e dão forma às atividades no cotidiano organizacional (TURETA; ALCADIPANI, 2009) de forma entrelaçada aos demais elementos do regime de informação: os dispositivos (regras) condicionam as ações de atores (humanos e não humanos) durante uma ação de informação (prática organizativa), sendo conduzidos ou armazenados pelas tecnologias (artefatos) durante o processo.

5.5 ARTEFATOS

Finalizando o grupo focal com a categoria 'Artefatos' e as subcategorias 'Infraestrutura tecnológica', 'Infraestrutura de serviços', 'Infraestrutura de comunicação' e 'Infraestrutura de informação' muito já havia sido discutido sobre a mediação dos artefatos, com comprovada predominância e influência dos artefatos tecnológicos no cotidiano organizacional da SUPG. Ainda assim, o grupo apresentou três (3) fatos relacionados a dificuldades e facilidades envolvendo as tecnologias: dificuldade de utilização de e-mails institucionais, dificuldade de acesso às licenças *office* e o uso de *Whatsapp Business*. Na primeira situação, a equipe relatou que quando a Universidade disponibiliza um e-mail institucional para o PPG, necessariamente o vincula ao e-mail institucional de algum servidor (geralmente o coordenador ou servidor responsável imediato do programa). Dessa forma, o

compartilhamento do e-mail com a equipe é prejudicado, justificando a opção pelo uso do Gmail.

[...] uma coisa que a gente tem discutido é a questão da institucionalização do e-mail. Os e-mails na maior parte são Gmail. Isso tem uma limitação. É... e tem uma dificuldade, assim, a universidade ela não oferece ainda uma resposta pra isso. Não oferece, né? [S1].

[...] O e-mail institucional fica vinculado ao servidor, esse é o problema [S3].

Situação semelhante ocorre com a licença *Office*. O Sujeito 1 relatou que a licença não é disponibilizada a todos na Universidade e costuma ser direcionada à pessoa que está exercendo algum cargo de gestão. Como o registro fica vinculado ao usuário, concluído o período de exercício do cargo, por exemplo, deverá ser solicitado um pedido de transferência do registro para o novo usuário.

[...] Por exemplo, dificuldade com licença *Office*. Alguns aqui usam, mas eu não uso, porque alguém tem que ceder essa licença pra mim e essa licença vai ficar acumulada no nome de outra pessoa... [S1].

[...] Assim, eu acho que esse é um ponto, um nó... Os softwares estão ligados a pessoas e não à instituição [...] Então, a licença *Office* está vinculada a Maria e ao Luiz, por exemplo. Maria e Luiz vão sair, vai entrar o professor “x” e o professor “y” [S1].

Em relação à utilização do *Whatsapp Business*, foi uma iniciativa individual do servidor durante o trabalho remoto na pandemia, buscando estabelecer uma comunicação mais rápida com os alunos para divulgação de informações de interesse do curso.

[...] eu descobri que eu podia instalar um *Whatsapp Business* com um número fixo e aí eu criei. Aí eu tenho um grupo [...] um mural digital, porque eu vi [...] no TJ eles fazem isso. É um mural de avisos digital [S2].

[...] Desse mural digital só o administrador posta [S2].

Em contraponto ao uso de tecnologias, alguns disseram que ainda escrevem bilhetes e deixam em cima da mesa do colega quando se trata de uma informação pontual. Disseram que quando essa prática ocorre, costuma apresentar uma carga de afeto, relacionado a um pedido ou agradecimento. Outra ação que não envolve tecnologias, conforme relato do Sujeito 3, é prestar informações de forma presencial (sobre ingresso e o funcionamento do curso de pós-graduação, por exemplo). Nesse

caso basta apenas orientar o interessado por meio da ‘velha’ conversa, utilizando para isso a linguagem verbal, o ‘sistema tecnológico’ mais perfeito, humano e universal.

[...] Eu deixo um bilheteinho! [S2].

[...] Oh, o bilheteinho funciona muito. Funciona! [S5].

[...] Dependendo, por exemplo, a gente é um setor de informação. Às vezes, a pessoa que vem de fora, que não sabe nada. “Ah, eu quero saber sobre o mestrado”. Isso aí não precisa de nenhuma tecnologia. Você vai lá... isso... [S3].

[...] O *Whatsapp* ele é uma ferramenta interessante, mas às vezes a gente vai na velha comunicação: falar mesmo com a pessoa [S3].

Por fim, os trabalhos foram concluídos com êxito e encerrados com agradecimentos aos participantes:

[...] Então pessoas, oh conseguimos bater a meta! [Dirigente do grupo focal].

O olhar atento para o papel dos artefatos durante a análise das ações e práticas cotidianas da SUPG, de ambientes de informação a artefatos, revela o processo de reelaboração da estrutura mediadora do setor nos últimos anos, buscando acompanhar as diretrizes para a transformação digital proposta pelo governo federal e culminando com a experiência emergente do trabalho remoto durante a pandemia de Covid-19: de uma lógica presencial para a virtual, pois a experiência das TIC e do *home office* demonstrou a evidência dos aportes materiais e tecnológicos e como eles atuaram reproduzindo o modelo presencial.

Essas mudanças nas práticas e nos processos vêm explicitando “[...] a mutabilidade dos contextos das ações sociais informacionais” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2020, p. 3) re-visando ou re-significando os espaços e os tempos das ações, caminhando-se para ações de informação cada vez mais virtuais, mediadas por múltiplos agentes e fisicamente localizados em múltiplos contextos. Assim, a agência dos atores da SUPG ou do conjunto de atores (equipe) gerenciam artefatos e dispositivos de informação distribuídos nesses contextos (o espaço da secretaria e os espaços do *home office*) e se tornam capazes de alcançar outras realidades por meio das virtualidades possibilitadas pelos artefatos tecnológicos.

Nessa perspectiva, citamos Frohmann (2006), que segundo Magnani e Pinheiro (2011), privilegia o caráter material da informação e de seus usos enfatizando também o caráter social e discursivo das tecnologias. Assim, para esses autores, “[...] as tecnologias incorporam relações sociais, e não são apenas soluções para problemas científicos e técnicos, mas são também processos sociais negociados [...] as tecnologias teriam, portanto, um caráter inerentemente social” (MAGNANI; PINHEIRO, 2011).

5.6 ARTICULAÇÕES ENTRE REGIMES DE INFORMAÇÃO E SOCIOMATERIALIDADE

O regime de informação se expressa na morfologia da rede (WILKE; JARDIM, 2006). No ambiente de informação ou rede informacional da SUPG, elementos heterogêneos, derivados tanto de ações humanas quanto não humanas, se expressam de tal modo que o conjunto formado pelas características individuais desses elementos passam a representar um sistema híbrido, muitas vezes complexo e difuso, um completo emaranhado, mas que caracteriza um regime de informação. Esses agrupamentos são possíveis devido à característica peculiar da informação, que se situa naturalmente em todas as atividades e contextos, e está sempre sujeita a variações, podendo modificar o ambiente em que se insere.

Conhecer a realidade organizacional da SUPG por meio das ações que configuram as regras explícitas do setor e por meio de práticas identificadas a partir da perspectiva de regimes de informação e de elementos que os caracterizam foi possível, pois, de acordo com a perspectiva do organizar, “[...] as diferentes realidades organizacionais não precedem as práticas, mas sim são moldadas, performadas por elas” (DUARTE; ALCADIPANI, 2016) ou porque, conforme explica González de Gómez (1999) “[...] essas práticas intervêm na própria constituição de algo a ser designado como informação ou domínio da informação, *ex-ante*” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.3).

No regime de informação dominante da SUPG verificamos que as ações de informação se iniciam e desenvolvem a partir de atores sociais mediante dispositivos semântico-pragmáticos e estruturas organizacionais apoiadas em tecnologias de informação e comunicação (FREIRE, 2018, p. 21). Sob a lente do princípio de simetria

da TAR, complementamos a narrativa do processo de desenvolvimento das ações de informação da SUPG ao afirmar que esse processo é articulado tanto por ações humanas quanto não humanas, não limitado a iniciativa de sujeitos ou pessoas, como propõe o modelo de regimes.

A afirmação acima está em conformidade com a abordagem de Frohmann (1995), que apresenta a peculiaridade de tratar o regime de informação como uma rede regulamentada, heterogênea, entre atores humanos (individuais e coletivos) e não humanos (dispositivos, artefatos tecnológicos e os mais variados objetos) considerando, ainda, as relações de poder coexistentes. Ou seja, considera que a sociomaterialidade integra os regimes de informação.

Assim, reiteramos que o processo de desenvolvimento da SUPG está sob influência de uma 'dinâmica sociotécnica' que é própria do seu meio (pessoas, ações coletivas, normas, objetos) e que pode ser analisada a partir de uma abordagem embasada na Teoria Ator-Rede (ARAÚJO, 2014), manifestando os interesses dos estudos de informação e dos estudos organizacionais para a materialidade ou para uma sociomaterialidade explícita e implícita que se apresenta como aspecto integrante da atividade organizacional (ORLIKOWSKI, 2010; FROHMANN, 2008).

No Quadro 15 apresentamos informações sobre o modelo de regimes de informação e a abordagem da sociomaterialidade trabalhados nesta pesquisa.

Quadro 15 – Articulações entre regimes de informação e sociomaterialidade

	Regime de informação	Sociomaterialidade
Campo científico	Ciência da informação	Administração
Natureza	Processual	Processual
Área temática	Gestão da informação	Estudos organizacionais
Perspectiva	Ambiente de informação	<i>Organizing</i>
Elementos	Atores, ações, dispositivos, artefatos	Atores humanos e não humanos
Característica dos elementos	Heterogêneos	Heterogêneos e híbridos
Fundamento	Assimetria	Simetria
Atores	Agentes humanos	Agentes humanos e não humanos
Capacidade de ação	Informação (ou ações de informação) movem os atores a executarem ações	Humanos e não humanos têm poder de agência
Relações	Ocorrem por meio das ações e estratégias de informação	Emaranhamento de práticas sociais e materiais
Foco de análise	Relações e conflitos que ocorrem entre os elementos até uma situação mais ou menos estabilizada	Práticas sociomateriais continuamente renovadas
Resultado do levantamento de dados	Regime de informação dominante	Arranjos e Práticas organizativas reconhecidas
Processo	Contínuo e dinâmico	Contínuo e dinâmico

Fonte: produzido pela autora durante a pesquisa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As organizações vêm se constituindo como foco privilegiado para a aplicação de modelos teóricos tanto no campo da Ciência da Informação quanto no da Administração, sendo os estudos organizacionais um grande representante interdisciplinar desses ramos de pesquisa. A questão problema nesta dissertação viabilizou a aplicação de um modelo teórico maduro e viável à análise de regimes de informação em um contexto organizacional que dá suporte a processos formativos e de gestão de ambientes orientados à pesquisa científica e tecnológica, constituída por ações, fluxos de informação, políticas, normas, pessoas, necessidades, interesses, objetos, tecnologias e pelos resultados das relações entre esses elementos (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012).

No desenvolvimento metodológico da pesquisa pretendida o esforço de manutenção da base epistemológica no campo da Ciência da Informação e de expandir-se a discussão a partir da sociomaterialidade permitiu uma leitura focalizada e mais aprofundada em um dos componentes analisados no conceito de regimes de informação, os artefatos. Realizamos um esforço de desenvolver um olhar mais simétrico entre os objetos e as pessoas, enfatizando a materialidade e o papel dos não humanos influenciando a configuração dos espaços, a disposição dos materiais e os sistemas utilizados (*software e hardware*) como atores que dão forma às práticas e ao cotidiano, conforme salientado por Tureta e Alcadipani (2009). Entendemos os limites dessa análise porque incluem processos dinâmicos e em transformação, tanto dos arranjos e práticas quanto desses objetos, visto que as pesquisas carecem de métodos analíticos mais consolidados no campo dos estudos organizacionais, incluindo a abordagem da sociomaterialidade.

Na perspectiva das organizações como matriz de processos informacionais, a pesquisa apresentou um panorama do ambiente estudado, buscando reconhecer os espaços de organização e gerenciamento dos fluxos de informação por meio de práticas relacionais cotidianas, bem como compreender como se manifesta o regime de informação dominante e suas implicações na dinâmica do setor. Todas as informações desse contexto exercem uma função essencial no processo decisório: propicia aumento da qualidade dessa informação e a diminuição das incertezas

(VITAL; FLORIANI; VARVAKIS, 2010), pois resultam em um cenário que dá visibilidade às políticas de informação vigentes, inclusive as que necessitam de direcionamentos mais eficientes a favor de serviços públicos satisfatórios.

A elaboração da matriz fundamentada nos princípios do regime de informação segundo a abordagem de González de Gómez foi determinante para o resultado satisfatório da coleta e análise de dados durante o grupo focal. Além dessa, a descrição do ambiente de pesquisa, desde a narrativa sobre a criação do setor até as configurações atuais, o detalhamento dos processos comunicativos-informativos nas práticas organizativas, a identificação dos artefatos e dispositivos (salientando a sociomaterialidade) e a transcrição dos relatos durante o grupo focal foram fundamentais à análise pretendida e ao reconhecimento da identidade do setor, visto que trazemos à tona a cultura e os códigos de comunicação desse ambiente a partir da configuração de “[...] suas formas específicas de compartilhamento de informação e conhecimento, principalmente o conhecimento tácito e a efetivação dos mecanismos de cooperação (CARVALHO, 2009, p. 215).

A noção de regimes de informação como um modelo analítico desta pesquisa nos permitiu conhecer o ambiente de informação da SUPG (atores, artefatos, dispositivos e ações de informação) e as complexas configurações sociomateriais que constituem esse contexto organizacional, pois exercem influência significativa e estrutural, enquanto artefatos, tecnologias e técnicas no espaço informativo da SUPG (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2020).

A compreensão do objeto de análise por uma via interdisciplinar também foi importante para ressaltar o aspecto da materialidade presente nesse ambiente de informação e confirmar os pressupostos da pesquisa, comprovando a relevância da materialidade por meio da análise de um regime de informação dominante e da sociomaterialidade desse contexto organizacional. A ciência sabe pouco sobre os entrelaçamentos entre o material e o social e potenciais consequências (ROSA, 2016). Como dar voz aos objetos, artefatos e tecnologias que compõem o contexto e o cotidiano das organizações? (ROSA, 2016).

No campo da Ciência da Informação esse aspecto também tem sido pouco analisado, pois as pesquisas tendem considerar a materialidade em si, circunscrita às práticas, aos documentos e aos ambientes de informação como agentes passivos. Sob

a ótica dessa materialidade como um agente não humano, um actante, conforme proposto por Latour (1992), essa perspectiva evidencia a denominada 'virada material' que incorporou, no âmbito dos estudos organizacionais “[...] a relevância das dimensões materiais das atividades e interações humanas” (ROSA, 2016, não paginado).

A análise do regime dominante de informação e da sociomaterialidade que envolve o ambiente da SUPG têm em comum as práticas e os processos organizativos – o organizar da SUPG. Nessa direção apresentamos as estratégias ou práticas organizativas da SUPG que constituem o regime dominante e como, nessas mesmas práticas, a materialidade (em seu emaranhamento podemos tratar de uma sociomaterialidade) representada pelos não humanos contribui para a construção da realidade organizacional do setor.

A SUPG como um híbrido representando a participação de não humanos nas práticas organizacionais propicia a gestão de um significativo coletivo. A sua conformação desde a criação como um híbrido é o “[...] efeito de uma rede de relações heterogêneas produzidas na organização” (TURETA; ALCADIPANI, 2009, p. 60) que vem configurando o processo organizativo e as práticas organizacionais.

Como salientado por Bezerra e Pinho (2016) nossa atividade na dinâmica social é resultante de complexas relações com a materialidade que nos cerca, sejam objetos ou espaços à nossa volta e que constituem as subjetividades. As inovações tecnológicas redefinem dinamicamente a cultura material das organizações e as respectivas relações de sociabilidade, um emaranhamento de difícil distinção de influências, próteses materiais e tecnológicas que expandem ou estendem mentes, corpos e percepções de mundo. Como Morin (2001) e Latour (1994) esclarecem, somos definidos através das mediações que tecemos, das trocas que produzimos, das conjunções que compomos entre objetos, cultura, natureza, técnica e sociedade.

A análise do regime de informação dominante junto à SUPG envolve a observação do fenômeno informação de forma plural, respeitando-se a contextualidade que define em que caso a informação é o caso (para reconhecimento do valor da informação e onde a informação constitui-se como valor) e também o reconhecimento das experiências, das relações e da própria condição situacional que

define a cultura material, a condição de geração e de uso de informação desenvolvido pela equipe da SUPG.

REFERÊNCIAS

ALCADIPANI, R. Contribuições do organizar (*organizing*) para os Estudos Organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 76, p. 057-072, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-9230763>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/xygPMmD7Fmp3VjcBJCtpVDy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 abr. 2021.

ALVES, C. A.; DUARTE, E. M. A relação entre a Ciência da Informação e a Ciência da Administração. **Transinformação**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 37-46, jan./abr. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-37862015000100004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/r4Sj5pJ7pYdz5N6YDGH9BTb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 dez. 2020.

ALVES, T. D. S.; BEZERRA, A. C. Informação, política e poder: 20 anos do conceito de “regime de informação” em Maria Nélida González de Gómez. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, n. XX ENANCIB, 2019, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: Ancib, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/122938>. Acesso em: 25 jul. 2021.

ANDRADE, E. A. de; MARQUES, R. M. Teoria Ator-Rede (TAR) como alternativa à superação das dualidades presentes nos estudos de comportamento informacional. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 19, n. 00, p. e021028, 2021. DOI: 10.20396/rdbci.v19i00.8664905. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8664905>. Acesso em: 2 dez. 2022.

ANJO, J. E. S.; TURETA, C. The Sociomateriality of the Creative Process: Script Roles in Film Production. **The Journal of Creative Behavior**, v. 0, n. 0, p. 1–18, 2022. DOI: 10.1002/jocb.552. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/jocb.552>. Acesso em: 3 nov. 2022.

ARAÚJO, R. F. de. Atores e ações de informação em redes sociais na internet: pensando os regimes de informação em ambientes digitais. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v.15, n.3, jun. 2014. Disponível em: http://www.dgz.org.br/jun14/Art_04.htm. Acesso em: 25 jul. 2021.

ARAÚJO, C. A. A. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

BACKES, D. S. *et al.* Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O mundo da saúde**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 438-442, 2011. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/artigos/grupo_focal_como_tecnica_coleta_analise_da_pesquisa_qualitativa.pdf. Acesso em: 27 abr. 2022.

BEAL, A. **Gestão estratégica da informação**: como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e de alto desempenho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2004.

BEZERRA, E. P.; PINHO, J. A. S. Sobre a contribuição conceitual da inteligência coletiva ao regime de informação. **Encontros Bibli**: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da informação, v. 21, n. 46, p. 154-164, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n46p154>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BEZERRA, E. P. *et. al.* Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em Questão**, v. 22, n. 2, p. 60-86, 2016. DOI: <https://doi.org/10.19132/1808-5245222.60-86>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/57935/0>. Acesso em: 9 jul. 2021.

BEZERRA, E. P. **Ações de informação no laboratório de aplicações de vídeo digital da Universidade Federal da Paraíba**: uma visão a partir do conceito de regime de informação. Orientador: Isa Maria Freire. 2018. Tese. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12401>. Acesso em: 23 dez. 2020.

BEZERRA, A. C. Contribuição da teoria crítica aos estudos sobre regime de informação e competência crítica em informação. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103164>.

BEZERRA, A. C. *et. al.* **iKritika**: estudos críticos em informação. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

BEZERRA, E. P.; FREIRE, I. M. Regime de informação em um laboratório de aplicações de vídeo digital *. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/104700>.

BEZERRA, A. C. Da teoria matemática para uma proposta de teoria crítica da informação: a integração dos conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 25, n. 3, p. 164-181, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/146801>.

BRASILEIRO, F. S. **O processo de mediação no contexto do regime de informação**: a construção de um espaço virtual de comunicação na web para a CPAD/UFPB. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2013.

BRASILEIRO, F. S.; FREIRE, G. H. de A. O processo de mediação da informação nas organizações a partir do contexto do regime de informação. **Anales de documentación**, Murcia, v. 16, n. 1, p. 1-18, 2013. DOI:

<https://doi.org/10.6018/analesdoc.16.1.163711>. Disponível em:
<http://revistas.um.es/analesdoc/article/view/163711>. Acesso em: 27 abr. 2022.

CALLON, M. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. In: CALLON, M. (ed.). *Action and belief: a new sociology of knowledge?* London: Routledge, 1986 p. 196 – 233.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Ancib, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 25 jul. 2021.

CARVALHO, A. M. A. de. Novos enfoques no Campo da Ciência da Informação: uma discussão sobre a aplicabilidade do conceito de regime de informação em arranjos produtivos locais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. especial, p. 213-227, 2009a. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362009000400015>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pci/a/4v7MNdVYhf6gFdfhKTxkT6x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2021.

CARVALHO, J. M. **Universidade de Brasília - UnB e Universidade de Lavras - Ufla pesquisam estratégias para a competitividade do café brasileiro**. Entrevistado por: Flávia Bessa. 21 ago. 2014. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1986517/universidade-de-brasilia---unb-e-universidade-de-lavras---ufla-pesquisam-estrategias-para-a-competitividade-do-cafe-brasileiro>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 22 ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Paz e Terra, 2020. v. 1.

CAVALCANTE, R. C. Os Estudos Organizacionais e a sua contribuição para a comunicação de organizações. *In: CONGRESSO CIENTÍFICO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES PÚBLICAS*, 1., 2016. **Anais** [...] Local: Editora:, 2016. Acesso em: 28 ago. 2021.

CAVALCANTI, M. F.; ALCADIPANI, R. Organizações como processos e Teoria Ator-Rede: a contribuição de Law para os estudos organizacionais. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 11, n. 4, p. 556-558, 2013.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. Trad. Eliana Rocha. 2. ed. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2006.

COSTA, G. dos S. Grupos focais: um novo olhar sobre o processo de análise das interações verbais. **Revista intercâmbio**, São Paulo, v. 25, p. 153-172, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Home/Downloads/10138-Texto%20do%20artigo-25219-1-10-20120702.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2022.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. Trad. Magna Lopes. 3. ed. reimpr. Porto Alegre: Artmed, 2016.

DAFT, R. L. **Organization theory and design.** 12. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

DAVENPORT, T. H. **Reengenharia de processos:** como inovar na empresa através da tecnologia da informação. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

DELAIA, C. R. **Subsídios para uma política de gestão da informação da Embrapa Solos:** à luz do regime de informação. Orientadora: Isa Maria Freire. 2008. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

DELAIA, C. R.; FREIRE, I. M. Subsídios para uma política de gestão da informação da Embrapa Solos: à luz do regime de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.15, n.3, p. 107-130, set./dez. 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/38428>. Acesso em: 16 abr. 2021.

DUARTE, M. F.; ALCADIPANI, R. Contribuições do organizar (*organizing*) para os estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 76, p. 057-072, Jan./Mar. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-9230763>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/xygPMmD7Fmp3VjcBJCtpVDy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 abr. 2021.

ETZIONI, A. **Modern organizations.** Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1964.

FEITOZA, L. A.; SILVA, T. E. da. Regime de informação dos sistemas de arquivos das universidades públicas do Brasil. **Inf. Prof.**, Londrina, v.1, n.1/2, p. 40-55, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/14587>. Acesso em: 16 abr. 2021.

FELDMAN, M. S.; ORLIKOWSKI, W. J. Theorizing Practice and Practicing Theory. **Organization Science**, v. 22, n. 5, p. 1240-1253, 2011. DOI: 10.2307/41303116. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/261963134_Theorizing_Practice_and_Practicing_Theory. Acesso em: 25 jul. 2021.

FERNANDES, G. C. Ações de informação e práticas documentárias como políticas difusas de memória. **InCID: R. Ci. Inf. E Doc.**, Ribeirão Preto, v.2, n. 1, p. 208-226, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42342>. Acesso em: 25 jul. 2021.

FORTES, P. J. de O. C. A não representação na Teoria Ator-Rede e o silenciamento como prática social nas organizações: um estudo etnográfico em uma oficina mecânica. 2020. 179 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - Centro

Universitário FEI, São Paulo, 2020. Disponível em:
<https://doi.org/10.31414/ADM.2020.T.131119>.

FREIRE, I. M. Sobre o regime de informação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais – Lti. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v.4, n. 1, p. 70-86, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/59102>. Acesso em: 25 jul. 2021.

FREIRE, I. M. Tecendo uma rede conceitual na Ciência da Informação: tecnologias intelectuais para competências em informação. **Informação & Tecnologia (ITEC)**: Marília/João Pessoa, v.1, n.1, p.130-144, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/itec/article/view/19840>. Acesso em: 25 jul. 2021.

FREIRE, I. M. Refletindo sobre ações de informação no laboratório de tecnologias intelectuais - LTI. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, n. 4, p. 78-96, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/32101>. Acesso em: 9 jul. 2021.

FREIRE, I. M. Uma inteligência coletiva no regime de informação do laboratório de tecnologias intelectuais - Lti. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 9, n. 1, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119615>

FREIRE, I. M. Relações entre os elementos do regime de informação no laboratório de tecnologias intelectuais - Lti. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 12, n. 2, 2017. DOI: [10.22478/ufpb.1981-0695.2017v12n2.37545](https://doi.org/10.22478/ufpb.1981-0695.2017v12n2.37545)

FREIRE, I. M. Dinâmica das ações de informação no regime de informação do laboratório de tecnologias intelectuais *. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/104732>.

FREIRE, I. M. Aplicação teórica do regime informacional no laboratório de tecnologias intelectuais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, XIX ENANCIB, 2018. **Anais [...]**. Londrina: Ancib, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102308>. Acesso em: 29 ago. 2021.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying actor network theory. *In*: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE / ASSOCIATION CANADIENNE DES SCIENCES DE L'INFORMATION, 23, 1995, Edmonton. **Electronic proceedings [...]** 5 p. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.517.5320&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 29 ago. 2021.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, M. S. L.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. de (org.). **A dimensão epistemológica da**

Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação. São Paulo, Fundepe Editora, 2008. p. 19-34.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GALLI, C. G. As universidades e as transformações na Educação Superior: um estudo sobre a Teoria da Complexidade. **Revista Gestão & Conexões**, Vitória (ES), v. 8, n. 2, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/22013>. Acesso em: 28 ago. 2021.

GAULEJAC, V. de. Crítica dos fundamentos da ideologia de gestão. *In*: CHANLAT, J.; FACHIN, R.; FISCHER, T. M. D. **Análises de organizações: perspectivas latinas.** Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 413-438.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas. 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro v. 5, n. 2, p. 7-31, jul./dez. 1999.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramaZero** – Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, p. 1-11, dez. 2000. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/127/1/GomesDataGramaZero2000.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2021.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Para uma reflexão epistemológica acerca da ciência da informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2001. Disponível em: https://brapci.inf.br/repositorio/2010/03/pdf_2c033801a8_0008317.pdf. Acesso em: 14 jun. 2021.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. de. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 1, 2002. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/975>. Acesso em: 5 jun. 2020.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a pós-graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, v. 15, n. 1, p. 31-43, 2003. DOI: [10.1590/S0103-37862003000100002](https://doi.org/10.1590/S0103-37862003000100002). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/FwJWGzhN77SSYWNqwHHyYgw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2020.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; CHICANEL, M. A mudança de regimes de informação e as variações tecnológicas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO ENANCIB, 9., 2008, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/180486>. Acesso em: 01 nov. 2022

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; CANONGIA, C. (Orgs.). Contribuição para políticas de ICT. Brasília, DF: IBICT, 2001.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, 1 dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/14376>. Acesso em: 14 jun. 2021.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. As ciências sociais e as questões da Informação. **Revista Morpheus - Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, [S. l.], v. 8, n. 14, 2015. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/morpheus/article/view/4832>. Acesso em: 20 ago. 2021.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 29, n.1, p. 137-158, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/44357/22383>. Acesso em: 20 ago. 2021.

JÚLIO, A. C.; TURETA, C. 'Transformando Lixo em Luxo': A Materialidade nas Práticas da Produção Carnavalesca. *Brazilian Business Review*, v. 15, n. 5, p. 427-443, 2018.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34. 1994.

LATOUR, B. *Reassembling the Social – An Introduction to Actor-Network-Theory*. USA: Oxford University Press. 2005.

LEAL, L. A. D. *et al.* Rede virtual de comunicação da informação na perspectiva do regime de informação. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 18, n. 37, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n37p1>. Acesso em: 25 jul. 2021.

LIMA, C. R. M. *et al.* Regime de informação e esfera pública em arranjos produtivos locais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPb, 2009. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/317>. Acesso em: 25 jul. 2021.

MAGNANI, M. C. B.; PINHEIRO, M. K. “Regime” e “Informação”: a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 593-610, set. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/392>. Acesso em: 25 jul. 2021.

MARTELETO, R. M. A pesquisa em Ciência da Informação no Brasil: marcos institucionais, cenários e perspectivas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. esp., p. 19-40, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362009000400003>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pci/a/YRPbkTdHBSkTwyfL4TnRstk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jun. 2021.

McGEE, J; PRUSAK, L. **Gerenciamento estratégico da informação**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MEYER JR., V. A escola como organização complexa. *In*: EYING, A.; GHISI, M. L. (ed.). **Políticas e gestão da educação superior**. Curitiba: Champagnat, 2007. p. 231-261.

MOTTA A. C. G. D. Estudos organizacionais frente aos paradigmas contemporâneos. **Revista Eletrônica de Administração da Universidade Santa Úrsula**, v. 1, n. 2, 2015. Acesso em: 28 ago. 2021. Disponível em: <http://revistas.icesp.br/index.php/REASU/article/view/247>. Acesso em: 28 ago. 2021.

MORAES, M. B. de. A Ciência da Informação nos caminhos do contemporâneo. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 7, n. 2, p. 2-24, ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/5199>. Acesso em: 28 ago. 2021.

MORAES, M. F. Visibilidade do patrimônio documental do ensino superior no Espírito Santo. XV Encontro Regional de História da ANPUH. Rio de Janeiro, 2012. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338903643_ARQUIVO_MargareteMoraes_VisibilidadedopatrimoniiodocumentaldodoensinosuperiornoeEspiritoSanto.pdf. Acesso em: 28 ago. 2021.

MOURA, E. O.; BISPO, M. de S. Compreendendo a prática da gestão escolar pela perspectiva da Sociomaterialidade. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 28, n. 96, p. 135-163, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/8YHy9c45cdG4TGPPDHZ3yJp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 ago. 2021.

NASCIMENTO, L. A. L. do. **Ambientes e fluxos de informação sobre café no Incaper**: uma análise sob a noção de regime de informação. Orientador: Emir José Suaiden. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19757/1/2015_LucileideAndradedeLimadoNascimento.pdf. Acesso em: 15 out. 2020.

NASCIMENTO, L. A. de L. do; SUAIDEN, E. J. Território e informação: uma breve articulação sob a noção de regime de informação. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS EM LÍNGUA PORTUGUESA (1., 2015, Lisboa). **Livro de Atas [...]** Lisboa: AILPcsh, 2015. v. 1. p. 9970-9981.

NASCIMENTO, L. A. de L. do; SUAIDEN, E. J. Ambientes de informação na cafeicultura capixaba: uma análise sob a noção de regime de informação. *In: ENANCIB*, 2017, Marília (SP). **Anais [...]**. Marília: ANCIB, 2017. Acesso em: 14 jun. 2021.

NASCIMENTO, G. B.; FREIRE, I. M.; ROCHA, M. M. V.; SILVA, P. M. Ações formativas para mediação da informação no laboratório de tecnologias intelectuais - Iti. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 2, n. 1, p. 35-52, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71086>.

NASCIMENTO, G. B.; FREIRE, I. M.; ROCHA, M. M. V.; SILVA, P. M. Ações formativas para mediação da informação no laboratório de tecnologias intelectuais - Iti. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 2, n. 1, p. 35-52, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71086>.

ORLIKOWSKI, W. J. Exploring Technology at Work. **Organization Studies**, v. 28, n. 9, p. 1435–1448, 2007.

ORLIKOWSKI, W. J. The sociomateriality of organisational life: considering technology in management research. **Cambridge Journal of Economics**, v. 34, n. 1, p. 125-141, jan. 2010. Disponível em: <https://doi-org.ez43.periodicos.capes.gov.br/10.1093/cje/bep058>. Acesso em: 28 ago. 2021.

ORLIKOWSKI, W. J.; SCOTT, S. V. The Entangling of Technology and Work in Organizations. **Working Paper Series**, London, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/51025882> The entangling of technology and work in organizations. Acesso em: 28 ago. 2021.

RECKWITZ, A. Toward a Theory of Social Practices: a development in culturalist theorizing. **European Journal of Social Theory**, v. 5, n. 2, p. 243-263, 2002.

ROSA, R. A. Dando voz ao Material: Sociomaterialidade e suas possibilidades no campo da Administração. *In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS*, 4., 2016, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/view/189>. Acesso em: 28 ago. 2021.

SANTOS, C. D.; VALENTIM, M. L. P. As interconexões entre a gestão da informação e a gestão do conhecimento para o gerenciamento dos fluxos informacionais. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 19–33, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/17897>. Acesso em: 28 jun. 2022.

SANTOS, L. da SILVEIRA & Rafael Alcadipani da Silveira. Por uma Epistemologia das Práticas Organizacionais: a Contribuição de Theodore Schatzki. **O&S**, Salvador, v. 22, n. 72, p. 79-98, jan./mar. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/osoc/a/nJcFhqpFmvJHvcZtr9mQghK/?lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2021.

SCHATZKI, T. R. Introduction: practice theory. *In*: SCHATZKI, T. R.; KNORR CETINA, K.; SAVIGNY, E. V. (Org.). **The practice turn in contemporary**. London: Routledge, 2001. p. 10-23.

SCOTT, R. W. **Organizations**: rational, natural, and open systems. 5nd. ed. Prentice Hall, 2002.

SERAFIM, L. A.; FREIRE, G. H. de A. Regime de informação para mapeamento das competências em informação na educação superior. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 43-60, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n37p43>. Acesso em: 25 jul. 2021.

SILVA, E. M. da; GARCIA, J. C. R.; LOUREIRO, J. M. M. Regime de informação: uma perspectiva analítica para a gestão da informação. *In*: ENANCIB, 14., 2013, Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis: ANCIB, 2013. Disponível em: <http://enancib2013.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/25/166>. Acesso em: 25 jul. 2021.

SILVA, J. C.; GOMES, H. F. Conceitos de informação na Ciência da Informação: percepções analíticas, proposições e categorizações. **Informação & Sociedade: Estudos**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 157, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/145>. Acesso em: 14 jun. 2021.

SILVA, C. L. R.; SILVA, A. R. L. Sociomaterialidade, Poder e Conexões em Redes de Ação no Organizar do Artesanato. **Revista de Administração Contemporânea [online]**, v. 23, n. 4, p. 454-475, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2019180042>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/86HL8zx9v4Bb37C99m5HJMm/?lang=pt#>. Acesso em: 14 jun. 2021.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TARAPANOFF, K. (Org.). **Inteligência, informação e conhecimento [em corporações]**. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia: Ibict; UNESCO, 2006, 453p.

THIOLLENT, M. Estudos Organizacionais: possível quadro referencial e interfaces. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v.1, n.1, jan./jul. 2014. DOI: <https://doi.org/10.21583/2447-4851.rbeo.2014.v1n1.28>. Disponível em: <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/28>. Acesso em: 20 ago. 2021.

TURETA, C.; ALCADIPANI, R. O objeto na análise organizacional: a teoria ator-rede como método de análise da participação dos não-humanos no processo organizativo. **Cadernos Ebape. br**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, mar. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/tCNQ4Hp3vy8v4FBmYZ3fFYf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 ago. 2021

TURETA, C. Teoria Ator-Rede e análise organizacional: contribuições e possibilidades de pesquisa no Brasil. *Organizações & Sociedade*, v. 16, n. 51, p.647-664, 2009.

UNGER, R. J. G. Regimes de informação na Sociedade da Informação: uma contribuição para a gestão da informação. Rio de Janeiro, 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PPGCI/UFF/IBICT), Rio de Janeiro, 2006.

UNGER, R. J. G.; FREIRE, I. M. F. A. Regimes de informação na sociedade da informação: uma contribuição para a gestão da informação. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 87–114, 2008. DOI: 10.20396/rdbci.v5i2.2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2014>. Acesso em: 3 nov. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho Universitário. **Regimento Geral**. Vitória, 1971. Disponível em: <https://daocs.ufes.br/sites/daocs.ufes.br/files/field/anexo/Regimento%20Geral%20da%20UFES.pdf> . Acesso em: 10 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Estatuto**. Vitória, 2001. Disponível em: https://daocs.ufes.br/sites/daocs.ufes.br/files/field/anexo/estatuto_ufes_alterado.pdf#overlay-context=estatuto-da-ufes. Acesso em: 11 jan. 2021.

UFES. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 11/2010**. [Aprova o Regulamento Geral da Pós-graduação da Universidade Federal do Espírito Santo]. 13 abr. 2010. Disponível em: https://daocs.ufes.br/sites/daocs.ufes.br/files/field/anexo/resolucao_no_11.2010_-_regulamento_geral_da_pos-graduacao_alterada.pdf . Acesso em: 5 jul. 2021.

VALENTIM, M. L. P. Ambientes e fluxos de informação em contextos empresariais: o caso do setor cárnico de Salamanca/Espanha. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, Marília, v. 7, n. especial, p. 299-323, 1º sem. 2013. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/3130>. Acesso em: 19 nov. 2022.

WATSON, T. J. Organização e trabalho em transição: da lógica “sistêmico-controladora” à lógica “processual-relacional”. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, p. 14 -23, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034->

75902005000100003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rae/a/hv6mz8wkr3vtGsmNS6J5w8t/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 14 jun. 2014.

WILKE, V. C. L.; JARDIM, J. M. Dispositivo de informação contemporâneo: considerações preliminares para uma arqueo-genealogia do horizonte informacional em nossa contemporaneidade. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 7., 2006, Marília. **Anais** [...] Marília, SP, Ancib, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/177106>. Acesso em: 14 jun. 2021.

ZANETTI, R. R.; SILVA, T. E. da. Regime de informação: contribuições para implementação de políticas institucionais de desenvolvimento da Pós-Graduação stricto sensu e para atendimento à avaliação da Capes. **Inf. Prof.**, Londrina, v.1, n.1/2, p. 20-39, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/14586>. Acesso em: 14 jun. 2021.

ZINS, C. Conceptions of Information Science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 58, n. 3, p. 335-350, 1 Feb. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1002/asi.20507>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/asi.20507>. Acesso em: 16 abr. 2021.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TÍTULO DA PESQUISA: ARTICULAÇÕES ENTRE REGIMES DE INFORMAÇÃO E SOCIOMATERIALIDADE DAS PRÁTICAS

PESQUISADORA: Edma Jantorno – edma.jantorno@ufes.br

ORIENTADORA: Profa. Dra. Lucileide Andrade de Lima do Nascimento – lucileide.nascimento@ufes.br

COMITÊ DE ÉTICA: Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro Universitário Espírito-Santense/FAESA (CEP/FAESA)

Srs.(as) Servidores(as) Técnico-Administrativos em Educação (TAE) da UFES

Você foi convidado(a) para participar de pesquisa intitulada ARTICULAÇÕES ENTRE REGIMES DE INFORMAÇÃO E SOCIOMATERIALIDADE DAS PRÁTICAS: Percepções a partir da análise de práticas organizativas de uma secretaria de pós-graduação, que tem como objetivo geral analisar como as práticas organizativas constituem o regime de informação dominante da Secretaria Unificada de Pós-Graduação (SUPG/CCJE/UFES).

A sua contribuição ocorrerá durante aplicação do método Grupo Focal e consistirá em fornecer informações sobre a formação da estrutura administrativa da secretaria unificada e sobre os principais processos e práticas que ocorrem nesse contexto organizacional. Ou seja, será um relato voluntário verbal de percepções com base nas práticas, experiências e procedimentos cotidianos.

Destacamos que não haverá nenhuma despesa e/ou pagamento por sua participação.

Solicitamos permissão para gravar a entrevista que será realizada durante o Grupo Focal, com a garantia de anonimato. As informações serão analisadas de forma a garantir o sigilo, a privacidade e a confiabilidade dos resultados obtidos, que serão utilizados exclusivamente para fins de pesquisa científica.

Após essa explicação, solicitamos o seu consentimento de forma livre e esclarecida para a participação nesta pesquisa.

CIÊNCIA DO PARTICIPANTE

Tendo em vista as informações acima apresentadas pela pesquisadora Edma Jantorno, manifesto meu consentimento em participar, de forma livre e esclarecida, da referida pesquisa.

ASSINATURA:

Matriz para formulação do roteiro de entrevistas semiestruturadas e de grupo focal

APÊNDICE B

1 Caracterização da pesquisa

Título da pesquisa: Regime de informação em contexto organizacional: a representatividade dos artefatos à luz da sociomaterialidade.

Pesquisadora: Edma Jantorno

Contexto da pesquisa: Pesquisa do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGCI/UFES).

2 Caracterização do entrevistado e vínculo institucional

Os entrevistados são servidores Técnicos-Administrativos em Educação (TAE) que desempenham atividades para os cursos de pós-graduação do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE/UFES).

3 Categorias de análise

3.1 O ambiente de informação (à luz do conceito de regime de informação)

Aspectos	Questões
AMBIENTE DE INFORMAÇÃO	
ROTINAS	
Usos de TIC	Como você se relaciona com as Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC)?
Interação entre TIC e atores	Que problemas enfrenta relacionados à mediação tecnológica?
Aspecto performativo (a função, atuação de cada um)	A preocupação com as TIC na atualidade é a mesma que existia antes da pandemia? O trabalho em <i>home office</i> (durante a pandemia) produziu mais vantagens ou desvantagens?
ARRANJOS	
Layout	A infraestrutura e o layout da SUPG estimulam a troca de informações? Por que? O que poderia ser melhorado? As estações de trabalho e o arranjo físico favorecem as interações da equipe? Existem barreiras materiais ou físicas que dificultam essa interação?
ATORES	
PERFIL	
Quem são?	Formação.

	<p>Data de admissão na universidade.</p> <p>Você atuava na pós-graduação do CCJE antes da secretaria unificada?</p> <p>Período que desempenha atividades na pós-graduação.</p>
O que fazem?	<p>Indique suas principais atribuições na SUPG.</p> <p>Nas situações diárias de trabalho você utiliza mais o saber prático, as informações que recebe ou as informações que tem fácil acesso?</p> <p>A equipe desenvolve rotinas ou processos em conjunto? Existe alguma atividade dessa natureza sendo desenvolvida atualmente?</p> <p>Que tipo de informação/atividade somente é produzida neste ambiente? Citar exemplos.</p> <p>Existe alguma singularidade nas atividades que você desenvolve?</p> <p>Que fatores você considera críticos ou comprometedores ao desempenho da SUPG?</p> <p>Em sua opinião, a cultura e os valores de informação desenvolvidos pela equipe SUPG exercem que tipo de influência no CCJE?</p>
Com quem se relacionam?	<p>Que setores e pessoas (do CCJE e da UFES) você considera imprescindíveis para desenvolver as atividades cotidianas?</p> <p>Na atividade profissional cotidiana com quem (da equipe SUPG) você se relaciona de modo mais frequente?</p> <p>Quais são os colegas de equipe com os quais você mais interage?</p> <p>Que ações informais realizadas na SUPG você considera importante para a manutenção das rotinas e redes de interação?</p>
NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO	
<p>Acesso e uso</p> <p>Meios para obter informação</p> <p>Compartilhamento</p>	<p>Você considera a informação como um recurso importante para suas atividades cotidianas?</p> <p>Quando (ou em que situações) você necessita de informações?</p> <p>Quais são os assuntos de maior interesse?</p> <p>Na atividade cotidiana você acompanha e busca regularmente informações em outros setores ou utiliza mais os <i>sites</i>? Onde você consulta com mais frequência?</p> <p>Com que frequência você realiza buscas e pesquisas para tomar conhecimento de novidades e/ou informações relativas às atividades cotidianas?</p> <p>Que canais, meios de comunicação ou fontes de informação você utiliza para obtenção de informação? (<i>sites</i> da UFES, colegas de equipe, demais setores internos)</p>

	<p>Indique fontes de informação externas à SUPG que você considera mais importantes e úteis para subsidiar sua atividade cotidiana.</p> <p>Em geral, você encontra dificuldades no acesso a informações necessárias para sua prática profissional?</p> <p>Há barreiras internas que impedem a troca de informações com os demais colegas da SUPG? Quais?</p> <p>Como você registra ou sistematiza as informações nas atividades cotidianas?</p> <p>Como você costuma repassar informação/procedimentos para os demais membros da equipe?</p> <p>Você costuma receber informações de seus colegas?</p>
LIDERANÇA	
<p>Sujeitos sociais funcionais</p> <p>Sujeitos sociais experimentadores</p> <p>Sujeitos sociais articuladores e reflexivos</p>	<p>Você gerencia seu próprio ambiente de informação criando relatórios próprios e bancos de dados necessários às funções que desempenham?</p> <p>Existem barreiras para o aprendizado organizacional e transferência de conhecimento através de vivências e práticas?</p> <p>Quem toma decisão sobre mudança de processos ou rotinas?</p>
AÇÕES DE INFORMAÇÃO	
PRÁTICAS	
<p>Entendimentos (saber fazer, saber como)</p> <p>Regras</p> <p>Estruturas</p>	<p>O que organiza as práticas?</p> <p>O que organiza as rotinas?</p> <p>Que ações específicas só você desempenha/realiza na SUPG?</p>
AÇÕES DE MEDIAÇÃO	
<p>Pós-graduandos</p> <p>Coordenação dos PPG</p> <p>Direção do CCJE</p> <p>PRPPG</p>	<p>Quem é o público atendido pela SUPG?</p> <p>Como acontece o contato e a comunicação com o público atendido?</p> <p>A SUPG possui canais específicos de comunicação com a comunidade externa e interna?</p> <p>O CCJE investe tempo, equipamentos e valor financeiro para desenvolvimento de sistemas de informação e serviços disponibilizados pela SUPG?</p> <p>Quais são os membros da equipe que atuam em contato direto com o público atendido?</p> <p>Quais são os públicos mais atendidos pela SUPG?</p>
AÇÕES FORMATIVAS	

Internas	Que estratégias são mobilizadas por você ou pela secretaria para viabilizar a aprendizagem de novas rotinas ou tarefas?
Externas	Em sua opinião quais são as estratégias desenvolvidas pela equipe para incentivo ao aprendizado na SUPG? Que fatores você considera como facilitadores e restritivos em relação ao incentivo ao aprendizado?
AÇÕES RELACIONAIS	
Vínculos de sociabilidade	Quais estratégias de relacionamento você considera imprescindíveis para manter vínculos de sociabilidade com os colegas da equipe SUPG? Nas ações são estimuladas/valorizadas as trocas de informação através de processos informais, como diálogos e reuniões de equipe? A Direção do CCJE se reúne com a equipe SUPG para discutir sobre as necessidades de informação da equipe?
Redes de interação (internas e externas)	A equipe SUPG cria condições de interação e comunicação entre os participantes (internos)? Quais? Em sua opinião quais são as estratégias mais eficientes desenvolvidas pela equipe para geração de conhecimento junto à SUPG? Quais são as estratégias mais eficientes desenvolvidas pela equipe para integração e formação de redes de cooperação entre a equipe e/ou setores?
CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E ENUNCIÇÃO DE INFORMAÇÃO	
Lugar de produção	Quais são os modos preferenciais de comunicação? Em sua opinião os canais de comunicação (as formas e os meios) utilizados pela equipe SUPG para interagir internamente e com o público atendido são os mais apropriados?
Condição de enunciação	Quais são os modos preferenciais de transmissão ou difusão da informação?
Condição de produção	Quais são os modos preferenciais de registro da informação produzida? Que tipos de documentos são produzidos pela SUPG para uso interno e externo?
Registros e documentos produzidos	Na SUPG preserva-se a informação transferindo-a das pessoas para o papel ou o computador, de forma a mapeá-la em manuais que descrevem os procedimentos das atividades de rotina?
DISPOSITIVOS DE INFORMAÇÃO	

Narrativos	Que tipos de documentos de ordem informativa (técnicos e/ou científicos, regras, orientações, classificações, terminologias) são utilizados na atividade cotidiana?
DE METAINFORMAÇÃO	
Regulatórios	Que tipos de documentos de ordem legal (leis, resoluções, portarias) são utilizados na atividade cotidiana?
DE INFRAESTRUTURA DE INFORMAÇÃO	
Tecnicoeconômicos	E que tipos de documentos de ordem tecnológica e econômica (normas técnicas, cartilhas, modelos, manuais)?
ARTEFATOS	
RECURSOS DE INFORMAÇÃO	
Infraestrutura tecnológica (problemáticas e oportunidades)	As TIC que você utiliza são adequadas e suficientes para buscar e acessar informação? Quais tecnologias de comunicação e informação (ferramentas de software, hardware e Internet) são utilizadas no cotidiano? Para quais funções utilizam TI? Que atividades não demandam a mediação de TI? Utilizam nuvem e redes internas?
Infraestrutura de serviços	Vocês têm domínio das TIC que utilizam para gerenciar os serviços ou rotinas? Que artefatos são utilizados de modo coletivo? Que artefatos são utilizados individualmente?
Infraestrutura de comunicação	Vocês mantem grupo de <i>WhatsApp</i> como um recurso de otimização de rotinas? O que facilitaria a comunicação entre a equipe?
Infraestrutura de informação	Como os dispositivos são consultados/utilizados? Acompanham os <i>sites</i> para se manterem atualizados? Quais informações poderiam ser consideradas estratégicas para o gerenciamento da SUPG?

Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa, a partir de Nascimento (2015).